



projectare

revista de arquitetura e urbanismo
v. 1, n. 15 (2024)



[https://periodicos.ufpel.edu.br/
index.php/Projectare](https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare)

Sobre a Revista

PROJECTARE – Revista de Arquitetura e Urbanismo - é uma publicação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Fundada em 1999, é mantida pelo Laboratório de Urbanismo da FAURB e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU UFPEL – ISSN 1518-5125 – v. 1, n. 15, agosto 2024.

Comitê Editorial

Eduardo Grala Da Cunha
Celina Maria Britto Correa
Antonio Soukef Júnior

Coordenação da Edição

Antonio Soukef Júnior

Comitê Científico

Ana Luiza Martins
Ana Paula Farah
Antonio Busnardo Filho
Francisca Ferreira Michelin
Helena Napoleon Degreas
Jeferson Cristiano Tavares
Louise Prado Alfonso
Lucília Siqueira
Manoela Rossinetti Rufinoni
Rodrigo Assumpção

Comissão Científica

Alexandre Pereira dos Santos
Ana Lúcia Costa de Oliveira
Ana Paula Polidori Zechlinski
Betina Tschiedel Martau
Carlos Fernando Bahima
Carlos Fraga

Celia Helena Castro Gonsales
Celina Maria Britto Correa
Cristhian Moreira Brum
Eduardo Rocha
Estevam Vanale Otero
Gilfranco Medeiros Alves
Isabel Tourinho Salamoni
Ivan Julio Apolonio Callejas
Janice de Freitas Pires
Júlio Celso Borello Vargas
Lauren Arrussul Carús
Lígia Maria Ávila Chiarelli
Mário Furtado Fontanive
Morgane Bigolin
Patrícia Zandonade
Paulo Emílio Buarque Ferreira
Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

Criação e Diagramação

Cíntia Gruppelli da Silva

Foto da Capa

Paula Katakura

Ilustração artística

Wellington Müller Kruchadt

Contato

Universidade Federal de Pelotas - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rua Benjamin Constant, 1359 – UFPEL Campus Porto – Pelotas/RS
Email: projectare.faurb@ufpel.edu.br
Periódico digital disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare>

SUMÁRIO

Apresentação

Helena Degreas 5-8

Editorial**PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: desafios contemporâneos**

Antonio Soukef Júnior 9-11

Artigos**A CARTA DE VENEZA: seis décadas de sua existência**

Ana Paula Farah 12-23

AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA APÓS A INUNDAÇÃO: experiências em perspectiva

Beatriz Monteiro Ferraz e Manoela Rossinetti Ruffinoni 24-45

MEMÓRIAS DE UM FEIRANTE: disputas da memória social na patrimonialização do Mercado Público de Lages

José Alberto de Oliveira Grechoniak e Ana Elísia da Costa 46-64

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA ENERGIA: método de inventário da rede de subestações da Cia. Light na cidade de São Paulo

Valter dos Santos Lameirinha e Manoela Rossinetti Ruffinoni 65-90

CENTRO ATRAVESSADO: Mapeamento e indagações sobre os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste do Município de São Paulo

Dominique Crizane Moraes Aires e Marcos Virgílio da Silva 91-109

LIVRO ESPAÇOS PÚBLICOS DE PELOTAS: desenhos e histórias**Uma experiência de educação para o patrimônio e democratização do conhecimento científico**

Carolina Magalhães Falcão, Daniele Luckow, Fernanda Tomiello, Gisele Quevedo e Vanessa Bosenbecker 110-124

ESTAÇÕES E CEMITÉRIOS: histórias entrelaçadas no Recôncavo da Bahia

João Vitor dos Santos e Santos e Fabiana Comerlato 125-145

O CINEMA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PELOTAS (RS)

Natalia T. dos Santos Braga, Aline M. Silveira e Ana Lucia C. de Oliveira 146-166

AS DINÂMICAS DO FEMININO NA FUNDAÇÃO DAS CIDADES: a cultura latente na organização do patrimônio cultural urbano

Willian Jonas Mininel e Antonio Busnardo Filho 167-181

O PAPEL DO INVENTÁRIO ENQUANTO POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: reconhecimento, proteção e participação

Daniele Behling Luckow 182-195

CENTRALIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E VISIBILIDADE: o calçadão Arthur Bernardes em Viçosa (MG)

Fábio Cabral Durso e Luiza Oliveira Pacheco 196-219

Entrevista**INVENTÁRIOS DE CONHECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: entrevista com Luiz Fernando Rhoden**

Gisele Dutra Quevedo e Vanessa Patzlaff Bosenbecker 220-225

Crônica**BUEIROS**

Eduardo Affonso 226-227

Ilustração**PATRIMÔNIO EM PULSAÇÃO**

Wellington Müller Kruchadt 228

APRESENTAÇÃO

Helena Degreas¹
hdegreas@gmail.com

Visito o vilarejo onde nasceram meus antepassados. Casas milenares construídas em pedra, cuidadosamente caiadas, explodem com o brilho do branco que, misturando-se ao azul infinito do céu mediterrâneo, ainda hoje tira meu fôlego. Cenários deslumbrantes.

Ruas estreitas e labirínticas levam inevitavelmente à ágora, o centro das atividades de comércio local e ponto de encontro das gentes. Próxima dali, como não poderia ser diferente, encontra-se a igrejinha onde milhares de casamentos foram realizados, velórios celebrados e crianças, apesar da sensibilidade exagerada de alguns num contexto em que o politicamente correto prevalece, ainda mantêm, do ritual eclesástico, a imersão abrupta do pequeno por três vezes nas águas da pia batismal. Com pulmões que, apesar da tenra idade, são dignos de um Hércules, o bebê anuncia ao mundo que foi integrado à comunidade pela fé. Mantendo-se a tradição, pais e padrinhos simbolicamente cospem nele (os mais entusiasmados nem tão simbolicamente), garantindo a segurança do bebê contra influências malignas. Bem-vindo ao nosso mundo.

Invariavelmente, a despeito do recato exigido pelas cerimônias, compaixão, amor ao próximo e respeito dão lugar à fofoca e maledicências dignas de um mercado em plena atividade, onde cada palavra, cada gesto e cada olhar carregam a promessa de histórias ainda mais picantes. Mexericos e boatos circulam livremente. Mantém-se o hábito no mesmo lugar. Átrio, espaço público para a socialização. Certamente, a quase centena de moradores idosos, incluindo as mulas que ainda respondem pela moagem artesanal dos frutos das oliveiras, seriam banidos do convívio social. O passado visto pelas lentes de um presente cada vez mais distante da história não tem vez. Num mundo onde o que importa é o instante ditado pelos

¹ Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul (desde 2019). Colunista sobre cidades e ambiente para o jornal Jovem Pan News.

algoritmos das redes sociais, todos seriam cancelados, como na crônica "Bueiros", um dos textos da revista.

Fragmentos de lembranças, os relatos são extensões de memórias individuais que, pela narrativa pessoal, constituem parte do que sou hoje, dimensão de um testemunho, confesso, nem sempre fiável. Registram-se nestas páginas, pelo conto de quem aqui se expõe, subjetividades e imprecisões que podem enriquecer uma pesquisa histórica, exigindo análise crítica e metodológica dos pesquisadores que a leem, buscando o necessário confronto entre diferentes vozes narrativas.

Da trama intrincada que tece distintos aspectos da história que se materializa no que hoje somos e vivenciamos, buscamos, como a deusa Ariadne, o fio que nos guia pelo labirinto em busca de nossa identidade, entrelaçando experiências passadas com o presente.

E é com satisfação que apresento a edição especial da Revista Projectare voltada ao Patrimônio Cultural. Dos artigos à crônica, suas páginas fornecem conhecimentos preciosos para o entendimento de nossa identidade social, dos artefatos que, impregnados de dimensões simbólicas construídas ao longo do tempo, apontam alternativas para um futuro possível. Sem memória, perderíamos nossa identidade e a capacidade de crescer e evoluir como indivíduos e como sociedade.

Durante a leitura, encontraremos narrativas contadas por meio de imagens de cinema, em que as lentes capturam detalhes da arquitetura, paisagens urbanas e costumes de épocas passadas, proporcionando uma visão imersiva do passado da cidade de Pelotas nos primórdios do século XX. Ao registrar mudanças e intervenções ocorridas ao longo do tempo, ampliam a compreensão sobre a história e a cultura de um lugar, permitindo que as futuras gerações conheçam, por meio de obras de ficção, aspectos relacionados ao passado. Set de filmagem, provavelmente composto por equipes enxutas em que diretor, roteirista, produtor, cinegrafistas e atores improvisavam múltiplos papéis, suas falas e cenários expressam a cidade a partir de uma dimensão social, criação humana que reflete a complexidade da cultura e do imaginário coletivo.

Noutro ponto, é descrita a devastação da cidade de São Luiz do Paraitinga em 2010 por uma inundação, que serviu como um catalisador para a mobilização da comunidade em torno da reconstrução da cidade, indo além da mera recuperação física e abrangendo a restauração da identidade cultural local. A experiência relatada no artigo demonstrou que a verdadeira

revitalização de um lugar vai além das ações assistencialistas. Ela exige um compromisso profundo com o resgate do sentido de lugar, como o lócus cuja reconstrução impacta nossos pensamentos, emoções e respostas físicas, manifestando-se através das memórias, tradições e do senso de pertencimento da comunidade. A união entre a sociedade civil, órgãos públicos e instituições de ensino possibilitou a criação de projetos inovadores, como o Museu de História e Arte Regional e o uso de QR codes para contar a história da cidade, integrando o trauma da enchente à narrativa histórica e fortalecendo os laços entre os moradores e seu patrimônio cultural. Resgatada pela organização da sociedade civil e pelo seu engajamento, a "alma da cidade" renasceu, mostrando que a preservação do patrimônio cultural é um ato de resiliência e envolvimento afetivo pelo lugar onde se vive, capaz de transformar a adversidade em um rico legado para o futuro.

Mais adiante, uma provocação: desafiando a visão tradicionalmente masculina na construção e planejamento urbano, o artigo destaca a dimensão simbólica e mítica dos arquétipos femininos na fundação e organização das cidades. Ao trazer à tona a influência feminina, o documento nos convida a repensar a forma como interagimos com o espaço urbano e a reconhecer a importância do patrimônio cultural imaterial na construção da identidade e da memória coletiva. Atena, com sua sabedoria, inspira o planejamento racional, enquanto Ártemis, a deusa da natureza, sussurra entre as árvores dos parques urbanos. Já Deméter, ligada à terra, abençoa os mercados com abundância e Afrodite, com seu encanto, colore praças e festas. Essas figuras mitológicas moldam a organização do patrimônio cultural, preservando tradições que tecem a identidade urbana. As práticas culturais e mitológicas não apenas estruturam fisicamente as cidades, mas também alimentam a alma coletiva, garantindo que a memória e o pertencimento se realizem em cada rua e praça. Essa perspectiva enriquece nossa compreensão das cidades, revelando a importância das práticas culturais e mitológicas na sua estruturação e funcionamento, destacando a necessidade de reconhecer e valorizar aspectos culturais que muitas vezes são ignorados em favor de uma visão predominantemente funcional e materialista do espaço urbano ou "politicamente incorreta".

Pelos passeios do calçadão de Viçosa, pessoas conectam atividades do passado ao presente. O burburinho dos ambulantes e os cheiros das comidas se misturam, reforçando o papel do espaço público agora habitado por um novo público no mesmo espaço. Esse

movimento constante reforça o senso de pertencimento e comunidade, consolidando a identidade cultural e histórica da cidade.

Por fim, a Carta de Veneza, documento-base indispensável para a preservação do patrimônio cultural, fornece uma base sólida para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir a transmissão dos bens culturais para as gerações futuras, assegurando a preservação eficaz e respeitosa do patrimônio cultural. Os desafios para a implementação de seus princípios são muitos e complexos. Em especial, num contexto em que o presente imediato dita as regras dos programas, políticas e ações públicas unilateralmente, falhando ao excluir atores sociais e comunidades locais do processo decisório, resultando em intervenções que podem alienar a população e inviabilizar sua fruição. Em paralelo, a ênfase na exacerbação de elementos arquitetônicos e urbanos “instagramáveis” voltados à experiência do cliente, do consumidor e do turista esporádico pode levar à "disneyficação" de espaços históricos, comprometendo sua integridade cultural. A discussão é significativa e nos leva à reflexão sobre a necessidade do diálogo contínuo entre historiadores, urbanistas, comunidade local e demais profissionais voltados às ciências urbanas, garantindo que as adaptações respeitem e valorizem não apenas o patrimônio existente, mas também o público envolvido nas discussões.

Ao dedicar sua edição especial à preservação do patrimônio cultural, a revista Projectare se posiciona como um fórum para a troca de conhecimentos e melhores práticas entre pesquisadores, historiadores e conservadores. Compartilhando informações sobre técnicas inovadoras de preservação, documentando casos de sucesso e eventuais falhas, a revista oferece valiosos insights para o aprimoramento de políticas eficazes. Além disso, amplia a conscientização pública sobre a importância do patrimônio cultural, promovendo o engajamento da comunidade na proteção e valorização de sua história e identidade.

EDITORIAL

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: desafios contemporâneos

Antonio Soukef Júnior¹
asoukef@gmail.com

A relevância do patrimônio cultural de uma nação é indiscutível, por representar a identidade e a herança coletiva, promover o sentimento de pertencimento e coesão social, servir como fonte de conhecimento histórico e artístico e contribuir para o desenvolvimento econômico através do turismo.

O Brasil é privilegiado em termos de diversidade, com riqueza em todas as categorias patrimoniais: material, imaterial, paisagens naturais e formações geológicas. Temos monumentos, sítios arqueológicos, obras de arte, festas e expressões que englobam arquitetura, artes visuais, música, dança, literatura, culinária e saberes.

Essa amplitude demanda acompanhamento contínuo para sua conservação e apresenta inúmeros obstáculos. Além da degradação natural pelo tempo e intempéries, é preciso enfrentar a falta de recursos, as ameaças decorrentes de vandalismo e roubo, o crescimento urbano desordenado e a perda de tradições orais entre gerações.

Com as mudanças climáticas em curso, a atenção ao registro cultural deve ser redobrada, pois seus efeitos são visíveis: aquecimento global, elevação dos níveis dos oceanos, modificação dos ecossistemas e fenômenos climáticos extremos cada vez mais frequentes. O próprio Rio Grande do Sul recentemente sofreu inundações sem precedentes, resultando em impactos sociais e econômicos devastadores.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUCCAMP (1988); Mestrado (1999) e Doutorado (2005) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP; Pós-doutorado com bolsa FAPESP (2010), pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Experiência na área de Restauração do Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas desde Junho de 2023.

Essas inundações causaram danos ao legado material e imaterial gaúcho. Edificações, coleções museológicas e lugares de saber foram afetados, colocando em risco décadas, se não séculos, de história. Este desastre nos lembra da fragilidade desses bens e da urgência em protegê-los. Sua recuperação exigirá esforços coordenados, apoio técnico especializado e um forte engajamento para a salvaguarda da identidade de diferentes grupos.

Nesta edição, os textos apresentados, além de contribuírem para o debate acadêmico, oferecem exemplos de como lidar com alguns dos desafios atuais. É o caso do artigo que mostra o forte empenho da sociedade civil na preservação de São Luiz do Paraitinga em São Paulo, após a devastação de seu centro pela enchente de 2010, e de que modo essa experiência pode ser replicada em outras situações.

A gestão de acervos de antigas empresas e a importância do inventário no auxílio ao cuidado e ao incremento de estratégias de conservação são discutidas, juntamente com relatos que destacam a função dos depoimentos orais na construção da memória.

Pelotas é tema de duas abordagens: a primeira mostra como a representação cinematográfica valorizou o acervo arquitetônico da cidade; a segunda relata o papel que a elaboração de um livro sobre os espaços públicos teve no poder de ampliar seu significado e atingir uma parcela maior da população.

Pesquisas desenvolvidas em outras regiões do país discutem temas relevantes, como o processo de modernização decorrente da industrialização em São Félix e Cachoeira no Recôncavo Baiano, e a intrínseca relação estabelecida entre as estações ferroviárias e os cemitérios das localidades; a criação de um calçadão em Viçosa revela as consequências do reordenamento de um espaço público central em um município de pequeno porte situado na Zona da Mata Mineira.

Uma bem construída análise descreve as modificações urbanas e sociais causadas pela construção da Ligação Leste-Oeste do metrô em São Paulo e sua interferência na memória coletiva da população afetada.

Outro artigo analisa as áreas urbanas sob formas de apropriação que nem sempre seguem os Planos Diretores, explorando a influência de forças latentes, representadas por figuras femininas mitológicas, na organização urbana, apoiando-se na história do urbanismo e na antropologia do imaginário.

Uma crônica do arquiteto e escritor Eduardo Affonso encerra o número, mostrando, de forma irônica, os exageros do cancelamento de personalidades de outros tempos a partir de pressupostos morais atuais.

É oportuno lembrar também que esta publicação coincide com duas datas significativas: os 150 anos da inauguração da *The Porto Alegre & New Hamburg Brazilian Railway*, primeira ferrovia gaúcha, marco do início da integração do estado; e as seis décadas da divulgação da Carta de Veneza, documento-base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que estabelece diretrizes para a atuação dos profissionais no campo da restauração.

Este volume da Projectare nos convida a refletir sobre o passado, o presente e o futuro do patrimônio, destacando nosso dever ético em transmiti-lo às próximas gerações nas melhores condições, impondo-nos a responsabilidade de agir com urgência e diligência diante dos dilemas contemporâneos que o ameaçam. Não se trata apenas de proteger objetos, documentos, edifícios ou tradições, mas de preservar nossa trajetória e tudo o que nos define como sociedade.

A CARTA DE VENEZA: seis décadas de sua existência¹

THE VENICE CHARTER: six decades of its existence

Ana Paula Farah²

ana.farah@puc-campinas.edu.br

Resumo: O artigo celebra os seis décadas da Carta de Veneza, um documento crucial no campo da preservação de monumentos históricos e sítios. Comemorado em 2024, o documento foi fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964. O evento, organizado pela Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti, destacou a importância da preservação e contou com uma exposição de projetos de restauração de mais de 30 países. O texto enfatiza a necessidade de formação especializada para profissionais da preservação, com ênfase na deontologia do arquiteto e urbanista e seu papel na sociedade contemporânea, para garantir um compromisso efetivo com a preservação do patrimônio histórico.

Palavras-Chave: Preservação; Formação profissional; Carta de Veneza.

Abstract: The article celebrates the six decades of the Venice Charter, a crucial document in the field of historic monument and site preservation. Commemorated in 2024, the document emerged from the Second International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, held in Venice in 1964. The event, organized by the Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti, highlighted the importance of preservation and featured an exhibition of restoration projects from over 30 countries. The text emphasizes the need for specialized training for preservation professionals, with a focus on the ethics of architects and urban planners and their role in contemporary society, to ensure a committed approach to the preservation of historic heritage.

Keywords: Preservation, professional training, Venice Charter.

¹ Esse artigo foi baseado nas pesquisas realizadas pela Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl (FAU-USP), ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320 e KÜHL, Beatriz Mugayar. A cidade na Carta de Veneza (1964) e na Carta de Washington (1986). YouTube, transmitido em 13 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BiBFg6e0BJY>; e retoma colocações apresentadas pela autora em outras publicações, em especial: As Cartas Patrimoniais e suas aplicabilidades no patrimônio urbano (FARAH; MERLIN, 2020); I presupposti italiani e la loro applicabilità nelle soluzioni progettuali: l'insegnamento del restauro architettonico e urbano nella Facoltà di Architettura e Urbanistica della PUC-Campinas, San Paolo, Brasile (FARAH, 2019a); A preservação do patrimônio arquitetônico e urbano e o suporte documental (FARAH, 2019b); Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado (FARAH, 2012).

² Arquiteta e Urbanista e professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-CAMP desde 2012. Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

Este artigo tem por objetivo legitimar a importância desse documento-base no território brasileiro. Entretanto, é necessário, com certa urgência, que as atenções se voltem à formação desses profissionais para atuação no campo da preservação, levando-os a pensar minuciosamente sobre a deontologia do arquiteto e urbanista, cujo escopo principal é entender o seu papel na sociedade do século XXI, exigindo a verificação de uma formação de excelência, individualizando as carências e críticas perante o contexto contemporâneo, tornando-se um profissional comprometido com a cidade preexistente.

Nesse sentido, este ano – 2024 – celebramos seis décadas de existência da Carta de Veneza, o documento-base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos realizado na cidade de Veneza, Itália, entre 25 e 31 de maio de 1964.

A escolha do território italiano para a realização do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos foi um compromisso estabelecido pela delegação italiana durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que ocorrera em Paris, em 1957. A Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti assumiu a organização do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza entre 25 e 31 de maio de 1964. De acordo com Bruno Malajoli – Direttore Generale delle Antichità e Belle Arti – paralelamente ao evento, uma mostra foi organizada para reunir projetos de restauro de mais de 30 países. A exposição foi gentilmente montada no Palazzo Grassi, cedido pelo Centro Internacional de Artes e Costumes, através do seu presidente, Dr. Paolo Marinotti. (Seconda Mostra Internazionale del Restauro Monumentale: Venezia, 1964).

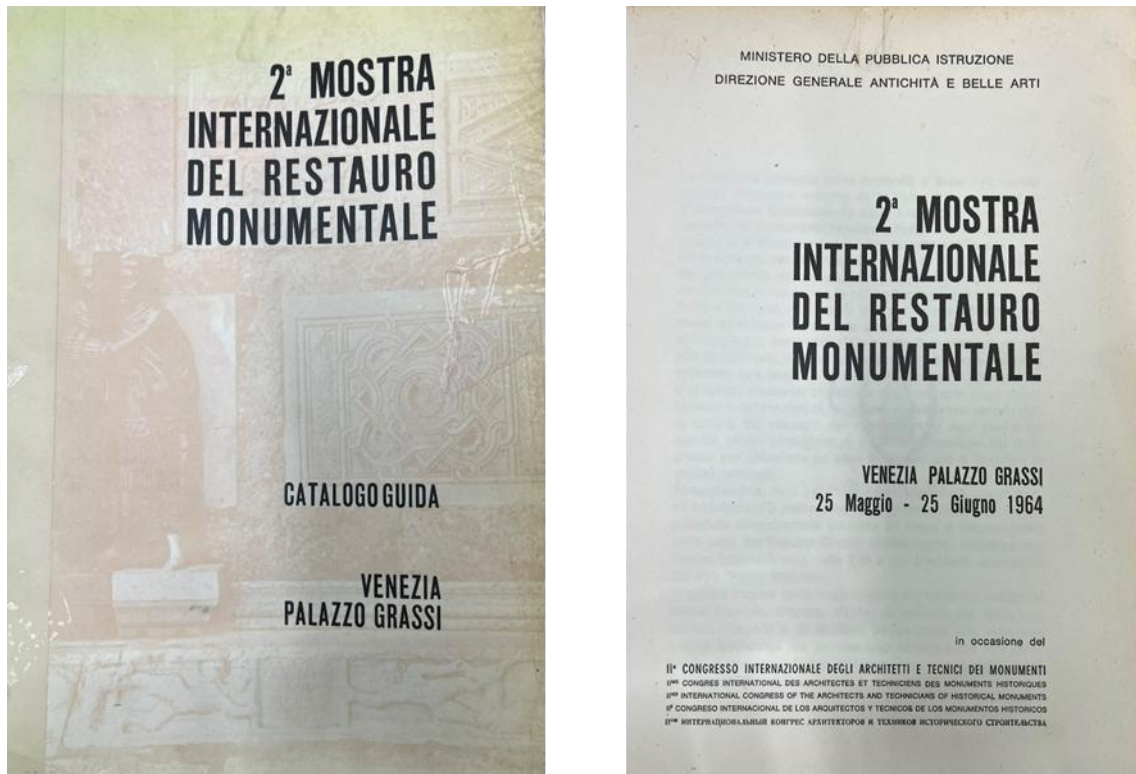


Figura 01: Capa e contracapa do “catalogo guia “dos projetos expostos nessa mostra.
Fonte: Segunda Mostra Internazionale del Restauro Monumentale: Venezia, Palazzo Grassi, 25 maggio-25 giugno 1964: in occasione del 2. Congresso nazionale degli architetti e tecnici dei monumenti. Venezia: Stamperia, 1964.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) teve sua origem nas discussões durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964. Essa iniciativa, que deu continuidade ao congresso de Paris, materializou uma das principais decisões estabelecidas pela Carta de Veneza: a criação de um órgão internacional voltado para a proteção e conservação de monumentos e sítios históricos. Assim sendo, em 1965, o ICOMOS foi oficialmente fundado, adotando a Carta de Veneza como documento-base para orientar as ações de preservação do patrimônio cultural.

Nesse sentido, torna-se indispensável situar os órgãos consultivos e de promoção vinculados ao campo da preservação para compreendermos melhor a importância da Carta de Veneza. A Organização das Nações Unidas (ONU)³ foi oficialmente fundada em 1945, e o Brasil

³ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas#:~:text=As%20na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%2C%20entretanto%2C%20come%C3%A7aram,o%20Dia%20das%20na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

foi um dos seus estados-membros fundadores⁴. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi estabelecida em 1946 como órgão especializado da ONU. Contudo, foi impulsionada pela criação de diversas organizações, como o ICOM⁵ (1946), ICOMOS⁶ (1965), ICCROM⁷ (1956), TICCIH⁸ (1978) e DOCOMOMO⁹ (1988).

Cada uma dessas instituições, com seus objetivos específicos, contribuiu, e ainda contribui, para uma discussão profícua dedicada à proteção e valorização do patrimônio cultural no âmbito mundial. Em 1964, foi instituída a representação da UNESCO no Brasil, legitimando o comprometimento do país com as iniciativas internacionais, garantindo o acesso à educação, à ciência e à cultura e promovendo a preservação do patrimônio cultural.

Por conseguinte, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco fundamental para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, ampliando seu entendimento. Diante disso, é nosso dever ético e deontológico compreender o campo da preservação por meio das prescrições contidas nesses tratados.

Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais

TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos **são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil faça parte (grifo nosso. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso 20 jul. 2024).

Portanto, a Carta de Veneza, instituída pelo ICOMOS e reconhecida pela UNESCO, constitui um marco referencial para a atuação dos profissionais no campo da preservação. No

⁴ Decreto n. 19.841, 22/10/1945. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=19841&ano=1945&ato=ec80TVq50dJR0Tfe4>. Acesso em: 20 jul. 2024.

⁵ Disponível em: <https://icom.museum/en/> Acesso em: 20 jul. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.icomos.org/en> Acesso em: 20 jul. 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.iccrom.org/> Acesso em: 20 jul. 2024.

⁸ Disponível em: <https://ticcih.org/> Acesso em: 20 jul. 2024.

⁹ Disponível em: <https://docomomo.com/> Acesso em: 20 jul. 2024.

entanto, observa-se, no contexto brasileiro¹⁰, uma lacuna considerável de conhecimento sobre os instrumentos norteadores para a tomada de decisões, resultando na utilização de práticas inadequadas por parte dos profissionais em relação às responsabilidades de se trabalhar com bens culturais, pois

[...] deve assegurar o direito ao conhecimento e à memória, de que o patrimônio – os bens – são portadores, mecanismos esses entendidos como necessidade humana e social, sem os quais a clareza e apreensão da realidade fica prejudicada, limitando a construção do próprio presente e, principalmente, restringindo a construção do futuro (Kühl, 2016. p.68 *apud* Farah, 2019b, p.109).

A consequência mais evidente é a constante destruição e deformação dos bens culturais (obras arquitetônicas, ambientes preexistentes, paisagem, etc.), que englobam a materialidade e a imaterialidade, bases importantes de transmissão do conhecimento e suporte da memória coletiva, resultando em um legado limitado para as gerações futuras (Farah, Merlin, 2020).

Por essas razões, a interpretação e aplicação correta deste documento-base exigem um conhecimento pormenorizado da área, para evitar equívocos, sendo fundamental que o legado seja transmitido, da melhor forma possível, às gerações presentes e futuras.

A compreensão da Carta¹¹

É comum encontrar referências às cartas patrimoniais como se fossem um conjunto homogêneo. No entanto, essa visão simplificada não reflete a complexidade e diversidade desses documentos. As cartas patrimoniais são resultados das discussões de seus respectivos contextos e geralmente estão associadas às instituições, organizações ou eventos científicos específicos, nos quais os debates delinearão seus conteúdos e objetivos. Portanto, as cartas apresentam finalidades precisas e intrínsecas ao contexto de sua produção. Mediante isso,

¹⁰ No Brasil, segundo Kühl (2024), houve a publicação da carta pelo arquiteto Gian Carlo Gasperini, “Monumentos: tema de debate em Veneza” na Revista Arquitetura, n.27, setembro 1964, pp.15-21. E somente, 23 anos, houve a publicação na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.22/1987, pp.106-107.

¹¹ Para uma interpretação pormenorizada da Carta, ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320 e KÜHL, Beatriz Mugayar. A cidade na Carta de Veneza (1964) e na Carta de Washington (1986). YouTube, transmitido em 13 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BiBFg6eOBJY>

cada carta possui uma função específica e deve ser lida em sua integridade, sob pena de ser interpretada erroneamente e equivocadamente (Kühl, 2010, p. 289).

Conforme Kühl (2024), também é comum interpretar a Carta de Veneza como um mero manual de procedimentos técnicos. Embora ofereça diretrizes fundamentais, a Carta não estabelece um conjunto de regras fixas; pelo contrário, proporciona uma base teórica e um arcabouço deontológico para a atuação profissional. Nesse sentido, constitui um instrumento de aproximação crítica para a problematização das questões envolvidas e oferece bases para uma análise aprofundada das especificidades de cada caso, promovendo uma abordagem mais eficaz para a proteção do patrimônio cultural.

A Carta de Veneza preconiza os enunciados de Cesare Brandi e do Restauro Crítico, que podem ser compreendidos pelo reconhecimento da obra de arte, definindo-a como documento (atribuição de valores) e imagem (questão formal – estética). Por sua vez, a atribuição de valores perdura no tempo, não sendo transitória nem sujeita a mudanças abruptas. Como evidência, Carbonara (1997, p. 271) afirma que o reconhecimento da obra de arte como um “ato de cultura” foi impulsionado pelas necessidades “espirituais” e “memoriais” e se volta à conservação e à transmissão ao futuro; a primeira tarefa a ser desenvolvida é o reconhecimento das qualidades que o bem é portador – nos dias de hoje, de natureza muito variada, abrangendo aspectos formais, documentais, memoriais ou simbólicos – que devem ser transmitidas para as gerações presentes e futuras (KÜHL, 2008a, pp. 59-80 apud FARAH, 2012, p. 87).

Partindo dessa premissa, o preâmbulo da Carta já esclarece que

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

Propõe a leitura dos bens culturais a partir das dimensões materiais e imateriais, reconhecendo a importância de preservá-los com o intuito de transmiti-los para as gerações presentes e futuras.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados

num plano internacional, **ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.** (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

O texto possui um caráter prescritivo e jamais normativo, fornecendo fundamentos que devem ser aplicados considerando as especificidades de cada nação membro da ONU. Ressalta-se, mais uma vez, a importância da leitura e compreensão desta carta, visto que ela estabelece bases deontológicas para os vários profissionais que trabalham no campo da preservação (Kühl, 2010, p. 288).

Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribui para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade do **ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados.** (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

Como já mencionado anteriormente, a criação de diversos órgãos consultivos e de promoção pela UNESCO demonstra a amplitude dos conceitos presentes na Carta, dando-nos a dimensão da interlocução em diversas áreas do conhecimento. Essa multiplicidade de perspectivas evidencia que o documento não se configura como um mero manual técnico, mas como um instrumento de aproximação crítica para a problematização das complexidades envolvidas no patrimônio cultural.

A leitura minuciosa da carta possibilita uma reflexão aprofundada sobre os bens culturais, revelando-os como um complexo sistema de relações entre o homem e o seu entorno (o ambiente onde está inserido). A materialidade – o suporte físico – fruto de um determinado momento histórico e cultural, configura um espaço singular que exige uma abordagem que valorize tanto seus aspectos materiais quanto os imateriais. Ao reconhecer o bem cultural como um testemunho do passado e como um elemento constitutivo de identidade, a preservação deve buscar estabelecer um diálogo entre a tradição e as transformações, garantindo a sua transmissão para as futuras gerações.

Artigo 1º – A **noção de monumento histórico** compreende a criação **arquitetônica isolada**, bem como o **sítio urbano ou rural** que dá **testemunho de uma civilização particular**, de uma **evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se** não só às grandes criações, mas

também às **obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.** (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

Já em seu primeiro capítulo, amplia a noção de bem cultural, implícita no papel social do patrimônio e na sua função na escala urbana (Kühl, 2024). Inclui criações arquitetônicas isoladas, conjuntos urbanos e rurais, e obras modestas que, com o tempo, adquirem significância cultural (Carta de Veneza, 1964).

Artigo 2º – A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma **disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.** (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

Este campo disciplinar¹² passa a ser compreendido quando as ações se afastam dos motivos de ordem prática e deixam de ser preponderantes – embora ainda prevaleçam no Brasil – e passam a ser coexistentes, com caráter indicativo e não determinante. Os motivos de ordem prática são meios para preservar o bem, mas não constituem a finalidade da ação. A finalidade é determinada pelas razões pelas quais preservamos, que, por sua vez, definem os princípios e critérios que guiam as ações práticas (Farah, 2012, p. 89-90).

Nos artigos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, é possível sintetizar que as ações têm como objetivo a salvaguarda dos bens culturais. Isso é compreendido a partir da ampliação do conceito de bem cultural, incluindo a manutenção permanente desses bens e a necessidade de se dar uma destinação útil para a sociedade (o papel social do patrimônio). Além disso, o bem deve possuir vocação para o uso designado e ser preservado em sua ambiência, ou seja, como testemunho do ambiente onde está inserido (o papel do patrimônio na escala urbana, art. 14 da Carta).

Na Carta, como mencionado, foram evidenciados alguns princípios brandianos que devem ser interpretados de forma conjunta e complementar, jamais excludente. A ação a ser realizada deve estar ancorada no presente, e o momento metodológico dá suporte para esse reconhecimento visando à transmissão para as futuras gerações. É necessário que as ações sejam pautadas nos instrumentos teóricos-críticos antes de qualquer intervenção, ou seja, primeiro deve-se problematizar as questões para depois intervir na obra de arte. O restauro é

¹² Ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração como campo disciplinar autônomo. In. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (BRASIL). Anais do Museu Histórico Nacional. Vol.40, p. 351-373, 2008; e FARAH, Ana Paula. A autonomia do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano]. Oculum Ensaios, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 389-402, 2017.

um ato histórico-crítico de um presente histórico; nesse sentido, não é possível prever quais serão os critérios no futuro, em que as abordagens podem ser diferentes. Por isso, é essencial agir de maneira fundamentada nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do momento presente (Brandi, 1950, p. 8 apud Farah, 2012, p. 104).

Em seu segundo axioma, Brandi expõe que

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra no tempo (Brandi, 2004, p. 33).

Desenvolver a unidade potencial não se refere a refazer ou completar aleatoriamente; significa tornar o tecido figurativo legível sem pretender retornar ao estado original, respeitando as várias fases da obra como documento histórico. Esse princípio deve ser explicitado para evitar a criação de falsos artísticos e históricos, pois a integração deve ser sempre facilmente reconhecível e distinguível. O restauro não propõe o tempo como reversível e não deve induzir o observador ao erro de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia antes. Além disso, o restauro deve documentar-se a si próprio (Brandi, 2004, p. 47; 61).

Outros princípios preconizados por Brandi são: a reversibilidade, que deve garantir que qualquer intervenção não torne impossível, mas, ao contrário, facilite intervenções futuras (Brandi, 2004, p. 48); a mínima intervenção, que é um preceito necessário, significando não apenas intervir minimamente no bem, mas também propor ações que não destruam o documento histórico nem a imagem figurada da obra de arte; e a compatibilidade de técnicas e materiais, que considera a consistência física do objeto, aplicando técnicas compatíveis que não sejam prejudiciais ao bem e cuja eficácia tenha sido comprovada ao longo de muitos anos de experimentação (Kühl, 2008a, p. 78). Todos esses conceitos estão presentes nos artigos 9, 10, 11, 12 e 13.

O Art. 15 descreve que devem ser adotadas pela UNESCO: *as Recomendação definidoras dos Princípios Internacionais a serem aplicáveis em matéria de Pesquisas Arqueológicas, Recomendação de Nova Delhi, novembro de 1956*. O último artigo recomenda que todo o processo deve tornar-se notório.

Artigo 16º – Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre **acompanhados pela elaboração de uma documentação**

precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa **documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.** (grifo nosso, Carta de Veneza, 1964).

No cenário brasileiro, a recomendação mencionada se distancia cada vez mais da realidade, em decorrência de diversos desafios interligados. Entre os principais obstáculos, destacam-se a desvalorização institucionalizada de arquivos públicos e bibliotecas públicas, além da dificuldade de realização de pesquisas em órgãos públicos.

Considerações finais

A Carta de Veneza permanece um documento-base fundamental para o campo da preservação. Seus princípios sintetizam uma abordagem que, quando reinterpretada na contemporaneidade, continua a oferecer um alicerce sólido para lidar com as complexas questões relacionadas à preservação de bens culturais. Para que sua aplicabilidade seja efetiva, o texto deve ser lido em sua totalidade, o que garante que sua base teórica seja plenamente compreendida, inclusive suas limitações. Portanto, ao enfrentar os desafios contemporâneos do campo da preservação, a Carta de Veneza é o instrumento que abarca os princípios norteadores que devem permear, sempre, as soluções projetuais, corroborando para a conservação da paisagem existente e dos espaços cultural e socialmente consolidados, legitimando a preservação do ambiente construído preexistente.

Referências

BRANDI, Cesare. Il fondamento teorico del Restauro. In. **Bolletino dell'Istituto Centrale del Restauro**, 1950, n.º 1. p.5-12.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 20 jul. 2024.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro – teoria, storia, monumenti**. Milano: Liguori Editore, 1997.

GASPERINI, Gian Carlo. **Monumentos: tema de debate em Veneza**. In: Revista Arquitetura, n.27, setembro 1964, pp.15-21.

FARAH, Ana Paula. **Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo**. 2012. Tese (Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FARAH, Ana Paula; MERLIN, José Roberto. As Cartas Patrimoniais e suas aplicabilidades no Patrimônio Urbano. In: **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável** (UFMG. Online), v. 11, p. on-line, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34099>

FARAH, Ana Paula. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbano e o Suporte Documental. In: REIS, Philippe Arthur dos.; ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. (Org.). **Arquivos e História: a cidade de Campinas e seus documentos**. 1ed.São Paulo: Alameda, 2019b, v. 1, p. 109-122.

FARAH, Ana Paula. Patrimonio urbano-architettonico: l'applicabilità dei presupposti italiani sul territorio brasiliano. In: **La città globale: la condizione urbana come fenomeno pervasivo**, Bologna-IT, 2019a.

FARAH, Ana Paula. A autonomia do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano]. In: **Oculum Ensaio**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 389–402, 2017.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. In: International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, p. 1-3, 1964.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.22/1987, pp.106-107.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauros**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008a.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração como campo disciplinar autônomo. In: Museu Histórico Nacional (BRASIL). **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol.40, p. 351-373, 2008b.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. In: Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética na preservação no século XXI. In. HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. **Conservado el pasado proyectando el futuro. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI.** Colección Actas. Zaragoza, Institución Frenando el Católico, 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **A cidade na Carta de Veneza (1964) e na Carta de Washington (1986).** YouTube, transmitido em 13 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BiBFg6e0BJY>

Seconda Mostra Internazionale del Restauro Monumentale: Venezia, Palazzo Grassi, 25 maggio-25 giugno 1964: in occasione del 2. Congresso nazionale degli architetti e tecnici dei monumenti. Venezia: Stamperia, 1964.

**AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA APÓS A INUNDAÇÃO:
experiências em perspectiva**

**CIVIL SOCIETY ACTIONS IN PRESERVING THE
CULTURAL HERITAGE OF SÃO LUIZ DO PARAITINGA AFTER THE FLOOD:
experiences in perspective**

Beatriz Monteiro Ferraz¹
b.ferraz@unifesp.br

Manoela Rossinetti Rufinoni²
rufinoni@unifesp.br

Resumo: O artigo tece considerações sobre a atuação da sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga (SP), a partir da sistematização e análise de iniciativas preservacionistas promovidas entre 2010, data da grande inundação que assolou a cidade, e 2023. Considerando a importância do engajamento da população local nas diversas etapas do processo de patrimonialização, bem como a premência de construirmos estratégias de preservação frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, neste artigo analisamos um conjunto de ações de preservação que partiram e/ou partem de projetos participativos ou da própria sociedade civil, com o objetivo de compreender suas origens, objetivos e formatos. Na sequência, buscamos verificar as narrativas que tais iniciativas ensejam e em que medida dialogam com as ações governamentais voltadas à preservação do patrimônio cultural local, empreendidas pelas instâncias municipal, estadual e federal.

Palavras-Chave: São Luiz do Paraitinga (SP); Centros históricos; Mudanças climáticas; Patrimônio e desastres naturais; Patrimônio e participação social.

Abstract: The article makes considerations about the role of civil society in safeguarding the cultural heritage of São Luiz do Paraitinga (SP), based on the systematization and analysis of preservation initiatives promoted between 2010, the date of the great flood that devastated the city, and 2023. Considering the importance of engaging the local population in the various stages of the heritage process, as well as the urgency of building preservation strategies in the face of the challenges posed by climate change, in this article we analyze a set of preservation actions that originate and/or originate from participatory projects or civil society itself, with the aim of understanding its origins, objectives and formats. Next, we seek to verify the narratives that such initiatives give rise to and to what extent they dialogue with government actions aimed at preserving local cultural heritage, undertaken by municipal, state and federal bodies.

¹ Bacharela em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

² Professora Associada do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-UNIFESP).

Keywords: São Luiz do Paraitinga (SP); Climate changes; Heritage and natural disasters; Heritage and social participation.

1. Introdução

São Luiz do Paraitinga, pequena cidade vale-paraibana situada na Serra do Mar, entre Taubaté e Ubatuba, no interior de São Paulo, possui hoje cerca de 10 mil habitantes. A origem de seu núcleo urbano remonta ao século XVIII, época em que a localidade era passagem de bandeirantes e tropeiros que descansavam nas proximidades do Rio Paraitinga, fato que teria impulsionado intensas trocas culturais, a partir do contato entre grupos itinerantes que seguiam trajetos até Minas Gerais para o transporte de ouro e busca por escravizados (Allucci e Schicchi, 2019, p. 5-7). Em meados do século XIX, diante do declínio da mineração e incremento do desenvolvimento agrícola da região – contexto em que a cultura cafeeira ganhou corpo em diversas cidades do Vale do Paraíba –, São Luiz do Paraitinga restringiu-se a uma posição coadjuvante, com produção agrícola pouco expressiva nesse setor. Desse modo, durante as últimas décadas do século XIX, seu crescimento econômico foi relativamente lento; condição que teria permitido a permanência de relevantes estruturas urbanas históricas ao longo do século XX. Contudo, na primeira década do século XXI, a cidade foi acometida por uma inundação que destruiu parte significativa de seu centro histórico. A partir de então, a situação de calamidade pública e a urgência de reconstruir as arquiteturas, espaços urbanos e sociabilidades perdidas abririam caminho para acalorados debates sobre as formas mais adequadas para empreender tais intervenções, situação que impulsionaria o envolvimento da sociedade civil nas ações de preservação e interpretação do patrimônio local a partir de diferentes estratégias³.

Tendo em vista esse cenário, a pesquisa que originou este artigo objetivou sistematizar e analisar um conjunto de iniciativas da sociedade civil voltadas à preservação do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga observadas no período compreendido entre a enchente de 2010 e meados de 2023. Após quatorze anos da grande inundação, hoje assistimos apreensivos ao aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos, o que tem tornado ainda mais urgente o debate sobre o aquecimento global e suas consequências em nível

³ Artigo elaborado a partir da pesquisa de Iniciação Científica de Beatriz Monteiro Ferraz, desenvolvida no Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo nº 2021/14757-2).

mundial, contexto que agrava sobremaneira os desafios a enfrentar no campo da tutela do patrimônio ambiental e cultural. Dessa forma, ao revisitar as experiências preservacionistas que contaram com a participação da sociedade civil, após a inundação e nos anos que se seguiram, acompanhando suas repercussões e desdobramentos na atualidade, reunimos subsídios para estudá-las em perspectiva, tomando-as como um estudo de caso potente e dinâmico para o desenho de futuras estratégias. Em um primeiro momento, buscamos compreender as origens, agentes envolvidos, formatos, objetivos e métodos das ações identificadas; e num segundo momento, ensaiamos algumas reflexões sobre as narrativas que tais iniciativas ensejam e em que medida dialogam com as ações do Estado, ou seja, dos órgãos de preservação atuantes no município nos níveis municipal, estadual e federal.

Com relação ao método, foram percorridas as seguintes etapas: a) análise de fontes secundárias: referências bibliográficas que evidenciam a relevância histórica de São Luiz do Paraitinga e da cultura tradicional local (estudos também mobilizados nos argumentos a favor do processo de tombamento do núcleo urbano nos níveis estadual e federal), paralelamente ao estudo de produções acadêmicas sobre a patrimonialização do centro histórico e sobre o processo de reconstrução da cidade após a inundação; b) estudo de fontes primárias, abarcando os processos de tombamento e consultas a jornais, redes sociais e conteúdos midiáticos de entidades locais, universidades e instituições envolvidas no processo de reconstrução, em busca de iniciativas da sociedade civil voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, já concluídas ou em andamento; e c) coleta de dados em visitas à cidade entre setembro de 2021 e agosto de 2022.

Diante das ações preservacionistas identificadas, em um levantamento que não se pretende exaustivo, buscamos refletir sobre as origens e desdobramentos dessas ações e a relação que estabelecem com movimentos vindos do poder público. Em certa medida, podemos dizer que o engajamento da população local nas ações de preservação do município foi impulsionado a partir da urgência da reconstrução? De que modo as ações participativas promovidas pelo poder público, envolvendo a comunidade nos processos de decisão, contribuíram para alavancar esse engajamento? Ou teria ocorrido um processo de mão dupla, isto é, o interesse da comunidade é que teria impulsionado a diretriz participativa dos órgãos de preservação? Diante dessas indagações, as reflexões ora expostas objetivaram compreender os caminhos da atuação da população local, representada por organizações da

sociedade civil, durante e após o processo de reconstrução da cidade, mapeando suas ações e analisando-as quanto à origem, à forma e aos discursos que ensejam.

2. O tombamento do conjunto urbano e os desafios frente à inundação

Na década de 1950, São Luiz do Paraitinga recebeu seu primeiro tombamento, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): a Casa Oswaldo Cruz, antiga residência do sanitarista luizense (IPHAN, 1956). Esse tombamento, contudo, incidiu apenas sobre uma edificação, sem menções à proteção do conjunto urbano. Na década de 1960, sobretudo a partir dos estudos de Luis Saia e Jaelson Trindade (Saia, 2009; Saia e Trindade, 1977, IPHAN, 2010b)⁴ seriam criadas as condições para a valorização do município como patrimônio urbano-arquitetônico, discurso que se consolidaria em 1982, com o tombamento em nível estadual de seu centro histórico, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1982a, 1982b, 1982c). Saia introduziu a interpretação sobre o município como um produto do pensamento europeu iluminista do século XVIII no cenário paulista, criando-se um ideário relativo à cidade que repercutiria nos argumentos a favor da preservação patrimonial pelos órgãos de tombamento (Allucci e Schicchi, 2019, p.11)⁵.

No processo de tombamento em nível estadual, destacam-se argumentos relacionados à importância histórica do conjunto urbano e à pertinência de alavancar atividades contemporâneas capazes de promover o desenvolvimento econômico do município, por meio de “uma utilização efetiva dos recursos naturais e culturais existentes”, que envolveria a dinamização do turismo e a sensibilização do poder público municipal para implementar ações locais, criando “condições reais e necessárias ao fortalecimento dos vínculos da população à cidade” (CONDEPHAAT, 1982a, p.8-9)⁶.

⁴ Com destaque para o estudo de Luis Saia intitulado “Evolução Urbana de São Luís de Paraitinga”, originalmente publicado nos *Anais do 7º Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, em 1974, e três anos depois reunido em Saia e Trindade, 1977. O texto de Saia foi republicado, com apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, na *Revista Risco*, n.10, 2009 (SAIA, 2009).

⁵ Entre os diversos estudos históricos sobre a história e o patrimônio de São Luiz do Paraitinga, buscamos referências em: SAIA e TRINDADE, 1977; IPHAN, 2010b; CAMPOS, 2011; SANTOS, 2014; SANTOS, 2015; MORADEI, 2016; SANTOS, 2016; NOBRE, 2017, BORSOI, 2020 e 2021; ALLUCCI, 2020; ALLUCCI e SCHICCHI, 2019 e 2020, entre outros estudos citados ao longo deste artigo.

⁶ São Luiz do Paraitinga tornou-se Estância Turística por meio da Lei estadual nº 11.197, de 5 de julho de 2002, revogada e atualizada pela Lei estadual nº 17.469, de 13 de dezembro de 2021.

O processo de tombamento da cidade em nível estadual foi composto por uma série de levantamentos históricos, descrição e delimitação da área urbana central, além de estudos voltados às perspectivas de desenvolvimento local. Reunindo análises sobre as características gerais do município, reconhecimento do território e situação econômica, os estudos que antecederam o tombamento buscaram contemplar diretrizes contidas no Plano Integrado de Preservação e Desenvolvimento do Programa de Cidades Históricas (PCH) (Zagato, 2012, p.126). É importante ressaltar que, já naquele momento, o órgão preocupou-se em recomendar a criação de um conselho comunitário, sob o argumento de que a “preservação do acervo cultural de uma cidade é tarefa conjunta a exigir a participação da comunidade e do poder público” (CONDEPHAAT, 1982a, p.164; Zagato, 2012, p.130). O tombamento estadual foi finalmente concluído em 1982.

Já o processo de tombamento do núcleo urbano em nível federal foi marcado pelo cenário de destruição causada pela enchente de 2010. No primeiro dia de janeiro, a população luizense deparou-se com suas ruas inundadas pelo acúmulo das chuvas de dezembro de 2009, indicando seu maior índice pluviométrico em 43 anos (Santos e Silva, 2016, p.46) e deixando mais de 3 mil moradores desabrigados que tiveram suas residências afetadas pelas águas (Marimon, s.d.).

De acordo com Moradei, São Luiz do Paraitinga já possuía um histórico de inundações que repercutiam no conjunto urbano local, devido à sua várzea comprimida pela ocupação da população e pelo formato longitudinal e achatado do Rio Paraitinga, circunstâncias que favorecem as inundações. A autora cita a enchente ocorrida em janeiro de 1863, a mais antiga que se tem registro e que teria causado a destruição de “duas pontes, da primeira cadeia pública, de três sobrados (...), de quatro casas térreas, entre muitas outras arruinadas” (Moradei, 2016, p. 105-106). A enchente de 2010, contudo, teve proporções nunca registradas. Submerso por cerca de 12 metros com relação ao nível normal do Rio Paraitinga, o centro urbano teve 140 imóveis afetados durante, aproximadamente, uma semana (Ibidem, p.115-123), fato determinante para a danificação da estrutura dos edifícios históricos que, em sua maioria, eram construídos de taipa de pilão e pau-a-pique. Entre eles, as emblemáticas Capela das Mercês e a Igreja Matriz, símbolos da religiosidade luizense, o antigo Grupo Escolar,

além do arruinamento de diversas residências e edifícios históricos que compunham o conjunto urbano⁷.

Para a reconstrução dos imóveis arruinados, mobilizaram-se entidades como universidades, prefeituras de cidades vizinhas, os órgãos de preservação estadual e federal e a população local. Diante do ocorrido, o IPHAN deu prosseguimento aos estudos de tombamento do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, a partir do dossiê concluído em 2009, atualizado após as destruições causadas pela inundação (Epitácio, 2018, p.161), de modo a constituir um tombamento emergencial que subsidiasse uma atuação incisiva no processo de restauração do município (Allucci, 2020).

O tombamento em nível federal foi efetivado apenas em 2012, porém, o centro histórico de São Luiz do Paraitinga já despertava o interesse do órgão desde a década de 1960, quando Luis Saia desenvolveu estudos que lançaram luzes sobre sua representatividade entre os aglomerados urbanos fundados no século XVIII (Saia, 2009; IPHAN, 2010a, p.63; IPHAN, 2010b, p.14). Segundo informações disponibilizadas pelo Portal do IPHAN, o tombamento federal incluiu os “casarões, capelas, praças, coretos e fontes, ladeiras, ruas e largos – marcos de preservação urbana que trazem relevantes referências espaciais da cidade e caracterizam as fases de sua expansão urbana”⁸.

Nos meses que se seguiram à inundação, ambos os órgãos de preservação, CONDEPHAAT e IPHAN, conduziram intervenções de restauro no conjunto urbano, bem como ações para promover a participação da comunidade local no processo de reconstrução⁹. Nesse contexto, Epitácio destaca o estabelecimento da Resolução SC-3 de 23 de fevereiro de 2010, pelo CONDEPHAAT, que definiu critérios para os projetos de reconstrução e reforma das edificações afetadas, além de realização de audiências públicas na cidade para dialogar com a comunidade local sobre as reconstruções em curso (Epitácio, 2018, p.161; CONDEPHAAT, 2010a e 2010b).

⁷ O CONDEPHAAT identificou 88 imóveis atingidos: 70 parcialmente arruinados e 18 totalmente destruídos. A cidade possuía 425 imóveis tombados. Cf.: A reconstrução de São Luiz do Paraitinga, balanço 1º semestre de 2010. *Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)*, 20/07/2010.

⁸ Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/294> (Acesso em 09/12/2023).

⁹ A reconstrução de São Luiz do Paraitinga. *Portal da ALESP*, op. cit. Entre as principais edificações reconstruídas, destacamos a Capela das Mercês, obra realizada pelo IPHAN; e a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, com verba do Estado de São Paulo (EPITÁCIO, 2018, p.162). Sobre as questões envolvidas nas obras de reconstrução, consultar, entre outros: MOURA, 2011; ALLUCCI, 2013 e 2014; e MORADEI, 2016.

Com a necessidade de ações emergenciais para a reconstrução de São Luiz do Paraitinga, estabeleceu-se um diálogo entre os órgãos de preservação, sobretudo, em nível técnico, para uma atuação conjunta e eficaz no município¹⁰. Frente ao arruinamento do centro histórico, adotou-se uma política pública de reconstrução para atenuar o impacto da tragédia na municipalidade, de modo que, além das medidas técnicas a serem tomadas, fosse possível manter contato com a população, realizando audiências públicas e valorizando a relação da comunidade com o território, a cultura e a memória local.

3. Ações da sociedade civil no cenário da reconstrução

No contexto das diversas ações emergenciais executadas após a inundação, assim como no planejamento da recuperação da cidade nos meses seguintes, observou-se uma conjunção de movimentos do poder público e mobilizações da sociedade civil, por vezes de forma concatenada. Nesse processo, evidenciou-se um encadeamento de ações voltadas, num primeiro momento, à recuperação da cidade; e num segundo momento, à preservação e difusão do patrimônio local¹¹.

No que concerne às ações governamentais – além da atuação dos órgãos de preservação, brevemente citada no item anterior –, ressaltamos a lei municipal nº 1.466, sancionada pela prefeitura em 2011, um ano após a inundação¹². A lei dispõe sobre a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga, responsável pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial do município. O Conselho seria encarregado de realizar tombamentos no âmbito do município, administrar as leis de preservação e projetos culturais, fomentar a difusão cultural por meio de atividades educacionais, além de assistir organizações não governamentais na aquisição de recursos por meio das leis de incentivo à

¹⁰ De acordo com Santos e Silva (2016, p. 48-49), até então não se teria registros da atuação conjunta dos órgãos CONDEPHAAT e IPHAN na cidade.

¹¹ O site da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga apresenta uma relação de entidades e voluntários que contribuíram com o processo de reconstrução da cidade. Neste artigo, nos limites de nossos objetivos e de acordo com a disponibilidade de fontes, comentaremos algumas dessas ações e outras não listadas no site, identificadas ao longo desta investigação. A relação da prefeitura está disponível em: <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/cidade/ceresta/parceiros-da-reconstrucao-12433> (Acesso em 20/01/2024). Sobre as políticas públicas de gestão patrimonial local, ver: Santos, 2014; Moradei, 2016; Nobre, 2017.

¹² São Luiz do Paraitinga. *Lei no 1.466, de 31 de agosto de 2011*. Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga e dá outras providências. Durante o período de execução desta pesquisa, não foi possível levantar dados sobre a atuação atual do conselho.

cultura. O Conselho foi formado por representantes da sociedade civil e entidades religiosas, buscando integrar a comunidade às ações de preservação promovidas pela municipalidade. Cumpre salientar a menção ao patrimônio imaterial na citada lei, já que a participação da sociedade civil na proteção e difusão do patrimônio local parte de laços de pertencimento que atribuem valores intangíveis ao edificado. Desse modo, a promulgação da lei de criação do conselho municipal, impulsionada pelo cenário da reconstrução, evidencia a valorização de ambas as categorias de patrimônio de forma integrada:

1° – O *patrimônio material* é composto pelo conjunto de bens culturais registrados em Livro de Tombo, classificados em imóveis: sítios arquitetônicos, arqueológicos e paisagísticos; e móveis: acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos e fotográficos.

2° – O *patrimônio imaterial* são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados e que a comunidade reconhece como parte integrante de seu patrimônio cultural (São Luiz do Paraitinga, 2011).

Além da criação de um conselho municipal voltado à defesa do patrimônio cultural, foi instituído o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, composto por representantes da Câmara Municipal, por profissionais que haviam elaborado o Plano Diretor do município e educadores da Universidade de Taubaté (UNITAU), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP)¹³. O conselho teve o objetivo de estruturar ações “emergenciais e elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento do município, como forma de contribuir para a solução de problemas sociais causados pela enchente”¹⁴. Ainda no campo da gestão participativa, destacamos a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Cultural, que possuía o intuito de analisar as restaurações a serem feitas nos edifícios tombados afetados¹⁵.

Outro grupo de iniciativas reúne ações integradas entre órgãos da administração pública e a sociedade civil, representada por meio de universidades. Com apoio da UNESP, em maio de 2010 foi criado o Centro de Reconstrução Sustentável (CERESTA), iniciativa que centralizou os grupos de trabalho envolvidos na reconstrução da cidade, oferecendo um canal

¹³ *Jornal da Reconstrução*, ano 1, n.1, São Luiz do Paraitinga, 1ª. quinzena, março 2010.

¹⁴ Sobre outros conselhos criados nesse contexto, consultar: MORADEI, 2016, p.146.

¹⁵ *Jornal da Reconstrução*, op. cit.

oficial de informação e comunicação com os moradores (Moradei, 2016, p.143-145; Santos, 2015, p.175). Conforme depreende-se das notícias veiculadas no *Jornal da Reconstrução*, a partir da criação do CERESTA foi possível coordenar de forma mais eficaz as diversas ações em curso, promovidas por vários órgãos, tais como: Defesa Civil do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, UNESP, UNITAU, USP, CONDEPHAAT, IPHAN, entre outros, além da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) que, na época, foi responsável pela construção de mais de 150 casas populares¹⁶. Foi nesse contexto que foi criado o citado *Jornal da Reconstrução*, a partir de uma parceria entre diversas entidades – UNESP, UNITAU, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga – e voluntários da cidade (Santos, 2015, p.176)¹⁷. As dezoito edições do jornal divulgaram aos moradores atualizações acerca do andamento das obras e demais questões envolvidas no processo de reconstrução, além de articular os diferentes agentes implicados na recuperação da cidade, promovendo a mobilização social e aproximando os gestores da comunidade. Segundo Allucci, o jornal tinha como

ponto de partida a constatação da necessidade de um veículo impresso capaz de falar para e com a comunidade, além de ouvi-la, [discutindo] assuntos como novas casas populares, conselhos para a reconstrução, notícias sobre as situações física e econômica da cidade, o andamento das obras, relatos de audiências públicas, entre outros, mas também sobre o calendário festivo, chamando os moradores para participar das festas e comemorações que, timidamente, voltavam a ocupar as ruas da cidade (Allucci, 2014, p.32).

A UNESP contribuiu, ainda, por meio do “Programa Unesp para o Desenvolvimento de São Luiz do Paraitinga”, que promoveu a interlocução entre professores, alunos e a comunidade em diversas ações extensionistas voltadas ao restabelecimento econômico, social, cultural e estrutural da cidade; iniciativas que, mesmo após 10 anos da inundação, ainda reverberavam no município. Um exemplo dessas ações foi a inauguração da Rua da Música,

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Os editoriais dos números 1 a 6 informam que “o *Jornal da Reconstrução* é um projeto de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté e órgão informativo da Câmara de Desenvolvimento Socioeconômico de São Luiz do Paraitinga”. A partir do sétimo número (1ª quinzena, junho 2010), o editorial passou a informar que o jornal é “órgão informativo do Centro de Reconstrução Sustentável de São Luiz do Paraitinga, sob a coordenação da Prefeitura Municipal”. Todas as edições podem ser consultadas em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_0_15052019182514.zip (Acesso em 20/01/2024).

em agosto de 2021, que teve como objetivo requalificar uma faixa de terreno lindeiro ao Rio Paraitinga, áreas antes ocupadas pelos fundos dos lotes de antigas residências, ao longo de aproximadamente 300 metros. A obra foi financiada pelo Programa PAC Cidades Históricas e visou atender às solicitações da comunidade para a fundação de uma escola de música que “coroasse a vocação cultural e musical da cidade” (Jorge, 2021)¹⁸.

No campo das instituições culturais, destacamos a criação do Museu de História e Arte Regional – São Luiz do Paraitinga (MHAR), em 2011; e as ações promovidas pela Museu de São Luiz do Paraitinga, Casa Oswaldo Cruz. O MHAR foi viabilizado pela UNESP, em parceria com a prefeitura da cidade, com o objetivo de

preservar a memória histórica e cultural da cidade, armazenando e disponibilizando digitalmente documentos, fotografias, vídeos, produtos artísticos e informações que podem servir à população, turistas, estudantes, pesquisadores e curiosos em conhecer a história e cultura de São Luiz do Paraitinga¹⁹.

O acervo digital do MHAR reúne ampla documentação textual e iconográfica, além de gravações de reuniões e audiências públicas sobre as obras no Rio Paraitinga, que contaram com a participação da prefeitura, Ministério Público, população local e órgãos de preservação do patrimônio histórico, com o objetivo de deliberar sobre modos de prevenção contra futuras enchentes (Tieko, 2011).

A Casa Oswaldo Cruz, por sua vez, empreendeu um processo de constituição de acervo com relevante envolvimento da comunidade local, por meio de registros de história oral. De acordo com Abdala e Nardi, a constituição do acervo buscou contemplar a museologia relacional, empregando a técnica de História Oral de Alberti para reunir registros com base nos valores do corpo social luizense (Abdala e Nardi, 2020, p.70-73). Desse modo, além da coleta e digitalização de documentos e fotografias, o acervo do museu também foi composto por relatos de munícipes, contexto em que narrativas sobre as experiências traumáticas

¹⁸ Segundo o autor, a presença da UNESP na cidade é anterior a 2010. Anos antes, a universidade participou de um programa local voltado à capacitação de gestores públicos, em parceria com o governo do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, a UNESP foi convidada a colaborar na elaboração do Plano Diretor Participativo local, o que abriu caminho para o fortalecimento de parcerias no cenário pós inundações. O autor destaca, ainda, a coordenação de José Xaides, professor aposentado da UNESP, na elaboração de projetos que auxiliaram a recuperar o município, como a criação da citada rua da música (JORGE, 2021).

¹⁹ Site do Museu de História e Arte Regional São Luiz do Paraitinga (MHAR): <https://acervodigital.unesp.br/mhar-slp> (Acesso em 20/01/2024).

relacionadas à inundação também foram registradas. Em meados de 2022, foi possível verificar a repercussão da inundação de 2010 na exposição e instalação cenográfica e sonora, denominada “A grande enchente de 2010”, na qual se propunha aos visitantes escutarem depoimentos de moradores sobre o e sua perspectiva como vítimas da calamidade²⁰.

Tanto em jornais locais como em artigos científicos encontramos diversos relatos sobre a presença de moradores na recuperação da cidade, desde a limpeza dos escombros até a mão de obra utilizada nas intervenções arquitetônicas²¹, situação observada nas obras da Igreja Matriz, cuja empresa responsável desenvolveu atividades de educação patrimonial com os operários envolvidos, muitos deles moradores da cidade (Nobre, 2017, p. 218); bem como na reconstrução da Capela das Mercês (Allucci, 2014, p.33), quando, inclusive, se recorreu à oralidade para levantar dados sobre a trajetória da edificação (Iskandarian, 2011)²². O envolvimento da comunidade nas obras, portanto, foi além da especificidade do trabalho profissional realizado. Os laços afetivos com a materialidade em reconstrução alimentaram o cuidado e o olhar atento a cada detalhe tanto no resgate de peças como nas decisões de projeto e canteiro.

Somado à proatividade e aos anseios da população, o processo de recuperação de São Luiz do Paraitinga também contou com a participação de entidades criadas ou revisitadas após a enchente, com a finalidade de atuar tanto física quanto emocionalmente na cidade. É o caso da Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga (AMI São Luiz)²³, organização sem fins lucrativos criada por moradores da cidade logo após a inundação (Allucci, 2014, p.32), cujas ações permanecem ativas, promovendo o patrimônio e o turismo local. A associação também teve papel importante na arrecadação de donativos e na recuperação de imóveis, durante a primeira fase de recuperação da cidade (Nobre, 2017, p.193-195).

O Instituto Elpídio dos Santos, entidade sem fins lucrativos, fundada em 2001 com o objetivo de apoiar atividades artísticas e culturais da comunidade, também esteve envolvido no processo de reconstrução (Moradei, 2016, p.140). O Instituto já desenvolvia projetos

²⁰ Informações coletadas em visita ao museu no dia 18/08/2022.

²¹ *Jornal da Reconstrução*, 2ª edição de março de 2010. O tema também é tratado por: Allucci, 2014; Nobre, 2017, entre outros autores.

²² O emprego da história oral foi recorrente em várias ações patrimoniais ocorridas após a enchente, a partir de diferentes abordagens. Cf.: Santos, 2012; Sartori, 2014; Abdala e Nardi, 2020.

²³ Disponível em: <https://www.amisaoluiz.org.br/> (Acesso em 23/01/2024).

relacionados à música e à preservação do patrimônio imaterial, com programas voltados aos jovens²⁴. Contudo, diante da mobilização para a recuperação da cidade, a entidade abriu seu campo de atuação para a reconstrução de sua herança arquitetônica, contando com intervenções emergenciais de restauro realizadas pelo IPHAN em sua sede, antiga casa da família do compositor (Moradei, 2016, p.169-170)²⁵.

Com relação à educação patrimonial, foi identificada a iniciativa promovida em 2015 pela Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba em conjunto com a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e o IPHAN, que consistiu na realização de oficina com professores do Ensino Fundamental II, da rede municipal. Coordenada por professores do Departamento de Geografia da USP em conjunto com representantes do IPHAN, a oficina teve o objetivo de subsidiar a elaboração de materiais didáticos específicos sobre a cidade, em diálogo com reflexões sobre educação patrimonial²⁶.

A partir desse levantamento não exaustivo, é possível inferir que, diante da destruição provocada pela inundação de 2010, acentuou-se a necessidade de uma ação conjunta entre entidades municipais, estaduais, federais e a sociedade civil para conduzir ações eficazes de recuperação e conservação. Certamente, as análises das formas de engajamento da comunidade e das subjetividades envolvidas em cada situação identificada dependem de estudos mais específicos, contudo, o potencial do território e das materialidades edificadas como vetores para a construção de narrativas e laços de pertencimento parece evidenciar-se no conjunto de ações estudadas. Além do fato de grande parte das edificações destruídas ter como função a habitação, algo que reforça a relação de pertencimento da comunidade, é possível que o envolvimento de luizenses na salvaguarda e no restauro da cidade tenha sido motivado pela singular cultura da região, marcada por uma participação comunitária que estaria relacionada à consolidação geográfica do povoamento. Segundo Campos, desde as origens da ocupação daquele território já se observava um formato de sociabilidade resultante de agrupamentos familiares em localidades relativamente isoladas (Campos, 2011, p.26). Nesse contexto, as tradições culturais e festividades comunitárias – como a festa do Divino, as manifestações musicais e a culinária local –, também despontam como indícios dos laços que a

²⁴ *Jornal da Reconstrução*, 15ª. edição, janeiro de 2011.

²⁵ As atividades do Instituto podem ser consultadas em: <https://www.elpidiodossantos.org.br/> (Acesso em 23/01/2024).

²⁶ *Boletim da REPEP*, nº 13, abril de 2015. Durante a realização desta pesquisa não foi possível verificar se materiais didáticos resultantes da oficina chegaram a ser efetivamente aplicados.

população estabeleceu com o espaço ao longo do tempo, fatores que podem ter favorecido o engajamento no processo de reabilitação do conjunto urbano.

4. Ações da sociedade civil entre 2022 e 2023: patrimonialização em curso

Após verificarmos os formatos e desdobramentos das iniciativas preservacionistas iniciadas no contexto da reconstrução, empreendidas tanto por entidades da sociedade civil como pelos órgãos de preservação; em visitas técnicas à cidade ocorridas entre 2022 e 2023 pudemos identificar alguns projetos de difusão cultural em andamento, promovidos por instituições culturais e educacionais ou por organizações não governamentais.

Em linhas gerais, a interpretação das ações identificadas que contaram ou ainda contam com a participação da sociedade civil buscou lançar luzes sobre as seguintes questões: as cicatrizes da enchente repercutem nas narrativas contemporâneas sobre a cidade? Como terá sido a incorporação desse evento traumático no cotidiano e na memória local e de que modo tem sido transmitido àqueles que hoje vivem ou visitam a cidade?

Em visita à São Luiz do Paraitinga em agosto de 2022, ao percorrer instituições museológicas e culturais e analisar as narrativas históricas que veiculam, pudemos notar que a inundação de 2010 e seus desdobramentos foram incorporados à leitura do patrimônio histórico e cultural local, com significativa ênfase para o registro da atuação da sociedade civil durante o processo de reconstrução. Ao consultar os principais pontos turísticos da cidade, como a Igreja Matriz – cuja destruição representou um grande trauma para a comunidade –, encontramos painéis informativos que contam a história do edifício e como foi afetado pelas águas de 2010, bem como informações acerca da participação ativa dos moradores em sua reconstrução.

Além dos citados painéis, em alguns espaços históricos pudemos observar a presença de monitores que mediam a visita, em determinados horários. Trata-se de alunos do ensino médio que recebem bolsas para atuarem como monitores culturais junto aos turistas, proporcionando uma aproximação a informações históricas e culturais sobre a cidade. O projeto é parte de uma parceria celebrada entre a prefeitura e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) voltada à contratação de estagiários para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (São Luiz do Paraitinga, 2021).

Outra estratégia de difusão patrimonial que pudemos identificar durante a pesquisa foi a criação de *QR Codes* afixados em determinados edifícios ou logradouros, ideia explorada por dois caminhos diferentes, com origens e objetivos distintos: a proposta da associação privada “Sou Luizense” e o projeto “Descubra nosso Patrimônio” desenvolvido por estudantes locais. Ao serem escaneados, os *QR Codes* da associação apresentavam informações sobre o comércio no centro histórico, enquanto o segundo projeto apresentava dados sobre o local onde os códigos estavam afixados, de modo que o visitante poderia fazer seu percurso autoguiado. Os *QR Codes* estiveram ativos durante o desenvolvimento desta pesquisa, entre 2022 e 2023.²⁷

A “Sou Luizense”, criada em 2021 e ainda atuante, se apresenta como uma plataforma digital que busca dar suporte e assistência aos moradores e visitantes da cidade. Essa organização desenvolveu um projeto para a implantação de *QR Codes* destinados a facilitar o acesso a serviços diversos – como hospedagens, restaurantes e trajetos turísticos –, além de histórias sobre o município e informações sobre a cultura local²⁸.

²⁷ No início de 2024, contudo, não pudemos mais acessá-los. Não foi possível constatar se houve um problema temporário de escaneamento ou se os *QR Codes* foram desativados.

²⁸ Informações coletadas em visita à cidade e nas plataformas digitais da iniciativa. Disponível em <https://souluizense.com/> (Acesso em 20/01/2024).



Figura 1: QRCode “Descubra nosso Patrimônio”, afixado em edificação no centro histórico. Na parte inferior do cartaz, há menção aos apoiadores do projeto: logotipo da Secretaria de Turismo e Cultura e brasão da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.
Fonte: foto de B. M. Ferraz, 2023.

Já a segunda iniciativa citada é fruto de um projeto desenvolvido em âmbito escolar com a participação de alunos e moradores, e apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria de Turismo e Cultura de São Luiz do Paraitinga, conforme podemos observar na Figura 1. Os textos disponibilizados por meio dos QR Codes informavam sobre edifícios históricos, logradouros e ruas da cidade e sua toponímia, muitas vezes aludindo a personagens marcantes na história do município, como o próprio Monsenhor Ignácio Gióia e a Praça Dr. Oswaldo Cruz, o que reitera, de certo modo, uma narrativa histórica permeada pelas biografias de personagens ilustres. Paralelamente, contudo, há menções às memórias do desastre, registrando narrativas em que é possível notar a angústia da comunidade frente à devastação da cidade. Podemos inferir, portanto, o potencial que essas iniciativas possuem de difundir e

alicerçar leituras continuamente renovadas sobre espaços urbanos históricos, fornecendo ao turista e aos habitantes diferentes camadas de interpretação do conjunto edificado, por meio de narrativas que incorporam o tempo presente e as memórias traumáticas. Desse modo, é possível acessar relatos sobre a cidade construídos com a colaboração da comunidade tanto por meio do diálogo com jovens mediadores, atuantes como monitores em edifícios selecionados; como por meio de um suporte tecnológico que permite um percurso mais autônomo, ao escanear os códigos afixados nos edifícios.

As iniciativas comentadas acima, contudo, evidenciam a continuidade de um processo de valorização patrimonial em âmbito escolar que vem tomando corpo há vários anos. O projeto desenvolvido na E. E Monsenhor Ignácio Gióia voltado à coleta de relatos de ex-alunos, funcionários e professores para registrar a memória da escola é um importante exemplo nesse sentido. Os dados foram reunidos no livro *História Gióia*, publicado em 2012, com o apoio do Departamento de História da UNITAU (Santos, 2012). As perdas materiais causadas pela grande enchente – desde as próprias moradias até objetos que carregavam valores afetivos e que alicerçavam laços pessoais e familiares com a coletividade enraizada no território, como fotos, registros de famílias e documentos antigos –, fez surgir a necessidade de se realizar esse registro de memórias, evidenciando o impacto da destruição da materialidade na percepção e fruição dos valores intangíveis associados ao edificado²⁹.

Em pesquisa defendida em 2014, Coninck já observava o interesse em abordar a cultura e as tradições locais nas escolas de ensino fundamental da cidade, a partir da iniciativa de alguns professores e desenvolvimento de atividades como “visitação aos locais das festas” e “atividades em sala de aula, teóricas e práticas, (...) trabalhando a história de São Luiz do Paraitinga” (Coninck, 2014, p.156-157). Contudo, naquela ocasião, a autora apontou que essas iniciativas poderiam ser potencializadas se estivessem mais conectadas entre si, por meio de ações construídas coletivamente, com um envolvimento maior da comunidade na escola (Ibidem, p. 161). Além de incentivarem os alunos a desenvolver um interesse pela história e

²⁹ O desenvolvimento de projetos com estudantes locais tem ocorrido em várias frentes, abordando diferentes temáticas, a exemplo da pesquisa-ação participativa voltada à incubação de planos para redução de riscos de desastres. Cf.: Método de pesquisa-ação participativa permitiu estudantes incubarem planos para redução do risco de desastres, 13/01/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/metodo-de-pesquisa-acao-participativa-permitiu-estudantes-incubarem-planos-para-reducao-do-risco-de-desastres> (Acesso em 23/01/2024).

cultura locais (o que poderia repercutir na preservação de seu patrimônio), essas ações frisariam a necessidade de uma atuação mais efetiva dos órgãos municipais de educação junto aos seus professores³⁰. As ações recentes que abordamos nesta pesquisa, portanto, tais como a formação de monitores, os trabalhos de história oral e a criação de *QR Codes*, contando com a participação da comunidade e parcerias junto à municipalidade, evidenciam um caminho positivo no fortalecimento de ações coletivas de maior envergadura em âmbito escolar.

Entre as iniciativas propostas nos últimos anos, citamos o Projeto de Extensão Universitária intitulado: “A cultura que vale: conhecendo e preservando a história, a memória e o patrimônio do vale do Paraíba”, da UNITAU. O projeto visa a consolidação de um Memorial da Paróquia de São Luís de Tolosa e foi coordenado, além da universidade, por uma comissão organizadora composta pela comunidade e pela equipe do projeto (Abdala et al, 2021)³¹. A proposta teve início em 2019, por meio da realização de uma Exposição Temporária no Memorial da Paróquia de São Luís de Tolosa, com o objetivo de

atender a uma demanda oriunda de uma iniciativa da própria comunidade, a partir do trabalho efetivamente coletivo e participativo englobando a parceria entre a comunidade luizense e a equipe do projeto, composta por uma docente e dois discentes do Curso de História da Universidade de Taubaté. Desse modo, o projeto visa também à formação dos discentes envolvidos na atividade extensionista de um modo integral, ampliando suas perspectivas profissionais e pessoais. (Abdala et al, 2021).

Finalmente, identificamos um projeto iniciado no final de 2023 voltado ao desenvolvimento do Inventário Participativo de São Luiz do Paraitinga, fruto de uma colaboração entre a Superintendência do IPHAN em São Paulo e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (campus São Paulo), evidenciando a continuidade das iniciativas que alicerçam o diálogo entre poder público, institutos de pesquisa e comunidade no campo da salvaguarda patrimonial.³²

³⁰ A autora apontou em sua pesquisa a pertinência de implementar com maior ênfase a lei municipal nº 1.137/2004, que incluiu a disciplina “acerca do estudo de História e Cultura Popular do Município de São Luiz do Paraitinga no currículo escolar dos alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série)” (São Luiz do Paraitinga, 2004; Coninck, 2014, p.161-162).

³¹ Para vídeos e documentários relacionados ao projeto, consultar: <https://www.youtube.com/channel/UC7h38t8-TqIDMSFOUlfk2FA> e *Roda de Conversa: São Luiz do Paraitinga: a memória que constrói a História*. TVUNITAU. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RvbrbEb_I2c (Acesso em 04/05/2023).

³² Divulgado em: <https://spo.ifsp.edu.br/component/content/article?id=3671> (Acesso em 08/03/2024).

A partir desse elenco não exaustivo de ações da sociedade civil para a preservação do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga, no cenário da reconstrução e ao longo da década que se seguiu, pudemos lançar luzes sobre diferentes formas de mobilização da comunidade, de maneira proativa ou no âmbito de projetos participativos promovidos por diferentes órgãos do poder público. O envolvimento da sociedade civil com a salvaguarda e difusão do patrimônio cultural local possui raízes profundas que antecedem a grande enchente de 2010, entretanto, o trauma certamente gerou a urgência para que processos participativos ganhassem corpo, fortalecendo uma experiência coletiva de mobilização que repercute na atualidade. Observamos, portanto, um processo de patrimonialização contínuo e dinâmico, que contempla as várias frentes da reconstrução e sucessivas ações preservacionistas como uma nova camada na narrativa histórica sobre a cidade.

Entre as ações mais recentes, destacamos a preocupação de incentivar estudos sobre o patrimônio cultural local em ambiente escolar – construindo estratégias para discuti-lo entre alunos, professores, moradores e visitantes da cidade³³. Este é um nítido apontamento de mobilização da sociedade civil para a salvaguarda de seu patrimônio em uma perspectiva de médio e longo prazos, apostando na formação e conscientização do público jovem e na contínua construção da memória local como um importante elo entre gerações.

Ao movimentar o poder público diante da emergência da reconstrução em diferentes frentes, o trauma certamente gerou um engajamento assertivo que levou a coletividade e os agentes públicos a colocar em prática diferentes medidas participativas, experimentando-as, enfrentando conflitos e desenhando estratégias para o restabelecimento da vida cotidiana. Estudar este conjunto de experiências em perspectiva histórica, portanto, nos oferece um relevante aprendizado frente ao impacto das mudanças climáticas e à necessidade urgente de planejarmos a salvaguarda em uma dimensão necessariamente coletiva, por meio de políticas públicas ágeis e eficazes alicerçadas ao engajamento das populações envolvidas.

³³ O desenvolvimento de projetos em âmbito escolar, de caráter científico ou extensionista, foi frisado na roda de conversa *online*, citada anteriormente em nota. Na ocasião, pesquisadores dedicados ao estudo do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga mencionaram ações em desenvolvimento que deverão ser divulgadas em artigos científicos futuramente.

Referências

ABDALA, R. D. *et al.* A extensão universitária e a emoção identitária em níveis de (re)conhecimento: experiências em São Luiz do Paraitinga. In: GOUVÊA, L. G. *et al.* (Orgs.). **A UNITAU na comunidade: relatos de práticas de extensão.** Taubaté-SP: EdUnitau, 2021, v. 1, p. 67-82.

ABDALA, R. D.; NARDI, L. Professora/Pesquisadora/Sujeito: experiência de uma professora de História ao musealizar o luizense. In: NEVES, L. R. (Org.). **Os Dois Lados da Margem: textos de São Luiz do Paraitinga.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 65-78.

A reconstrução de São Luiz do Paraitinga, balanço 1º semestre de 2010. **Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)**, 20/07/2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=308652> (Acesso em 09/12/2021).

ALLUCCI, R. R. **São Luiz do Paraitinga: A construção de imaginários e os desígnios pós-tombamentos.** Tese de Doutorado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

ALLUCCI, R. R. A reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga. **Revista Urbana (CIEC/UNICAMP)**. Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas, v.6, n. 9, 2014. <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i2.8642615>

ALLUCCI, R. R. **Apontamentos sobre memória e patrimônio a partir da reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga.** Curso de Especialização em Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. **São Luiz do Paraitinga e seu tombamento: de conjunto à paisagem.** *Identidades: Território, Cultura e Patrimônio*, v. 9, 2020.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 27, 2019. <https://doi.org/10.5821/identidades.10263>

Boletim da REPEP, Rede Paulista de Educação Patrimonial, nº 13, abril de 2015. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2013%20-%20Abril%202015.pdf> (Acesso em 23/01/2024).

BORSOI, D. F. São Luiz do Paraitinga: em que medida iluminista? **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.29, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e28>

BORSOI, D. F. **Cidades em processo: arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX).** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2020.

CAMPOS, J. T. de. **A Imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura.** Taubaté: UNITAU, 2011.

CONINCK, L. C. M. **São Luiz do Paraitinga: história, cultura e educação.** Dissertação de Mestrado em Educação Arte e História da Cultura. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

EPITÁCIO, T. C. A enchente de São Luiz do Paraitinga. In: MARTINS, A. L. (Org.). **Condephaat 50 anos: registros de uma trajetória.** São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2018.

FERRAZ, B. M. **São Luiz do Paraitinga, SP: ações da sociedade civil na preservação do patrimônio cultural local.** Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apoiada pela FAPESP. São Paulo: EFLCH-UNIFESP, FAPESP, 2023.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 1590-T-10.** Conjunto histórico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga, 2010a.

IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga.** Superintendência IPHAN São Paulo, 2010b.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 0452-T.** Casa natal de Oswaldo Cruz, 1956.

ISKANDARIAN, C. Destruída por enchente, capela mais antiga de Paraitinga é restaurada. **Portal G1 São Paulo**, 10/09/2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/destruida-por-enchente-capela-mais-antiga-de-paraitinga-e-restaurada.html> (Acesso em 23/01/2024).

JORGE, M. A. São Luiz do Paraitinga inaugura via urbana projetada por especialista da Unesp. Rua da Música é produto da ampla colaboração da Universidade para reconstruir o município após enchentes em 2010. **Jornal da Unesp**, 27/08/2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/08/27/sao-luiz-do-paraitinga-inaugura-via-urbana-projetada-por-especialista-da-unesp/> (Acesso em 09.12.2021).

Jornal da Reconstrução, São Luiz do Paraitinga, edições n.1 (março 2010) a n.18 (março 2011). Disponíveis em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_0_15052019182514.zip (Acesso em 20/01/2024).

MARIMON, A. A enchente que entrou sem pedir licença e transformou São Luiz do Paraitinga. **Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais.** UNICAMP, s.d. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/a-enchente-que-entrou-sem-pedir-licenca-e-transformou-sao-luiz-do-paraitinga/> (Acesso em 09/12/2021).

Método de pesquisa-ação participativa permitiu estudantes incubarem planos para redução do risco de desastres, 13/01/2022. **Portal gov.br.** Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/metodo-de-pesquisa-acao-participativa-permitiu-estudantes-incubarem-planos-para-reducao-do-risco-de-desastres> (Acesso em 23/01/2024).

MORADEI, N. dos S. **A grande enchente de São Luiz do Paraitinga (2010-2016)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2016.

MOURA, F. V. de. **São Luiz do Paraitinga: Preservação do centro histórico e intervenção na Praça Dr. Oswaldo Cruz**. Dissertação de Mestrado (MP/CECRE). Salvador: FAU-UFBA, 2011.

NOBRE, C. D. **Memórias do renascer de uma cidade: São Luiz do Paraitinga após o verão de 2010**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), 2017.

SAIA, L; TRINDADE, J. B. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Governo do Estado de São Paulo, 1977.

SAIA, L. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga [1974]. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n.10, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i10p129-140>

SANTOS, C. M. P. **A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

SANTOS, D. M. dos; SILVA, A. L. da. A invenção do patrimônio: memória e identidade no tombamento de São Luiz do Paraitinga como patrimônio nacional. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 52, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.1.06>

SANTOS, D. M. **História Gióia: Olhares que contam a História da Escola Monsenhor Ignácio Gióia em São Luiz do Paraitinga**. São José dos Campos: JAC Editora, 2012.

SANTOS, J. R. C. C. **A cultura como protagonista da reconstrução de São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: FFLCH, 2015.

São Luiz do Paraitinga. **Lei n. 1.466, de 31 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga e dá outras providências. Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/Leis/2011/1466.pdf> (Acesso em 10/12/2021).

São Luiz do Paraitinga. **Lei n. 1.137, de 27 de agosto de 2004**. Que incluiu matéria acerca do estudo de História e Cultura Popular do Município de São Luiz do Paraitinga no currículo escolar dos alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série). Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/Leis/2004/1137.pdf> (Acesso em 19/01/2024).

São Luiz do Paraitinga. **Processo de Seleção Pública de Estagiários Jovem Talento**, edital n. 01/2021. Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/publicacoes/edital-de-notificacao/processo-de-selecao-publica-de-estagiarios-jovem-talento--edital-n-012021-204877> (Acesso em 23/01/2024).

SÃO PAULO (Estado); CONDEPHAAT. **Processo n. 22066/1982**. Área envoltória de São Luiz do Paraitinga, 1982a.

SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT. **Estudo de Preservação e Tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga**. São Paulo, 1982b.

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. **Resolução n. 55 de 13/05/1982**, 1982c.

SÃO PAULO (Estado), UPPH/CONDEPHAAT. **Relatório de Situação São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: UPPH-CONDEPHAAT, 2010a.

SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT. **Resolução SC-3 de 23/02/2010**, 2010b.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 11.197, de 5 de julho de 2002 / Lei nº 17.469, de 13 de dezembro de 2021**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17469-13.12.2021.html> (Acesso em 23/01/2024).

TIEKO, T. Universidade lança museu virtual de São Luiz do Paraitinga: iniciativa busca preservar patrimônio cultural do município. **Portal da UNESP**, 05/08/2011. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/7360/universidade-lanca-museu-virtual-de-sao-luiz-do-paraitinga/> (Acesso em 10/12/2021).

ZAGATO, J. A. C. **Um órgão, nove cidades: proteção, planejamento e gestão em conjuntos urbanos tombados pelo Condephaat**. Monografia de Especialização em Economia Urbana e Gestão Pública. São Paulo: PUC-SP, 2012.

MEMÓRIAS DE UM FEIRANTE: disputas da memória social na patrimonialização do Mercado Público de Lages

MEMORIES OF A MARKETER: social memory disputes in the patrimonialization of the Lages Public Market

José Alberto de Oliveira Grechoniak¹

joseagrechoniak@gmail.com

Ana Elísia da Costa²

ana_elisia_costa@hotmail.com

RESUMO: Tendo como marco teórico reflexões que reconhecem a cultura como um campo de disputas e que buscam construir uma política democrática do patrimônio, o trabalho revisita a história do Mercado Público de Lages, a partir do relato do filho de um ex-feirante. A adoção desse objeto de estudo se justifica pelo fato desse Mercado ter sido alvo de uma recente revitalização que se centrou nos aspectos físicos do edifício e apagou memórias dos que lá trabalharam. Com uma abordagem exploratória-qualitativa, objetiva-se analisar o referido relato e avaliar sua potencialidade para recompor uma memória-outra ou não hegemônica do Mercado, vindo a subsidiar novas pesquisas. Dividido em três partes, o trabalho apresenta o “contador de histórias”; descreve o mercado como “lugar” e “espaço”, revelando personagens, modos de trabalho e de sociabilização e fatos da luta de classe; e aborda traumas vividos na interdição e requalificação do edifício. Conclui-se que o Mercado suporta não uma história, mas histórias, devendo converter-se em um novo campo de investigação. Espera-se, com isso, dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado, assegurar o direito à cidadania cultural e prospectar futuros mais democráticos na gestão patrimonial de Lages.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Cultural; Mercado Público; Lages.

ABSTRACT: Taking as a theoretical framework reflections that recognize culture as a field of dispute and that seek to build a democratic heritage policy, the article revisits the history of the Lages Public Market, based on the report of the son of a former marketer. The adoption of this object of study is justified by the fact that this Market was the target of a recent revitalization that focused on the physical aspects of the building and erased memories of those who worked there. With an exploratory-qualitative approach, the objective is to analyze the aforementioned report and evaluate its potential to recompose an other or non-hegemonic memory of the Market, coming to subsidize new research. Divided into three parts, the study presents the “storyteller”; describes the market as a “place” and “space”, revealing characters, ways of working and socializing and facts of the class struggle; and addresses traumas experienced during the closure and redevelopment of the building. It is concluded that the

¹ Arquiteto e Urbanista. Mestrado no PROGRAU da UFPE. Professor da Universidade do Planalto Catarinense.

² Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011); Pós-doutora pelo Instituto Universitário de Lisboa (2021). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel (PROGRAU-UFPel).

Market supports not a history, but stories, and should become a new field of investigation. This is expected to give broader meanings to the restricted built space, ensure the right to cultural citizenship and prospect for more democratic futures in Lages' heritage management.

Keywords: Memory; Cultural Heritage; Public Market; Lages.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como marco teórico reflexões que reconhecem que a cultura é um campo de disputas pela memória social e que buscam construir uma política democrático de patrimônio histórico. Nessa perspectiva, contestam a estatização da memória, a definição de uma história única e contínua e a constituição de um patrimônio oficial que, normalmente, diz somente ao universo dos sujeitos ligados aos poderes estabelecidos. Contemplando práticas sociais e culturais de múltiplos e diferentes agentes, essas discussões buscam legitimar não uma memória ou uma história, mas memórias e histórias, incluindo a de sujeitos esquecidos ou “vencidos” pelos poderes estabelecidos (Chaui, 2021).

Dar luz a essas memórias-outras se justifica por assegurar o direito à diferença, construindo uma cultura coletiva e plural. Por outro lado, ao permitir que memórias excluídas no passado sejam retomadas no presente, abre-se perspectivas para reflexões sobre as motivações dos conflitos vividos, bem como sobre os modos como a sociedade e suas instituições constroem a si mesma e seus significados, o que é condição fundamental para transformar o futuro.

Essa abordagem da cultura, da memória e do patrimônio, portanto, transcende a abordagem redutora de critérios, conceitos e técnicas de identificação, preservação e intervenção patrimonial. O tema aqui é politizado em uma perspectiva emancipatória e se articula com outras lutas, como o direito à cidade, ao meio ambiente e à cidadania cultural (Chaui, 2021).

À luz desse marco teórico, diversos estudos vêm resgatando memórias do trabalho e dos trabalhadores. Lugares da memória do trabalho dizem respeito aos laços de identidade e de solidariedade de classe constituídos no ritmo cotidiano do labor, mas também aos conflitos e lutas sociais e políticas que envolvem alienação e resistências à contingências das ordens impostas (Nascimento; Scifoni, 2015).

Entre os lugares de trabalho, destacam-se os mercados públicos. Esses, contudo, são também lugares de sociabilidades. Mais do que lugar de trabalho e de troca, ali se dão

encontros e festas, entre o vai e vem de coisas e pessoas e a profusão de cores, cheiros e gritos. Partilha-se ali a culinária, modos de expor, de negociar, de vestir e de falar, articulando principalmente produtores, comerciantes e compradores. Mercados são também palcos de disputas pelo seu uso que, como espaço semipúblico, acaba por animar e tensionar os interesses operantes na construção das cidades. (Freire, 2018; Bonduki, 2010). Por essa densidade social, os mercados são sempre espaços de empilhamento de memórias heterogêneas.

Da vivência do Mercado Público do município de Lages/SC, fundado em 1948 e interditado em 2009, também emergem memórias diversas, especialmente de seus trabalhadores anônimos. Essas, contudo, foram invisibilizadas com um recente projeto de revitalização de 2014, finalizado em 2021. Desencadeado por um concurso nacional de projetos de arquitetura, as propostas de revitalização foram regidas por um edital que toma o Mercado como um “patrimônio”, sem precisar os valores materiais e simbólicos do seu passado. Tampouco esse edital envolveu antigos trabalhadores na proposição de um futuro programa que, por sua vez, dedicou espaço ao turismo e ao lazer *gourmetizado*, a exemplo de tantas intervenções em mercados no cenário global neoliberal (Freire, 2018).

Esse concurso, na verdade, opera como um artifício que legitima o que Montaner e Muxí (2014, p. 159) chamam de “apagamento de memórias”. De forma lenta e oculta, apaga memórias plurais e complexas e impõe memórias simples, como forma de controlar resistências e permitir investimentos, valendo-se para isso de campanhas publicitárias.

O tema deste concurso recentemente foi discutido em uma pesquisa (Grechoniak, 2023) que, apesar de não objetivar o resgatar das diversas memórias que constituem o Mercado, foi interpelada pelo depoimento de um filho de dono de banca. Essa narrativa, ao tornar habitável o “vazio” do Mercado abandonado e dar luz aos conflitos envolvidos no seu processo de interdição e de revitalização, evidenciou a necessidade de ampliar novas pesquisas, já que esse é um tema ainda pouco abordado em pesquisas e na mídia em geral.

Tomando esse relato como dado e pretexto para uma experimentação investigativa sobre memória, o Mercado Público de Lages é (re)tomado aqui como objeto de estudo. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório e qualitativo que objetiva analisar a referida narrativa e avaliar sua potencialidade para recompor uma memória-outra ou não-hegemônica do Mercado. Isso, por sua vez, se justifica por poder subsidiar novos estudos.

Para tanto, vale-se principalmente dos aportes teóricos de Certeau (1998) e metodológicos de Faraco (2003). Entende-se aqui que o mercado não só como “lugar” – dado físico ou geométrico –, mas também como “espaço” de práticas sociais polivalentes permeadas por conflitos e consensos, e que, por isso, os relatos sobre ele “incessantemente, transformam lugares em espaços ou espaços em lugares”. (Certeau, 1998, p. 203). Por outro lado, a experimentação analítica desses relatos se vale de algumas estratégias da “análise do discurso” (Faraco, 2003). Trechos da narrativa foram separados por temas emergentes, agrupados e, por fim, comparados. Entre o dito (e não dito), em distintos lugares e de distintos modos, foi construído um texto-outro, uma interpretação livre, obviamente sob o risco de perda da riqueza do discurso integral e de distorção de argumentos postos fora de contexto.

O trabalho apresenta em sua primeira parte o nosso narrador, um contador de histórias minuciosas e sensíveis, onde descrição e invenção (sempre verdadeiras) se amalgamam. A segunda parte versa sobre a descrição do mercado como “lugar” e como “espaço”, revelando personagens, modos de trabalho e de sociabilização e fatos da luta de classe. Por fim, a terceira parte revela os traumas da violenta interdição do mercado e os apagamentos de memórias e vidas, o que não se dá só ontem, mas são permanentes no hoje.

Ao serem reveladas memórias-outras do mercado, amplia-se a sua abordagem histórica como única - ali não cabe uma história, mas histórias -, sendo, portanto, um lugar de cultura plural. Decorrente disso, novas pesquisas junto a produtores, comerciantes e compradores do antigo mercado se mostram como um promissor campo de investigação. Isso se faz necessário não só por dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado do mercado, mas também por assegurar o direito à cidadania cultural e prospectar futuros mais democráticos na gestão patrimonial de Lages.

1. O NARRADOR OU CONTADOR DE HISTÓRIAS

“João”, nome fictício de nosso contador de histórias, atende prontamente ao pedido de uma entrevista informal sobre o Mercado Público de Lages, motivada por ser ele filho de um antigo dono de banca e de ter também trabalhado ali por um longo período³. O protocolo de pesquisa, que contextualiza seus objetivos, explicita autorizações necessárias e expõe

³ Buscando depoentes, a pesquisa veiculou um material nas redes sociais que, depois de compartilhado, alcançou a esposa de João, então estudante de Arquitetura. Ela, ao fim, se encarregou de estabelecer os contatos.

questões principais investigadas⁴, foi enviado a ele por e-mail, respondendo a isso também por esse meio, ou seja, textualmente, o que permite uma maior elaboração das respostas, se comparadas ao modo oral.

O texto recebido, acompanhado de duas fotografias da família, é denso, crítico e poético. Por isso, as diversas chaves de leitura que permitem só foram sendo afirmadas em sucessivas leituras. A primeira, diz respeito a como se apresenta a partir da sua relação com o mercado.

João é herdeiro do ofício de avô e de pai, o que evidencia a transferência de saberes entre gerações:

[...] segundo relatos que tive na infância, meu avô já tinha uma banca no Mercado, porém não tenho registros dessa época. Acredito que meu pai (...) tenha se estabelecido como feirante no Mercado Público de Lages entre o final da década de 1980 e início da de 1990, o que coincide com o meu nascimento, em maio de 1990. Logo, toda memória que tenho da parte do meu pai está intimamente ligada ao Mercado Público, pois, desde sempre, ele trabalhava lá como feirante. E assim foi até a ‘intervenção’ da Prefeitura.

[...]

Passei pelo menos 2/3 da minha vida naquele espaço... (“João”, 2022).

Grande parte da “prática” de João no mercado, portanto, se dá quando era ainda criança. Sua memória infantil, no seu sonhar um lugar desaparecido, revela valiosas “estruturas espaciais originais” ou “espaços metafóricos”, cujo valor reside na constituição do espaço em si, bem como de si próprio (Certeau, 1998, p. 191).

Pessoalmente, o Mercado foi o lugar que marcou a minha infância e adolescência.

[...]

⁴ As questões buscaram abordar cinco eixos temáticos – o antigo mercado (comércio, vivência, saída), concurso e revitalização –: **a)** Quando iniciaram a trabalhar no Mercado? Por quanto tempo permaneceram lá? Quais produtos comercializavam?; Como era a vida naquele local? Qual é/era a importância do Mercado para vocês? Lembram de algum momento marcante que viveram no Mercado?; **b)** Como foi a saída de vocês do Mercado Público? Ainda estavam trabalhando lá quando o Mercado foi fechado? Como foram avisados para desocuparem o espaço? Continuaram comercializando em outro espaço? A Prefeitura deu algum suporte?; **c)** O que pensam sobre o Concurso de Revitalização do Mercado? Vocês foram consultados? Era uma demanda dos antigos comerciantes?; **d)** Sobre a revitalização de 2021, o que pensam? Tiveram a possibilidade de formar um comércio no novo espaço?

[...] brincava de me esconder entre os boxes, de enfiar o braço, da mão até o cotovelo, num saco de feijão, de ver um favo de mel exposto na banca, dos ganchos enferrujados que pendiam salames (...), de afiar a faca no piso bruto do próprio Mercado para poder cortar um naco de fumo de rolo... (“João”, 2022).

No presente, João pede expressão ao que ainda não foi visto ou dito no passado e releva um espaço que, pela densidade de suas significações, se torna memorável, tal como observa Chaui (2021, p. 161): “uma obra só é memorável graças ao excesso das suas significações com relação aos significantes ou aos signos disponíveis nos quais se expressa”.

Seu relato, contudo, não só descreve, mas recria o espaço do mercado (Certeau, 1989). Não reduzindo-o a lugar ou um objeto museográfico degradado, nem a existência de seus trabalhadores a uma massa informe e indistinta, ele constrói mapeamentos dinâmicos de espaços e de existências com significado.

2. O MERCADO

2.1 lugar físico

O Mercado Público de Lages, projetado e construído entre os anos de 1940 e 1948, integrava naquela época planos de revitalização urbana de Lages/SC. Sob discursos da elite sociopolítica em prol da modernidade e do embelezamento, o novo mercado substituiu dois mercados existentes e foi erguido fora do eixo fundacional da cidade (Peixer, 2002). Isso, naturalmente, envolveu o apagamento de tantas outras memórias que, apesar de não serem discutidas aqui, revelam os modos contínuos com que a sociedade local construiu e ainda constrói sua história.

Como **Lugar**, deve-se observar que o mercado foi projetado por Wolfgang Ludwig Rau. O estilo adotado foi o Art Déco, tentando demonstrar a modernidade prometida. Trata-se, contudo, como observa Ishida et. al. (2013), um Dèco de viés popular, com ornamentações simplificadas.

Desenvolvido a partir de um pavilhão retangular, o edifício do Mercado possui dimensões imponentes, ocupando, no sentido longitudinal, toda a testada. Em suas extremidades, corpos menores complementam o edifício formando uma planta “U” que lhe garante aberturas para três ruas. Dentre os blocos, destaca-se o situado na esquina, com dois pavimentos e desenho semicircular. (Figuras 1 a 3)

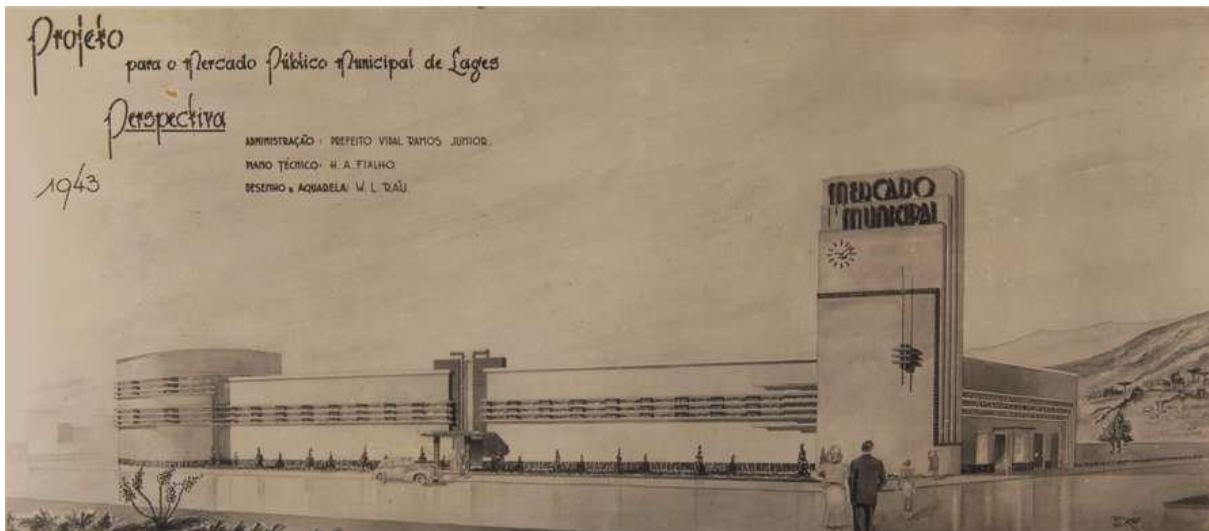


Figura 1 - Projeto para o Mercado Público de Lages (1943). **Fonte:** Teixeira (2009, p.50).



Figuras 2 e 3 - Fachadas do Mercado Público de Lages (n.d.). **Fonte:** Imagens disponíveis na Página “Bela Lages por Júlio Vasco” no Facebook, 2015.

Nas décadas de 1960 e 1970, o prédio passou por modificações. Uma cobertura foi construída entre o pavilhão principal e os blocos laterais, a fim de dobrar a sua área, o que poderia significar uma ampla procura pelos produtos ali comercializados. (FMCL, 2014).

Em 1990, o Mercado Público foi considerado, por meio da Lei Orgânica do Município de Lages, como Patrimônio Histórico Municipal (Peixer, 2002). Esta designação, contudo, não lhe garantiu a sua salvaguarda, como será discutido, especialmente porque durante as décadas seguintes, com o avanço das redes mercadistas, o mercado passou a ser reduzido a um espaço de passagem e de uso ocasional.

A descrição desse lugar geométrico e cronológico ganha novos sentidos dimensionais e espaciais nas memórias de João:

Eu lembro o quão desproporcional a construção era em relação à quantidade de feirantes que lá trabalhavam... O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, pois era quando acontecia a “Feira” e, mais ainda, com a venda de ‘Peixe Vivo’, com a proximidade do feriado religioso. Para a primeira, uma área equivalente a quase 1/4 de todo espaço físico do Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras. Esses eram os dias em que as vendas aumentavam, pois os feirantes eram como um ‘complemento’ dos produtos que a ‘Feira’ atraía para o Mercado (“João”, 2022).

Essa ambígua dinamicidade talvez justifique o abandono e precarização que o mercado sofreu nos anos seguintes pelo poder público, o que é corroborado pelo depoimento do João e por uma das poucas matérias jornalísticas da época (Figura 4):



[...] o telhado estava sendo paliativamente escorado por ‘escoras’ de madeira que os próprios feirantes que lá trabalhavam confeccionaram e, de fato, o telhado estava apodrecendo pelo contato da estrutura de madeira com as águas pluviais. Pelo que recordo, houveram várias tentativas na época de acionar a Prefeitura para resolver essa questão, todas infrutíferas até então. É importante frisar aqui que era paga uma taxa, simbólica pelo que lembro, para o uso dos boxes e o pedido dos feirantes era para que houvesse uma reforma no telhado. Como essa reivindicação se alastrou meses a fio, essas ‘escoras’ foram necessárias para conter o telhado que, aos poucos, apodrecia. (“João”, 2022)

Figura 4 - Manchete sobre a falta de recursos para a manutenção do Mercado Público de Lages no Jornal Correio Lageano (23/11/2016). **Fonte:** Acervo de William Branco

Em 2009, o espaço, em razão de problemas estruturais, foi interditado pela Defesa Civil Municipal, tema que será abordado posteriormente, permanecendo fechado por quase doze anos até sua reabertura em 2021.

2.2. espaço social

João, por ter vivido grande parte de sua vida no mercado, tinha os demais feirantes e funcionários como uma família estendida, podendo nomear um a um. Como massa anônima, estão os meros passantes e os fregueses que, apesar de fiéis, eram presenças flutuantes, conforme os dias da semana, quando havia feira e venda de “peixes vivos”:

Eu lembro de cada um que lá trabalhava na época pelo nome: Wilson, Lemos, o ‘Pixeiro’, Antonio (meu pai, que todos conheciam por Mazza, seu segundo nome), Tônico, ‘Gaúcho’ (guarda) e o ‘Gringo’ (responsável pela ‘Feira’) [...] o Sr. Wilson, por exemplo, vendia cocada, paçoquinha, alhos, ovos e figos.

[...]

O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras [...] o Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras.

[...]

[...] alguns apressados que nem compravam nada e usavam o Mercado como atalho para não dar a volta na quadra (“João”, 2022).

Entre os personagens, vendedores e compradores, estão as mercadorias que lhes interessavam e uniam. Para além dos perecíveis – peixes, frutas, verduras –, a vedete do mercado eram os produtos coloniais, fato também corroborado por outra matéria jornalística (Figura 5):



O principal produto vendido era o mel, seguido de outros produtos coloniais como cera de abelha (bruta e alveolada), feijão, queijo, salame, charque, fumo de rolo, pinhão (quando era época) e, raras as vezes, banha de porco, rapadura e até palitos de fósforo. De vez em quando eram comercializados ovos caipiras, algo hoje impensável devido à atuação da vigilância sanitária, mas que, na época, era permitido ("João", 2022).

Figura 5 - Reportagem sobre os feirantes do Mercado Público de Lages no Jornal Correio Lageano (09/12/2008). **Fonte:** Acervo de William Branco

Modos de trabalho

O ritual de venda dessas mercadorias revela valiosas dimensões do mundo do trabalho, não se reduzindo ao simples comprar-vender. Esse ritual, passo a passo, envolve: a negociação de compras de mercadorias para a revenda; o preparo dos alimentos para exposição e comercialização, em procedimentos engenhosos e, aos olhos de hoje, pouco assépticos; o embalagem para despacho, sempre com reuso de materiais; e as formas de pagamento que, distintamente da selvageria capitalista atual, envolvia laços de confiança.

Como numa cadeia produtiva, os produtos coloniais eram comercializados "direto com os produtores e (re)vendidos pelos feirantes (às vezes a preços inflacionados)". Entre feirantes e produtores, pressupõe-se também relações de fidelidade no fornecimento e laços de confiança, já que esses são necessários para negociar valores e favorecimentos mútuos.

Chegada ao mercado, cada mercadoria era submetida a diferentes níveis de preparação, desenhando outros rituais que ganham significação nos relatos de João. Havia aqueles que a venda era quase imediata: o feijão era vendido a granel, armazenado em sacos,

onde suas mãos infantis deliravam em experiências sensoriais; o fumo era oferecido em rolo e vendido aos “nacos”, para depois ser convertido em cigarros de palha com a “habilidade paciosa de ... picar o fumo na palma da mão”; o salame era pendido em “ganchos enferrujados”.

Outras mercadorias demandavam enorme trabalho de preparação antes da sua efetiva oferta. Por vezes, isso se dava ainda em casa, o que demonstra uma indefinição dos espaços laborais e domésticos:

[...] vi meu pai deixar secar o charque nas telhas de barro da garagem de casa, prática essa recorrente quando o queijo era muito novo e precisava secar ao sol antes de ser vendido. (“João”, 2022).

Outras vezes, isso se dava no próprio mercado que era então convertido em um improvisado espaço de pré-fabricação. No beneficiamento do figo, vendido descascado e em sacos que eram refrigerados, destaca-se a atuação do Sr. Wilson:

[...] cansado de ter as mãos machucadas pelo caldo branco urticante e corrosivo que o figo expele quando cortado com a faca ou o canivete, mesmo usando luvas para tentar proteger minimamente a pele das mãos, decidiu inventar uma engenhoca, afixou-a a uma mesa para descascá-los.

[...]

Após descascados, os figos eram ensacados e armazenados em uma geladeira e vendidos, pouco a pouco, conforme a demanda da clientela (“João”, 2022).

Não menos trabalhoso era o beneficiamento do mel, vendido em favos e em forma líquida em vidros de conserva preparados pela família de João:

[...] o mel era embalado em vidros, que outrora traziam de conservas de pepino em seu interior. Os vidros de conserva, ora consumidos pela família ora comprados em ferro velhos, eram lavados em casa com sabão em barra em um tanque.

[...]

[...] [lembro] de ajudar a secar os vidros de conserva recém lavados com sabão em pedra e embalar o mel neles com um colherão (“João”, 2022).

Antes da mercadoria ir para as mãos dos fregueses, o embalamento envolvia cuidados, recorrendo aos referidos vidros, a jornais e a sacolas reaproveitadas:

Jornal, aliás, era item indispensável na banca [...] Com o intuito de proteger o vidro que continha mel, o mesmo era envolto em papel jornal e, em seguida, colocado numa sacola, esta última (re)aproveitada de algum supermercado ou farmácia (“João”, 2022).

Por fim, o pagamento se dava em dinheiro ou fiado, cujo registro se dava em anotações improvisadas que expressam confianças mútuas.

As pessoas só tinham a opção de pagar em dinheiro e havia, pelo menos o meu pai tinha, um pote marcando o nome e a dívida de quem comprava fiado com ele, dívida esta anotada num pedaço cortado a mão de uma margem de jornal sem impressão (“João”, 2022).

O ritmo de produção dessas etapas era lento, quer porque eram respeitadas dinâmicas pessoais, ausentes da frenética produtividade e eficiência capitalista, quer pela precariedade imposta ao espaço:

Acredito que os termos ‘Pacata’ e ‘Nostálgica’ podem definir bem o dia a dia do Mercado Público. ‘Pacata’, pois os poucos feirantes trabalhavam em um ritmo único, explico: o Sr. Wilson, por exemplo [...] passava o dia todo sentado a descascar figos. Um dia após o outro entretido em uma única atividade [...] ‘Nostálgica’ também, pois o espaço era fortemente deslocado de seu tempo e isso era algo muito nítido, pois, em um instante, você estava do lado de fora do Mercado Público e a cidade ao redor crescia e se modernizava, mas tudo no interior do Mercado era como a vinte anos antes daquele momento, ou até mais. A dinâmica do Mercado era assim: para fazer uma ligação para qualquer um dos feirantes, havia um único número fixo na Peixaria. Se precisasse falar com um feirante, que não fosse o da Peixaria, ele era chamado e precisava deixar a sua banca e ir atender [...] O Mercado era o lugar propício para passar horas debulhando pinhas e separar os pinhões das falhas (“João”, 2022).

Sociabilidades

O elo entre os feirantes se dava nesses modos intercambiáveis de saberes - negociar, produzir e revender -, mas também nos modos de vida que transbordavam os limites de mercado:

[...] eu podia ver os adultos conversando sobre qualquer assunto, de futebol a política, enquanto um falava da viagem que tinha feito recente com a família e outro escutava, sem tirar os olhos do fumo recém comprado e, após desfiá-lo com um canivete e uma paciência ímpar, enrolava na palha

com os lábios e acendia em forma de paieiro. Teve um tempo em que um restaurante modesto se instalou no Mercado e, por vezes, o feijão servido lá era o mesmo comprado horas, ou minutos antes, no próprio Mercado pelo meu pai ou algum de seus colegas (“João”, 2022).

No mundo profano dos negócios, havia ainda espaço para religiosidades que anunciam algum sincretismo:

[...] alguns apressados [...] passavam fazendo o sinal da cruz quando viam a pequena gruta que tinha a imagem de Nossa Senhora Aparecida envolta em velas, algumas conchas e aquelas fitinhas de promessas (“João”, 2022).

Lutas de Classe e resistências

Também ali eram articuladas algumas lutas sociais e de classe. Diante da precariedade do mercado, a auto-organização permitiu o improvisar escoras para a cobertura que roía e pedidos de providências do grupo foram feitos à prefeitura. Essas ações, contudo, não demonstraram ter força política, levando à violenta interdição do edifício, como discutido por João:

[...] o pedido dos feirantes, na época, era para que o telhado fosse reformado e a atitude da Prefeitura foi a de expulsá-los às pressas, devido aos riscos que o telhado oferecia.

[...] alguns fiscais passaram no Mercado e a ordem era a de fechá-lo de imediato. Imagine a cena: meu pai, assim como os demais feirantes, num dia comum, sem aviso prévio, é surpreendido por pessoas dizendo que era para ele e todos os que lá estavam se retirar daquele lugar, com todos os seus produtos à venda, naquele mesmo dia.

[...] Ainda na mesma semana, as portas do Mercado foram seladas por tábuas e assim permaneceu por anos (“João”, 2022).

Diante dessa ordem, houve uma submissão inicial: “dado o susto, meu pai conseguiu um transporte às pressas e trouxe tudo o que tinha lá para casa. Outros fizeram o mesmo, pois não tiveram muita opção” (“João”, 2022). Passado esse “susto”, contudo, as reflexões sobre a decisão começaram e emergir – “...não concordei na época e agora menos ainda...” (“João”, 2022) –, o que, provavelmente, levou à negociações com a Prefeitura para a solução do problema. A proposta alternativa apresentada, contudo, não foi aceita, evidenciando a não subordinação a seus mandos:

[...] a Prefeitura tentou uma alternativa junto aos feirantes, mas ela era insustentável: a ideia era montar uma estrutura em lona na Praça Joca Neves [...]. Bem, essa estrutura que a Prefeitura estava se disponibilizando a montar foi duramente criticada. Vamos usar o feijão de exemplo: o espaço seria coberto com lona, ou seja, aberto à circulação e, desse modo, não teria a mínima condição de abrigar o feijão da umidade. Fora isso, a estrutura em lona não oferecia o mínimo de segurança para exposição dos produtos, quanto mais a permanência desses produtos na Praça, enquanto esses mesmos produtos permaneciam no Mercado. Enfim, houve a recusa dessa proposta (“João”, 2022).

Essa insubordinação também se deu de modo individual, envolvendo o pai do João. Nos moldes do que hoje é chamado de ação insurgente, ele “ocupou” a calçada do mercado e começou a vender seus produtos, o que chamou a atenção da mídia, para quem cobrava medidas da Prefeitura. Mesmo que essa ação não tenha sido mobilizada só por insurgência, mas também por necessidade de dar vazão aos seus produtos, há nisso um gesto político considerável:

O fato é que o meu pai estava com um desafio: um estoque de produtos e sem espaço para comercializá-los, a solução: vendê-los no Mercado, porém do lado de fora dele, na calçada, embaixo de uma marquise de uma das portas de acesso. E lá foi ele, o mais teimoso de todos os feirantes, vendendo os seus produtos na calçada do Mercado, faça chuva faça sol. O porta-malas do Corcel II 1978 azul céu abarrotado de mel, cera, própolis, fumo de rolo, mais uma mesa desmontável, um banquinho de madeira com assento de tecido, munido de uma modesta calculadora e ainda uma caneta que ficava no painel do painel do carro que o sol acabou entortando. Ficava lá das 08:00 às 17:00h, como já fazia quando o Mercado funcionava normalmente. Nenhum de seus colegas voltou ao Mercado, só ele.

[...]

Acredito que seja válido ressaltar ainda que, a cada pouco, o meu pai era entrevistado por algum veículo de comunicação, seja rádio ou de circulação impressa, e ele cobrava tanto a reforma quanto a reabertura do Mercado. Por vezes, esses assuntos foram pauta na cidade, mas infrutíferas, infelizmente. O fato era que ele estava lá de segunda a sexta-feira vendendo e havia os que viam isso como uma ofensa, vendo a Prefeitura como relapsa (“João”, 2022).

Talvez pelos saberes aprendidos com essas atuações da classe trabalhadora e pelo exemplo de insurgência política paterna, João, hoje se posiciona como grande capacidade reflexiva e crítica: “A saída para mim representou, na verdade, uma ‘expulsão’, um ‘expurgo’ [...]”. (“João”, 2022). Com habilidade, relaciona a interdição e a proposta de um novo e

precário mercado na Praça Joca Neves como mais uma das ações “higienistas” da prefeitura. Nesse relato, mais uma vez, lugar e espaço vão se imbricando, para ganhar novos sentidos:

Para quem não a conhece pelo nome, ela [a praça] ocupa todo um quarteirão e está localizada entre as Ruas Castro Alves, Cândido Ramos, Manoel Thiago de Castro e Afonso Ribeiro, na área central da cidade, assim como o Mercado Público. Como referência, ela é a mesma que possui uma Concha Acústica, alvo de críticas alguns anos depois, porque a Prefeitura cercou com grades o acesso ao palco. A polêmica na época é que isso foi visto como uma ação ‘higienista’, já que era comum os mendigos e sem-teto usarem o espaço para dormir... mas isso é assunto para outro momento (“João”, 2022).

3. TRAUMAS

Apesar do capital das sociabilidades e das lutas de classe, a interdição causou enormes traumas na família de João:

[...] em uma tarde, como qualquer outra tarde, meu pai chegou mais cedo em casa com uma cara de espanto, visivelmente abatido e triste, não revoltado, mas com um medo estampado. Ele estava agitado e, devido ao nervosismo, não formava frases completas e coerentes. Levou um tempo e, à noite, minha mãe e eu entendemos o que ele estava tentando nos dizer: que o Mercado estava sendo fechado às pressas e tudo o que tinha lá de produtos tinha que ser tirado, da noite para o dia, no atropelo (“João”, 2022).

Como consequência, uma enorme quantidade de mercadoria foi levada para a sua casa - “o volume era impressionante.” Mesmo depois do período de venda insurgente na calçada, esse volume ainda era grande, já que posteriormente foi vendido a um comprador que “arrematou todo o estoque de mel e cera que, juntos, somavam a incrível quantidade de duas toneladas” (“João”, 2022).

Para além do pressuposto impacto nos seus modos de morar, os relatos de João insinuam angústias pela falta da manutenção familiar, já que a fonte de trabalho e renda havia sido suspensa. Não menos importante, insinua as aflições decorrentes da incerteza de futuro, diante do fracasso com as negociações da prefeitura e com as especulações na época: “uns diziam que iria se tornar um depósito de grãos, outros que seria reformado e outros não apontavam nenhuma solução e o caracterizavam como um ‘elefante branco’ urbano” (“João”, 2022).

Entre angústias, as vidas de seus pais e dos demais feirantes seguiram aparentemente esvaziadas de sentido. Alguns deles morreram e, com eles, suas memórias:

Até onde eu sei, o Sr. Wilson, aquele dos figos, se recolheu na sua casa no Bairro Guarujá. Meu pai e minha mãe fizeram uma visita para ele pouco tempo depois do fechamento do Mercado, eu lembro de voltarem para casa espantados com o quão abatido ele estava. O Lemos acabou falecendo um pouco antes de o Mercado fechar. O 'Peixeiro' decidiu se aposentar e deixou o filho dele tomando conta da Peixaria. Lembro que ele não ficou muito tempo, pois recebeu uma proposta para trabalhar em uma locadora de vídeo na época. Não soube mais sobre eles. Também não tive mais notícias Tônico e do Gaúcho, nem sei se permaneceram em Lages ou não.

[...] Meu pai faleceu em agosto de 2014, ainda no período em que o Mercado permaneceu fechado, ou 'interditado', para usar o termo mais técnico que lhe foi atribuído ("João", 2022).

Talvez a perda dessas pessoas e suas memórias, um "patrimônio imaterial", seja mais grave do que a própria desativação física do mercado. (Bonduki, 2010).

ainda apagamentos

O apagamento dessas memórias persistiu na intervenção de 2014-21. Nenhuma linha foi traçada sobre os mesmos, nenhuma consulta sobre a possibilidade de reinserção no espaço, sendo assim construída uma memória fácil, manipulável e uma narrativa hegemônica sobre o mercado:

A despeito do Concurso de Revitalização do Mercado, eu mesmo tive conhecimento dele somente depois que o mesmo já tinha ocorrido, inclusive só soube dele por intermédio da minha esposa que cursa Arquitetura e Urbanismo [...], não fosse isso, provavelmente nem teria ficado sabendo ("João", 2022).

A despeito disso, João expressa alguma simpatia pela proposta vencedora do curso e pelo reuso do mercado: "fico feliz por saber que o Mercado está, mais uma vez, sendo usado. Isso já é infinitamente melhor que vê-lo fechado por tanto tempo." ("João", 2022).

Essa simpatia, contudo, não é eufórica, pelo contrário, é permeada por uma certa "nostalgia": "Meu pai ... não teve a chance de ver o Mercado aberto novamente. Eu mesmo nunca mais passei por lá para ver como está. Acho que não vou me sentir bem em voltar lá. Prefiro ter a lembrança [...]" ("João", 2022).

A nostalgia de João talvez espelhe a mesma aura ‘nostálgica’ com que ele descreve o seu mercado infantil - um deslocamento de seu tempo, enquanto a vida ao redor cresce e se moderniza. O seu rememorar suporta, dialeticamente, a lembrança do vivido e os necessários esquecimentos.

Talvez seja melhor mesmo João não voltar, o que se assiste ali é um espaço *gourmet* que contempla atividades alheias à um mercado público, como uma praça de alimentação - composta por bares, lanchonetes, choperia e fiabreria - e lojas destinadas a produtos nacionais e importados, como vinhos. Desde aí, observa-se uma atmosfera comum a um *shopping center*, endereçado às elites empreendedoras e consumidoras, como os turistas (Grechoniak, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Certeau (1998), aquele que relata ou descreve é também um criador, um fundador de espaços. Com uma potência quase literária, os relatos de João fundam um mercado-outro, até então pouco conhecido: espaço de trocas, mas também de modos de trabalho muito específicos, de sociabilidades e de lutas de classe.

É desse seu ato criador que se pode depreender que o mercado público de Lages não suporta uma história, mas histórias. Isso, contudo, permite se questionar: Além do João, quais seriam as criações do Sr. Wilson, do Lemos, do ‘Peixeiro’? Por onde andam o Tônico e o Gaúcho? Abre-se, assim, um promissor campo de investigação junto a outros atores do mercado - produtores, comerciantes e compradores - agentes anônimos na massa uniforme e invisibilizada no processo de interdição e revitalização do mercado.

Autorizar essas criações se faz necessário não só por dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado do mercado, mas também por dar luz a essas existências, assegurando o direito à diferença e à cidadania cultural.

Por outro lado, isso também é uma forma de oportunizar reflexões que levem, no futuro, a modos mais democráticos de construção do patrimônio de Lages. Historicamente, o trato que a cidade vem dando aos feirantes e comerciantes é excludente. Isso se revela já no mencionado fechamento dos dois antigos mercados e transferência para o mercado em estudo, no seu abandono e na súbita imposição de desocupação do edifício, e, mais recentemente, nos processos de sua revitalização. Isso, contudo, não se trata de fatos isolados.

Como observado por João, na história da cidade, sucedem-se diversas ações “higienistas”, seguidas de apagamentos de memórias e construção de histórias hegemônicas.

Enquanto a reflexão e a sensibilização do poder público não vêm, a insurgente ocupação da calçada do mercado com o “Corcel II 1978 azul céu” do pai do João fixa-se como uma imagem a sugerir diversas formas de também atuar em defesa de um patrimônio comum.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília. DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Criar, 2003.

FMCL - Fundação Municipal de Cultura de Lages. Aspectos Históricos do Mercado. In: IAB-SC. **Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC**. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. **Revista Geografares**, n. 25, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/7356>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GRECHONIAK, José Alberto de Oliveira. **Produzir-vender-consumir: reflexões sobre estética e consumo nos projetos de requalificação do centro de Lages/SC**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pelotas: PROGRAU/UFPel, 2023.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. **Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages**. Florianópolis: UFSC, 2013.

JOÃO. **Relato sobre o Mercado Público de Lages**. Entrevista concedida via e-mail a José Alberto de Oliveira Grechoniak, Lages, 28 jun. 2022.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida Martinez. **Arquitetura e política**. Ensaios para mundos alternativos. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de Memória: Trabalho, cotidiano e moradia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/6306>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: UNIPLAC, 2002.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA ENERGIA: método de inventário da rede de subestações da Cia. Light na cidade de São Paulo

INDUSTRIAL HERITAGE OF THE ENERGY: inventory method for Cia. Light's substation network in the city of São Paulo

Valter dos Santos Lameirinha¹
valter.lameirinha@hotmail.com

Manoela Rossinetti Rufinoni²
rufinoni@unifesp.br

Resumo: A empresa canadense *The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited* (conhecida como *Cia. Light*) foi protagonista na produção e fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesse processo, a *Cia. Light* edificou uma complexa rede de estruturas industriais voltadas ao abastecimento de residências, conjuntos fabris, transporte e iluminação pública, artefatos que hoje adquirem interesse como patrimônio urbano industrial da capital paulista. Entre os diversos testemunhos documentais que evidenciam a atuação da *Cia. Light*, bem como a memória da indústria e do trabalho do setor de energia na cidade de São Paulo, focamos no estudo das chamadas subestações: espaços e edifícios de pequeno, médio e grande porte voltados a abrigar equipamentos geradores e distribuidores de energia elétrica. Parte relevante desse conjunto arquitetônico industrial sobreviveu às transformações urbanas, no entanto, exemplares significativos vêm sendo demolidos nos últimos anos, situação que evidencia a necessidade de inventariá-los. Nesse contexto, apresentamos neste artigo os métodos de investigação e inventariação adotados para identificar e analisar as subestações e os edifícios remanescentes da *Cia. Light* no município de São Paulo, considerando sua importância histórica na configuração do território e na transformação da dinâmica urbana, bem como sua caracterização como patrimônio industrial.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; Subestações de energia; Inventário de bens edificados; Cia. Light; São Paulo (cidade).

Abstract: The Canadian company *The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited* (known as *Cia. Light*) was a protagonist in the production and supply of electricity to the city of São Paulo, between the end of the 19th century and the first half of the 20th century. In this process, *Cia. Light* built a complex network of industrial structures aimed at supplying homes, factory complexes, transport and public lighting, artifacts that today acquire interest as urban industrial heritage. Among the various documentary testimonies that highlight the activities of *Cia. Light*, as well as the memory of the industry and the work of the energy sector in the city of São Paulo, we focus on the study of the so-called

¹ Bacharel em História da Arte pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Mestre e doutorando em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-UNIFESP).

² Professora Associada do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-UNIFESP).

substations: small, medium and large spaces and buildings designed to house electrical energy generating and distributing equipment. A relevant part of this industrial architectural complex survived urban transformations, however, significant examples have been demolished in recent years, a situation that highlights the need to inventory them. In this context, in this article we present the research and inventory methods adopted to identify and analyze the substations and remaining buildings of *Cia. Light* in the city of São Paulo, considering their historical importance in the configuration of the territory and the transformation of urban dynamics, as well as its characterization as industrial heritage.

Keywords: Industrial heritage; Power substations; Inventory of built assets; Light Co.; City of São Paulo.

1. Introdução

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a empresa canadense *The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited* foi protagonista na produção e no fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo, atividades que originaram um significativo conjunto de estruturas edificadas voltadas a abrigar as distintas etapas desse processo industrial. Ao expandir a oferta de energia em atendimento às funcionalidades de uma cidade em expansão, as ações da *Cia. Light* fomentaram ainda mais o crescimento urbano e populacional do período, com destaque para a implantação da rede de bondes elétricos, abertura de novos loteamentos e estruturação do complexo industrial paulistano, que se modernizou e ampliou os horários de produção, além da intensificação da vida cultural urbana em certas parcelas da cidade, a partir do incremento da iluminação noturna³. Na esteira deste processo, a *Cia. Light* movimentou diversos investimentos paralelos que proporcionaram à empresa a constituição de um vasto patrimônio, a exemplo da aquisição de importantes terrenos que abriram espaço para o citado crescimento urbano, dando origem a bairros consumidores de seus serviços e desencadeando processos de especulação imobiliária que condicionaram a configuração de parte significativa do desenho urbano paulistano.

Entre os vestígios históricos que aludem à atuação da *Cia. Light* na cidade de São Paulo, neste artigo buscamos lançar luzes sobre as chamadas subestações de energia, edifícios de pequeno, médio e grande porte, situados em diversos bairros da cidade e projetados para abrigar equipamentos geradores e transmissores de energia elétrica⁴. Parte significativa desse

³ Este artigo reelabora trechos da dissertação de mestrado defendida no Programa Pós-Graduação em História da Arte, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-EFLCH-UNIFESP) (LAMEIRINHA, 2022). A pesquisa contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dissertação disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/65545>

⁴ Além de alcançar áreas mais afastadas e até então carentes de serviços públicos no perímetro da cidade de São Paulo, o sistema implantado pela *Cia. Light* também abasteceu outros municípios, como

conjunto arquitetônico sobreviveu às transformações urbanas das últimas décadas. Entre os edifícios remanescentes, alguns ainda abrigam atividades ligadas às empresas privadas do setor energético, por vezes mantendo a mesma função para a qual foram concebidos; outros foram adaptados para novos usos; e alguns se encontram fechados, à espera de uma nova função. Contudo, se considerarmos a intensa dinâmica das transformações urbanas contemporâneas e o pequeno número de exemplares tutelados como patrimônio histórico pelos órgãos de preservação atuantes no município, não há como negar que a permanência dessas edificações no tecido urbano atual é incerta. Como veremos a seguir, a tutela por meio do tombamento alcança apenas parte desses edifícios, fato que compromete a legibilidade do conjunto industrial, que vem se perdendo a cada nova demolição.

Ao observarmos o conjunto de estruturas edificadas pela *Cia. Light* na cidade de São Paulo e suas recentes transformações – desde demolições e adaptações corriqueiras para abrigar novos equipamentos e usos, até intervenções de restauro mais elaboradas que sugerem uma leitura de seus atributos patrimoniais – percebemos a necessidade de desenvolver um estudo específico dos edifícios remanescentes com o intuito de evidenciar sua importância histórica na paisagem urbana e as possibilidades de leitura desse legado na atualidade. Nesse percurso, buscamos compreender as circunstâncias históricas e socioculturais que permearam a formação dessa rede de subestações, no contexto da atuação da *Cia. Light* no município; quais as edificações que originalmente compunham o sistema; quais delas ainda existem e qual sua condição com relação à inserção na cidade de hoje e à categorização como patrimônio cultural. O recorte de estudo considerou os edifícios construídos no interior das subestações entre 1899 e 1956, o que corresponde ao período mais significativo de produção arquitetônica sob responsabilidade da concessionária canadense, buscando atender ao sistema de geração e distribuição de energia no município.

Os testemunhos da atuação dessa empresa na cidade, entretanto, não se limitam aos bens arquitetônicos, o que nos leva a considerar o caráter sistêmico que o patrimônio industrial da energia assume no tecido urbano paulistano. As áreas destinadas à passagem de cabos e galerias são um exemplo importante neste sentido. Por meio de cabos que

as cidades de São Bernardo, São Caetano do Sul, Santo André, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, entre outras, onde ainda podemos encontrar alguns exemplares de antigos edifícios, nas subestações remanescentes. No território nacional, além do estado de São Paulo a *Cia. Light* expandiu sua atuação para outras regiões, com o estabelecimento de empresas do ramo energético e de transportes, principalmente no estado do Rio de Janeiro.

conectaram as subestações – implantados em galerias subterrâneas ou dispostos em redes aéreas –, a *Cia. Light* logrou expandir o fornecimento de energia elétrica além dos antigos limites então definidos como centro histórico, ultrapassando as várzeas dos rios em direção a bairros mais distantes e induzindo o loteamento de novas áreas. Logo, além das subestações propriamente ditas, os remanescentes urbanos desta produção industrial incluem grandes áreas de terreno que abrigam as estruturas necessárias para a passagem de cabos. Quase a totalidade dessas faixas de terreno por onde passa esse cabeamento está sedimentada no território até hoje, como marcas históricas ou cicatrizes que, ao lado dos edifícios das subestações, nos permitem ler a rede original de produção e transmissão de energia elétrica em sua caracterização como paisagem urbana industrial (Figuras 1, 2 e 3).

No levantamento aerofotogramétrico da cidade de São Paulo (SARA Brasil) de 1930 (Figura 1), é possível encontrar a representação da passagem das linhas de eletricidade nesses terrenos que, posteriormente, vieram a servir para a instalação das torres metálicas, áreas que permanecem praticamente intactas na cidade contemporânea⁵.

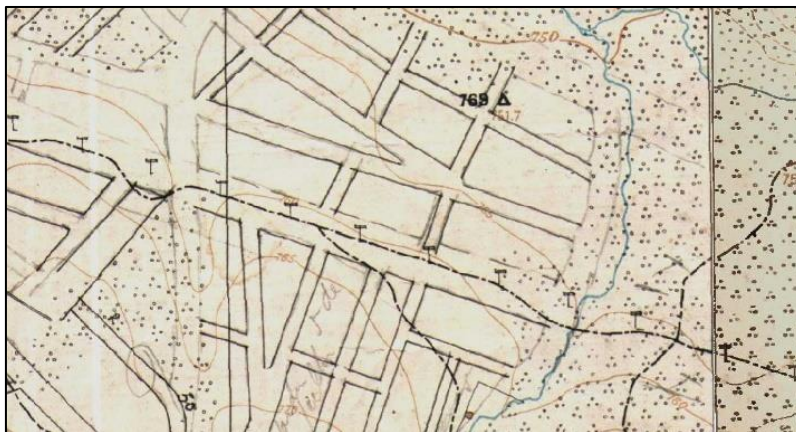


Figura 1: Levantamento Aerofotogramétrico SARA Brasil, 1930, com a representação da rede de transmissão instalada pela *Cia. Light*.

Fonte: Portal GeoSampa (PMSP)

⁵ A distribuidora de energia AES Eletropaulo passou a ser denominada Enel Distribuição São Paulo após a aquisição acionária da empresa paulista, em 2018, pelo conglomerado italiano ENEL. A partir de então, a companhia desenvolveu o projeto Hortas em Rede, voltado ao plantio de alimentos orgânicos nas faixas de linhas de transmissão (Figura 03). Sobre o projeto consultar: <https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/Sustentabilidade/hortas-em-rede.html>



Figura 2: Recorte da Ortofoto de 2017, mostrando a mesma localização do mapa SARA Brasil de 1930. Rede de transmissão próxima à Rua Silva Ortiz, Jardim Nove de Julho, São Mateus, SP.
Fonte: Portal GeoSampa (PMSP).



Figura 3: Um dos locais de implantação do Projeto ENEL de hortas comunitárias, para aproveitamento das áreas de passagem das linhas transmissoras. **Fonte:** Website ENEL, foto s/data.

Essas linhas transmissoras são protagonistas entre o processo de produção e distribuição de energia, conectando em rede as unidades geradoras (usinas hidrelétricas) às unidades distribuidoras (polos de sistemas elétricos, os quais denominamos subestações de energia). Tais polos, por sua vez, são compostos por áreas que reúnem transformadores e maquinários diversos voltados a estabelecer o suprimento de energia na cidade, e também edificações que ainda hoje se destacam na paisagem urbana. Com elementos ecléticos ou

características que nos remetem às construções industriais do século XIX no contexto europeu, esses edifícios passaram por adequações e ampliações ao longo dos anos conforme a demanda por eletricidade aumentava ou de acordo com a necessidade de atender a novos usos, quando a subestação era desativada do sistema.

Os edifícios das subestações de energia da *Cia. Light* compõem um conjunto arquitetônico que sobreviveu, quase em sua totalidade, a mais de um século de transformações urbanas. Ao percorrerem esse longo período de permanência no tecido da cidade, em alguns casos desempenhando as mesmas funções para as quais foram criadas, as subestações e seus edifícios, em cada polo e na rede da qual fazem parte, representam marcas históricas expressivas do desenvolvimento urbano e continuam a permear relações sociais e representações visuais e memoriais, como legados de uma cidade em contínua transformação.

2. Permanências e apagamentos: as subestações e as iniciativas de preservação

Inicialmente concedidos por um período de 40 anos, os contratos da *Cia. Light* com o poder público em São Paulo foram renovados periodicamente, incluindo a atribuição e exploração de novos serviços. Na década de 1950, após o vencimento dos períodos de concessão para prestação de serviços de transportes por bondes elétricos, com a transferência dessa atividade para a municipalidade, sua estrutura industrial foi objeto de nacionalização (quando a empresa passou a denominar-se São Paulo Light S/A – Serviços de Eletricidade)⁶. Na década de 1960, houve a incorporação de diversas empresas concessionárias de energia⁷ e, na década de 1970, a empresa foi estatizada (em decorrência da aquisição do controle acionário da *Cia. Light* pela ELETROBRÁS do governo federal)⁸. Posteriormente, na década de 1980, ocorreu a incorporação do sistema paulista da *Cia. Light* pelo governo do Estado de São Paulo, resultando na criação da ELETROPAULO – Eletricidade de São Paulo S/A⁹. A partir da década de

⁶ BRASIL. Decreto nº 40.440 de 28 de novembro de 1956. Concede nacionalização à sociedade anônima São Paulo Light and Power Company Limited, tendo em vista a transfêrencia de sua sede na cidade de Toronto – Canadá, para a cidade de São Paulo, sob a nova denominação de São Paulo Light S.A, Serviços de Eletricidade.

⁷ BRASIL. Decreto nº 61.232 de 23 de agosto de 1967. Aprova a incorporação de diversas empresas concessionárias de serviços públicos à São Paulo Light S.A., Serviços de Eletricidade, transfere direitos e obrigações e dá outras providências.

⁸ BRASIL. Lei nº 3.890-A de 25 de abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A., ELETROBRÁS, e dá outras providências.

⁹ BRASIL. Decreto nº 85.839, de 24 de março de 1981. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a ELETROPAULO, Eletricidade de São Paulo S.A.

1990, com a instituição do Programa Estadual de Desestatização (PED)¹⁰, a ELETROPAULO foi privatizada, o que resultou no desmembramento do sistema e constituição de outras empresas¹¹.

Dessa forma, a partir da década de 1990, após a privatização da companhia, muitas transformações ocorreram no complexo arquitetônico até então constituído, como a venda de edifícios que, em alguns casos, foram demolidos. Um exemplo significativo foi a demolição, em 2014, do conjunto das Oficinas da Light no bairro do Cambuci que, entre tantos galpões, contava também com uma subestação de energia em seu interior (Figuras 4 e 5)¹². Outro exemplo mais recente foi registrado em visita de campo realizada durante a pesquisa de mestrado que deu origem a este artigo. Trata-se do edifício da subestação no distrito da Penha, unidade inaugurada em 1947 e demolida em 2021 (Figuras 6 e 7). Nos dois casos citados as áreas foram adquiridas por empresas do ramo imobiliário para construção de conjuntos de torres residenciais.



Figura 4: Terreno no Cambuci com o conjunto dos edifícios das oficinas da *Cia. Light*. Situação em 2013. **Fonte:** Google Earth

¹⁰ SÃO PAULO (Estado). Lei nº 9.361, de 05 de julho de 1996. Cria o Programa Estadual de Desestatização (PED), sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético.

¹¹ Por meio da Resolução nº 72 de 25 de março de 1998 da ANELL, foi homologada a alteração da razão social da ELETROPAULO – Eletricidade de São Paulo S.A, para ELETROPAULO – Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A (AES Eletropaulo) e a cisão parcial de seu patrimônio, para a constituição das seguintes empresas: Empresa Bandeirante de Energia S.A (EBE); Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A (EPTE); e Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE).

¹² Sobre a demolição das Oficinas do Cambuci, consultar: TOURINHO e PIRES, 2016.



Figura 5: Terreno vazio no bairro do Cambuci, após a demolição do conjunto dos edifícios das oficinas da *Cia. Light*. Situação em 2016.

Fonte: Google Earth



Figura 6: Subestação Penha (edifício e equipamentos) em 2004. **Fonte:** GeoSampa, Ortofoto de 2004 (MDC, PMSP).



Figura 7: Terreno (perímetro destacado em vermelho) após as demolições das estruturas da subestação Penha. Situação em 2021.

Fonte: Google Earth.

A partir dos anos 2000, alguns edifícios relacionados ao sistema implantado pela *Cia. Light* foram tombados como patrimônio cultural nos níveis estadual e municipal. Nesses casos, contudo, o tombamento pautou-se pela atribuição de valores aos edifícios específicos, geralmente relacionados ao contexto histórico de cada localidade. Ao analisarmos as justificativas que determinaram esses tombamentos, verificamos que a atenção recaiu sobre o edifício em si, sem acenos significativos à conexão entre os bens escolhidos pelos órgãos de patrimônio e a rede distribuidora de energia edificada no município, desenhada pela *Cia. Light*. Desse modo, não obstante a relevância desses tombamentos diante das incisivas transformações do tecido urbano paulistano, entendemos que seria salutar promover a valorização patrimonial dessas edificações consideradas em conjunto, de modo a permitir a leitura da rede de produção de energia da qual fazem ou faziam parte.

As iniciativas de proteção dessas arquiteturas – inseridas em inventários de bens culturais de determinados bairros paulistanos ou em zonas de preservação cultural demarcadas em Plano Diretor¹³ –, têm sido cruciais para evidenciar o papel da produção industrial e da memória do trabalho no setor da energia na cidade de São Paulo. Esses bens protegidos, ao lado de outras edificações de diferentes tipologias, foram reconhecidos como “exemplares que marcaram o território paulista e a paisagem urbana”, ou ainda, como “remanescentes e indutoras da ocupação urbana iniciada no final do século XIX e meados do século XX”¹⁴, conforme argumentos listados na resolução de tombamento de um conjunto de edificações no bairro do Ipiranga. Entretanto, ao proteger edifícios relacionados à produção de energia dissociados da rede da qual fazem parte, apenas uma camada de sua caracterização como patrimônio industrial pôde ser evidenciada, perdendo-se a leitura da rede de subestações como documento da formação territorial e sociocultural da cidade de São Paulo.

O poder público, por meio dos órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas municipal (CONPRES¹⁵) e estadual (CONDEPHAAT¹⁶) –, efetivou a proteção de cinco

¹³ A Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC) é um zoneamento previsto em Plano Diretor, apto a demarcar áreas urbanas identificadas como de interesse histórico-cultural. Uma vez demarcadas como ZEPECs, essas áreas passam a ser objeto de estudos voltados à sua proteção como patrimônio cultural. SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 13.430 de 13 de setembro de 2002; substituída pela Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico.

¹⁴ SÃO PAULO (Cidade). CONPRES. Resolução nº. 14, 2018. Tomba um conjunto de edificações do bairro do Ipiranga, situadas em área da Prefeitura Regional do Ipiranga.

¹⁵ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

edifícios de subestações da antiga *Cia. Light*¹⁷: dois edifícios no Bairro do Brás, vinculados ao processo de tombamento do conjunto da antiga Garagem de Bondes da *Cia. Light*; um no bairro do Ipiranga, inserido em um conjunto de imóveis que representam a formação da região, sendo ressaltados os valores afetivos e de referência para a população; um na região central, no Largo do Riachuelo, inserido no conjunto de imóveis tombados no bairro do Bexiga e que possuem referência simbólica para aquela região; e um na Vila Mariana, incluído na relação de imóveis propostos como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPECs)¹⁸. Além destes, estão em estudo de tombamento a Subestação Paula Souza, a primeira subestação construída pela *Cia. Light* no centro da cidade; e a Subestação Ponte Preta, localizada em Santana, zona norte da cidade¹⁹.

Frente à dinâmica agressiva que rege a transformação da cidade de São Paulo, intensificada na última década; ressaltamos que a sistemática adotada pelo órgão de preservação municipal tem surtido resultados expressivos no que tange à proteção desses edifícios, inseridos em conjuntos edificados representativos para a história urbana de determinadas localidades. No entanto, as subestações sem qualquer proteção – não inseridas em inventários ou em áreas demarcadas como ZEPECs – estão sujeitas à destruição a qualquer momento. É o caso de duas subestações que correm risco de demolição: a subestação Helvética, situada na região central, e a subestação Cruz Branca, situada no bairro do Brás, ambas atualmente sem utilização e localizadas em regiões cobiçadas pelo mercado imobiliário. A demolição gradual das subestações vem provocando a ruptura desta rede histórica de estruturas industriais, interconectadas entre si e com o tecido urbano que ajudaram a compor e transformar, dificultando sua leitura como sistema integrado.

Diante deste quadro, a pesquisa que deu origem a este artigo buscou identificar, inventariar e analisar as subestações remanescentes, considerando sua importância histórica na configuração do território e na alteração da dinâmica urbana, bem como seus valores arquitetônicos e as circunstâncias de sua permanência na cidade de hoje. A partir da

¹⁶ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

¹⁷ Subestações Brás (I e II): CONDEPHAAT. Resolução SC nº 2, 2008; Subestação Brás (I e II): CONPRESP. Resolução nº. 01, 2014; Subestação Ipiranga: CONPRESP. Resolução nº. 14, 2018; Subestação Riachuelo: CONPRESP. Resolução nº. 22, 2002; Subestação Vila Mariana: Resolução nº. 06, 2018.

¹⁸ ZEPEC demarcada no âmbito do Plano Diretor de 2014. Consultar: SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014; e Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016.

¹⁹ Subestações Paula Souza e Ponte Preta: CONPRESP. Resolução de Abertura de Processo de Tombamento nº. 23, 2016. Imóveis indicados pela população – ZEPEC.

elaboração do inventário das subestações paulistanas, tivemos por objetivo compreender as características formais, transformações, permanências e usos, bem como sua relação com o contexto urbano envoltório, de modo a ressaltar a situação atual deste conjunto edificado e contribuir para futuras políticas públicas de preservação. Ao compreender as subestações como parte de um sistema industrial interconectado, responsável pelo desenho e pela conformação da paisagem de amplos territórios da cidade, buscamos construir sua caracterização patrimonial como uma rede de edifícios vinculados ao sistema de geração de energia. Desse modo, com base nas definições de patrimônio industrial emanadas de documentos internacionais e discutidas na bibliografia dedicada ao tema²⁰, a pesquisa procurou abordar a preservação das subestações como elementos que compõem uma paisagem histórica, evidenciando parâmetros de leitura para futuras ações de preservação deste patrimônio.

3. Percurso metodológico: sistematização de fontes bibliográficas e documentais para a identificação das subestações

A inventariação das subestações de energia da *Cia. Light* construídas no recorte temporal destacado foi precedida de uma ampla pesquisa sobre a história da atuação da empresa no município de São Paulo, como concessionária dos serviços de energia. Essa etapa de investigação não buscou detalhar a história da companhia, já estudada por diversos autores, mas percorrer essa bibliografia com o intuito de evidenciar sua intervenção na paisagem da cidade, como deflagradora de dinâmicas urbanas a partir da distribuição de suas subestações no território paulistano²¹. Nesse percurso, primeiramente, foram abordadas narrativas historiográficas sobre a *Cia. Light*, com o objetivo de identificar as circunstâncias históricas que delinearão a implementação de seu sistema industrial na cidade e, conseqüentemente, as repercussões da expansão da energia elétrica no desenvolvimento

²⁰ TICCIH. Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial, 2003; ICOMOS & TICCIH. Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens de patrimônio industrial [Princípios de Dublin]. Aprovados na 17ª Assembleia Geral do Icomos, 28/11/2011. Sobre a dimensão urbana e territorial do patrimônio da industrialização, ver: RUFINONI, 2013 e 2021.

²¹ O estudo dos caminhos trilhados pela *Cia. Light* e as transformações na urbanização da cidade de São Paulo em decorrência de suas atividades foi desenvolvido com base, principalmente, nas seguintes obras: IANNONE, 2006; ARAÚJO e SOLIA, 2014; CAMARGOS, 2013; BULCÃO, 2015; FERRAZ, 2001; SAES, 2008; SOUZA, 1982, entre outras. Com relação à cidade de São Paulo no início do século XX, e às transformações ocasionadas nos modos de vivenciá-la naquele período, tendo em vista a atuação da *Cia. Light*, destacamos: CAMPOS, 2002; CORREIA, 2001; SEGAWA, 2004; SEVCENKO, 1992.

urbano e sociocultural a partir de então. Além das atividades desempenhadas no perímetro do município, foram pesquisadas bibliografias sobre a configuração do parque energético brasileiro nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para conhecer o processo de formação do conglomerado da empresa em âmbito nacional, a partir do final do século XIX.

Na segunda etapa, foi realizado o mapeamento do sistema desenhado no município e nas suas proximidades, abrangendo a área da atual região metropolitana e cidades vizinhas de São Paulo, que contribuiriam para a formação do sistema de abastecimento da cidade. A terceira etapa da investigação foi dedicada à identificação dos edifícios das subestações, abarcando o levantamento de dados em acervos documentais; levantamentos de campo; elaboração de fichas reunindo dados gerais sobre cada edificação; produção de mapas de localização em diferentes escalas; além de relatórios descritivos das subestações situadas dos bairros do Belém, Mooca e Brás, para servirem de modelos para complemento das fichas de identificação. Os procedimentos relativos à segunda e à terceira etapas da pesquisa, que compõem o inventário propriamente dito, serão detalhados no próximo tópico.

Ao longo de toda a pesquisa foram feitas consultas aos arquivos da Fundação Energia e Saneamento, nas unidades localizadas no centro de São Paulo e na cidade de Jundiaí-SP, possibilitando construir diálogos entre as referências textuais, fontes iconográficas e dados coletados nos levantamentos de campo.

Em ambos os arquivos foram consultados registros iconográficos, cartográficos e documentais, sobretudo, relatórios técnicos e projetos arquitetônicos²². Na análise dessa documentação, na medida em que foram localizadas as informações sobre o conjunto de edifícios das subestações, buscamos o uso de plataformas digitais georreferenciadas para sobreposição dos edifícios identificados em mapas históricos, como a plataforma GeoSampa

²² Em 06 de março de 1998, foi instituída a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (atual Fundação Energia e Saneamento) como decorrência da inclusão das empresas energéticas no Programa Estadual de Desestatização. No processo, parte dos acervos constituídos foram transferidos para o arquivo da Fundação, que até hoje é responsável pela sua salvaguarda (entre eles o acervo da *Cia Light*, então denominada *Cia. Eletropaulo*, devido à privatização). O arquivo em questão representa iniciativa pioneira para a conservação desse legado histórico, sendo fundamental para pesquisas sobre a *Cia. Light* e outras empresas do setor de energia. O site da Fundação Energia e Saneamento foi reformulado recentemente com alterações nos modos de pesquisa. A metodologia descrita nesse artigo foi realizada no formato anterior do site, não sendo mais possível seguir os mesmos passos aqui detalhados. Para acesso ao acervo da Fundação consultar: <https://www.energiaesaneamento.org.br/acervo/acervo-da-fundacao/>

da Prefeitura de São Paulo e a plataforma Google Earth, para auxiliar na visualização da situação atual. Os resultados desse processo foram comparados com os dados coletados nas visitas de campo, fornecendo bases para a discussão sobre as permanências e as transformações nas áreas envoltórias.

Os levantamentos realizados reúnem informações a respeito das subestações remanescentes na cidade, tanto daquelas que ainda pertencem ao atual sistema de energia, como das unidades que já perderam a função original. Entre os edifícios identificados, construídos pela *Cia. Light* no interior das subestações e que permanecem vinculados ao sistema, há exemplares ociosos e sem manutenção, como pudemos verificar nos bairros do Ipiranga e da Mooca (Figuras 8 e 9); e também edifícios que passaram por processos de modernização, com manutenções periódicas ou reformas, em alguns casos, por meio de obras de conservação e restauro mantendo a função industrial do setor elétrico, a exemplo dos edifícios dos bairros da Vila Mariana e do Brás (Figuras 10 e 11).



Figura 8: Edifício da subestação do bairro do Ipiranga. Vista da Rua Xavier Curado. **Fonte:** autor, 2019.



Figura 9: Edifício da subestação do bairro da Mooca. Vista da esquina da Rua Guaratingueta com o Largo São Rapaél. **Fonte:** autor, 2020.



Figura 10: Edifício da subestação do bairro Vila Mariana. Vista da Rua Domingos de Moraes. **Fonte:** autor, 2021.



Figura 11: Edifício de subestação no Bairro do Brás. Vista da Rua Dr. João Alves de Lima. **Fonte:** autor, 2020

Além dos edifícios que se mantêm em atividade, foram localizadas unidades que não exercem mais esse papel, ou seja, que perderam o vínculo com o setor energético. Atualmente, como propriedades privadas, tais edificações receberam adaptações para novos usos. Algumas dessas arquiteturas foram preservadas e restauradas em suas características originais, como a subestação Central / Riachuelo, no centro de São Paulo (Figura 12), que hoje abriga um centro cultural. Outros edifícios, contudo, estão abandonados e deteriorados, o que incentiva a subutilização nas mais variadas circunstâncias, inclusive a ocupação temporária como moradia, conforme pudemos observar na Subestação Cruz Branca, localizada no bairro do Brás (Figura 13), edifício que chegou a abrigar mais de vinte famílias sem moradia, por um determinado período de tempo.

Uma vez que os edifícios das subestações compunham o foco das investigações, durante a pesquisa documental buscamos referências a dados projetuais para identificação de suas características arquitetônicas, tais como menções de autoria, materiais utilizados, métodos construtivos e sistemas adotados e adaptados ao conjunto implantado para funcionamento das distribuidoras de energia. Além dessas informações, foram levantadas referências aos processos de crescimento socioeconômico da cidade que teriam condicionado a instalação das subestações, bem como sobre as transformações urbanas desencadeadas a partir de sua implantação, com o intuito de elucidar a escolha pela sua localização, a relação com o entorno e as formas de ocupação e uso do edifício, fatores que desempenharam papel relevante na produção da cidade.



Figura 12: Edifício da antiga subestação Central – Riachuelo, no centro de São Paulo. **Fonte:** autor, 2021.



Figura 13: Edifício da antiga subestação Cruz Branca, no Brás. **Fonte:** autor, 2019.

4. Percorso metodológico: o papel do acervo da Fundação Energia e Saneamento para a compreensão da rede edificada pela *Cia. Light*

A segunda etapa da pesquisa – voltada à análise documental – foi direcionada ao estudo do acervo documental e iconográfico da *Cia Light* localizado no arquivo da Fundação Energia e Saneamento, com foco na análise dos relatórios, legislação, projetos, desenhos, mapas e fotos. Foram consultados os materiais digitalizados e intitulados “propriedades da companhia”, então disponibilizados para pesquisa no site da Fundação e que somam mais de dois mil e novecentos itens para consulta. Nesse conjunto documental, que contém diversos itens iconográficos relacionados ao setor de energia, são encontrados projetos das subestações, incluindo plantas, cortes, fachadas, *layouts* dos espaços internos, implantação, além de fotografias das arquiteturas, maquinários e equipamentos utilizados.

Considerando que a dissertação que originou este artigo foi situada no campo da história da arte com foco no patrimônio edificado – contexto em que a análise dos estratos que compõem os edifícios se torna relevante para compreendermos sua atual configuração –, procuramos localizar no acervo documentos sobre adequações estruturais ocorridas ao longo do tempo nas edificações, ou seja, camadas históricas resultantes de reformas, manutenção ou conservação, ampliações e demolições que indicassem a constituição formal dos remanescentes estudados (Figuras 14 e 15).

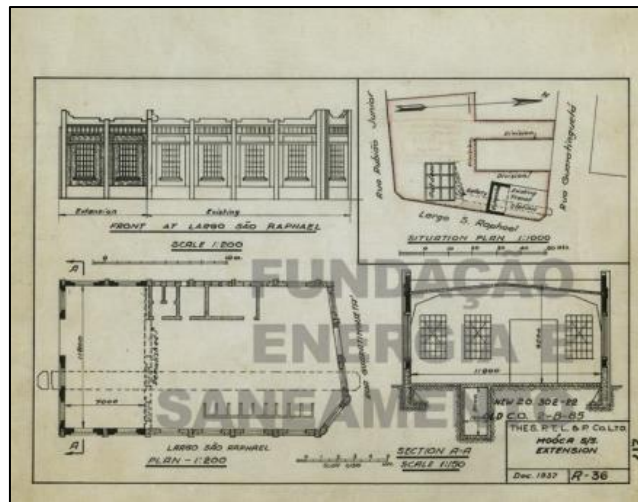


Figura 14: Adição na estrutura da subestação Mooca, projeto de 1937. **Fonte:** Fundação Energia e Saneamento, São Paulo / SP

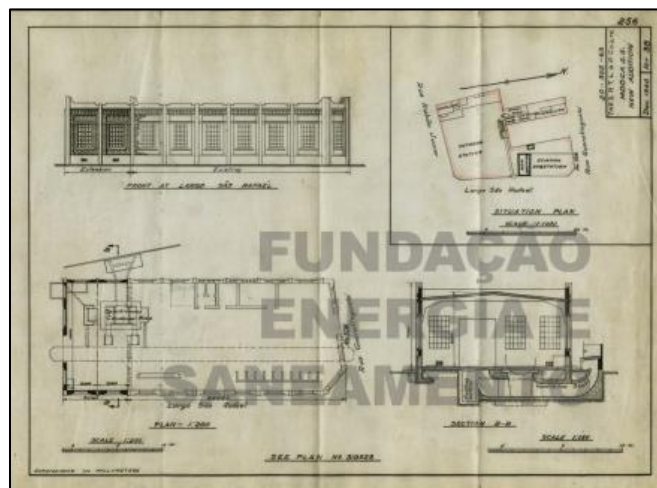


Figura 15: Prolongamento da subestação, projeto de 1940. **Fonte:** acervo da Fundação Energia e Saneamento, São Paulo / SP

A partir do estudo bibliográfico e das consultas ao acervo da Fundação, no perímetro do atual município de São Paulo e no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, encontramos referências a 23 subestações com estruturas fixas e com edificações que foram construídas pela *Cia. Light*; algumas, inclusive, que não constavam nos mapas pesquisados, mas que foram identificadas na leitura dos relatórios e/ou registros em projetos. Para referenciá-las, usamos as mesmas nomenclaturas que encontramos nos relatórios consultados no acervo.

Entre as 23 subestações identificadas construídas no período em estudo, foram localizadas 16 com remanescentes de edifícios na atual malha urbana. Essas subestações vieram a compor a seleção definitiva para análise e elaboração do inventário final, são elas: Paula Souza, Mooca, Ipiranga, Augusta, Cruz Branca, Freguesia do Ó, Helvétia, Santo Amaro, Belém, Cambuci, Vila Mariana, Ponte Preta, Riachuelo, Brás I Car Barn, Brás II e Butantã. Excluimos do conjunto duas subestações (Portátil 01 e 02) indicadas nos relatórios da Companhia, pois tratava-se de unidades montadas e desmontadas conforme a necessidade da localidade. Além disso, excluimos três subestações sem edifícios, apenas com equipamentos, construídas nos distritos de Vila Leopoldina (Amour) (1921), Saúde (1916) e São Miguel (1940)²³.

Nas 16 subestações que possuem edifícios remanescentes e que estão situadas no perímetro da cidade de São Paulo, foram observadas diferentes situações com relação ao estado de conservação e aos usos atuais: algumas possuem edifícios relativamente bem conservados, outras sofreram demolições parciais; algumas ainda integram o sistema de fornecimento de energia, outras adquiriram novas funções ou estão abandonadas. Por fim, foram selecionados e analisados mapas da cidade localizados no conjunto de documentos acessados. Geralmente, os materiais cartográficos consultados apresentam a localização das diversas propriedades da empresa, numeradas e referenciadas juntamente com legendas que descrevem cada edifício ou equipamento existente.

Para a pesquisa e seleção das imagens do acervo fotográfico, o processo seguiu o mesmo princípio adotado para a escolha dos projetos encontrados no arquivo “propriedades da companhia”, realizado na primeira etapa. Com temas diversos organizados aleatoriamente, a plataforma da Fundação disponibiliza cerca de 5.800 imagens. Cada imagem é acompanhada de uma breve descrição, ano de produção, autor e número de referência para localização. Além dos mapas com indicações das localizações das subestações, há registros dos equipamentos utilizados, o que nos auxiliou na compreensão do funcionamento do sistema em sua totalidade.

²³ Foram identificadas também dez unidades localizadas na região metropolitana do município de São Paulo, fora do perímetro definido para esta pesquisa, nas seguintes cidades: Guarulhos, Santo André, Utinga, Mauá, Ribeirão Pires, São Caetano do Sul, Caieiras, Osasco, Continental (Também em Osasco) e Estiva (nas proximidades de Ribeirão Pires).

Considerando o método adotado para organização do processo de consulta e a forma como está organizado o acervo digital – no qual, em cada página (do total de 296) são dispostas fotografias numeradas de 01 a 20 com temas variados –, houve a necessidade de orientar a seleção e posterior organização das imagens²⁴. Essa questão foi resolvida sequenciando e numerando cada imagem em tabela, de acordo com a posição que estas ocupam no banco de imagens do acervo. Após a listagem com todas as imagens que tinham relação com as subestações, foi organizada a subdivisão de acordo com cada unidade, em pastas individualizadas.

A última fase de pesquisa no acervo da Fundação Energia e Saneamento em São Paulo esteve concentrada nos livros de relatórios de atividades da *Cia. Light*, que não estão digitalizados, mas estão disponíveis ao público para consulta presencial²⁵. O acervo possui todos os relatórios separados em ordem cronológica, totalizando um conjunto de registros que cobre todo o período de atividades da empresa enquanto concessionária. O procedimento para seleção e análise pautou-se por extrair dos relatórios informações e menções ao tema “subestação”. Apesar da viabilidade da consulta pelo índice de cada relatório – o que, em um primeiro momento, pareceu facilitar a busca –, optou-se por percorrer todas as páginas para encontrar o máximo de informações possíveis sobre as subestações. Esta estratégia acertadamente nos auxiliou na localização de dados relevantes sobre cada edifício, como período de construção, material construtivo, transformações (ampliações e demolições), equipamentos, localização, mapas, compra de terrenos, venda de unidades, entre outras informações relevantes.

A terceira frente de pesquisas voltou-se ao reconhecimento das subestações remanescentes por meio de levantamentos de campo, que foram realizados paralelamente às etapas de consulta ao acervo e análise bibliográfica. Desse modo, a identificação documental dos edifícios, bem como sua localização em mapas da cidade, ocorreu em diálogo com a

²⁴ Devido ao elevado número de fotografias existentes no acervo da Light (cerca de 5900), optamos por visualizar cada uma e selecionar para estudo aquelas que tivessem relação com os edifícios das subestações e com estruturas do sistema de produção de energia na grande escala (hidrelétricas e redes transmissoras, por exemplo). Apesar da complexidade envolvida, esse critério para escolha das imagens nos auxiliou tanto na compreensão do funcionamento do sistema, como na análise das transformações ocorridas, ao compararmos os registros selecionados às imagens atuais produzidas nas visitas de campo.

²⁵ Os relatórios estão redigidos em língua inglesa – com exceção do primeiro exemplar, que está em português. Os documentos foram fotografados, armazenados em computador em pastas individuais para cada relatório. Posteriormente, passaram por ajustes para melhor visualização do conteúdo, tradução e salvamento em documento word.

análise dos remanescentes *in loco*, considerando as circunstâncias de apagamento, abandono, conservação, ocupação e usos atuais²⁶.

Para a produção dos mapas e dos relatórios analíticos foi utilizada a plataforma digital GeoSampa, disponibilizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Nesse portal, coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMLU), foi possível acessar sobreposições por camadas de mapas de diferentes períodos, focando nas áreas de implantação das subestações, na cidade e seu entorno. Essa plataforma digital em formato aberto possibilita ao usuário o acesso a diversos mapas elaborados a partir de 1930, com cruzamento de diversas camadas de informações sobre os lotes urbanos municipais: localização (setor/quadra/lote), proprietários, áreas edificadas, áreas de terrenos, limites geográficos, restrições ambientais e patrimoniais, entre outras.

Como complemento, foram realizadas consultas ao *website* do Cadastro de Edificações da Prefeitura de São Paulo (CEDI) , com o intuito de obter dados sobre o histórico do imóvel, área de terreno, área de ocupação e área construída, ano de construção, datas de alteração da construção etc. Contudo, em alguns casos notamos que os registros de implantação das subestações na base de dados do CEDI nem sempre coincidiam com as informações obtidas nos relatórios da companhia. Decidimos, então, adotar os dados extraídos da consulta à documentação primária no acervo da Fundação. Os dados coletados ainda foram confrontados com as informações do Imposto Territorial Urbano (IPTU) de cada imóvel, no *website* de cadastros da Prefeitura Municipal de São Paulo, possibilitando constatar os nomes dos proprietários registrados nos imóveis das subestações na atualidade. Com base nas informações reunidas e cotejadas em todo o processo de pesquisa, foram elaborados mapas na plataforma Google Earth, que disponibiliza imagens de satélite do globo terrestre de diversos períodos. Desse modo, pudemos não apenas identificar os locais de implantação das 16 subestações remanescentes e situá-las em mapas atualizados, com análise do interior dos lotes e conferência de sua situação atual, mas também visualizar as hidrelétricas e represas que constituíram o sistema desenhado pela *Cia. Light* e que se relacionam, na macro escala, com a rede de subestações.

²⁶ Com relação aos levantamentos de campo, como não obtivemos autorização para entrar nas subestações (com exceção do edifício desativado da subestação Paula Souza, localizado na região central da cidade), as análises partiram da observação externa, acompanhadas de registros fotográficos de cada edifício e das estruturas do entorno.

5. Percurso metodológico: elaboração de fichas de Identificação e relatórios analíticos

Como resultado da sistematização da documentação encontrada nas pesquisas documentais e nas visitas de campo, elaboramos uma tabela geral que lista as dezesseis subestações que possuem edifícios remanescentes, com informações como o nome de cada subestação, a situação atual dos edifícios e o nível de preservação como patrimônio cultural (Figura 16).

LISTAGEM DAS SUBESTAÇÕES REMANESCENTES DA CIA. LIGHT			
Ficha	Subestação	Situação do Edifício	Nível de Preservação
01	Paula Souza	Estrutura Preservada	Processo de Tombamento em Análise
02	Mooca	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
03	Ipiranga	Estrutura Preservada	Edifício Tombado
04	Augusta	Parcialmente Demolido	Edifício sem Proteção
05	Cruz Branca	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
06	Pirituba	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
07	Helvétia	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
08	Santo Amaro	Parcialmente Demolido	Edifício sem Proteção
09	Belém	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
10	Cambuci	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção
11	Vila Mariana	Estrutura Preservada	Edifício Tombado
12	Ponte Preta	Estrutura Preservada	Processo de Tombamento em Análise
13	Riachuelo	Estrutura Preservada	Edifício Tombado
14	Brás I (Car Barn)	Estrutura Preservada	Edifício Tombado
15	Brás II	Estrutura Preservada	Edifício Tombado
16	Butantã	Estrutura Preservada	Edifício sem Proteção

Figura 16: Listagem das Subestações Remanescentes da *Cia. Light*. Fonte: LAMEIRINHA, 2022.

Na sequência, foram apresentadas fichas individualizadas de cada unidade, reunindo os dados decifrados nas pesquisas documental e de campo. Valendo-se da mobilização de fotografias selecionadas no acervo da Fundação e das visitas de campo, as fichas buscam contrapor, quando possível, os edifícios em seu estado original e atual, por meio de imagens na mesma perspectiva visual. Buscamos, ainda, informar graficamente a localização do edifício na escala do município e na escala local, com destaque para o perímetro que define a instalação da subestação no lote, bem como do próprio edifício remanescente e a posição que ele ocupa. Acompanham as imagens dados cadastrais de cada unidade, com informações tais como: endereço, propriedade, ano de instalação da subestação e construção do edifício,

juntamente com a área do terreno. Também foram acrescentadas informações sobre as iniciativas de preservação pelos órgãos de patrimônio, informando se os edifícios são tomados ou se possuem processo de tombamento em análise. Além desses dados, as fichas trazem referências sobre o estado de conservação dos bens, se o conjunto está íntegro ou se hoje é composto por remanescentes resultantes de demolições parciais.

Ressaltar a situação dos conjuntos edificados em diferentes escalas, da arquitetura ao contexto urbano, se mostrou relevante para análise, pois nos permitiu compreender esses artefatos em suas relações e intersecções micro e macro urbanas. Nesse sentido, é importante salientar que as fichas de identificação elaboradas (Figura 17), além de sistematizarem as informações coletadas na pesquisa documental e de campo, também objetivaram fornecer diretrizes para a formulação de relatórios de inventariação de cada subestação em uma descrição mais detalhada. Esses relatórios pormenorizados – elaborados apenas para três subestações: Mooca, Belém e Brás –, foram apresentados com o intuito de sanar lacunas de interpretação porventura geradas pela recorrência isolada às fichas, modelo mais pragmático e objetivo tradicionalmente adotado em inventários patrimoniais, porém, pouco esclarecedor para leituras mais específicas de cada conjunto edificado. Nesse sentido, os relatórios descritivos buscaram oferecer uma alternativa para complementar as fichas, expondo considerações sobre as particularidades urbanas de cada edifício, as permanências e camadas históricas dessas arquiteturas no contexto das dinâmicas de transformação, materiais e imateriais, da cidade ao seu redor, enfatizando a leitura do patrimônio industrial em sua dimensão urbana e sistêmica.

Além das informações pontuais listadas nas fichas de identificação, procuramos aprofundar, por meio dos relatórios descritivos, o entendimento das correlações entre as subestações e a rede distribuidora de energia, sugerindo que este detalhamento seja aplicado a cada unidade edificada que compõe a rede. Desse modo, intentamos compor o valor das subestações como patrimônio arquitetônico industrial tanto em sua individualidade como enquanto conjunto urbano com conexões funcionais territoriais, destacando as múltiplas camadas e escalas do patrimônio da energia na cidade de São Paulo.

Ficha nº 9 – Subestação Belém



Vista externa do edifício, 1913. GAENSLY, Guilherme. Arquivo Fundação Energia e Saneamento – São Paulo / SP.



Vista externa do edifício a partir da Av. Celso Garcia. Foto: Autor, 11-2019.



Localização da subestação na região da subprefeitura da Mooca, distrito Belém. Mapa: Google Earth, 01-2022.



Local de implantação do edifício no lote da subestação Belém. Mapa: Google Earth, 01-2022.

Localização: Av. Celso Garcia, nº 1865 – Distrito Belém (Belenzinho) – São Paulo – SP
Número de cadastro do contribuinte na prefeitura (IPTU): 196.018.0368-7
Proprietários: Enel Distribuição São Paulo Ano de instalação da subestação: 1913
Ano construção da atual edificação: 1913 Área total do terreno: 2.906 m²
Nível de Proteção do Patrimônio: Não consta informação no Cadastro de Imóveis Tombados (CIT) da Prefeitura de São Paulo, na legislação de proteção do patrimônio histórico do CONPESP e CONDEPHAAT. Não está inserido em área envoltória de outro bem protegido.
Estado de conservação: Estrutura do edifício preservada em sua integridade. Edifício com manutenção e em bom estado de conservação.
Uso atual: O antigo edifício está inserido no conjunto da subestação.

Figura 17: Modelo da Ficha de Identificação – Dados Gerais, Edifício e Localização. Fonte: LAMEIRINHA, 2022

6. Considerações finais

A dissertação de mestrado que originou este artigo buscou caracterizar as subestações de energia da *Cia. Light* como patrimônio urbano industrial, destacando a necessidade de compreendermos os valores desses edifícios em diferentes escalas: em sua individualidade na

localidade onde estão inseridos, como elo de uma rede mais ampla; e como parte do sistema hidroelétrico implantado pela *Cia Light*, considerando todas as implicações dessa complexidade.

Na experiência de inventariação aqui exposta, ao nos depararmos com a urgência de registrar testemunhos arquitetônicos ameaçados de destruição, estivemos diante de desafios metodológicos em diferentes frentes. Ao longo do processo, tomou corpo a dúvida sobre a efetividade dos instrumentos de preservação que possuímos – desde o inventário até o tombamento e as zonas de preservação demarcadas em legislação urbanística – para viabilizar a salvaguarda de bens edificados cujos valores residem na conexão que estabelecem com a própria estrutura, material e imaterial, dos organismos urbanos, como frequentemente observamos com diferentes patrimônios da industrialização. Diante desse quadro, nos perguntamos: como desenhar ações de preservação atentas às especificidades do patrimônio da industrialização como sistema e como paisagem? E quais mecanismos de proteção poderiam viabilizar o reconhecimento do caráter sistêmico desse patrimônio? Abordar esses questionamentos permitiu compreendermos melhor o legado da *Cia. Light* para a cidade de São Paulo, reconhecendo-o do ponto de vista cultural, histórico e social, mas também do ponto de vista de sua categorização como patrimônio industrial, ambiental e urbano.

A realização de inventários que evidenciem as particularidades aqui especificadas é um passo importante, no entanto, para que haja efetividade nos resultados alcançados e como instrumento de salvaguarda, o debate deve ganhar força e espaço no campo das políticas públicas de preservação.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Resolução nº 72 de 25 de março de 1998.**

ARAÚJO, Ricardo; SOLIA, Mariângela. **Guarapiranga 100 anos.** 1ª edição: São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.890-A. De 25 de abril de 1961.** Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.

BRASIL. **Decreto nº 85.839, de 24 de março de 1981.** O Governo Federal concede autorização para a ELETROPAULO.

BULCÃO, Clovis. **Os Guinle: a história de uma dinastia.** Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2015.

CAMARGOS, Marcia. **Belle Époque na garoa: São Paulo entre a tradição e a modernidade.** São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2013.

CAMPOS, C. Malta. **Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo.** São Paulo: editora SENAC, 2002.

CORREIA, T. de B. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo.** São Paulo: Editora Senac, 2002. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 5, 2001.

FERRAZ, Vera Maria de Barros (Org.). **Imagens de São Paulo: Gaensly no acervo da Light – 1925.** São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2001.

IANNONE, Roberto Antonio. **Evolução do Setor Elétrico Paulista.** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

ICOMOS & TICCIH. **Princípios conjuntos do Icomos-Ticcih para a conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens de patrimônio industrial** [Princípios de Dublin]. Aprovados na 17ª Assembleia Geral do Icomos, 28/11/2011.

LAMEIRINHA, Valter dos Santos. **Subestações de energia da Light na cidade de São Paulo (1899-1956): um estudo no campo do patrimônio arquitetônico industrial.** Dissertação de Mestrado (História da Arte). Guarulhos: PPGHA-UNIFESP, 2022.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais.** São Paulo: Ed. Fap-Unifesp, EDUSP, FAPESP, 2013.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Arte de viver, Arte de fabricar: sobre inventariar e preservar paisagens fabris em transformação. In: MENEGUELLO, Cristina (Org.). **Arte e patrimônio industrial.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927).** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2008.

SÃO PAULO (Cidade). CONPRESP. **Resolução n.º 06, 2018.** Tombamento de imóveis do Eixo Domingos de Morais no bairro da Vila Mariana.

SÃO PAULO (Cidade). CONPRESP. **Resolução n.º 14, 2018.** Tombamento do conjunto de edificações do bairro do Ipiranga, situadas em área da Prefeitura Regional do Ipiranga.

SÃO PAULO (Cidade). CONPRESP. **Resolução n.º 01, 2014.** Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Garagem de Trólebus da CMTC e edifício na R. Dr. Costa Valente, 314 e 326.

SÃO PAULO (Cidade). CONPRESP. **Resolução n.º 22, 2002.** Tombamento do edifício da Subestação Riachuelo no conjunto de bens tombados do bairro da Bela Vista.

SÃO PAULO (Cidade). CONPRESP. **Resolução n.º 23, 2016**. Abertura de Processo de Tombamento – APT de imóveis indicados pela população, para a preservação como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC).

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 9.361, de 05 de julho de 1996**. Programa de Desestatização (PED), Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético.

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. **Resolução SC nº 2, 2008**. Tombamento Estação de Bondes do Brás.

SEGAWA, Hugo. **São Paulo, veio e fluxos: 1872-1954**. In: PORTA, Paula (Org.). História da Cidade de São Paulo, v. 3: a cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SOUZA, Edgar de. **História da Light: primeiros 50 anos** – São Paulo, Eletropaulo, 1ª Edição, 1982.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial**. Nizhny Tagil, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; PIRES, Walter. Como anda a temperatura no Cambuci? Patrimônio industrial e dinâmicas urbanas na demolição das antigas oficinas da Light em São Paulo. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, ano 17, n. 193.00, jun. 2016.

Sites consultados

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO: <https://www.energiaesaneamento.org.br>

GEOSAMPA: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx

CEDI:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=6584>

IPTU-SP: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/iptu/>

CENTRO ATRAVESSADO: Mapeamento e indagações sobre os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste do Município de São Paulo

CROSSING DOWNTOWN: Mapping and inquiries about the impacts of the construction of the East-West Connection of the Municipality of São Paulo

Dominique Crizane Moraes Aires¹
dominiquaires.arq@gmail.com

Marcos Virgílio da Silva²
mvirgilios@gmail.com

Resumo: O presente trabalho consiste em realizar um mapeamento das modificações geradas pela construção da ligação Leste-Oeste, que atravessa o centro de São Paulo (abrangendo toda a extensão do Elevado João Goulart, Viaduto Júlio de Mesquita Filho, Viaduto Jaceguai, Viaduto do Glicério, Viaduto Leste-Oeste e Complexo Viário Evaristo Comolatti, até desembocar na Avenida Alcântara Machado). Com base em artigos, matérias de jornais, decretos e leis que remontam o desenvolvimento da cidade, assim como o entendimento de conceitos sobre lugar e memória, o objetivo é abordar os antecedentes das intervenções rodoviaristas na cidade de São Paulo, o processo de consolidação das regiões afetadas e suas transformações a partir da construção da Ligação. Pretende-se dimensionar, por meio de sobreposições cartográficas, o impacto das demolições e desapropriações, refletindo sobre a "memória coletiva" afetada e transformada durante o processo de implantação dessas vias elevadas. Por fim, será apresentado um mapeamento que estima a quantidade de demolições ocorridas, possibilitando visualizar as áreas onde os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste foram mais intensos.

palavras-chave: Rodoviarismo, ditadura, Minhocão, memória, espaço urbano.

Abstract: The present work aims to map the modifications generated by the construction of the East-West Connection, which cuts through downtown São Paulo (spanning the entire length of the João Goulart Viaduct, Júlio de Mesquita Filho Viaduct, Jaceguai Viaduct, Glicério Viaduct, East-West Viaduct, and Evaristo Comolatti Viaduct Complex, ending at Alcântara Machado Avenue). Based on articles, newspaper articles, decrees, and laws that trace the city's development, as well as an understanding of concepts of place and memory, the objective is to address the precedents of road-oriented interventions in São Paulo, the process of consolidation of affected regions, and their transformations following the construction of the East-West Connection. Through cartographic overlays, the goal is to assess the impact of demolitions and expropriations, reflecting on the "collective memory" affected and transformed during the implementation of these elevated roadways. Finally, a mapping will be

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestrado profissional desenvolvido no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

² Doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo (2011), pela Universidade de São Paulo.. Coordenador do Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Design e do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Patrimônio Cultural e Memória do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

presented that estimates the number of demolitions, allowing visualization of areas where the impacts of the East-West Connection construction were most intense.

Keywords: Elevated highways, dictatorship, memory, urban space.

1. INTRODUÇÃO

A implantação da Ligação Leste-Oeste pode ser vista como fruto de um processo histórico de priorização do automóvel no contexto urbano da cidade de São Paulo. A começar pelo crescimento e consolidação da economia cafeeira no final do século XIX, em que o trânsito dessa mercadoria passa a circular do interior do estado para os portos, por meio de transporte com animais e, a partir de 1867, pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Apesar da importância das ferrovias para o crescimento da cidade na virada do século XX, segundo Campos (2002), é notável a negligência em relação ao modelo ferroviário de transporte nas décadas seguintes. Com o objetivo de construir uma cidade que servisse como palco para a elite que se instalava, o modelo de grandes avenidas e do automóvel começa a surgir no centro das prioridades de intervenções para o espaço físico da cidade.

Enquanto centro econômico, a cidade passa a receber não só as elites, mas todo um contingente de trabalhadores. Esses se instalaram muitas vezes em regiões consideradas relativamente periféricas na época: próximas às indústrias (como na Mooca), nas vizinhanças das regiões mais nobres (como a Barra Funda e sua proximidade com os Campos Elísios), ou em áreas pouco valorizadas (como as regiões mais baixas do recém-loteado bairro da Bela Vista e da Baixada do Glicério). As obras públicas realizadas no final do século XIX e início do século XX estavam muito mais voltadas para a construção de edifícios institucionais e para o 'embelezamento' da cidade, visando o uso da estética europeia nos espaços públicos. Isso contrastava com qualquer política que tivesse como objetivo atender às diferentes camadas sociais que a cidade recebia na época.

Como colocou Campos (2002), se o contingente popular e operário estivesse contido nos espaços de vilas, a cidade poderia se concentrar na ilusão de construir uma "capital do café". Nas décadas seguintes, as consequências desse pensamento passam a ficar cada vez mais visíveis: o problema da habitação, com surgimento de diversos cortiços repletos de

imigrantes e ex-escravizados, além do congestionamento de veículos na região central, apesar das várias intervenções em vias públicas³.

Mudanças na dinâmica de áreas da cidade que priorizam os interesses hegemônicos se tornam um ponto recorrente no desenvolvimento da cidade de São Paulo. Em 1930, o prefeito Pires do Rio recorre ao engenheiro Francisco Prestes Maia que retoma o plano proposto há quase uma década por Ulhôa Cintra, o “Perímetro de Irradiação”, fazendo modificações e desenvolvendo o Plano de Avenidas. (Porto, 2006, p.133).

Seria composto de vários trechos de vias públicas, em segmentos, formados pela avenida Ipiranga, a rua São Luís (alargada e transformada em avenida), o Viaduto 9 de Julho, o Viaduto Jacareí, a avenida Rangel Pestana, a rua Mercúrio e a rua Senador Queiroz (alargada), até a referida Avenida Ipiranga. A denominação “Perímetro de Irradiação” provém do fato de servir como linha de partida das artérias que conduzem aos bairros (radiais). (idem, p. 140).

O plano que previa englobar modais de transporte público terminou por gerar uma desconfiguração sócio-espacial, afastando camadas menos privilegiadas da população do centro da cidade e consolidando a predominância do sistema de transporte individual motorizado.

Dentre as políticas do Estado Novo (1937-1945), houve o incentivo à instalação da indústria automobilística em todo território nacional, política reafirmada na década de 1950 durante a administração Juscelino Kubitschek. Com o incremento da política de incentivos fiscais à produção de veículos automotores atrelados a um processo de desativação das linhas de bondes (Neves, 2020, p.42), consolidou-se um cenário onde o automóvel se encontrava no centro das necessidades de locomoção no espaço urbano, e este, por sua vez, deveria existir principalmente para dar suporte ao automóvel.

Na década de 1960, já instaurado o regime militar, segundo Neves (2020), se uniram “o pensamento tecnocrático, prioridade do automóvel nas cidades, da centralização, do autoritarismo”, atendendo a anseios do setor privado (Diniz e Lima Júnior *ibid* Neves, p.96). Desse modo, o discurso desenvolvimentista alinhado à suspensão do regime democrático, abriu as portas para intervenções de grande impacto no meio urbano (Guillen, 2017, p.5). E, nesse contexto, surge a possibilidade de implantação de estruturas urbanas que há muito

³ Tomando como exemplo os planos Bouvard para o Anhangabaú e Parque Dom Pedro II assim como o alargamento da rua Líbero Badaró. Ver Campos (2002).

vinham sendo debatidas, como a Ligação Leste-Oeste: feita para atender aos problemas de circulação que há décadas persistiam na cidade, o objetivo era ligar duas regiões localizadas fora do centro por meio de vias expressas, sendo algumas delas elevadas. Essa obra atravessou regiões que não se encontravam vazias ou inabitadas no momento de sua implantação; muito pelo contrário: tratava-se de regiões densamente ocupadas há décadas, onde coexistia uma diversidade de contextos urbanos. Nesse sentido, é interessante levantar a discussão sobre esses lugares e refletir sobre como costumavam ser. Como Scifoni aborda:

De acordo com Carlos (1996), o ‘lugar é a base da reprodução da vida’. Isso não significa compreendê-lo como palco ou substrato físico inerte, ao contrário, ele é parte constitutiva da vida humana, ao mesmo tempo ponto de partida e resultado de um processo de apropriação, transformação e uso do espaço. Como dimensão concreta e real do espaço geográfico, o lugar é produto de uma construção social cotidiana, que se dá ao mesmo tempo em que a sociedade reproduz sua existência, relações sociais, cultura, valores e a própria história humana. (Scifoni, 2013, p. 3-4)

As soluções prometidas pelas obras de vias elevadas criam cisões e vazios capazes de desconfigurar dinâmicas das pessoas com os espaços onde foram implantados os viadutos. Alterações no espaço físico do ambiente urbano provocam também uma “ruptura irreversível do passado com o presente, e o temor da perda de si mesmas [as pessoas e suas memórias] junto com a perda das cidades”, coloca D’Alessio (1993). Além da intransponibilidade do território, afeta-se a memória da vida cotidiana em seu contexto urbano.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma estimativa das edificações afetadas pela obra da Ligação e versar sobre os perfis e dinâmicas anteriores dos bairros afetados. Pretende-se fazer uma singela contribuição no levantamento de questões a respeito do impacto de obras desse porte no contexto dos bairros em que foram implantadas. O artigo é composto de cinco seções: na primeira, traçamos um panorama geral das intervenções voltadas para os automóveis na cidade de São Paulo; na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para realizar essa pesquisa; na terceira, tratamos do contexto da construção da Ligação Leste-Oeste; na quarta, analisamos, trecho a trecho, os bairros cortados pela Ligação; e, na quinta, apresentamos algumas considerações finais sobre o trabalho, apontando números e levantando inquietações que surgiram ao longo da pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi construído a partir da sobreposição das bases *shapefile* das 'obras-de-arte' sobre mapas raster VASP CRUZEIRO de 1954, ambos disponibilizados e georreferenciados no portal Geosampa. Por meio do *software* de geoprocessamento QGis, foram delimitadas e quantificadas as edificações representadas no citado mapa, cujos traços apareciam atravessados pela camada de obras-de-arte. A representação dos edifícios afetados foi separada em dois tipos: representados em vermelho estão os edifícios severamente sobrepostos pela camada de obras-de-arte (ou pela construção da Ligação Leste-Oeste); em rosa, os edifícios indireta ou parcialmente afetados, aqueles muito próximos às vias elevadas que, dependendo da forma de execução, poderiam não ter sido removidos com as obras. Pequenas edificações como edículas, bastante recorrentes em lotes compridos, foram desenhadas para fins de visualização, mas não foram contabilizadas, para que não gerassem duplicatas nos números de possíveis remoções.

Artigos, matérias de jornais, decretos e leis municipais foram consultados para ajudar na elaboração de hipóteses e uma linha do tempo da construção dos trechos da Ligação, assim como mensurar as edificações afetadas.

3. A LIGAÇÃO LESTE-OESTE

A implantação da Ligação Leste-Oeste é um capítulo na longa história das intervenções rodoviaristas na cidade de São Paulo. O sistema era discutido desde a sanção da Lei Ordinária 6.061/1962, promulgada pelo então prefeito Francisco Prestes Maia. Dava sequência ao Perímetro de Irradiação, seguindo uma lógica semelhante de dispersão do congestionamento da área central, com obras sendo entregues no final da década de 1960. Durante a gestão Faria Lima (1965-1969), foi entregue, em 1967, a parte da Radial Leste mais próxima à Liberdade. E, em 1969, foi inaugurada a ligação da Rua Amaral Gurgel com a Bela Vista, passando sob a Praça Roosevelt. A continuação do plano se deu na administração de Paulo Maluf (1969-1971), inaugurando as vias expressas do emblemático Elevado Costa e Silva⁴ com

⁴ Nome original do atual Elevado João Goulart.

irônico congestionamento⁵. Também foram construídos durante sua administração o Viaduto Júlio de Mesquita Filho, Viaduto Jaceguai e seu prolongamento até a Avenida Alcântara Machado, segundo matéria do jornal O Estado de S. Paulo de 23 de setembro de 1969.

4. OS TRECHOS

4.1 Elevado Pres. João Goulart, Barra Funda e Sta. Cecília

O primeiro trecho estudado é o do Elevado Presidente João Goulart, construído majoritariamente sobre a Avenida São João, com acesso oeste na atual Avenida Francisco Matarazzo, seguindo pela Avenida General Olímpio da Silveira e passando por toda a extensão da Avenida São João até a altura do cruzamento com a Rua Helvétia.

A oeste consolidou-se o bairro da Barra Funda, a partir da construção da estação ferroviária em 1875, que atraiu a instalação de indústrias de pequeno e grande porte e, conseqüentemente, habitações operárias, recebendo pessoas negras e italianas trabalhadoras das indústrias. A leste firmava-se o bairro de Santa Cecília, advindo do parcelamento de uma chácara, que nasceu com caráter de residências de médio padrão..

Desde o início do século XX, a Avenida São João sofreu frequentes modificações (Campos, 2002), entre elas o alargamento durante a administração de Pires do Rio (1926-1930), entre a Praça Júlio de Mesquita e a Praça Marechal Deodoro, e um prolongamento entre a Alameda Glette e a Praça Marechal Deodoro (Assunção, 2016, p. 36-37). Segundo Assunção (2016, p. 46), a Avenida São João era, até a década de 1950, um importante eixo econômico, bem como uma ligação para a zona oeste da cidade. Entre o Largo do Paissandu e a Avenida Duque de Caxias, era uma região reconhecida como 'cinelândia paulistana' e, no trecho entre a Duque de Caxias e a Marechal Deodoro, foi ocupada predominantemente por edifícios residenciais com comércio nos térreos. O reconhecimento como Cinelândia, a presença de um eixo de comércio, hotéis e edifícios de órgãos públicos, e os desfiles de blocos de carnaval marcam a Avenida São João como uma importante rua para a dinâmica da vida urbana no centro.

O mapa representado na Figura 01 revela uma região densamente ocupada ao longo do eixo da Avenida São João. É evidente a configuração original da Praça Marechal Deodoro,

⁵ Ver a matéria “‘Minhocão’ aberto sem a repercussão esperada” do jornal O Estado de S. Paulo de 26 de janeiro de 1971, p.16.

alterada para dar lugar a uma alça de acesso à via elevada. Nos mapas VASP 1954 e SARA 1930, é possível localizar as antigas linhas de bonde, que desapareceram na década de 1950 devido a conflitos com a concessionária, à medida que o modelo centrado no automóvel ganhava predominância. Outro local onde foi construída uma alça para acesso ao elevado foi uma antiga garagem de bondes na confluência da Alameda Gleite, Avenida São João e Rua Helvétia. Segundo Santos (2006), na década de 1980, havia grandes expectativas do mercado imobiliário e dos órgãos públicos de que a construção das estações Barra Funda e Marechal Deodoro revitalizasse e valorizasse novamente a região, o que não se concretizou. A presença do elevado pode ter sido um fator crucial na estagnação dessas áreas.



Figura 01: Mapeamento SARA Brasil 1930, mostrando a extensão da Avenida São João antes do alargamento completo da via. **Fonte:** Geosampa com edição da autora.

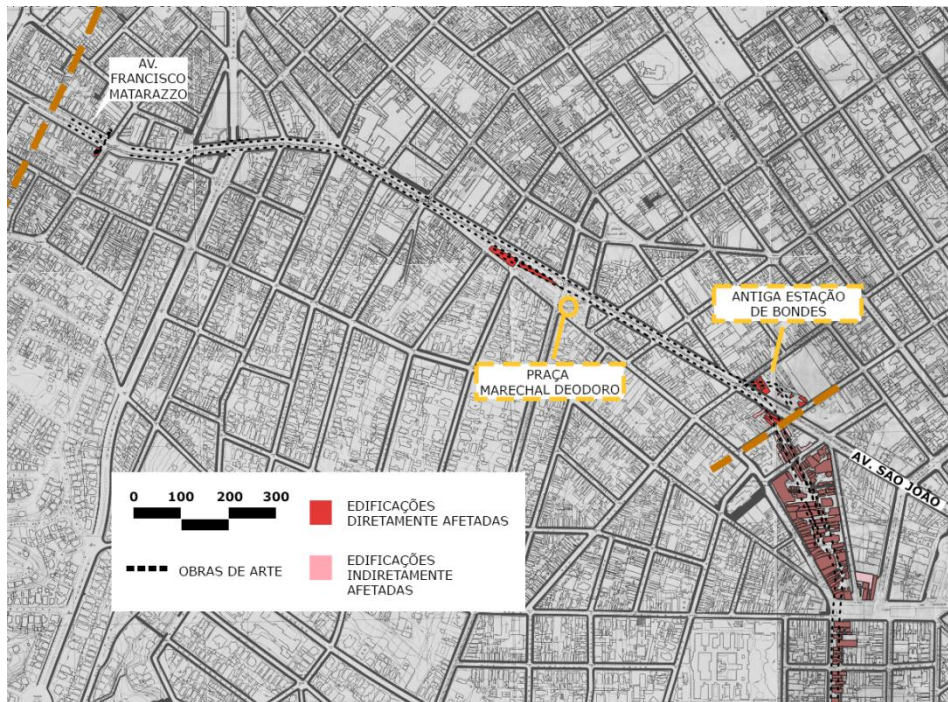


Figura 02: Mapa Vasp Cruzeiro de 1954 com sobreposição da camada de obras-de-arte e delimitação das calçadas, ilustrando a região da avenida São João e locais afetados. **Fonte:** Geosampa com edição da autora.

Neste recorte, foram contabilizados três imóveis diretamente afetados e sete indiretamente afetados, além da Praça Marechal Deodoro e de quatro pequenas edificações dentro da antiga estação de bondes.

4.2 Elevado João Goulart, trecho Santa Cecília e Vila Buarque

O próximo segmento se configura a partir da entrada do Elevado Presidente João Goulart, vindo da Avenida São João, cortando a quadra entre a Rua Sebastião Pereira e a Rua Frederico Steidel, até entrar na Rua Amaral Gurgel. Este trecho se situa entre Santa Cecília e Vila Buarque, territórios que quase se confundem. Na Figura 03, são destacadas e contabilizadas 83 edificações. Uma matéria do jornal O Estado de S. Paulo, de 12 de outubro de 1969, menciona que a abertura na quadra formada pelas ruas Sebastião Pereira, Ana Cintra, Frederico Steidel e Largo do Arouche resultou em desapropriações de cerca de 80 imóveis, sendo apenas um de 8 andares e os demais compostos por 2 andares. A matéria também relata a desapropriação de 8 imóveis na esquina da Duque de Caxias com o Largo do Arouche.

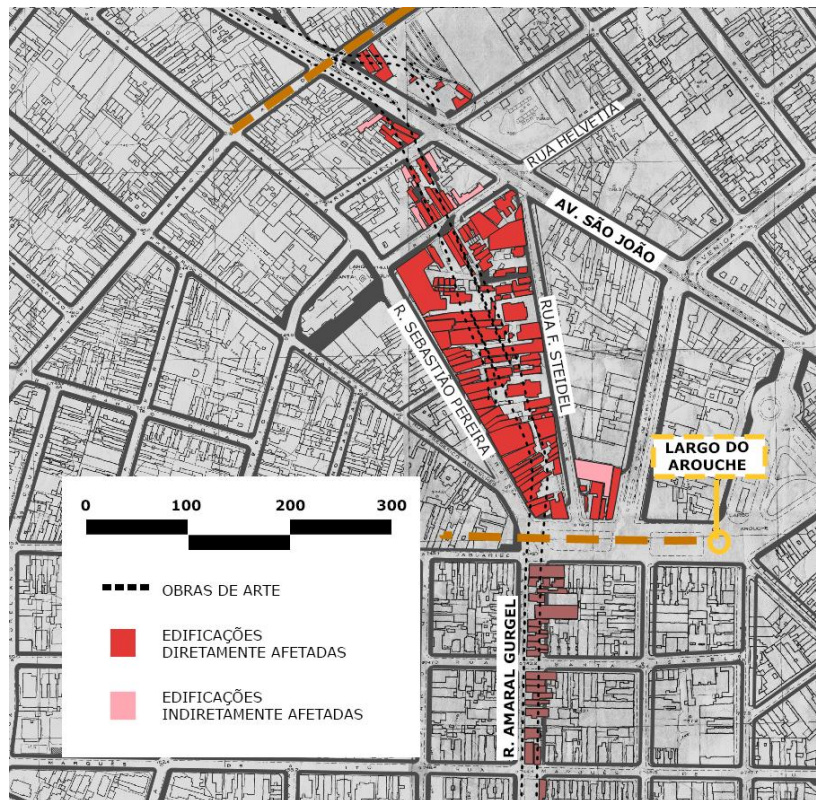


Figura 03: Mapa de 1954 com sobreposições das obras de arte e calçadas. Em vermelho, são representadas as edificações diretamente afetadas pela construção do Elevado no quarteirão cortado, Largo do Arouche e Rua Amaral Gurgel; em rosa, as edificações indiretamente afetadas. **Fonte:** Base cartográfica: VASP Cruzeiro 1954. Delimitação de calçadas e obras de arte: CET. Ambos disponibilizados pelo portal GeoSampa.

O primeiro decreto a comunicar o plano de alargamento da Rua Amaral Gurgel foi o número 944/1947, que aprovava o alargamento da via em toda a extensão entre o Largo do Arouche e a Rua da Consolação, reiterado por decretos como o 1165/1950 e o 1570/1952. A obra foi finalizada em 1966. O espaçamento entre esses diversos decretos e a concretização do alargamento dá uma ideia da morosidade presente até a década de 1960, durante a qual se consolidou um conjunto de desapropriações (o que não era um cuidado tomado durante a ditadura), além de mostrar um processo de anos na implantação do modelo do veículo individual que atravessou diferentes administrações.

Nas quadras ao sul da Rua Amaral Gurgel, a sobreposição de mapas ilustra um impacto intenso: o alargamento se sobrepunha a praticamente todas as edificações do lado ímpar voltadas para a rua alargada. Entretanto, é difícil encontrar registros de matérias de jornais ou decretos que ajudem a confirmar se essas edificações foram realmente cortadas com o

alargamento. Pode-se sugerir que parte dos edifícios tenha sido construída sob uma nova lei de uso e ocupação do solo, criando recuos frontais que permitissem a construção do elevado sem mais desapropriações⁶.

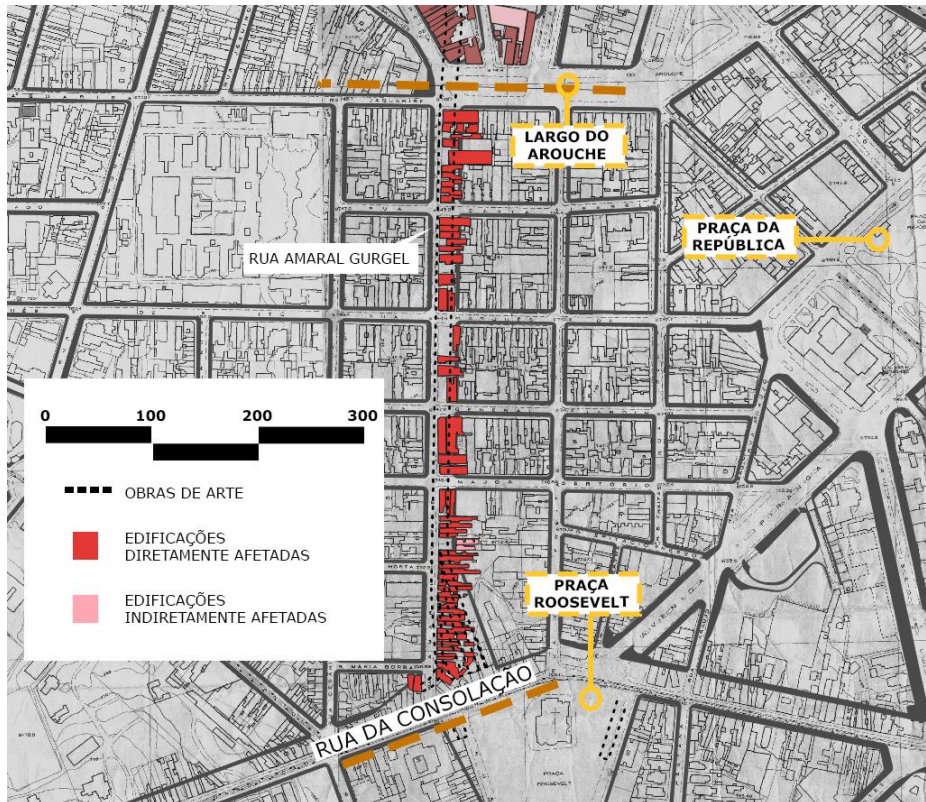


Figura 04: Mapa de 1954 com sobreposições das obras de arte e calçadas. Em vermelho, são representadas as edificações diretamente afetadas pela construção do Elevado no quarteirão cortado, Largo do Arouche e Rua Amaral Gurgel; em rosa, as edificações indiretamente afetadas. **Fonte:** Base cartográfica: VASP Cruzeiro 1954. Delimitação de calçadas e obras de arte: CET. Ambos disponibilizados pelo portal GeoSampa.

Considerando que a Avenida São João foi ocupada de acordo com os interesses da classe média, com cinemas e comércio, a ausência de atividades dessa espécie na Rua Amaral Gurgel levanta questões sobre como esse lugar era ocupado e como enxergar os lugares a partir de suas dinâmicas mais cotidianas e menos icônicas, que não interessavam ser noticiadas, onde a reprodução da vida se dava (Carlos, 1996). Um vislumbre disso pode ser observado na questão do Arouche, que começou a ser ocupado pela comunidade LGBT na

⁶ A sul, as edificações lindeiras à Rua da Consolação haviam sido desapropriadas pelos planos de alargamento a partir dos decretos 950, 952 e 953 de 1947.

mesma década de 1960. Neste recorte, foram contabilizadas 150 edificações diretamente afetadas e oito indiretamente afetadas, somando os números da quadra entre a Rua Sebastião Pereira e a Rua Frederico Steidel e o alargamento da Rua Amaral Gurgel.

4.3 Viaduto Júlio de Mesquita Filho, Bela Vista

O trecho seguinte compreende a área delimitada entre a Praça Roosevelt e a Praça Pérola Byington, por toda a extensão do Viaduto Júlio de Mesquita Filho. A região está inserida no bairro da Bela Vista, uma área diversa loteada a preços populares⁷, historicamente ocupado por ex-escravizados e imigrantes⁸. Perdura até os dias de hoje uma heterogeneidade de perfis sociais e econômicos, quando comparamos as regiões mais altas e valorizadas, como o Morro dos Ingleses, e as mais baixas, popularmente conhecidas como Bexiga ou Bixiga. Segundo Schnek (2018), a tipologia das casas na região permitiu a instalação de oficinas e pequenos comércios sob as residências, criando uma estreita relação entre moradia e trabalho. Essa dinâmica também contribuiu para que o bairro se consolidasse como um bairro de pedestres (Guillén, p. 8). Com ocupação diversa e usos múltiplos, a região da Bela Vista ofereceu cantinas montadas pelos descendentes e imigrantes calabreses, boates, teatros e criou um forte vínculo com a escola de samba Vai-Vai.

Na Figura 05, é possível identificar que além das regiões lindeiras ao viaduto, duas quadras foram atravessadas e apresentam um alto número de edificações demolidas. A primeira, entre as ruas São Domingos, Conselheiro Ramalho, Manoel Dutra e João Passalacqua. A segunda, entre as ruas 14 de Julho, Major Diogo, Manuel Dutra e Conselheiro Ramalho. Ambas são quadras que, representadas no mapa, são compostas por um padrão de ocupação de edificações compridas, com eventuais edículas no fundo do lote. A quadra da Rua 14 de Julho foi quase completamente destruída, restando apenas as bordas que hoje compõem uma 'praça'. Segundo Silva (2019), o importante sambista paulista Adoniran Barbosa teria vivido nessa rua entre 1941 e 1943.

⁷ A conformação original do Bexiga reflete a configuração geomorfológica da região, ocupada por morros e brejos insalubres e atravessada por três córregos que, com o desenvolvimento do local, acabaram sendo canalizados. Essas características inóspitas barateavam os preços dos lotes, o que atraía imigrantes e negros libertos já no final do século XIX." (Neto, 2019)

⁸ Santos (2006, p. 18) menciona a questão da mão de obra cafeeira: por estar desprovida de escravos, o governo acaba por promover a imigração.

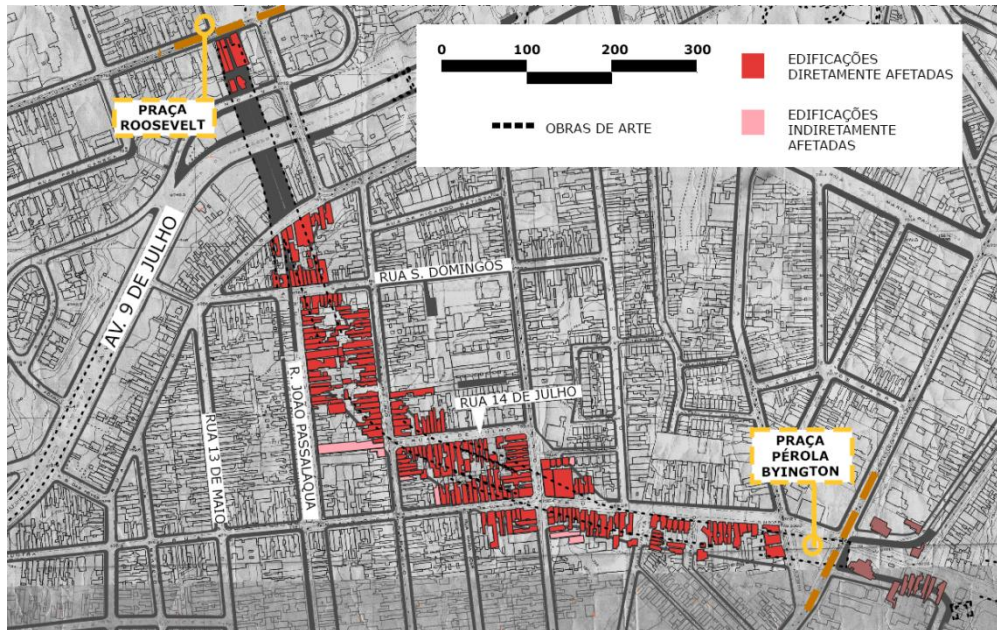


Figura 05: Mapa de 1954 com sobreposições das obras de arte e calçadas na extensão do Viaduto Júlio Mesquita Filho. Em vermelho são representadas as edificações diretamente afetadas, e em rosa as edificações indiretamente afetadas. **Fonte:** Base cartográfica: VASP Cruzeiro 1954. Delimitação de calçadas e obras de arte: CET. Ambos disponibilizados pelo portal GeoSampa.

Desde sua fundação, o bairro apresenta uma grande ocorrência de cortiços, o que nos dá dimensão de uma alta densidade demográfica na região e levanta questionamentos a respeito de quantas pessoas foram de fato removidas com a desapropriação.

Neste trecho foram contabilizadas 204 edificações diretamente afetadas e sete indiretamente afetadas.

4.4 Viaduto Jaceguai: Liberdade e Glicério

A área em questão se encontra entre a Praça Pérola Byington e a Rua do Glicério. O bairro da Liberdade se desenvolveu inicialmente por meio da instalação do Largo da Força e do Cemitério dos Aflitos. A região foi ocupada por ex-escravizados e posteriormente por populações de origem asiática⁹. O baixo valor da terra e a proximidade com a linha férrea

⁹ É reconhecidamente um território de disputas de narrativas atualmente: apesar de popularmente difundido como bairro da cultura japonesa, foi inicialmente ocupado majoritariamente por pessoas negras e, segundo dados do IBGE 2010, ainda o é. Consulte IGEPAC-Liberdade e Caminho Histórico Glória-Lavapés (CONPRESP)

viabilizaram a instalação da indústria em regiões alagadiças próximas ao Tamanduateí e, conseqüentemente, das vilas operárias na região (Shiraiwa, 2017), como as ainda existentes Vila dos Estudantes e Vila Suíça. A característica de 'rua sem saída' dessas vilas foi desmontada e elas passaram a ser mais abertas com a necessidade de alocação de uma nova rua paralela à radial.

Fica evidente a proximidade com a quadra onde se encontra a Capela e o Sítio Arqueológico dos Aflitos. A falta de representação dessa região na cartografia mais antiga deixa dúvidas a respeito das dimensões do cemitério e também levanta a indagação se na área escavada em trincheira da Avenida Radial Leste-Oeste poderiam ter sido encontrados artefatos arqueológicos pertencentes àqueles enterrados no Cemitério dos Aflitos, e se esses artefatos foram porventura descartados durante as obras.

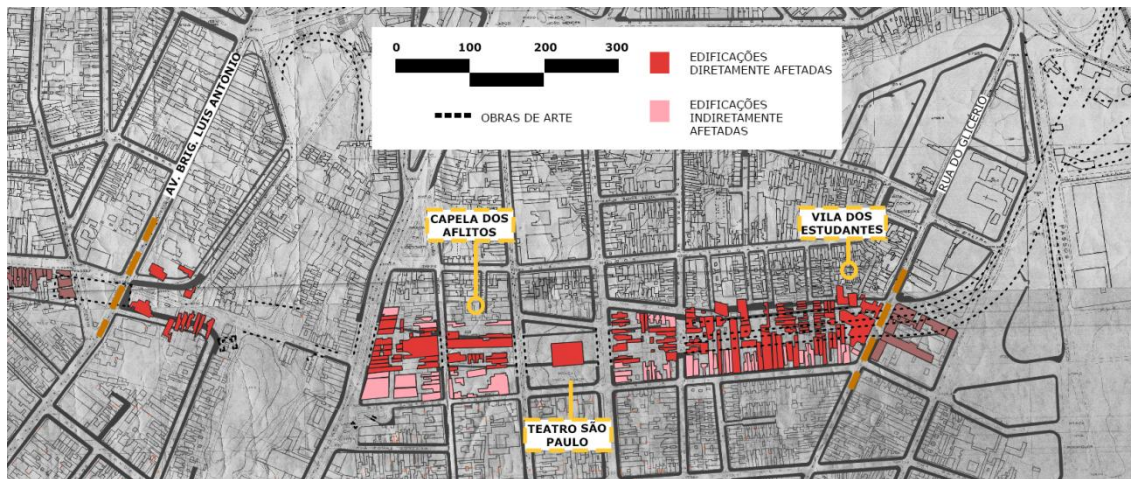


Figura 06: Mapa de 1954 com sobreposições das obras de arte e calçadas na extensão do Viaduto Jaceguai/ Av. Leste-Oeste. Em vermelho são representadas as edificações diretamente afetadas, e em rosa as edificações indiretamente afetadas. **Fonte:** Base cartográfica: VASP Cruzeiro 1954. Delimitação de calçadas e obras de arte: CET. Ambos disponibilizados pelo portal GeoSampa.

Na quadra da Praça Almeida Júnior, era representada uma edificação centralizada: tratava-se do Teatro São Paulo, construído em 1914. Teve seu auge com grandes apresentações na década de 1950, recebendo artistas como Bibi Ferreira e Mazzaropi, foi demolido em 1967 para a construção da Avenida Radial Leste-Oeste (Loureiro, 2015). As 'sobras' laterais dessa quadra, localizada entre as ruas 14 de Julho, Major Diogo, Manoel Dutra e Conselheiro Ramalho, tornou-se uma área verde de pouca utilidade para o meio urbano.

Com exceção do Teatro São Paulo, no recorte espacial e temporal, é um tanto difícil encontrar nos jornais consultados indicadores de como se dava a vida cotidiana dos residentes nessa região entre a Liberdade e o Glicério, principalmente informações sobre os costumes da população negra estabelecida nesse local.

Neste trecho foram contabilizadas 127 edificações diretamente afetadas e 54 indiretamente afetadas.

4.5 Viaduto do Glicério, Glicério e Mooca.

O último trecho a ser estudado corresponde ao recorte entre a Rua do Glicério e a Avenida Alcântara Machado, atravessando o rio Tamanduateí. Inicialmente, aqui se deu uma ocupação do que Campos (2002) elencou como os cinturões industriais, regiões que passaram a se desenvolver além da vista da cidade ocupada pela elite cafeeira no começo do século XX. Políticas de incentivo à construção de vilas operárias foram fomentadas pelo poder público, visando prover moradia de aluguel próxima ao local de trabalho dessas pessoas, o que era interessante aos olhos de quem queria construir áreas livres da circulação dos trabalhadores (Rolnik, citado por Campos, 2002). Aqui, estes desenvolviam suas vidas, seus trabalhos e seus espaços de lazer.

A região é atualmente marcada por diversos nós viários nos arredores do Parque Dom Pedro II, uma 'colcha de retalhos' criada para resolver a circulação da cidade no sentido leste-oeste.

A Rua Alcântara Machado integra o sistema da Ligação Leste-Oeste, embora tenha sido aberta muitos anos antes e tenha atravessado vários quarteirões durante sua construção. O mapa de 1954 mostra a Avenida Alcântara Machado já aberta, mas ainda sem uma ligação que atravessasse o rio Tamanduateí. Também evidencia a passagem de bondes sobre o rio Tamanduateí, seguindo pela Rua da Mooca, que corre paralela à Alcântara Machado, adentrando o bairro da Mooca.

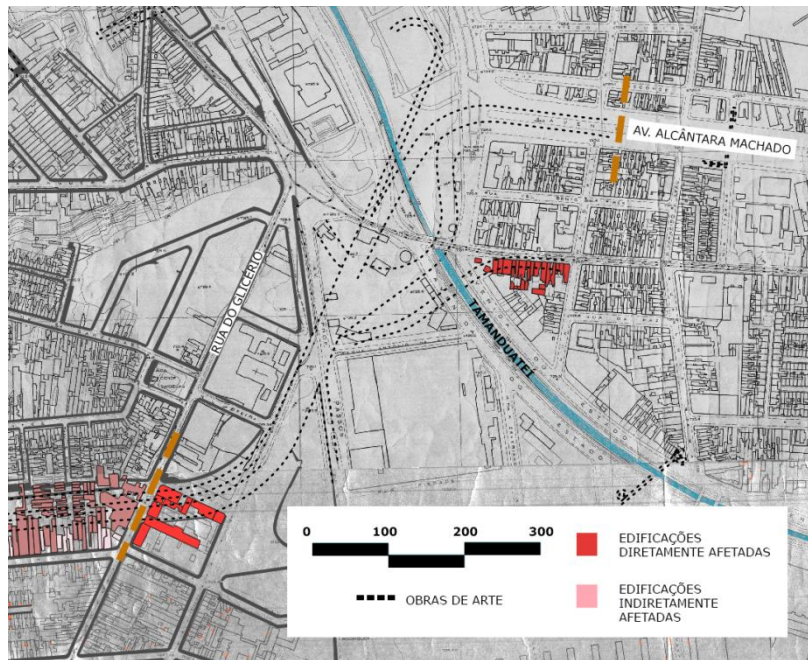


Figura 07: Mapa de 1954 com sobreposições das obras de arte e calçadas na extensão do Complexo Viário Viaduto Evaristo Comolatti e Viaduto do Glicério. Em vermelho são representadas as edificações diretamente afetadas, e em rosa as edificações indiretamente afetadas. **Fonte:** Base cartográfica: VASP Cruzeiro 1954. Delimitação de calçadas e obras de arte: CET. Ambos disponibilizados pelo portal GeoSampa.

Apesar de as obras da Ligação Leste-Oeste terem demandado menos desapropriações dentro do recorte mencionado, a região como um todo é afetada pelas numerosas obras viárias do Parque Dom Pedro II e pela dificuldade de transitar entre os territórios sem meios de transporte. Há um vazio urbano de difícil intervenção e ocupação para além dos carros.

Neste trecho foram contabilizadas 25 edificações diretamente afetadas e nenhuma indiretamente afetada.

5. Conclusão

Somando conforme a metodologia apresentada, obteve-se o total de 503 edificações diretamente afetadas e 70 edificações parcialmente afetadas pela construção da Ligação. Esse número é significativo, especialmente considerando a alta densidade de bairros como Bela Vista e Glicério, que têm um grande número de cortiços.

O mapa gerado tem como base um levantamento de 1954 que reflete algumas das mudanças contemporâneas ocorridas na cidade. No entanto, ele está quase uma década

distante da implantação da Ligação. Alterações nas leis de uso e ocupação do solo, assim como o remembramento de lotes, poderiam ser identificados usando um mapa mais próximo da segunda metade da década de 1960. É importante destacar a dificuldade de obter mapas adequados a esse período; durante o regime militar, a produção de mapas para obras públicas pode não ter sido uma prioridade. Eventos mais recentes, como o fechamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), também dificultam o acesso a bases mais precisas.

Sobre o conteúdo, a simples sobreposição de camadas permitiu visualizar com mais clareza os cortes e impactos gerados por obras desse porte, além de proporcionar uma quantificação que pode servir de base para outros estudos. Ao observar um mapa bidimensional, podemos perceber os padrões de ocupação do solo, bem como a repetição e espelhamento das formas, o que sugere a presença de construções geminadas. Inseridas em um contexto onde fazia sentido a presença do operariado, essas construções poderiam representar suas habitações, por exemplo.

As 573 formas delimitadas suscitam discussões sobre uma possível qualificação adicional: seria útil realizar levantamentos documentais sobre o número de pavimentos dessas edificações ou questões relacionadas ao espaço físico dos edifícios afetados. Além disso, tais levantamentos poderiam fornecer informações sobre a população em cada edificação, contribuindo para uma compreensão tridimensional mais completa. Detalhes sobre os costumes, relações entre moradores e não moradores, bem como o uso específico de cada espaço afetado, são informações que não foram obtidas durante o período desta pesquisa, mas que poderiam enriquecer significativamente o entendimento das áreas estudadas.

Por fim, não foi por mera escolha aleatória que a Ligação foi implantada onde está. Embora seja difícil encontrar documentos que detalhem os critérios usados pelos responsáveis pelo projeto, a Ligação cortou bairros densamente povoados como o Bexiga e o Glicério, áreas com uma forte presença operária próximas à Mooca e ao Brás, além de locais com significativa presença negra, como a histórica região da Liberdade, e uma grande avenida que já sofria com a decadência, como a Avenida São João. As transformações urbanas, orientadas por interesses hegemônicos, falam por si mesmas e, sem necessidade de palavras, revelam as intenções por trás das mudanças no espaço físico da cidade.

Referências

AGUIAR, V. C. de. **Baixios de viadutos como desafio urbanístico: uma leitura das 'terras de ninguém' nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério**. 2017. Dissertação (Mestrado). História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

ASSUNÇÃO, E. L. de L. **Minhocão e Arredores: construção, degradação e resiliência (1970-2016)**. 2016. Tese (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26132>. Acesso em 30 de junho de 2022.

CANTON, A. L. **Preservação Contraditória no Centro de São Paulo: degradação das Vilas Preservadas na Baixada do Glicério no contexto da renovação urbana (Operação Urbana Centro)**. 2007. Dissertação (Mestrado). Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CAMPOS, C. M. **Os Rumos da Cidade**. 1 ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 1996.

D'ALÉSSIO, M. M. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora**. Revista Brasileira de História, v. 13, nº 25/26, p. 97-103, set. 92/ago.93.

FILGUEIRAS, T. L. **Viadutos sobre o Parque Dom Pedro II: reflexões sobre o papel do Estado e da racionalidade tecnocrática na produção do espaço urbano**. 2016. TCC (Graduação) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, L. de B. M. **Liberdade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979. 169 p., il., fotos. (Série História dos Bairros de São Paulo, 16).

JORGE, C. de A. **Santa Cecília**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 2006. 145 p., il., fotos. (Série História dos Bairros de São Paulo, 30).

LOUREIRO, Edison. **A praça sumiu!**. São Paulo Passado. São Paulo, 10 de novembro de 2015. Disponível em <https://saopaulopassado.wordpress.com/2015/11/10/a-praca-sumiu/>. Último acesso em 30 de junho de 2022.

MARZOLA, N. **Bela Vista**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979. 138 p., il., fotos. (Série História dos Bairros de São Paulo, 15).

'Minhocão' aberto sem a repercussão esperada. O Estado de São Paulo, 26 jan. 1971, p.16. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710126-29388-nac-0016-999-16-not>. Acesso em 29 de junho de 2022.

NETO, C. G. **Bexiga, história viva das origens da cidade de São Paulo**. Unicamp, 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/03/11/bexiga-historia-viva-das-origens-da-cidade-de-sao-paulo#:~:text=Encantou%2Dse%20com%20o%20antigo,do%20rosto%20marcado%20pela%20var%C3%ADola>. Acesso em 27 jun. 2022.

NEVES, D. R. L. **Construindo o poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976)**. 2020. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

NITO, M. K.; SCIFONI, S. **O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, nº 5, p. 38-49, set. 2017.

PORTO, A. R. **História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554-1988)**. São Paulo: Carthago Editorial, 2006.

SANTOS, S. R. dos et al. **Barra Funda**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 2006. 109 p., il., fotos. (Série História dos Bairros de São Paulo, 29).

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 944 de 27 de fevereiro de 1947**. Aprova o plano de alargamento da rua Amaral Gurgel entre o Largo do Arouche e a rua da Consolação, e dá outras providências. Diário oficial do estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 6.061 de 4 de outubro de 1962**. Aprova o plano de abertura de uma via expressa em direção Leste-Oeste da cidade, ligando a avenida Alcântara Machado à rua Amaral Gurgel, e ligações auxiliares, revoga em todos os seus termos as leis 5419/57; 5547/58 e parcialmente a lei 4704/55. de Diário oficial do estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 8.574 de 19 de dezembro de 1969**. Dispõe sobre a denominação de Via Elevada, em construção, nos 7º, 11º, 19º e 35º subdistritos – Consolação, Santa Cecília, Perdizes e Barra Funda, respectivamente e dá outras providências. Diário oficial do estado de São Paulo, 20/12/1969, p. 1.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO, 2017, Belo Horizonte. **Corpografias nos baixos do viaduto: território em disputa**. Belo Horizonte, 2017. 21p.

SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, 2019, Barcelona. **Urbanidade nos baixos de viadutos: possibilidades e transformações em área intersticiais**. Barcelona, 2019. 16p.

SILVA, Marcos Virgílio da. **Debaixo do “Pogrêssio”: Sambistas e urbanização paulistana nas décadas de 1950 e 1960**. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHNECK, S. **Bexiga, cotidiano e trabalho (1906-1931)**. Anais do Museu Paulista, v. 26, p. 1-50, 2018.

SCIFONI, S. **Lugares de memória operária na metrópole paulista.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 17, n. 1, p. 98-110, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74304. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SHIRAIWA, M. C. S. **Inquietações urbanas: Reflexões sobre a produção socioespacial do Glicério.** 2017. TCC (Especialização) - Gestão de Projetos Culturais e Eventos, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TORRES, Y. N. **Minhocão: entre o céu e o chão.** Metamorfoses espaciais na metrópole paulistana. 2015. TCC (Graduação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2015.

Vias elevadas, a nova mania. O Estado de São Paulo, 23 set. 1969, p.21. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690923-28975-nac-0021-999-21-not>. Acesso em 29 de junho de 2022.

Via Elevada terá 3,4km. O Estado de S. Paulo, de 12 de outubro de 1969, p. 36. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691012-28992-nac-0036-999-36-not>. Acesso em 28 de junho de 2022.

LIVRO ESPAÇOS PÚBLICOS DE PELOTAS: desenhos e histórias
Uma experiência de educação para o patrimônio e democratização do
conhecimento científico

BOOK PUBLIC SPACES OF PELOTAS: drawings and stories
An experience of education for heritage and democratization of
scientific knowledge

Carolina Magalhães Falcão¹
carolcmfalcao@gmail.com.br

Daniele Behling Luckow²
daniele.luckow@gmail.com

Fernanda Tomiello³
fernandatomiello@gmail.com

Gisele Dutra Quevedo⁴
gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com

Vanessa Patzlaff Bosenbecker⁵
vanessa.bosenbecker@riogrande.ifrs.edu.br

Resumo: Este artigo apresenta e discute o processo de elaboração do livro Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias, abordando desde sua concepção e desenvolvimento até as reflexões sob a ótica do patrimônio cultural. A obra representa uma experiência que mescla educação para o patrimônio e democratização do conhecimento científico. O projeto envolveu alunos de graduação na produção de textos e desenhos sobre espaços públicos em Pelotas, Rio Grande do Sul, destacando sua importância

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestrado pelo PROGRAU da UFPEL.

² Arquiteta e Urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2010). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em estudos e documentação da Arquitetura e Urbanismo.

³ Arquiteta e Urbanista pela UFPEL. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas.

⁴ Graduada em Licenciatura em História. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas.

⁵ Arquiteta e Urbanista. Doutoranda e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas.

histórica e cultural. O método incluiu a orientação dos alunos na elaboração do material, análise dos resultados e revisão e complementação do conteúdo. Por meio de ilustrações e narrativas simples, o livro busca envolver a comunidade local no reconhecimento e valorização dos espaços públicos abertos, ao mesmo tempo em que torna o conhecimento científico acessível a um público mais amplo. Assim, amplia-se a conscientização sobre o patrimônio e fortalece-se a conexão das pessoas com sua cidade, promovendo a aproximação entre a academia e a comunidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Espaços Públicos; Pelotas.

Abstract: This article presents and discusses the process of creating the book *Public Spaces of Pelotas: Drawings and Stories*, covering its conception and development as well as reflections from the perspective of cultural heritage. The work represents an experience that combines heritage education with the democratization of scientific knowledge. The project involved undergraduate students in producing texts and drawings about public spaces in Pelotas, Rio Grande do Sul, highlighting their historical and cultural significance. The method included guiding the students in preparing the material, analyzing the results, and reviewing and complementing the content. Through illustrations and simple narratives, the book aims to engage the local community in recognizing and valuing open public spaces, while also making scientific knowledge accessible to a broader audience. In this way, it raises awareness about heritage and strengthens the connection between people and their city, promoting closer ties between academia and the community.

Keywords: Heritage Education; Public spaces; Pelotas.

1. Introdução

Nas sociedades contemporâneas, o conhecimento é um bem de grande importância; no entanto, assim como em relação a outros recursos, sua distribuição é desigual na realidade brasileira. No Brasil, a maior parte do conhecimento é produzida dentro das universidades, e é dever dos detentores desse capital cultural (Bourdieu & Passeron, 2014) sair dos muros das instituições de ensino superior e compartilhar seus saberes com o restante da comunidade em que estão inseridos.

Neste artigo, o objetivo é apresentar e discutir o processo de produção do livro intitulado *Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias* (Tomiello e Luckow, 2023). O livro foi elaborado pelo Programa de Extensão de Apoio às Práticas Patrimoniais, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Ele representa um produto voltado para a democratização do conhecimento científico, neste caso relacionado aos espaços públicos abertos, e serve como um instrumento de educação para o patrimônio.

Os espaços abertos desempenham um papel significativo na configuração da paisagem cultural da cidade de Pelotas, amplamente reconhecida em níveis municipal, estadual e nacional devido ao seu patrimônio, tanto material quanto imaterial. Buscando o reconhecimento e a valorização desses espaços, foi proposto um trabalho interdisciplinar em

sala de aula, implementado nas turmas das disciplinas de Expressão Gráfica II e História e Teoria do Urbano, no segundo semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

Esse projeto, repetido ao longo de quatro semestres consecutivos, gerou um considerável acervo de conteúdo. Os materiais produzidos pelos alunos incluíram desenhos criados com a técnica de aquarela, retratando espaços abertos de sua escolha, além de textos concisos que narram a história, as características e curiosidades de cada um desses lugares representados. Diante da qualidade e do potencial do acervo gerado pela repetição da atividade e da carência de instrumentos de educação patrimonial voltados para espaços abertos, surgiu a ideia de criar uma publicação com esse material.

A participação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi essencial para viabilizar a publicação do livro, especialmente por meio da Editora da UFPEL. A colaboração de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural também foi fundamental, contribuindo na revisão e complementação do conteúdo textual.

2. Os espaços públicos abertos como patrimônio cultural

O reconhecimento crescente dos espaços abertos das cidades como patrimônio cultural é indiscutível. No entanto, sua efetiva preservação ainda enfrenta desafios, carecendo de ferramentas adequadas para a educação sobre o patrimônio e para políticas públicas sólidas. Esses espaços, seja individualmente ou em conjunto, desempenham um papel fundamental na construção da paisagem cultural urbana e podem ser considerados um valioso patrimônio, tanto material quanto imaterial, para a sociedade. Além de serem destinados primariamente ao lazer e à circulação, também funcionam como locais para o ócio, interações sociais, trocas culturais e o reconhecimento do outro.

Pelotas é uma cidade conhecida pelo seu relevante conjunto patrimonial, reconhecido institucionalmente nas três esferas (municipal, estadual e federal): os casarões ecléticos, as charqueadas, a tradição doceira, entre outros. Contudo, não poderíamos sequer olhar para um casarão eclético, por exemplo, se não houvesse o espaço público aberto adjacente a ele. Os espaços públicos conectam, relacionam e dão visibilidade a esse patrimônio e também constituem, eles próprios, um patrimônio da comunidade.

Neste contexto, frente ao crescente reconhecimento da importância das áreas verdes urbanas e demais espaços destinados ao lazer e ao convívio social, à tendência de

democratização das vias de circulação, à defesa da retomada dos espaços públicos pelas pessoas e ao direito à cidade como um todo, ainda se observa uma lacuna evidente no que diz respeito à preservação patrimonial. A concentração da salvaguarda patrimonial em áreas centrais e a ênfase em objetos construídos em detrimento de espaços livres podem resultar na desvalorização de espaços de convívio, especialmente os periféricos, e agravar as desigualdades sociais.

Embora haja diversas áreas abertas na cidade, poucas têm seu valor reconhecido, e muitas não recebem sequer investimentos ou manutenção pelo poder público, sendo frequentemente pouco apropriadas pela comunidade. Assim, enquanto uma pequena parcela da população tem acesso às áreas centrais, facilidade de deslocamento pela cidade, acesso a clubes privados e urbanizações fechadas, a grande maioria não tem sequer uma rua qualificada ou uma praça com a mínima infraestrutura perto de casa. Esses lugares estão diretamente relacionados à qualidade de vida e ao convívio social, integrando as necessidades e direitos fundamentais da vida urbana e complementando a habitação.

Os espaços abertos integram a paisagem cultural das cidades, a qual, segundo Scifoni (2016), também é entendida como uma categoria para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Ela se refere a um recorte territorial ou a uma determinada porção espacial, podendo ser vista como um conjunto vivo, dinâmico e representativo das práticas culturais e sociais, e traz as marcas das diversas camadas de tempo construídas pelos grupos sociais que a viveram. A memória social e as relações cotidianas acontecem em lugares que caracterizam a paisagem cultural.

A constituição do espaço urbano, compreendendo cheios e vazios, que se referem aos elementos construídos e aos espaços abertos, representa uma das formas mais tradicionais de leitura e expressão da dimensão socioespacial da urbanidade. Portanto, os elementos urbanos podem ser abordados de diversas maneiras, sendo uma delas a concepção de que os elementos construídos e os espaços abertos existem em função mútua, desempenhando ambos papéis fundamentais na configuração urbana, a qual, por sua vez, influencia diretamente o comportamento humano, visto que está intrinsecamente ligada ao modo de vida e à organização social.

Lefebvre (2001), na década de 1960, levantou uma questão crucial: se as diversas necessidades sociais não estariam intrinsecamente ligadas à busca por espaços de qualidade,

que permitam encontros e interações, em detrimento do foco exclusivo no comércio e no lucro. Dessa forma, ele ressalta a importância da apropriação da cidade como um bem coletivo, numa perspectiva anticapitalista, reafirmando o valor de uso em contraposição à visão da cidade como mercadoria.

Silva e Versiani (2011) apresentam um panorama sobre espaços públicos no Brasil, com ênfase na sua caracterização como espaços de lazer. Nesse sentido, apontam que a maioria das cidades não dispõe de áreas públicas suficientes para o lazer e que as existentes frequentemente são mal distribuídas e apresentam problemas de manutenção e conservação. As autoras estabelecem uma relação entre essas deficiências e a visão do lazer como mercadoria, associada à lógica neoliberal e frequentemente defendida por empreendimentos privados.

Outro aspecto significativo dos espaços abertos é a sua contribuição ambiental. Quando são permeáveis e possuem vegetação, essas áreas se transformam em serviços ambientais urbanos. Conforme destacado por Queiroga (2014), podemos considerá-los como um sistema de espaços livres de interesse ambiental, ressaltando sua importância para a cidade e seu ecossistema.

Dessa forma, embora alguns espaços abertos possuam características formais que justifiquem sua preservação com base em suas qualidades físicas, a perspectiva aqui apresentada destaca o reconhecimento e a valorização desses locais pelo que oferecem em termos de experiência cotidiana, impacto na qualidade de vida, contribuição para a formação da paisagem cultural e oportunidades de interação social que proporcionam.

3. Educação para o patrimônio e democratização do conhecimento científico

Muito do que se sabe sobre patrimônio cultural ainda é um conhecimento restrito ao circuito acadêmico. Dessa forma, a educação para o patrimônio e a democratização do conhecimento científico são essenciais para o reconhecimento e valorização desse patrimônio pela comunidade. Além disso, é necessário que a comunidade em geral possa identificar o que é patrimônio a partir de suas vivências cotidianas, além de reconhecer o patrimônio institucionalizado.

Nesse sentido, Scifoni (2022) argumenta que a hierarquia imposta entre o conhecimento técnico, associado aos especialistas considerados superiores, e os saberes

populares e empíricos, considerados inferiores, cria obstáculos para a realização de um diálogo profundo. Isso ocorre pela falta de disposição e abertura para considerar as perspectivas das pessoas comuns que vivenciam, habitam e utilizam o patrimônio cultural. Scifoni (2022) sugere, como alternativa, uma abordagem educativa que promova a afirmação da identidade cultural, capacitando indivíduos a se tornarem agentes ativos na preservação de seu patrimônio e memória. Assim, a educação patrimonial seria um dos caminhos possíveis nessa direção.

Os processos de patrimonialização, através de seus variados enfoques e instrumentos, têm sido uma importante ferramenta de valorização, reconhecimento e preservação da paisagem cultural, dos lugares e da memória que integram o habitat humano. No entanto, apesar de consideráveis avanços, os instrumentos vigentes ainda não abrangem a salvaguarda da multiplicidade de bens que carecem de atenção. Nesse sentido, Fonseca (2017) destaca a necessidade e importância do envolvimento social nas práticas de proteção e preservação de bens culturais móveis e imóveis e aponta uma série de desafios à política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

Nessa mesma perspectiva, Scifoni (2022) afirma que, diferentemente da abordagem convencional que se concentra apenas no patrimônio cultural sob a proteção do Estado, essa nova perspectiva pedagógica pretende encorajar os grupos sociais a promoverem, de forma autônoma, processos de identificação de suas próprias fontes de memória e identidade.

Nesse sentido, Scifoni (2022) destaca que uma abordagem contemporânea da educação patrimonial visa estimular a reflexão crítica, a problematização das políticas públicas e a construção da noção de herança compartilhada. Essa perspectiva não se limita apenas aos bens culturais oficialmente tombados ou protegidos, mas alinha-se com o espírito da Constituição Federal de 1988, que aborda o patrimônio em seu sentido amplo, compreendendo-o como o suporte para a ação, memória e identidade dos diversos grupos sociais que constituem a sociedade brasileira.

Morris (2023) destaca que o histórico da ciência está intrinsecamente entrelaçado com a violência associada ao colonialismo europeu. A colonização envolveu não apenas dominação militar, mas também a imposição cultural, conhecida como "epistemicídio", que persiste em sistemas educacionais e científicos, desvalorizando conhecimentos alternativos, como o indígena e o popular. Morris enfatiza a necessidade de adotar uma abordagem crítica e

reflexiva diante dessas interações, reconhecendo o impacto histórico do colonialismo nas estruturas de poder e desigualdades subjacentes na ciência. Para o autor, é imperativo promover a democratização da ciência, tanto internamente, diversificando a participação de várias perspectivas, quanto externamente, estimulando um diálogo aberto e inclusivo com a sociedade e outras formas de conhecimento.

Muitos trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores em universidades ficam restritos ao âmbito acadêmico, sem a intenção de alcançar um público mais amplo. Embora alguns sejam compartilhados, frequentemente são publicados apenas em periódicos científicos, atingindo principalmente outros acadêmicos que utilizam uma linguagem especializada, o que dificulta o acesso do público geral à informação. Portanto, o livro *Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias* foi criado com base na ideia de Morris (2023) de promover a interação entre a academia e a sociedade, permitindo uma troca mútua de conhecimento. Sua intenção é disponibilizar uma das produções da universidade à comunidade local, apresentando informações sobre um dos diversos patrimônios de Pelotas de maneira clara e acessível.

4. O processo de elaboração do livro

O livro *Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias* (Tomiello e Luckow, 2023) surge como resultado de um processo voltado para a democratização do conhecimento científico associado aos espaços públicos abertos, caracterizando-se também como um instrumento de educação para o patrimônio. O livro apresenta alguns desses espaços através de desenhos feitos com a técnica de aquarela e de textos simples e breves, que complementam as imagens com fragmentos da história, características e curiosidades de cada lugar.

No segundo semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), duas das disciplinas oferecidas são Expressão Gráfica II e História e Teoria do Urbano. Com o objetivo de articular os conteúdos dessas disciplinas, foi proposto que cada estudante escolhesse um espaço público de Pelotas para desenhar em uma disciplina e pesquisar em outra. Os espaços foram escolhidos pelos estudantes de forma espontânea, com a orientação de retratar diferentes tipos de espaços públicos abertos. Assim, o livro não se propõe a retratar todos os espaços nem os mais relevantes, mas sim apresentar uma amostra

desses lugares, a partir das vivências cotidianas de diversos estudantes, destacando a diversidade.

A experiência se mostrou produtiva, especialmente pela integração entre as abordagens, que deu mais sentido à elaboração dos trabalhos. Após repetir o processo por quatro semestres consecutivos, decidiu-se sistematizar o material produzido e organizá-lo em uma publicação, tanto para registrar e valorizar o trabalho dos estudantes quanto para compartilhá-lo com a comunidade. Desde o início, teve-se a clara intenção de publicar algo com linguagem simples e acessível para o público geral, ricamente ilustrado pelas aquarelas. A Figura 1 mostra a capa da versão digital do livro, a qual também será utilizada para a versão física.

Para organizar o conteúdo, os espaços foram agrupados por tipo: praças, parques, avenidas, largos, calçadas e orlas. Em cada capítulo, apresentou-se uma definição de cada tipologia, indicando quais exemplares dela serão mostrados, conforme pode ser visto na Figura 2, referente ao capítulo das praças. A seguir, há um conjunto de quatro páginas sobre cada lugar, integrando desenhos e textos. A Figura 3 mostra o exemplo da Praça Josimar Rosado da Silva Tavares e inclui uma proposta de atividade interativa. Já a Figura 4 mostra o exemplo do Calçadão da Andrade Neves, incluindo desenhos que retratam o mesmo lugar em diferentes épocas. Essa dinâmica foi pensada para contemplar as particularidades de cada local e evitar um padrão rígido de informações, que poderia tornar a leitura monótona e previsível.

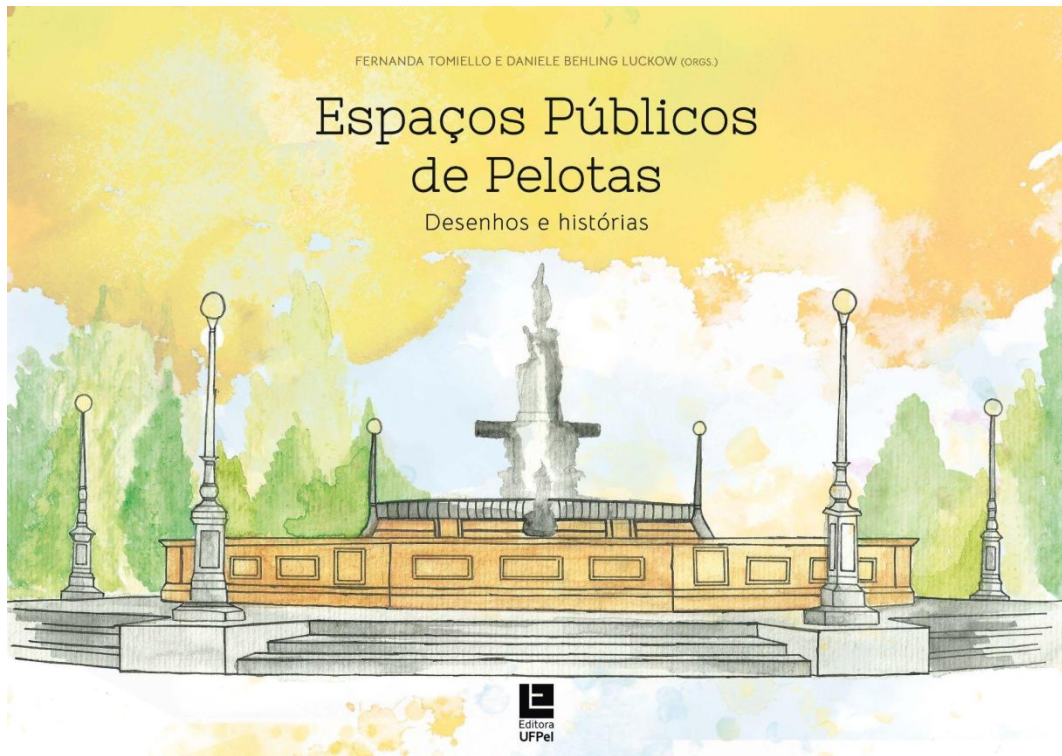


Figura 1: capa do livro publicado. Fonte: Tomiello e Luckow, 2023.

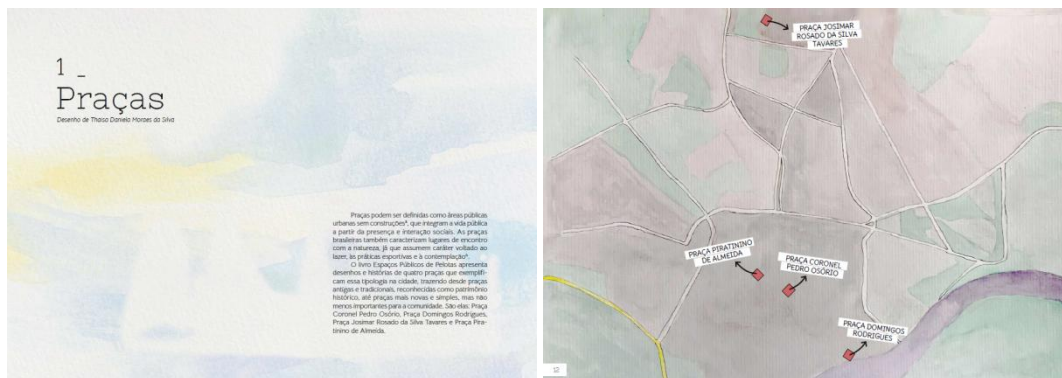


Figura 2: exemplo de abertura de capítulo. Fonte: Tomiello e Luckow, 2023.



Figura 3: exemplo de conjunto de páginas de uma praça. Fonte: Tomiello e Luckow, 2023.



Figura 4: exemplo de conjunto de páginas de um calçadão. Fonte: Tomiello e Luckow, 2023.

Além de todo o conteúdo produzido pelos estudantes, o projeto gráfico também foi elaborado por alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel e pela diagramadora da editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Para assegurar a pertinência e veracidade das informações textuais, o conteúdo foi revisado e complementado pelas professoras do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel e por doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Além disso, buscou-se uniformizar o conteúdo quanto à extensão dos textos, à linguagem utilizada e aos temas abordados, sempre articulando informações históricas com as características da paisagem de cada espaço.

O livro é finalizado com uma reflexão sobre a diversidade e as múltiplas temporalidades dos espaços públicos de Pelotas e um convite para imaginar os espaços públicos do futuro:

O tempo presente é contraditoriamente o mais palpável e também o mais fugaz: é o agora e já passou. O passado se manifesta em cada elemento físico que integra o espaço e também através da paisagem cultural – cada ladrilho e cada costume conta uma história. E o futuro? Ainda que o passado e o presente nos forneçam pistas de futuros possíveis, cabe a cada um de nós imaginá-lo e torná-lo realidade. O futuro é uma construção coletiva na qual cada individualidade importa. As páginas seguintes estão intencionalmente em branco para que possam receber esboços, ideias e sonhos utópicos sobre os espaços públicos do futuro. (Tomiello e Luckow, 2023, p. 83).

A versão digital do livro foi publicada em agosto de 2023 no repositório da editora da UFPel, e o evento de lançamento também ocorreu no mês de agosto, na UCPel, conforme mostram as imagens da Figura 5. Na ocasião, foram exibidos os desenhos originais e apresentado o e-book, que teve uma ótima receptividade por parte da comunidade.



Figura 5: lançamento da versão digital do livro. **Fonte:** PROGRAMA DE APOIO ÀS PRÁTICAS PATRIMONIAIS, 2023.

Por fim, reitera-se que o livro foi concebido como um instrumento de educação para o patrimônio, voltado para o público em geral e não apenas para a comunidade acadêmica. Investiu-se em atividades interativas e no potencial da linguagem artística dos desenhos para despertar a curiosidade e o interesse da comunidade, bem como na simplicidade dos textos para incentivar a leitura e facilitar o entendimento.

Atualmente, busca-se financiamento para o lançamento da versão impressa, com o objetivo de distribuí-la gratuitamente na rede municipal de ensino, que manifestou interesse na publicação. Além disso, nos próximos anos, espera-se trabalhar em parceria com estudantes das escolas públicas, com o intuito de aproximar ainda mais a comunidade de seus patrimônios plurais. Acredita-se que, a partir da experiência de produção deste livro, será possível desenvolver outros projetos com a participação ainda mais ativa da comunidade além da universidade.

Uma proposta que surgiu nesse sentido é a publicação de um novo livro, nos mesmos moldes, denominado Outras Pelotas. O objetivo geral é trabalhar no contexto escolar a compreensão e a apropriação do patrimônio cultural como testemunho de identidade e memória coletiva, além da patrimonialização institucionalizada. Com isso, pretende-se aprofundar as ações de educação para o patrimônio com foco nas expressões culturais locais e territoriais, adotando uma visão mais inclusiva e apropriada do tema, através da construção de um livro que reflita a percepção do que é patrimônio sob o olhar da comunidade escolar.

5. Considerações finais

Com a crescente utilização das mídias digitais, muitos alunos que ingressam nos cursos de Arquitetura e Urbanismo demonstram pouco interesse pelas técnicas de expressão gráfica à mão livre. A perspectiva da produção do livro despertou nos alunos a motivação para explorar as técnicas de aquarela, e a integração com a pesquisa sobre a história e características dos espaços desenhados também aumentou o interesse. As pesquisas enriqueceram os textos do livro, permitindo aos alunos construir narrativas de forma leve, sem a carga do academicismo da escrita, e se deparar com fatos curiosos e uma construção histórica. Outro ponto a ser destacado é a livre escolha dos espaços a serem desenhados e pesquisados para compor o livro. Esses espaços não são exclusivamente áreas turísticas ou já reconhecidas como patrimônio, mas incluem paisagens cotidianas e locais singelos, igualmente importantes para a comunidade. Assim, a diversidade do produto final reflete as escolhas dos alunos, seja por seus conhecimentos prévios, por terem uma relação pessoal com os espaços ou por buscar retratar lugares e cenários distintos.

A parceria interinstitucional para a elaboração do livro incluiu o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e o Programa de Extensão de Apoio às Práticas Patrimoniais da UCPel, o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e a Editora da UFPel. As atuações de cada núcleo foram complementares: o Curso de Arquitetura e Urbanismo foi responsável pela produção do material inicial, com a contribuição dos alunos das disciplinas de Expressão Gráfica II e História e Teoria do Urbano; o Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais idealizou o livro, organizou o material e coordenou o projeto; o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, através das estudantes colaboradoras, contribuiu para a revisão, padronização e qualificação do conteúdo; e a Editora da UFPel viabilizou a publicação, com o processo de editoração e contribuição crítica para o aprimoramento do material. Assim, a parceria interinstitucional foi estabelecida por meio de atuações complementares e colaborativas, resultando na produção de um material de qualidade e aproximando diferentes pessoas, núcleos e instituições.

A busca pela democratização do conhecimento científico foi um aspecto fundamental para o projeto, pois muito do conhecimento produzido no contexto acadêmico não é publicado ou compartilhado com uma linguagem acessível ao público geral. Assim, o conteúdo textual foi resumido e apresentado na linguagem mais simples possível, integrando

informações históricas com curiosidades e características dos espaços. Os desenhos, feitos com a técnica de aquarela, não apenas ilustram o livro, mas também engajam os leitores. As atividades interativas propostas ampliam as possibilidades de utilização e apropriação do livro. O interesse da comunidade foi confirmado pelo número de downloads da versão digital, com mais de 500 nos dois primeiros meses após a publicação do e-book.

A educação para o patrimônio, ou educação patrimonial, que é uma das linhas de atuação do Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais, tem sido buscada através de diferentes instrumentos e estratégias. Cada ação apresenta resultados diversos e complementares, envolvendo variados grupos sociais nos processos de reconhecimento e valorização do patrimônio, seja material ou imaterial, excepcional ou cotidiano. A produção do livro se insere nesse contexto, destacando-se pela possibilidade de acesso remoto e gratuito à versão digital, cuja linguagem simples, lúdica e acessível tem potencial para alcançar um público variado.

Em relação às continuidades previstas, a produção de uma versão física do livro constitui uma possibilidade de ampliação do alcance do material, que poderá ser distribuído em bibliotecas, oferecendo acesso gratuito e incrementando o reconhecimento e valorização do patrimônio pela comunidade. A produção de outro livro, a partir de atividades com estudantes do ensino fundamental de escolas públicas, é um projeto que pode avançar no entendimento do que é visto como patrimônio por diferentes pessoas e grupos sociais, para além do patrimônio instituído ou reconhecido no contexto acadêmico.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 172 p.

FONSECA, Maria Cecília L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (org) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, 2017. p. 158-170. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em 07 out 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MORRIS, Erick José Carvalho. A Democratização da Ciência e a Interdisciplinaridade. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, nº 11(2), 2023. pp. 1768–1770. Disponível em: <https://doi.org/10.16891/2317-434X.v11.e2.a2023.pp1768-1770>. Acesso em 30 out 2023.

PROGRAMA DE APOIO ÀS PRÁTICAS PATRIMONIAIS, 2023. **O lançamento do e-book...** Pelotas, 12 set 2023. Instagram: @praticas.patrimoniais. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxGgCu7AUhd/?img_index=1. Acesso em 16 out 2023.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 58. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100006#tx13. Acesso em 07 out 2023.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em 07 out 2023.

SILVA, Geusiani Pereira; VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. Brasil: Espaço público de lazer no ambiente urbano: ampliação das possibilidades de convivência, socialização e mudança de cenários violentos. **Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano**. Boletim 74, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7372313-Brasil-espaco-publico-de-lazer-no-ambiente-urbano-ampliacao-das-possibilidades-de-convivencia-socializacao-e-mudanca-de-cenarios-violentos.html>>. Acesso em 07 out 2023.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS E CEMITÉRIOS: histórias entrelaçadas no Recôncavo da Bahia

RAILWAY STATIONS AND CEMETERIES:
intertwined histories in the Recôncavo of Bahia

João Vitor dos Santos e Santos¹
jvssvitorsantos@aluno.ufrb.edu.br

Fabiana Comerlato²
fabianacomerlato@ufrb.edu.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as estações ferroviárias e os cemitérios das cidades de Cachoeira e São Félix, buscando compreender as necrópoles, enquanto vestígios remanescentes relacionados com a história ferroviária da região do Recôncavo da Bahia. As ferrovias marcam uma época de crescimento econômico e do auge do trem como principal meio de transporte, conectando a região portuária às áreas produtoras do interior. A implantação da ferrovia mobilizou o deslocamento de pessoas, nacionais e estrangeiras, levando ao crescimento das cidades e vilas ao longo dos caminhos de ferro e das estações, além de introduzir novas mudanças na mentalidade e no modo de viver das comunidades locais. A pesquisa compreende a leitura desses espaços pela perspectiva teórico-metodológica da Arqueologia Industrial e dos Estudos Cemiteriais. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, análises de fontes imagéticas e mapas, visitas a campo e análise e descrição da estrutura arquitetônica das estações ferroviárias. A partir dos resultados, é possível concluir que os cemitérios fizeram parte da modernização das cidades que passaram pelo processo de industrialização; nota-se também que as estações da Estrada de Ferro Central da Bahia e os cemitérios compartilham entre si a presença marcante de uma materialidade de matriz industrial que traz para as cidades de economia rural marcas e dispositivos da modernidade.

Palavras-Chave: Arqueologia Industrial. Cemitério. Estação Ferroviária. Modernidade. Recôncavo da Bahia.

Abstract: The aim of this article is to analyze the railway stations and cemeteries in the towns of Cachoeira and São Félix, seeking to understand the necropoleis as the remaining traces of the Recôncavo of Bahia region's railway history. The railways mark a time of economic growth and the heyday of the train as the main means of transport, connecting the port region to the productive areas in the countryside. The introduction of the railway mobilized the movement of nationals and foreigners, leading to the growth of towns and villages along the railways lines and stations, in addition to introducing changes in mentality and the way of life of local communities. The research comprises reading these spaces through the theoretical-methodological perspective of industrial archaeology and cemetery studies. The methodology includes bibliographic research, analyses of image sources and

¹ Graduando no Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Membro do Grupo de Pesquisa Recôncavo Arqueológico CAHL/UFRB.

² Historiadora. Doutorado em História (concentração em Arqueologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

maps, field visits, and analysis and description of the architectural structure of the railway stations. From these results, we may conclude that the cemeteries formed part of the modernization of the towns which experienced the industrialization process; it also noted that the Estrada de Ferro Central da Bahia (Central Railway of Bahia) stations and cemeteries share the striking presence of an industrial materiality which brings brands and devices of modernity to towns with a rural economy.

Keywords: Industrial Archaeology. Cemetery. Railway station. Modernity. Recôncavo of Bahia.

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa³ encontra-se centralizado na sub-área da Arqueologia Histórica, circunscrita em um passado/história recente, especificamente no que tange aos domínios da Arqueologia Industrial — conceito norteador teórico-metodológico presente em todo o nosso trabalho com as estações ferroviárias. Ao mesmo tempo, insere-se nos estudos cemiteriais, uma vez que analisaremos as escolhas de implantação por detrás das construções das estações de trem paralelamente com a construção dos cemitérios, buscando entender como estes dois espaços são lidos e interpretados dentro do desenho urbano das cidades estudadas e quais relações podem ser percebidas nesse contexto. Assim, nosso principal objetivo é analisar os espaços cemiteriais enquanto vestígios materiais representativos da história ferroviária e da modernidade no Recôncavo Baiano.

A hipótese principal deste trabalho é a compreensão de que tanto as estações ferroviárias quanto os cemitérios são espaços influenciados e caracterizados pela introdução dos ideais de modernidade, uma vez que as escolhas por detrás dessas construções estavam apoiadas numa nova reformulação de sociedade moderna e de base industrial. Esta pesquisa contribui para o alargamento das interpretações desses remanescentes materiais e permite compreender como a modernidade chega a essa região e propõe uma nova configuração das cidades e vilas, com uma forma de organização social, espacial e econômica distinta do modelo colonial.

Beatriz Thiesen (2006) – em um de seus textos sobre a problemática da conceituação e as abrangências dos conceitos da Arqueologia Industrial por parte dos arqueólogos e demais pesquisadores dos processos de industrialização – coloca que este modelo mais amplo de produzir Arqueologia está para além dos estudos com os remanescentes materiais

³ O artigo faz parte dos resultados do projeto de pesquisa “Os cemitérios a partir das ferrovias do Recôncavo e Vale do Jequiçá - Bahia”, contemplado no Edital PIBIC/PIBIC AF 02/2022 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com bolsa de Iniciação Científica da Fundação à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

propriamente ditos, envolve sobretudo o próprio fenômeno industrial (vivenciado por boa parte do globo a partir da Revolução Industrial) e os seus efeitos dentro do meio social, econômico e cultural. Portanto, para a autora:

[...] a arqueologia industrial deve ser entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista da indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais (Thiesen, 2006, p. 2).

Nesse sentido, considera-se que os processos de industrialização impactaram diretamente nas dinâmicas sociais das cidades, estabelecendo novas formas de vivências entre os sujeitos, construindo nas urbes uma sociedade forjada pela matriz industrial.

Nesta pesquisa, nossos esforços norteiam-se na perspectiva de, primeiro, analisar as estações de trem das cidades de Cachoeira e São Félix, sob os parâmetros da Arqueologia Industrial e, em seguida, analisar mutuamente a relação destes espaços com os locais dedicados à morte. Foram selecionados para o estudo o Cemitério dos Alemães (localizado em Cachoeira) e o Cemitério Municipal de São Félix. Portanto, nos valemos do conceito de Cidade-Sítio, elaborado por Cressey e Stephens, em 1982, que considera os espaços urbanos como sítios arqueológicos em potencial e as construções como artefatos, que se relacionam diretamente dentro da cidade (Roedel; Soares, 2015). Assim sendo, tanto as estações ferroviárias quanto os cemitérios são entendidos como artefatos, ou seja, são caracterizados enquanto fontes de pesquisa arqueológica capazes de fornecer informações históricas, de si e, sobretudo, da cidade onde se encontram.

Para alcançarmos os objetivos delimitados e constatar nossa hipótese detemo-nos em pesquisas bibliográficas referentes ao processo histórico e formativo das cidades de Cachoeira e São Félix e da Estrada de Ferro Central da Bahia (EFCB). Em paralelo à pesquisa na literatura, realizamos estudos por meio de fontes visuais e iconográficas, que nos auxiliaram no entendimento das mudanças ocasionadas nas cidades e na compreensão de que ambos os espaços – estações e cemitérios – encontram-se dentro do perímetro urbano. Por fim, as pesquisas de campo foram essenciais, uma vez que nos permitiram verificar as técnicas construtivas empregadas nas estações, o seu estilo artístico e a sua estrutura arquitetônica; ter melhor compreensão do espaço e da disposição das salas; como também fazer o registro fotográfico mais detalhado das edificações.

2. A Estrada de Ferro Central da Bahia e as cidades de Cachoeira e São Félix

As cidades de Cachoeira e São Félix – localizadas respectivamente às margens esquerda e direita do rio Paraguaçu, na região do Recôncavo da Bahia – possuem elevada importância histórica devido aos empreendimentos econômicos ali realizados ao longo dos séculos, participações decisivas e influência política na Independência, entre tantos outros motivos (Fig. 1). Aqui será apresentada, simultaneamente, os processos formativos das cidades de Cachoeira e São Félix, abordando especificamente os aspectos históricos, econômicos e culturais. Cidades vizinhas, que outrora se relacionam de diferentes formas, tem sua primeira conexão pela Ponte Imperial Dom Pedro II.



Figura 1: Mapa da localização de Cachoeira e São Félix. **Elaboração:** Rafael Alves Moreira Nascimento, 2023.

Antes de os portugueses chegarem nestas terras, a região que hoje abriga as cidades acima mencionadas era território de grupos indígenas das etnias tupinambás, payaias e kiriris, os quais, no processo de colonização, tiveram que migrar para outras regiões como estratégia de sobrevivência. Com o povoamento colonial, Cachoeira elevou-se ao posto de Vila em fins do século XVII, em 1698, ficando conhecida como Vila de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira (Neves, 2008).

O primeiro empreendimento a ser realizado nesta localidade pelos portugueses, ainda no período colonial, é a plantação e o cultivo da cana-de-açúcar, por meio da instalação dos

engenhos e da utilização da mão de obra de pessoas escravizadas. Logo em seguida, investe-se em um novo produto, o fumo, que rapidamente ganha destaque dentro do contexto econômico do país. Então, a indústria fumageira desenvolveu-se nas duas cidades, tornando-as umas das mais prósperas do Recôncavo; algo influenciado também pelo acesso por meio dos portos, o que, para além de facilitar a exportação dos materiais aqui cultivados, favorecia o contato mais rápido com a capital da província, Salvador, e com os sertões (Neves, 2008).

A economia que movimentou as cidades foi, por muito tempo, baseada na agroexportação. Devido a isso, ambas tornaram-se um poderoso centro comercial, por onde circulavam mercadorias das mais diversas partes do interior da província. O transporte era feito, majoritariamente, por meio dos navios a vapor que atracavam nos portos de Cachoeira e seguiam através das águas do rio Paraguassú até a Baía de Todos-os-Santos. Para além de embarcações para transporte de mercadorias, os navios serviam também como um instrumento de conexão entre o interior e a capital da província, promovendo a circulação das pessoas (Santos, 2009).

O destaque de Cachoeira dentro do contexto mercadológico ocasionou no seu rápido processo de desenvolvimento, principalmente no que tange ao crescimento populacional. Assim, no ano de 1837, uma lei provincial concede o título de cidade a Cachoeira, que fica amplamente conhecida pelo seu papel administrativo e jurídico, sendo, até mesmo, por período temporário, sede do governo.

Já São Félix, em 1857, passa a ser considerada uma Freguesia, sob o nome de Freguesia do Senhor Deus Menino de São Félix, recebendo apenas em 1890 a condição de cidade (Schneider, 2017). Tal feito se deu devido ao papel que a freguesia ocupava no desenvolvimento da indústria fumageira. Um dos grandes nomes responsáveis por construir uma São Félix industrial e assim elevá-la ao posto de cidade foi o alemão Geraldo Dannemann, dono da fábrica Dannemann. Nomeado pelo governador da província, Geraldo Dannemann foi o primeiro gestor público da então cidade de São Félix. Ele realizou melhorias no perímetro urbano e ergueu novos espaços com a perspectiva de construir uma cidade com aspecto mais industrial e moderno. Nessa perspectiva, Fabiana Comerlato (2021) nos traz que:

Ao título de cidade, agregou-se o fato de que São Félix foi idealizada e projetada sob os auspícios da industrialização. Em oposição, na outra margem do rio, Cachoeira era vista como colonial e imperial, sob a alcunha

de cidade heróica, enquanto São Félix advogava-se como uma cidade industrial e republicana (Comerlato, 2021, p. 85).

Em virtude do prestigioso local que Cachoeira e São Félix ocupavam em meados do século XIX, especialmente no cenário econômico, logo o governante da província voltou seu olhar para o Recôncavo com a intenção de construir uma estrada de ferro na região. No ano de 1861, é enviada uma comitiva, sob ordem do presidente da província, para fazer o reconhecimento do local e dar início à elaboração do projeto. O plano inicial que se tinha em mente era a construção de uma estação na localidade de São Félix, a qual partiria para a Chapada Diamantina, no sertão da Bahia, e de lá seguiria em direção ao Rio São Francisco — o que nunca veio a acontecer —; além disso, seria feito um ramal que conectaria Cachoeira a Feira de Santana. Entretanto, a construção não saiu conforme o planejado, ocorrendo mudanças no percurso que o trem seguiria.

Com aval concedido para a implantação da estrada de ferro no Recôncavo da Bahia, em 1867 é montada a companhia *Paraguassu Steam Tram Road Company Limited*, localizada em Londres, a qual o engenheiro John Charles Morgan era o responsável legal conforme o contrato assinado, obtendo, assim, todos os privilégios sobre a empresa ferroviária. A Estrada de Ferro Central da Bahia – como ficou popularmente conhecida até os dias presentes, embora já tenha sido chamada de *Paraguassu Steam Tram Road Company* e *Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company* – teve seu início construtivo no mesmo ano, começando pelo ramal que ligava Cachoeira a Feira de Santana (Zorzo, 2002).

Em decorrência de problemas econômicos e operacionais, a Companhia de Morgan, caminhando para a falência, entrou em processo de liquidação, foi quando o engenheiro Hugh Wilson, em 1870, comprou dos acionistas de Londres a massa falida da empresa. Wilson ficou responsável por finalizar o trecho do ramal a Feira de Santana, como também a ponte entre Cachoeira e São Félix (Zorzo, 2002).

Após a finalização do ramal de Cachoeira a Feira de Santana, dá-se início à construção da linha principal da estrada de ferro, partindo de São Félix para o centro da Bahia, a Chapada Diamantina. Como já acima mencionado, o projeto inicial previa que o trecho de São Félix partisse para a região da Chapada Diamantina e que depois fosse em direção ao Rio São Francisco, conectando a região ao transporte marítimo e à Estrada de Ferro da Bahia ao São

Francisco (primeira a ser implantada na província). Entretanto, devido a mudanças nos planos, a ferrovia deveria dar continuidade para o Norte de Minas Gerais.

A Estrada de Ferro Central da Bahia foi inaugurada oficialmente em 1868, com uma cerimônia, mesmo estando boa parte da sua malha ferroviária ainda incompleta. A EFCB foi a segunda ferrovia a ser construída na província da Bahia, e tornou-se uma das mais rentáveis (Zorzo, 2001). A estação ferroviária de Cachoeira foi aberta aos serviços em 1876, e a de São Félix foi inaugurada em finais de 1881. Ambas as cidades imprimem, por meio do seu patrimônio arquitetônico, um passado rico e próspero, mas também de disputas. Hoje, as duas cidades são consideradas patrimônio nacional e as respectivas estações ferroviárias estão inscritas na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (LPCF) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme consta em sua última atualização (05/05/2023), disponível no site do instituto.

3. Arquitetura Ferroviária

No século XIX, na Inglaterra, paralelamente ao surgimento do transporte ferroviário, surge também uma nova tipologia arquitetônica: a arquitetura ferroviária, que tinha nas estações o principal local para experimentações. A primeira estação construída de que se tem registro é a *Crown Street*, da linha férrea que partia de Liverpool a Manchester, sendo esta a responsável por “criar” um modelo de arquitetura ferroviária do qual os engenheiros se utilizaram como referência para aprimorar suas técnicas construtivas e arquitetônicas (Moreira, 2007).

Por ser um estilo de construção novo, não existia um padrão único que todas as estações deveriam seguir; portanto, cada uma delas servia como uma nova oportunidade para empregar novos materiais, novos estilos, entre outros. Embora não houvesse um padrão a ser seguido, algo se apresentava como central e era comum a todas as estações: a otimização e a distribuição dos espaços, uma vez que eram lugares de intensa movimentação de passageiros, trabalhadores, cargas, bagagens e das próprias locomotivas (Moreira, 2007).

Outro aspecto que influenciava diretamente na construção das estações ferroviárias e que ditava, de alguma maneira, como seria o seu partido arquitetônico e os materiais construtivos a serem utilizados era o modelo da estação. Perdonnet (1856 *apud* Moreira, 2007) faz a distinção das estações em dois grupos: as estações de extremidade/terminais e as

intermediárias/de passagem; essa distinção interferia diretamente nas decisões dos engenheiros responsáveis pelas obras.

Os condicionantes locais também pesavam nos momentos de decidir os rumos construtivos dessas obras. Por exemplo, uma cidade que já possuísse determinada relevância, sobretudo econômica, receberia uma estação maior, mais equipada e ornamental, que oferecesse outros serviços (telégrafo, por exemplo), ou seja, esse tipo de estação apresentava uma construção mais complexa.

Dentro do contexto nacional, as estações que foram construídas aqui no Brasil a partir de meados do século XIX seguem um modelo europeu em seu estilo, principalmente de padrões ingleses, havendo determinadas variações. Pode-se constatar também, como bem aponta Cristiane Gonçalves Lucas (2010), que a construção das estações no território brasileiro seguia determinada influência regionalista, aplicando, por vezes, um modelo de arquitetura já utilizado em outras construções locais — o que se denomina “imitação de estilos” (Pevsner, 1980 *apud* Lucas, 2010, p. 97).

Grande parte dessas estações apresentam uma planta arquitetônica em formato retangular e são construídas principalmente a partir da técnica da alvenaria (o que podemos observar claramente nas estações do Recôncavo da Bahia). Um outro material muito recorrente neste tipo de construção é o ferro, embora existissem discordâncias sobre sua utilização ou não, muitas estações empregaram o metal nas estruturas do prédio, para sustentar lajes e paredes, para segurar a cobertura de grandes vãos e para servir como elemento ornamental.

Quanto à disposição das estações ferroviárias de passageiros em relação às vias, Moreira (2007) apresenta um quadro com alguns exemplares de diversas formas de construir as estações em contraposição aos trilhos, sendo as mais empregadas no Brasil as disposições laterais (D), bilateral (E) e em “U” (C) (Lucas, 2010) (Fig. 2).

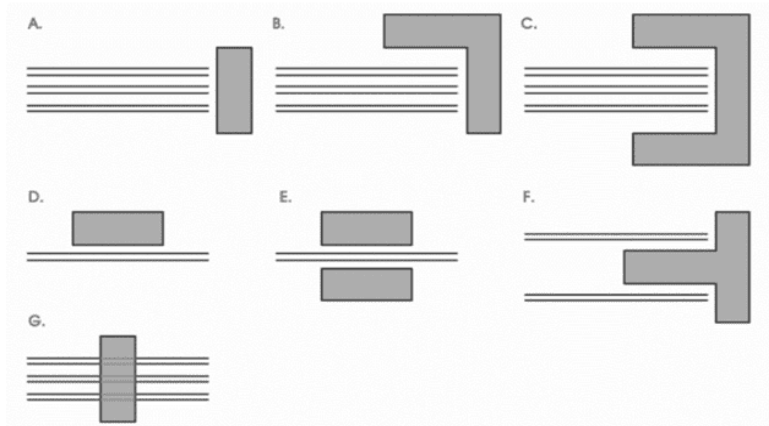


Figura 2: Disposições dos edifícios de passageiros das estações terminais e intermediárias.
Fonte: Moreira, 2007, p. 69.

4. Estudo das relações entre as Estações Ferroviárias e os Cemitérios

As análises arqueológicas das estações ferroviárias da Estrada de Ferro Central da Bahia se iniciaram pela estação da cidade de São Félix, pois é a estação central do principal trecho desta linha. Ela foi inaugurada no final do ano de 1881, em 29 de dezembro (como consta em sua placa de inauguração, ainda no interior do prédio), tendo como empreiteiro responsável Hugh Wilson, engenheiro de natureza inglesa.

A estação apresenta uma planta em formato retangular, algo comum quando se trata de arquitetura ferroviária. No seu período de funcionamento, era um espaço de intenso fluxo de pessoas e mercadorias, um verdadeiro ambiente de socialização da época. Além dos serviços de transporte de passageiros e cargas, ali funcionava também o telégrafo. Como pode ser verificado ainda nos dias de hoje, há no prédio cerca de 24 cômodos, destes podemos afirmar que eram utilizados a sala do diretor da estação, o seu alojamento, a sala do telégrafo, a sala de bagagens, a sala de espera e a bilheteria. A construção espelha-se nos padrões de estações construídas na Europa.

Segundo a divisão das estações propostas por Perdonnet (1856 *apud* Moreira, 2007), pode-se classificar a estação de São Félix como uma estação de extremidade/terminal — consideradas as principais, as estações desse tipo se localizavam nos pontos iniciais e finais da linha férrea. Comumente, foram caracterizadas por apresentarem uma complexidade maior

em termos de arquitetura e costumavam oferecer mais serviços à sociedade. Já quanto a sua posição em relação às vias, a estação é do tipo “U” (*vide* Fig. 2).

Atualmente, o complexo ferroviário de São Félix se resume ao prédio da estação e a linha férrea. A caixa d'água, feita de alvenaria e em formato circular, é ornamentada com molduras e contém o emblema da linha em moldura localizada ao centro da construção. As oficinas, por exemplo, não foram localizadas durante a pesquisa, assim como galpões, armazéns e a casa da turma, entre outros espaços.

Devido à sua atual condição, foi possível visualizar detalhes da sua arquitetura, como também de alguns materiais ali usados. Para edificar a estação, foi empregada a técnica construtiva da alvenaria com tijolos. Logo no hall de entrada, podemos ver estruturas em ferro que dão sustentação à laje para o pavimento superior – onde se encontrava a sala do chefe da estação e a torre do relógio. Na segunda parte, localizam-se a maioria das salas, o piso de embarque interno (com duas linhas férreas) e dois portões laterais (que dão acesso à parte externa da estação). A primeira sustentação é feita com uma estrutura de tesoura em madeira e o grande vão com estruturas de tesouras metálicas presas nas paredes laterais (Fig. 3). No centro do teto, vê-se uma cobertura com vidros coloridos (verde, azul e amarelo), já o o telhado é feito em duas águas, utilizadas para cobrir o edifício, com telhas cerâmicas.

Na parte externa da estação, no seu fundo, há a caixa d'água e uma boa vista para a gare de estrutura metálica (Fig. 3). Segundo Finger (2013), as gares eram mais presentes nos prédios construídos por empresas inglesas ou brasileiras e geralmente estavam associadas às estações implantadas em locais de considerável importância.



Figura 3: Parte interna da estação ferroviária e vista externa da gare da estação.

Foto: Autor, 2023.

Em um breve estudo da fachada da estação de São Félix, conseguimos destacar alguns elementos ornamentais e arquitetônicos (Fig. 4). Como se observa, a fachada é dividida em três andares: no térreo, há dezesseis janelas, estando oito de cada lado da porta principal de entrada, e uma escada com cinco degraus de granito rosa; no primeiro andar, obedecendo ao padrão da disposição das janelas da parte inferior, há seis janelas, divididas duas a duas por lesenas (algo semelhante a uma “coluna falsa”) encimadas com platibanda balaustrada; já no segundo andar, na torre, tem-se um relógio circunscrito por molduras encimado por ático⁴. Era importante o registro do tempo em cidades caracterizadas pela produção industrial, o relógio com vista para a rua ditava o ritmo do trabalho e da movimentação nas estações. Portanto, o processo de industrialização introduz uma nova relação de controle do tempo, que, ditada pelo relógio, condiciona os habitantes da cidade a novos ritmos além das badaladas dos sinos das igrejas.

Acima tanto nas janelas quanto da porta, nota-se a presença de arcos plenos cobrindo-as. Há um vão central com portas retangulares de duas folhas, com bandeira em gradil de ferro. Essa mesma ornamentação pode ser observada em outras construções singulares da cidade. Por fim, vê-se o letreiro da estação, com a inscrição “CENTRAL DA BAHIA”, feita em laje de mármore branco contendo o nome da estrada de ferro em letras blocadas com volume 3D, na cor preta com sombras brancas. A estação ferroviária apresenta uma arquitetura bastante marcante, apresentando semelhanças com o estilo neoclássico, sendo um dos mais belos edifícios que compõem a paisagem urbana de São Félix.

⁴ O primeiro andar e a torre foram acometidos por um incêndio em dezembro de 2017, danificando suas estruturas, contudo, manteve o elemento metálico do para-raios, cuja terminação é em estrela de cinco pontas.

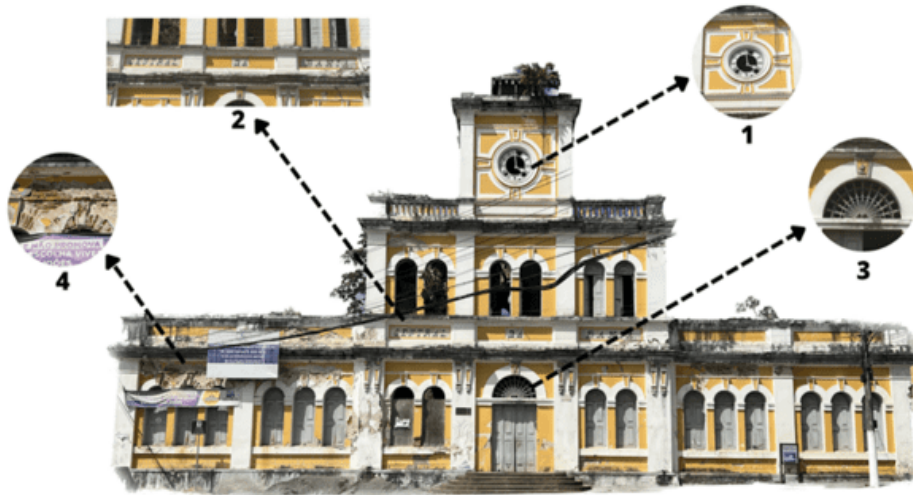


Figura 4: Fachada principal da Estação de São Félix. **Foto e arte:** Autores, 2023.

A estação de São Félix está situada na região sul da cidade, ficando no prolongamento final da porção central da cidade, na Praça Rui Barbosa (Comerlato, 2021, p. 88). Atualmente, mesmo sendo tombada no plano federal em 2010, a estação está em acelerado processo de degradação, sendo suas instalações utilizadas como oficina mecânica, academia de ginástica, serralheria e salão de beleza por moradores da cidade.

Em relação ao cemitério da cidade, este localiza-se na região oposta à estação ferroviária. Sua inauguração remonta ao final do século XIX, em 20 de dezembro de 1889 (Comerlato, 2021), mesmo período em que São Félix se tornou vila, ganhando o título de cidade no ano seguinte. A inauguração está fortemente associada ao projeto de cidade industrial do qual São Félix fez parte, tornando-se a maior cidade exportadora de charutos do Brasil República. A cidade foi projetada, com seus prédios e ruas, para comportar a dinâmica de uma cidade industrial, sendo Geraldo Dannemann um dos nomes por trás deste projeto, que, nesse planejamento da região urbana, incluiu também o cemitério (Fig. 5).



Figura 5: Mapa de São Félix e Cachoeira. **Fonte:** IPAC, 1978. **Legenda:** Em vermelho, a Estação Ferroviária de São Félix e, em amarelo, o Cemitério Municipal.

Como vê-se na Figura 5, podemos observar que a estação ferroviária da cidade de São Félix (em vermelho) e o Cemitério Municipal (em amarelo) ocupam pontos de extremidade na urbe. No período de confecção deste mapa, a estação estava inserida em espaço de constante movimentação, no limite sul do perímetro urbano, próximo do porto onde atracavam os navios e das fábricas que existiam na cidade.

No período da inauguração do cemitério, a região onde se encontrava era um dos eixos de expansão da cidade, que inclusive foi escolhida para construir a Santa Casa. Era uma área afastada do fluxo do setor comercial, seguindo o projeto higienista que pregava a separação entre os vivos e os mortos. Com o crescimento populacional e o conseqüente alargamento da região urbana, as pessoas passaram a ocupar os morros e as partes mais distantes do centro, alcançado, assim, a região do cemitério.

Como o cemitério surge em decorrência desse novo desenho urbano industrial, que se desvincula dos padrões das vilas e cidades coloniais, o cemitério já é inaugurado como um espaço laico – em outras palavras, público, sob gestão do município. Isso significava que todos os indivíduos, independentemente de suas crenças religiosas, poderiam ser sepultados no local. Relacionando o campo santo ao contexto ferroviário, a ferrovia, tanto na sua construção quanto na sua operacionalização, necessitava de um grande quantitativo de pessoas para prestarem serviços, muitas delas vinham de fora (até mesmo de outros países) e, na cidade,

faziam seus lares, construía suas famílias e também acabavam falecendo, sendo sepultados neste cemitério público.

É a partir dessa constatação que poderíamos interpretar ambos os espaços – a estação e o cemitério – como elementos materiais representantes dos processos da industrialização. Trata-se de espaços construídos para suprir as demandas na nova sociedade, industrial e moderna.

Atravessando a ponte e seguindo para a cidade de Cachoeira, damos início à análise da Estação Ferroviária de Cachoeira e sua relação com o Cemitério dos Alemães. A Estrada de Ferro Central da Bahia possuía um único ramal: de Cachoeira a Feira de Santana. Esse ramal iniciou seus trabalhos antes de a malha principal estar aberta para o tráfego. No ano de 1876, a estação de Cachoeira é inaugurada, cinco anos antes da de São Félix. Nesse período, não havia ainda uma ponte que ligasse as duas linhas férreas, e a conexão das duas cidades era feita apenas por meio de barcos que atravessavam o rio Paraguaçu. É no ano de 1885, ano de inauguração da Ponte Imperial Dom Pedro II⁵, que ambas as cidades se conectam definitivamente; porém, somente em 1950, ocorre a ligação ferroviária pela ponte entre os ramais, que saem de São Félix e Cachoeira (Santana, 2013).

Assim como a de São Félix, a estação de Cachoeira apresenta uma arquitetura bastante imponente, algo curioso, ainda mais por ser uma estação de um ramal. Contudo, isso se deve ao fato de estar situada em Cachoeira – cidade que era importante para a economia da Bahia à época e que já apresentava uma arquitetura colonial bastante expressiva e monumental, formando um conjunto paisagístico e arquitetônico com suas igrejas, casarões e, depois, com a própria estação.

Por estar localizada à beira do rio Paraguaçu, já na saída da ponte D. Pedro II, as locomotivas de cargas que vinham de São Félix eram obrigadas a realizar uma manobra, conhecida como rabicho. Essa manobra consistia em o trem percorrer cerca de 230 metros dentro de Cachoeira, para que pudesse voltar do rabicho e atravessar por dentro da estação em sentido a Feira de Santana. Apenas trens de carga executavam essa manobra, os trens

⁵ A ponte compõe a paisagem das duas cidades, pelo seu desenho, cor e forma, destacando-se os elementos da estrutura de treliça de aço, os quais foram feitos de ferro pudlado, fabricado na Inglaterra (Ramos, 2020). Em 2007, o estrado de madeira foi substituído por um tabuleiro de placas metálicas (Ramos, 2020). Hoje, a ponte integra a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que opera com cargas ferroviárias (granéis) (Ramos, 2020).

destinados ao transporte de pessoas partiam já de dentro da estação para prosseguirem viagem.

Nesta seção, serão apresentados aspectos do modelo original da estação como também do seu estado atual, pois nosso objetivo não é apenas contextualizar os processos construtivos da estação, mas sim pensar este espaço em relação aos cemitérios, considerando ambos como construções características do período industrial.

O edifício da estação de Cachoeira apresenta uma planta arquitetônica em formato retangular e uma posição em relação às vias não muito convencional para os padrões brasileiros; já a parte destinada ao embarque dos passageiros ficava na posição lateral, no lado direito da estação (onde temporariamente funciona o Museu de Cinema Roque Araújo).

Nesse sentido, algumas considerações podem ser feitas, sobretudo no que tange à técnica construtiva empregada na construção e à sua fachada, que preserva elementos originais e adaptações posteriores. Quanto à sua construção, é possível localizar na sua parte interna a utilização da técnica de alvenaria, contudo, apresentando uma variação: empregou-se a alvenaria com tijolos na torre e nos arcos; nas paredes, a alvenaria foi aplicada com rochas dos mais variados tamanhos e formatos (Fig. 6).



Figura 6: Materiais construtivos da parte interna do edifício da Estação de Cachoeira. **Foto:** Autores, 2023.

Ao se analisar a fachada do prédio, comparando sua versão atual e a presente em fotografias antigas, podemos constatar algumas permanências e alterações provenientes da sua reforma. Uma das alterações mais perceptíveis é o vão por onde o trem passa — no desenho arquitetônico original, o trem, após realizar a manobra, atravessava pelo lado esquerdo; hoje, essa passagem está fechada por uma porta, e o lado direito foi aberto para servir como a nova entrada do trem. Essa nova abertura modificou significativamente a parte interna do prédio e fez com que a manobra não fosse mais necessária, o que facilitou a passagem do trem no interior do edifício e dinamizou a circulação de automóveis e pessoas pela rua da estação.

Observa-se, na Figura 7, a presença de alguns elementos ornamentais, como a utilização de arcos plenos coroando os vãos (no arco da porta principal de entrada, há uma variação, tanto na espessura quanto no modelo); elementos em ferro também acima das duas entradas laterais; o nome de identificação em vermelho, dentro de uma moldura, acima da porta principal; e o emblema no centro da abóbada. Diferente da de São Félix, a estação de Cachoeira possui apenas um pavimento térreo.

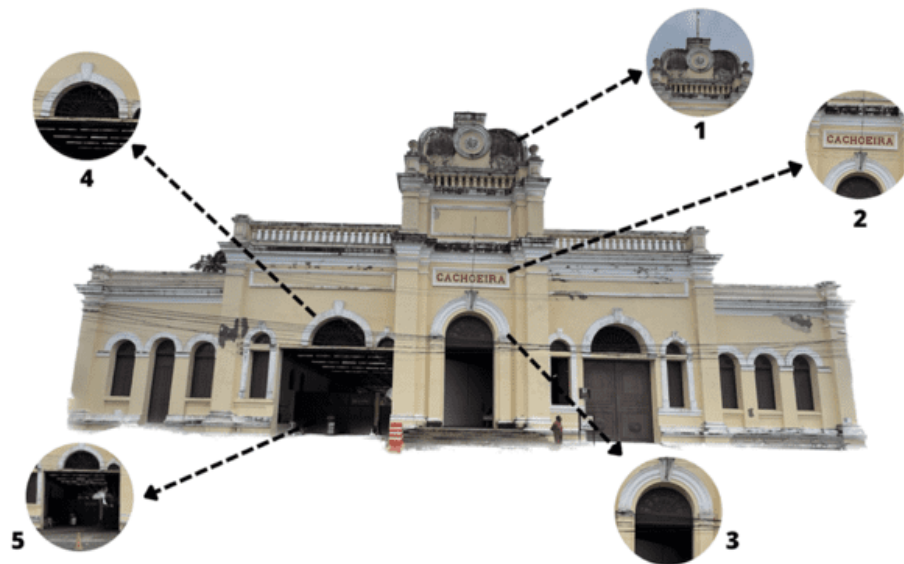


Figura 7: Fachada principal da Estação Ferroviária de Cachoeira e detalhes em destaque. **Foto e arte:** Autores, 2023.

O cemitério escolhido para análise comparativa foi o Cemitério dos Alemães. O Cemitério dos Acatólicos, como também é conhecido, está intrinsecamente ligado ao contexto

das indústrias fumageiras e da operação da Estrada de Ferro Central da Bahia. A região do Recôncavo Baiano, com considerável destaque para as cidades de São Félix e Cachoeira, vivenciou, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, a intensa implantação das fábricas de charutos, dentre as quais podemos destacar a Costa Penna, a Suerdieck e a Dannemann.

A imigração alemã para Cachoeira deve-se principalmente à chegada da fábrica Dannemann, pertencente ao citado Geraldo Dannemann, natural da Bremen. Devido à fábrica, esses imigrantes se estabeleceram na cidade; como possuíam outra orientação religiosa – luterana e presbiteriana (Comerlato, 2021) –, não poderiam ser sepultados nos cemitérios já existentes em Cachoeira, já que estes estavam vinculados ao catolicismo, houve então a necessidade de os alemães construírem seu próprio cemitério. A data de inauguração do cemitério é incerta, entretanto, há a hipótese de que tenha sido inaugurado na década de 80 do século XIX e de que tenha pertencido a Igreja Presbiteriana (Lima, 2017).

O campo santo dos Alemães localiza-se no bairro do Morumbi e, segundo Fabiana Comerlato e Fabiane Lima (2021), o espaço do cemitério é consideravelmente pequeno, medindo 34,60m por 17,10m. Em uma breve descrição do seu espaço físico, o cemitério possui um espaço murado em todo o seu perímetro, com um portão de entrada em formato ogival, contendo detalhes do estilo gótico (Comerlato; Lopes, 2021, p. 146). Na construção do cemitério, são utilizados materiais característicos do advento da industrialização, como o ferro fundido, por exemplo.

Ainda em relação à composição espacial do espaço fúnebre, nota-se a presença de trilhos de trem, utilizados para delimitar as sepulturas de forma enfileirada, delimitando também os espaços de circulação (Fig. 8). Podemos constatar que, como o cemitério era de uso exclusivo para pessoas alemãs, inglesas e suíças – as quais estavam diretamente ligadas à produção na indústria e ao trabalho na estrada de ferro –, elas acabavam utilizando materiais comuns a esses dois espaços. Infere-se também que essas pessoas tinham determinado conhecimento sobre o emprego desses elementos industriais.



Figura 8: Uso dos trilhos como delimitação dos corredores, Cemitério dos Alemães – Cachoeira, BA. **Foto:** Cidália de Jesus Ferreira dos Santos, 2015.

A respeito da relação urbana entre o cemitério e a estação ferroviária, ambas as construções se localizam em regiões completamente distantes uma da outra, não havendo conexão entre as ruas que dão acesso a tais espaços.

Por fim, o que podemos concluir é que tanto o Cemitério dos Alemães, de Cachoeira, quanto o Cemitério de São Félix foram concebidos no bojo do projeto de industrialização na região do Recôncavo. Portanto, esses espaços surgiram para suprir novas demandas que a sociedade industrial introduz, principalmente por trazer novas pessoas, imigrantes, compondo um novo grupo social, distinto dos que já residiam nessas localidades. Esse novo grupo social precisava dar continuidade às suas práticas culturais e religiosas, e o Cemitério dos Alemães é um exemplo disso, pois foi um projeto da própria comunidade de imigrantes, e não do governo municipal – como ocorreu com o cemitério de São Félix.

Considerações Finais

A partir dos séculos XIX e XX, começa a imperar, no Brasil, uma tentativa de modernidade; nesse processo, a produção fabril e a introdução do transporte ferroviário foram os principais protagonistas. Decerto, a modernidade que o país visava construir pouco se assemelha àquele ocorrido na Europa, caracterizando-se pela descontinuidade e anseio das elites pelo progresso. A construção de uma sociedade pela perspectiva da modernidade

implica em novas relações sociais e novos hábitos, novas formas de se pensar e de se construir cidades, modernos meios de produção e transporte e, também, outras formas de lidar com a morte e com os espaços destinados ao sepultamento.

É certo que o processo de implantação das ferrovias em todo o território brasileiro foi um fator importante para o desenvolvimento das diversas regiões cortadas pela malha ferroviária. A ferrovia, principal instrumento responsável por introduzir um ideário da modernidade no país, impactou diretamente nas rotinas dessas regiões e estimulou o crescimento urbanístico e a reformulação espacial de diversas cidades, como também levou à construção de outros locais, capazes de suprir as necessidades dessa nova sociedade, que tinha a produção e a economia como o centro.

Devido à realização desta pesquisa, foi possível perceber determinadas relações existentes entre os cemitérios e as estações ferroviárias – a implantação da ferrovia de modo geral. Algumas relações se apresentam mais fortes e marcantes, a depender de cada realidade. Nesse sentido, podemos destacar o contexto histórico comum de surgimento desses cemitérios impulsionados pela ferrovia, uma relação no emprego de elementos símbolos da modernidade e da ferrovia utilizados como materiais na constituição dos cemitérios – como a presença de trilhos de trem para delimitar seu espaço interno. E uma última relação diz respeito à construção desses espaços fúnebres para atender as demandas existentes em uma sociedade industrial e moderna, marcada por novas relações sociais, por uma política higienista, por um novo ideário de cidade, construída por diferentes culturas convivendo em um mesmo espaço.

Portanto, poderíamos chegar a uma consideração que legitima tanto as estações ferroviárias quanto os cemitérios como espaços e construções símbolos dos processos da industrialização. Conforme consta na Carta de Nizhny Tagil, podemos perceber o cemitério dentro da categoria de patrimônio industrial, uma vez que verificamos a relação desses espaços com o contexto de produção industrial e ferroviária (TICCIH, 2003). Podemos concluir que as ferrovias e os cemitérios compartilham entre si a presença marcante de uma materialidade de matriz industrial, como estruturas em ferro fundido, por exemplo, trazendo para as cidades de economia rural marcas e dispositivos da modernidade.

Por fim, esses cemitérios e as respectivas cidades aqui estudadas, apresentam claramente essas relações, sendo espaços construídos para comportar a nova realidade social

que surgiu em decorrência da industrialização e implantação das estradas de ferro no Recôncavo Baiano. Tendo em vista o exposto, reconhecemos nesses espaços cemiteriais um objeto em potencial para o auxílio no estudo e na compreensão da realidade de uma sociedade moderna e industrial.

Referências

COMERLATO, Fabiana. São Félix do Paraguassú: um olhar da arqueologia para uma cidade industrial. In: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; CARDOSO, R. (org.). **Arqueologia e Patrimônio: arqueologias históricas e patrimônios**. São Raimundo Nonato: Univasf, p. 85-98, 2021.

COMERLATO, Fabiana. LIMA, Fabiane Lopes Pereira de. Construção, desconstrução e reconstrução do Cemitério dos Alemães da cidade de Cachoeira - Bahia. **Arqueologia e Patrimônio: arqueologias históricas e patrimônios**, São Raimundo Nonato, v. 2, p. 144-160, 2021.

FINGER, Anna Eliza. **Um Século de Estradas de Ferro: Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957**. 2013. 465 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LIMA, Fabiane Lopes Pereira de. **DOCUMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO DOS ALEMÃES DE CACHOEIRA, BAHIA**. 2017. 282 p. Monografia (Graduação em Museologia) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

LUCAS, Cristiane Gonçalves. **Arquitetura ferroviária: materiais e técnicas construtivas do patrimônio edificado do século XIX no Rio de Janeiro**. 2010. 225 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, Danielle Couto. **Arquitetura ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João Del-Rei e Juiz de Fora (1875-1930)**. 2007. 313 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e Resistência no Paraguaçu - Bahia, 1530 - 1678**. 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH Brasil). **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial (2003)**. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>.

Acesso em: 01 nov. 2023

RAMOS, Fernanda Silveira. **Modelagem computacional do reforço estrutural em obra de arte especial: Ponte Imperial Dom Pedro II**. 2020. 205 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ROEDEL, Luísa; SOARES, Fernanda. **Cidade dos vivos e cidade dos mortos: arqueologia urbana no cemitério do Senhor do Bonfim, Belo Horizonte.** In: Urbana: Revista latinoamericana de arqueologia e história de las cidades. Buenos Aires: Arqueocoop Ltda, n. 4, p. 23-44, 2015.

SANTANA, Geferson. **As estradas de ferro nos chãos do Recôncavo:** Cachoeira e São Félix no século XIX. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/lehrb/wp-content/uploads/2013/06/Geferson-Santana-AS-ESTRADAS-DE-FERRO_REC%c3%94NCAVO-texto.pdf. Acessado em 01 ago. 2019.

SANTOS, Rubenilda Sodré dos. **Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje:** uma análise sobre Cachoeira e São Félix. 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. **As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez.** 2017. 345 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência.** Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan, n°4, p. 1-6, 2006.

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovias e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930).** Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.

ZORZO, Francisco Antônio. O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902). **Sitientibus**, Feira de Santana, n.26, p.63-77, jan./jun., 2002.

O CINEMA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PELOTAS/RS

THE CINEMA AS A TOOL FOR ANALYZING THE CULTURAL HERITAGE OF PELOTAS/RS

Natalia Toralles dos Santos Braga¹
nataliatsbraga@gmail.com

Aline Montagna Silveira²
aline.montagna.silveira@gmail.com

Ana Lucia Costa de Oliveira³
lucostoli@gmail.com

Resumo: O presente artigo buscou investigar o cinema como ferramenta de análise do patrimônio cultural de Pelotas/RS. Como metodologia de pesquisa, foram analisadas duas obras cinematográficas rodadas na cidade nas quais o patrimônio arquitetônico estava presente nas suas cenografias. O artigo propôs uma revisão bibliográfica a respeito da importância das questões patrimoniais para a cidade, do cinema na história dessa região e da intersecção dessas duas áreas de conhecimento. Sob essa perspectiva, a pesquisa investigou como o cinema pôde auxiliar na análise do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Pelotas. Patrimônio Cultural. Cinema.

Abstract: This paper aimed to investigate cinema as a tool for analyzing the cultural heritage of Pelotas/RS. As a research methodology, two films shot in the city were analyzed, in which architectural heritage was present in their set designs. The paper proposed a literature review on the importance of heritage topics for the city, the role of cinema in the history of this region, and the intersection of these two areas of knowledge. From this perspective, the research explored how cinema could contribute to the analysis of cultural heritage.

Keywords: Pelotas. Cultural Heritage. Cinema.

Introdução

A cidade de Pelotas, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, é reconhecida por possuir “um dos sistemas municipais de preservação do patrimônio edificado mais

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestranda pela Universidade Federal de Pelotas.

² Arquiteta e Urbanista. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas.

³ Arquiteta e Urbanista. Doutorado PROPUR/UFRGS. Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas.

completos, dentre as cidades brasileiras que não são capitais” (IPHAN, 2018, p. 21). Além do reconhecimento e valorização de seu acervo no âmbito municipal, a cidade teve seu conjunto histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no ano de 2018. O que poucos têm conhecimento é que a cidade também desempenhou um papel proeminente na produção de conteúdo cinematográfico no início do século XX. Com isso, este trabalho busca relacionar algumas produções rodadas em Pelotas com o contexto histórico e patrimonial. O objetivo desta pesquisa é investigar o patrimônio cultural e arquitetônico sob uma perspectiva fílmica.

Chuva (2012), ao retratar a interdisciplinaridade na valorização do patrimônio cultural, apontou que o valor simbólico, por ser atribuído por grupos sociais, pode ser manifestado de diferentes formas, independentemente da sua natureza. Em virtude disso, essa pesquisa buscou trabalhar com a interdisciplinaridade através da intersecção entre duas áreas de conhecimento: o cinema e o patrimônio cultural arquitetônico. Com essa finalidade, foram selecionados dois filmes de diferentes períodos da história rodados na cidade de Pelotas: *Os Óculos do Vovô* (1913) e *Ângela* (1951). Ambos estão disponíveis gratuitamente na plataforma YouTube, que visa democratizar o acesso ao conteúdo em formato de vídeo.

Em 1913, quando *Os Óculos do Vovô* foi filmado, a consciência em relação às discussões patrimoniais era muito incipiente, principalmente porque a arquitetura presente na cenografia da obra estava se consolidando na cidade. Naquele ano, o jornal local informou que o cineasta Francisco Santos firmou contrato para alugar, por um período de seis anos, o “elegante prédio à Rua Marechal Deodoro, nº 495”, para ali instalar “uma das novas seções da fábrica”: a Guarany Films (Santos e Caldas, 1995, p. 36). O prédio em questão foi cenário para o filme analisado neste artigo.

Em 1951, foi lançada a segunda obra deste estudo: o filme *Ângela*. O local onde diversas cenas do filme foram realizadas, antigamente conhecido como Chácara da Baronesa, foi transformado no Museu Municipal Parque da Baronesa em 1982. Passou por um processo de tombamento como patrimônio histórico do município de Pelotas em 1985 e obteve reconhecimento federal em 2018.

Metodologia

Para realizar a análise de uma obra cinematográfica, por se tratar de um método interpretativo que não possui uma fórmula única a ser seguida, é necessário criar um método próprio e desenvolver categorizações que subsidiem o embasamento para que essa análise não se torne uma mera interpretação da obra (Mombelli e Tomaim, 2014).

O estudo foi organizado em três etapas. Primeiramente, foi feita uma revisão acerca do reconhecimento da preservação do patrimônio por meio de documentos legislativos e uma apresentação da cidade de Pelotas, abordando a consolidação e o reconhecimento do valor histórico da sua arquitetura.

Em um segundo momento, foi analisada a importância do cinema na história da cidade de Pelotas ao longo do século XX. Na terceira etapa metodológica, foram propostas análises de duas produções cinematográficas filmadas na cidade de Pelotas, nas quais o patrimônio edificado apareceu como plano de fundo da trama. Para realizar esta análise fílmica, foi necessário destacar aspectos internos e externos das obras: os internos referem-se aos elementos do filme enquanto obra e os externos ao conjunto de relações nas quais a obra foi produzida (PENAFRIA, 2009). Ou seja, indicar questões relativas à época retratada na película e ao período econômico, social e cultural em que ele estava inserido, sendo necessária a definição de categorias para a realização da análise (Mombelli e Tomaim, 2014).

Sendo assim, foram definidos alguns eixos de análise que destacaram as características contidas nas obras e permitiram uma leitura arquitetônica das residências nas quais as filmagens foram feitas. Os eixos são: análise da obra, com informações sobre quem trabalhou no filme e qual o enredo adotado; descrição das ambiências e locações das filmagens; levantamento dos detalhes técnicos dos filmes; e, por fim, um exame do contexto histórico e arquitetônico da época em que as filmagens foram realizadas.

As informações das obras cinematográficas foram coletadas no site da Cinemateca Brasileira, instituição responsável pela preservação e divulgação da produção audiovisual do Brasil. Ademais, foi realizada uma revisão bibliográfica que contemplou o levantamento dos estudos já publicados sobre as obras.

O patrimônio edificado na cidade de Pelotas

O reconhecimento da preservação do patrimônio cultural

Segundo Sant'Anna (2017), a prática da preservação de bens tem suas raízes mais remotas no Renascimento, período no qual colecionadores e construtores passaram a atribuir valores documentais a objetos e obras do passado. A autora também afirma que os novos valores atribuídos às obras do passado não promoveram a sua preservação, tornando necessário um maior interesse político e econômico para que essas ações se consolidassem como prática governamental e social em uma escala internacional.

No Brasil, no século XIX, desenvolveu-se uma estrutura voltada para a construção de uma memória nacional e, com isso, para a promoção de uma atitude de preservação. As práticas preservacionistas realizadas na Europa no século XIX se expandiram para o restante do mundo no século XX, impulsionadas, principalmente, pela difusão do modelo institucional europeu (Sant'anna, 2017).

Pereira (2016) informa que, no Brasil, surgiu a primeira lei federal referente ao tema, o Decreto nº 22.298, de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto (MG) à categoria de Monumento Nacional sob a justificativa de que esse foi o lugar da formação da nacionalidade brasileira. Segundo o autor, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi a primeira lei brasileira direcionada especificamente à preservação do patrimônio, publicada no mesmo ano em que foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IPHAN adotou o modelo de preservação do patrimônio de Ouro Preto, aplicando-o em outras cidades do Brasil até os anos 1980.

Para Chuva (2012), transformações significativas ocorreram no campo do patrimônio cultural a partir da Nova Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 216, relacionado à Cultura. A autora aponta que a ação de patrimonializar bens culturais passou a ser percebida como uma prática cultural de grupos sociais, consolidando laços de identidade e pertencimento. Sant'Anna (2018) revelou que, por meio da nova Carta, as pessoas passaram a ser vistas como intérpretes do patrimônio, além de agentes da sua preservação e atuação, cabendo à sociedade a definição desse patrimônio e ao poder público o provimento do apoio necessário.

A partir da década de 1980, as cidades deixaram de ser selecionadas apenas com base em seus atributos estéticos e passaram a ser escolhidas em função dos elementos e das

informações contidas nos processos históricos. Dessa forma, surgiu uma ampla necessidade de valorização de um estilo arquitetônico conhecido como ecletismo, entre outros (Sant’anna, 2018).

A cidade de Pelotas inserida nesse contexto

A ocupação da região de Pelotas, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul (como mostra a Imagem 1), ocorreu na segunda metade do século XVIII. Entre 1737 e 1763, a área onde se formou Pelotas pertencia à jurisdição de Rio Grande. Seu núcleo urbano foi elevado à categoria de freguesia em 1812 e à vila em 1832, o que lhe concedeu independência administrativa. Passou à categoria de cidade em 1835 (Oliveira, 2012).



Imagem 1: Mapa da cidade de Pelotas. **Fonte:** Acervo digital do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira. NEAB/FAUrb/UFPel, 2020

Situada mais para o interior, às margens do canal São Gonçalo, Pelotas desenvolveu-se como uma área de comunicação fluvial, mais protegida e resguardada dos ataques dos espanhóis, o que possibilitou o desenvolvimento da atividade pecuária e da manufatura do charque em grande escala (Oliveira, 2012). Segundo Martins (2002), a criação de gado foi inicialmente utilizada como uma estratégia para assegurar a posse do território.

Os proprietários das charqueadas possuíam moradias em locais afastados das áreas de produção. Essas moradias e a arquitetura residencial urbana da cidade – em grande parte produzidas por mão de obra escrava – foram consolidadas sob influências dos moldes

européus da época (Almeida e Bastos, 2006). Gutierrez (1999) explica como a arquitetura pelotense foi moldada e erguida pelo trabalho escravo das charqueadas na seguinte passagem:

Uma alternativa econômica encontrada pelos senhores charqueadores pelotenses deu um patrimônio invejável à cidade. Com mais flexibilidade e refinamento do que as taipas e o adobe, a alvenaria de tijolos permitiu a introdução de elementos decorativos. A partir daí, seria preciso reconsiderar as reflexões sobre as tendências e examinar as particularidades da arquitetura e do urbanismo do núcleo urbano salgador sulino. O resultado formal dessa arquitetura e urbanismo esteve relacionado com a carne e ao barro existentes no local, com o modo de produção escravista, com a contribuição dos escravos africanos e descendentes, com a participação da força de trabalho livre europeia e seus filhos (Gutierrez, 1999, p. 475).

Nesta adaptação de estilos europeus em voga, surgiu um estilo eclético caracterizado por adaptações e releituras dos modelos originais. Entre 1870 e 1900, predominou a construção de palacetes de charqueadores, estancieiros e comerciantes (Cerqueira, 2014). O desenvolvimento do historicismo nas fachadas de Pelotas ocorreu em dois momentos: o primeiro, entre 1870 e 1900 (estágio clássico), e o segundo, entre 1900 e 1930 (estágio barroco), quando foram adicionados novos elementos ornamentais à composição das fachadas (Santos, 2002).

Nas políticas públicas, o processo de tombamento do conjunto urbano e histórico de Pelotas, marcado pela arquitetura eclética, foi pauta na 88ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em Brasília no dia 15 de maio de 2018. A proposta visava incluir dois sítios adicionais: a charqueada São João (de 1810) e a Chácara da Baronesa (IPHAN, 2018).

Almeida e Bastos (2006) apontam que as leis específicas de preservação em Pelotas, aprovadas durante a década de 1980, foram tentativas que acabaram não sendo concretizadas, devido a fatores como a falta de consciência dos grupos socioeconômicos e a dinâmica de crescimento da cidade. As autoras ainda comentam que, a partir dos anos 2000, com a instituição da Lei nº 4568/2000, o processo de preservação patrimonial foi estabelecido. As áreas urbanas passaram a ser reconhecidas como zonas de preservação, e a proteção dos imóveis inventariados gradativamente alterou a percepção do espaço urbano.

A história da preservação patrimonial de Pelotas seguiu os mesmos conceitos e premissas adotados no restante do país, voltando-se para o tombamento de bens imóveis e reconhecendo esses bens como patrimônio cultural. O estudo destaca que, atualmente, é possível identificar duas correntes histórico-culturais marcantes na arquitetura de Pelotas: as

charqueadas (às margens do Arroio Pelotas), representativas do período colonial (arquitetura luso-brasileira), e o centro histórico da cidade (os primeiros loteamentos urbanos), correspondente ao período da arquitetura eclética (Almeida e Bastos, 2006).

Essas correntes serviram de cenografia para as duas obras analisadas neste estudo. O breve histórico que precedeu essa pesquisa foi essencial para destacar a importância da arquitetura como agente formador da cidade, não apenas nos aspectos arquitetônicos, mas também nos sociais e culturais.

A importância do cinema na história de Pelotas

Introdução dessa arte na cidade

Segundo Santos (2014), no dia 26 de novembro de 1896, foi registrada uma projeção de cinema no salão da Bibliotheca Pública Pelotense com o aparelho criado por Thomas Edison, marcando o primeiro contato dos moradores da cidade de Pelotas com as imagens em movimento. No ano de 1901, as projeções já ocorriam no Theatro Sete de Abril, integradas à sua programação oficial, o que transformou o cinema em um evento recorrente para os moradores de Pelotas (Cunha, 2017).

Concomitantemente, a produção cinematográfica nacional era marcada por ciclos regionais, que reforçavam as características históricas e geográficas das regiões em que eram filmadas. Assim, encontram-se registros de diversas obras realizadas em uma mesma região do país. Segundo Cardoso, Santos e Perazzo (2017), a produção cinematográfica regional foi uma constante na filmografia nacional e, por ter sido realizada em diferentes partes do Brasil, colaborou para reforçar a diversidade cultural do país.

Ao analisar a produção cinematográfica nacional, Tomaim (2011) destacou três fases importantes: o ciclo de Pelotas na década de 1910; as produções de Teixeira nos anos 1960 e 1970; e o movimento "superotista" nos anos 1980. A historiografia clássica considera a produção de filmes na cidade de Pelotas como um dos mais importantes ciclos regionais do cinema brasileiro. Esse reconhecimento se deve, principalmente, ao cineasta português e fundador da Guarany Films, Francisco Santos. Os jornais da época noticiavam:

Como se explica que aqui, numa cidade interiorana de um estado sem tradição cinematográfica pudesse ter surgido quase como que um surto na criação de filmes? Pelotas nunca mais conheceu trabalho semelhante na produção de cinema. Nos anos 20 volta-se a produzir com certa intensidade

no centro do país, enquanto no Sul jamais o cinema vai tomar impulso ou repetir a façanha de Francisco Santos (Diário Popular, 1º de janeiro de 1913 *apud* Santos e Caldas, 1995, p. 36).

A Guarany Films e o início da produção audiovisual em Pelotas

Segundo Araújo, Moura e Tomaim (2010), a inauguração do Recreio Ideal, em maio de 1908, na cidade de Porto Alegre, resultou em uma efervescente criação de casas de exibição. Essa facilidade, em meio ao grande número de cinemas, juntamente com a atmosfera criada pelas imagens em movimento, motivou o início da produção de filmes no Rio Grande do Sul.

Durante esse período, Francisco Santos realizava uma turnê com sua companhia teatral pelo estado, juntando esforços para iniciar seu mais novo empreendimento: uma produtora de filmes. Em 1913, o futuro cineasta alugou uma edificação (Imagem 2) localizada na Rua Marechal Deodoro, número 495, para a instalação da almejada fábrica de fitas (Santos e Caldas, 1995).



Imagem 2: Sede da Guarany Films. **Fonte:** colaboração de Arthur Victoria Silva para a página Pelotas Antiga. Disponível em: Olhares sobre Pelotas.

Em 1913, a Guarany – que contava com toda a estrutura necessária para revelar filmes, imprimir bobinas e capturar cenas – surgiu com a proposta de prestar serviços publicitários. No entanto, caminhos mais audaciosos foram tomados. Nos anos de 1913 e 1914, a empresa realizou coberturas de eventos e confeccionou fitas artísticas, como: *O Beijo*, *Maldito Algoz*, *Os Óculos do Vovô* e *O Crime dos Banhados* (Santos e Caldas, 1995). Esse último, segundo Paulo

Emílio Salles Gomes (1979), obteve uma assegurada carreira comercial por retratar um famoso caso policial da região⁴.

Santos e Caldas (1995) apontam que, mesmo com uma situação financeira favorável, a Guarany fechou as portas, citando como possíveis causas a eclosão da Primeira Guerra Mundial – período em que o cinema nacional sofreu prejuízos consideráveis devido à interrupção das importações de filmes virgens da Europa. Os autores ainda informam que, outro motivo (também consequência da Grande Guerra) foi a consolidação do monopólio estadunidense na indústria cinematográfica, que exportava produções prontas e não material bruto para filmagem. Isso resultou em uma grande pressão das distribuidoras de filmes sobre as empresas brasileiras.

Obra 1: Os Óculos do Vovô (1913)

O filme de 1913, considerado por muitos como o filme de ficção mais antigo do Brasil com imagens preservadas (Langie, 2013), tem Francisco Santos como diretor, roteirista e ator. A obra possui como enredo a história de um menino que pinta os óculos do avô de preto enquanto o senhor está adormecido. Ao acordar, o avô acredita estar cego. As cenas internas foram filmadas na sede da Guarany Films, enquanto as externas foram feitas, em parte, na Guarany e, em parte, no Parque Souza Soares.

Trata-se de um curta-metragem mudo, em 35mm, que originalmente durava 15 minutos. Entretanto, apenas alguns fragmentos do filme foram encontrados e recuperados, resultando em um material restaurado com 4 minutos e 34 segundos de duração – parte do projeto “Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro” da Cinemateca Brasileira. O filme é em preto e branco e, embora mudo, recebeu uma trilha sonora composta por Ricky Villas Boas especialmente para o filme no ano de 2008, conforme consta na ficha técnica da Cinemateca. O material permaneceu desaparecido por décadas e, somente no ano de 1973, o pesquisador Antonio Jesus Pfeil recuperou os fragmentos que restaram da obra (Santos e Caldas, 1995).

No ano de 1913, quando foram filmados os planos da obra *Os Óculos do Vovô*, a arquitetura eclética ainda estava sendo produzida em Pelotas; portanto, não havia um

⁴ *O Crime dos Banhados* (1914) abordou um trágico episódio ocorrido em 1912, quando uma família inteira foi brutalmente assassinada na Fazenda do Passo da Estiva, em Rio Grande. O inquérito policial durou mais de um ano, apontando três homens como os responsáveis pelo crime. As causas variaram entre latrocínio, disputa de terras entre fazendeiros e rixa política.

distanciamento temporal suficiente para que fosse reconhecida como patrimônio cultural. Segundo Santos (2002), a originalidade peculiar da arquitetura pelotense resultou na utilização da técnica *trompe l'oeil* ou escaiola, aplicada aos fustes de colunas, vestibulos e varandas, muitas vezes substituindo o mármore. Na Imagem 3, em uma das tomadas internas, nota-se a presença da escaiola como técnica de acabamento.



Imagem 3: *Os Óculos do Vovô* (1913). Revestimento em escaiola. **Fonte:** Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Código do filme: 001395. Código da imagem: FB_1297_006.

Nas tomadas externas, percebe-se que, na época das filmagens, a região que hoje é consideravelmente urbanizada ainda era bastante deserta. A Imagem 4 destaca outro aspecto importante das filmagens externas: a estrutura do alpendre, que ainda está presente na edificação até os dias de hoje. Muitos dos hábitos e costumes da época também podem ser observados nesta obra cinematográfica – Imagem 5 – como os meios de comunicação e transporte utilizados, por exemplo.



Imagem 4: *Os Óculos do Vovô (1913)*. Estrutura do alpendre. **Fonte:** Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Código do filme: 001395. Código da imagem: FB_1297_050.



Imagem 5: *Os Óculos do Vovô (1913)*. Urbanização incipiente no local. **Fonte:** Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Código do filme: 001395. Código da imagem: FB_1297_069.

Nas cenas filmadas na sala de estar e na varanda, nota-se que foram utilizadas técnicas de filmagem com diferentes posicionamentos de câmera e cortes nas trocas de ambiente – métodos bastante inovadores para a época. Observa-se que, através da obra, é possível analisar diferentes ambiências do período em que o filme foi rodado, permitindo que as imagens ajudem na documentação histórico-arquitetônica da edificação utilizada na cenografia.

Uma breve análise arquitetônica da edificação revela características marcantes do movimento eclético, como a composição da fachada em base (porão), corpo (pavimento principal) e coroamento (platibanda). As tomadas externas do alpendre destacam que a base não só auxilia no porão ventilado e na elevação do nível da casa (Imagem 5), mas também no vencimento do desnível do próprio terreno – Imagem 6.



Imagem 6: Guarany Films. Pátio Interno. **Fonte:** SANTOS, Yolanda Lhullier dos; CALDAS, Pedro Henrique. *Francisco Santos: pioneiro do cinema no Brasil*. Pelotas: Edições Semeador, 1995. Foto de Vilmar Tavares.

Nas cenas filmadas na sala de estar e na varanda, nota-se que foram utilizadas técnicas de filmagem com diferentes posicionamentos de câmera e cortes nas trocas de ambiente – métodos bastante inovadores para a época. Observa-se que, através da obra, é possível analisar diferentes ambiências do período em que o filme foi rodado, permitindo que as imagens ajudem na documentação histórico-arquitetônica da edificação utilizada na cenografia.

Segundo Santos e Caldas (1995), após o fechamento da fábrica de fitas, o prédio passou a ter diferentes proprietários e sofreu muitas alterações. Dentre essas alterações, destacam-se: a diminuição da área externa, devido à venda de uma parte; a divisão da propriedade em duas metades; e a alteração da distribuição interna.

Companhia Cinematográfica Vera Cruz

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz surgiu como um projeto de industrialização do cinema brasileiro patrocinado pela burguesia paulistana. Fundada pelos imigrantes Franco Zampari e Francisco Matarazzo Sobrinho, a empresa tinha como missão elevar o cinema brasileiro ao nível do cosmopolitismo e da urbanidade que se buscava em uma São Paulo em processo de industrialização (Gonçalves, 2010).

Segundo Gomes (1979), tudo indicava que a indústria de São Paulo estava decidida a se dedicar ao cinema, até então dominado por cineastas entusiastas. O autor destaca que as promessas de melhoria no padrão técnico e artístico foram cumpridas, mas critica o elevado número de profissionais estrangeiros envolvidos nas produções.

A existência da Vera Cruz levou ao surgimento de outras produtoras cinematográficas, mas a companhia enfrentou uma crise a partir de 1954 e passou a dividir espaço com uma nova representação, o Cinema Novo⁵, cuja abordagem refletia um novo contexto histórico e social, tanto no cenário mundial quanto nacional⁶ (Gonçalves, 2010).

Durante os pouco mais de cinco anos de existência da Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949 – 1954), foram produzidos 18 filmes de longa-metragem de ficção, entre eles *Ângela* (1951) (Gonçalves, 2010).

Obra 2: *Ângela* (1951)

O filme de 1951 foi dirigido por Abílio Pereira de Almeida – que também atuou como um dos personagens da trama – e por Tom Payne. A obra foi produzida pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz e roteirizada por Nelly Dutra Ruschel, inspirado no conto “Sorte no jogo” de Hoffmann. Santos (2014) informa que as filmagens começaram no dia 6 de janeiro de 1951 em Pelotas, com duração total de dois meses, e o lançamento ocorreu no mês de agosto do mesmo ano (Santos, 2014). A obra possui como enredo a história de *Ângela* (Eliane Lage), enteada de Gervásio (Abílio Almeida), um apostador de pouca sorte que acaba perdendo a

⁵ Cinema Novo foi um movimento no cinema nacional, notadamente carioca, que inseriu elementos mais reais da cultura brasileira e apresentou uma visão menos idealizada sobre a realidade sociocultural do país (Gomes, 1979).

⁶ Vale ressaltar que a ruptura entre a Vera Cruz e o Cinema Novo não foi tão rigorosa assim. Na área técnica, por exemplo, a passagem entre as duas fases se deu de forma gradual, com intercâmbio de profissionais (Oliveira, 2007).

propriedade na qual eles moravam. Contudo, o vencedor da aposta, Dinarte (Alberto Ruschel), permite que a família continue vivendo na residência e acaba se casando com Ângela. A partir desse momento, o enredo é marcado por dramas e inconstâncias que a personagem principal enfrenta.

Trata-se de um longa-metragem falado e em preto e branco, de 35mm, com duração de 90min. A respeito do recebimento do filme pela crítica especializada, a obra obteve um retorno positivo, correspondendo aos muitos prêmios recebidos pelo longa, como “Governador do Estado de São Paulo”, 1952, de melhor ator secundário (Luciano Salce), melhor atriz secundária (Ruth de Souza) e melhor cenografia (Pierino Massenzi). E o prêmio “Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos”, 1952, de melhor ator secundário e melhor atriz secundária (Silva Neto, 2002).

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz procurava locações para grandes filmagens e, por motivos desconhecidos, a Chácara da Baronesa (Imagem 7) foi escolhida para abrigar parte das filmagens (Montone, 2018).



Imagem 7: Chácara da Baronesa. Foto externa. **Fonte:** Projeto “A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa”, Anatomia dos Interiores. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

A morada foi edificada na segunda metade do século XIX e, segundo Montone (2018), passou por diferentes ciclos – classificados conforme os diferentes proprietários. As classificações são: 1863/1887, construção para abrigar a família de Annibal Antunes Maciel Jr. e Amélia Hartley Antunes Maciel; 1887/1919, passou a ter a baronesa como nova proprietária

fruto de herança familiar; 1919/1966, outro marco de distribuição de herança; 1966/1978, mudança de categoria para espaço público; 1978/1985, Museu Municipal Parque da Baronesa e patrimônio do município. A autora ainda afirma que as intervenções das políticas públicas municipais deixaram marcas significativas na arquitetura da chácara.

Através do filme *Ângela* (1951), é possível observar a riqueza de detalhes, alguns perdidos com o tempo, como as pinturas murais das paredes – Imagem 8 – os detalhes das portas e janelas, e um destaque para a casa de banho, que possuía esquadrias e que podem ser vistas em uma das cenas do longa, recorte feito na Imagem 9. Atualmente, este local está com grande parte dos vãos fechados, conforme retratado na Imagem 10.



Imagem 8: *Ângela* (1951). Pintura mural na parede. **Fonte:** Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Código do filme: 013856. Código da imagem: FB_0562_035.



Imagem 9: Cena do filme *Ângela* (1951). Casa de banho com esquadrias. **Fonte:** <https://youtu.be/xkvVOxd81hl>



Imagem 10: Imagem atual do compartimento da antiga casa de banho. **Fonte:** Projeto “A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa”, Anatomia dos Interiores. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

No projeto de restauração, iniciado no ano de 1979, a Chácara da Baronesa passou por reformas, sendo transformada em um museu, inaugurado no ano de 1982. Até esse momento, a edificação sofreu com as ações do tempo, perdendo parte da ornamentação fixa das fachadas, sofrendo com o furto de parte das decorações internas e com a deterioração de demais elementos pela falta de manutenção e cuidado. Montone (2018) aponta que um dos acessos da edificação era ornamentado com duas esculturas em faiança que podem ser vistas no filme – Imagem 11 – e que, atualmente, não estão mais no local – Imagem 12. Além das estátuas, podem ser observadas outras modificações nesse acesso, como a retirada de parte do adorno do oitão e a alteração da grade, antes arqueada e agora reta.



Imagem 11: *Ângela* (1951). Esculturas da entrada principal da casa. **Fonte:** Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. Código do filme: 013856. Código da imagem: FB_0562_071.



Imagem 12: Estado atual de conservação do acesso. **Fonte:** Projeto “A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa”, Anatomia dos Interiores. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

A partir da consolidação da Chácara da Baronesa como bem patrimonial, pode-se destacar que, desde os anos 1960, a edificação foi marcada por momentos temporais de

extrema relevância. Em 1972, pouco mais de duas décadas após o lançamento do longa, houve registros de um pedido de tombamento da edificação junto ao IPHAN. Em 1978, parte da chácara foi doada à Prefeitura, e em 1985, foi tombada como patrimônio histórico do município de Pelotas (Montone, 2018).

A edificação passou por três grandes modificações em sua estrutura no processo de se tornar museu: 1) a retirada da porta localizada no alpendre, que levava ao setor de serviço e atendia a sala de jantar; 2) o apagamento do que teriam sido os quartos de empregados nos fundos da casa; 3) a demolição de todo o conjunto lateral de garagens, coqueiras e dependências (Montone, 2018). Diante de todas essas informações, constatou-se que o local escolhido para a realização das filmagens de *Ângela* sempre foi um local de destaque nas discussões patrimoniais de Pelotas, especialmente após o lançamento da obra cinematográfica. Esse fato torna o filme um material extremamente rico para análise da edificação e das marcas sofridas pelo tempo.

Considerações finais

Este artigo buscou mostrar como obras cinematográficas podem auxiliar na investigação de bens patrimoniais na área da arquitetura e urbanismo. Para isso, foi necessário traçar um histórico da importância da preservação do patrimônio em escalas mais amplas até chegar à cidade de Pelotas – estudo de caso. Posteriormente, foi introduzido um estudo sobre o cinema no sul do Brasil e como essa arte esteve presente na história da cidade.

A intersecção entre essas duas áreas de conhecimento gerou o questionamento que este artigo buscou esclarecer: afinal, a produção cinematográfica pode ser considerada uma possibilidade de investigação histórica no campo do patrimônio cultural e auxiliar na identificação e conhecimento dos bens? O estudo desenvolvido através da análise fílmica de duas obras rodadas na cidade demonstrou que os filmes podem atuar como ferramenta de análise do patrimônio cultural.

No caso do filme *Os Óculos do Vovô*, notou-se a presença de revestimentos utilizados nas construções da época na cenografia da obra, assim como, nas tomadas externas, a urbanização que se mostrava incipiente nos momentos da filmagem. No filme *Ângela*, tornou-se evidente a perda de elementos arquitetônicos quando comparados o momento em que o

filme foi rodado e o momento atual, mesmo se tratando de uma edificação tombada como patrimônio histórico da cidade.

A instrumentalização de obras cinematográficas como ferramentas de análise das mudanças sofridas por edificações ao longo do tempo pode ser algo positivo, especialmente tratando-se de exemplares de arquitetura eclética na cidade de Pelotas. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a ampliação da metodologia de análise dos patrimônios culturais.

Referências

ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

ÂNGELA. Direção: Abílio Pereira de Almeida e Tom Payne. Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 1951. 35mm, BP, 2.441m, 24q (90min).

ARAUJO, Camila Dias; MOURA, Isabella Mayer de; TOMAIM, Cássio. Panorama Histórico do Documentário no Rio Grande do Sul 1897-1990. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Novo Hamburgo, RS. 17 a 19 de maio 2010.

CARDOSO, João Batista Freitas; SANTOS, Roberto Elísio dos; PERAZZO, Priscila Ferreira. Cinema regional: cultura e história nas telas brasileiras. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**. Colima, época III. v. XXIII. n. III. p.11-26. 2017.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Atenas do Sul: Recepção e (Re)Significação do Legado Clássico na Iconografia Urbana de Pelotas (1860-1930). In: **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v.2: Arte e Cultura. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2014, v. 2.

CHUVA, Márcia. Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto / MG, 2009. p. 288. Brasília: Iphan, 2012.

CUNHA, João Manuel dos Santos. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GONÇALVES, Mauricio Reinaldo. Companhia Cinematográfica Vera Cruz: inspiração europeia e discurso de brasilidade. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 33, n. 1, p. 127-144. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 2010.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 550 p. Porto Alegre, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 88ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Brasília: IPHAN, 2018.

LANGIE, Cíntia. Francisco Santos 100 anos depois. **Orson - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL**. Pelotas, v.web, p.1-5, 2013.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: A construção da cidade de Jaguarao**. [s.l.]: Universitat Politècnica de 151 Catalunya, 2002. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/handle/2117/93390>>. Acesso em: 25 maio 2022.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio Dos Santos. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Lumina - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, v.8, n.2. dezembro 2014.

MONTONE, Annelise Costa. **Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985)**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **O Portal Meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial (1737 a 1822)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Maíra Zenun de. **Os intelectuais na Terra de Vera Cruz: cinema, identidade e modernidade**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OS ÓCULOS do Vovô. Direção: Francisco Santos. Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas, 1913. Original: 35mm, BP, 124m, 16q (15 min).

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). **VI Congresso SOPCOM**. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

PEREIRA, Danilo Celso. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. **Revista CPC**. São Paulo, n.21, p.36-70, jan./jul. 2016.

PROJETO “A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa”, Anatomia dos Interiores. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. **Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Carlos Alberto Avila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines**: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas - Pelotas, 1870-1930. 143p. Pelotas: EDUCAT, 2002.

SANTOS, Klécio. O Reino das Sombras Palcos, Salões e o Cinema em Pelotas (1896-1970). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v.2: Arte e Cultura. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos; CALDAS, Pedro Henrique. **Francisco Santos**: pioneiro do cinema no Brasil. Pelotas: Edições Semeador, 1995.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. **Conferência**: Política Urbana e Patrimônio: monumento, documento e espetáculo. Ciclo de Conferências “Patrimônio cultural brasileiro: abordagens, desafios, políticas”. 18 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/g4-Sc35cGxw>>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

SILVA NETO, Antonio Leão da. **Dicionário de filmes brasileiros**: longa-metragem. São Paulo: Editora Futuro Mundo, 2002.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Por uma memória o cinema documentário no Rio Grande Do Sul: desafios para uma nova historiografia do cinema brasileiro. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v.2, n.23, p.103- 119, jul./dez. 2010.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Os estudos de cinema no Rio Grande do Sul: trajetórias e desafios. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v.18, n.1, p.55-71, jan./abr. 2011.

**AS DINÂMICAS DO FEMININO NA FUNDAÇÃO DAS CIDADES:
a cultura latente na organização do patrimônio cultural urbano.**

THE DYNAMICS OF THE FEMININE IN THE FOUNDATION OF CITIES:
the latent culture in the organization of urban cultural heritage.

Willian Jonas Mininel¹
antbusnardo@gmail.com

Antonio Busnardo Filho²
antbusnardo@gmail.com

Resumo: A cidade tem o seu espaço dividido e classificado de várias maneiras e formas de apropriação, que nem sempre estão de acordo com os procedimentos legais dos Planos Diretores. Essas formas de apropriação são regidas por forças latentes, que mostram os princípios da fundação do núcleo urbano; mesmo que isso não seja percebido de imediato. É sobre essas forças que se pretende refletir, neste texto – compreender as dinâmicas do feminino que instituíram o patrimônio cultural, por excelência, do *sapiens*, as cidades. Tomamos para este estudo bases de história do urbanismo, mas, principalmente, os estudos de antropologia do imaginário e as observações e vivências urbanas tiradas dos anos vividos, enquanto um método empírico. Considerando a cidade como uma criação do microuniverso mítico sintético é que descobriremos Atena e Ártemis, Deméter e Afrodite como forças complementares que organizam os agrupamentos humanos, das vilas às grandes metrópoles.

Palavras-chave: cidade; urbano; mitemas; Deusa, patrimônio cultural.

Abstract: The city has its space divided and classified in various ways and forms of appropriation, which are not always in accordance with the legal procedures of the Master Plans. These forms of appropriation are governed by latent forces, which show the principles of the foundation of the urban core; even if it's not immediately noticed. It is on these forces that we intend to reflect, in this text – to understand the dynamics of the feminine that instituted and have shaped the cultural heritage of *sapiens*, cities. For this study, we took bases from the history of urbanism, but, mainly, the studies of anthropology of the imaginary and the observations and urban experiences taken from the years lived, as an empirical method. Considering the city as a creation of the synthetic mythical micro-universe, we will discover Athena and Artemis, Demeter and Aphrodite as complementary forces that organize human groupings, from villages to large metropolises.

Keywords: city; urban; myths; Goddess; cultural heritage.

¹ Arquiteto e Urbanista. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo UNIVAG Centro Universitário.

² Arquiteto e Urbanista. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Titular do UNIVAG Centro Universitário.

A cidade além da cidade

O espaço urbano é dividido e identificado por várias formas de apropriação e de reconhecimento, que o definem a partir de suas funções e de seus usos, com o propósito de proteger e de possibilitar a vida e a convivência entre seus cidadãos; o que nem sempre é percebido de imediato, dando a impressão que o espaço urbano é um lugar de disputas e desavenças. Pois bem, o espaço urbano das cidades é tudo isso que protege e permite a vida e a convivência e o que isola e propicia a disputa, dependendo da análise de suas dinâmicas fundadoras, ou de seus actantes. Só é preciso entender as ações das forças femininas, ora da luz, ora das trevas, em sua complementaridade organizadora, para se compreender a passagem da soberania da Deusa, para a presença do Deus em seu potencial explorador, e ter, por fim, o entendimento de uma organização complementar, que aponta para o Regime de Imagem Noturno e o Microuniverso Mítico Sintético em que a cidade se estrutura.

Para uma compreensão mais direcionada destas questões que polarizam e complementam a organização das cidades, usaremos como apoio conceitual sobre o sentido da cultura, alguns autores como Gilbert Durand, Edgar Morin, Michel de Certeau e José Carlos de Paula Carvalho. Mesmo não aprofundando estes conceitos, por não ser aqui o lugar apropriado, mesmo nos valendo de uma funcionalidade intelectual, os conceitos não serão empregados de forma distorcida. Assim, encontraremos o conceito de cultura, em Michel de Certeau, como sendo plasma existencial, que para além do polo do instituído, patente, em uma ampliação agrega a dimensão latente e instituinte, recorrendo ao inconsciente, à diferenciação e à indeterminação. A cultura, para Certeau, é a mediação entre o patente e o latente, o plasma existencial. Para Durand, a cultura é o trajeto antropológico, na determinação, ou pela determinação do Imaginário, enquanto capital pensado do *homo sapiens*; para Morin, a cultura é a recursividade entre os processos metabólico e metaléptico, ampliados por Paula Carvalho, em sua culturálise, local da convergência e da sutura epistemológica destes conceitos. Assim, para o estudo da fundação das cidades, patrimônio cultural por excelência da construção do *sapiens* enquanto intervenção no mundo natural, a dimensão latente será a chave da leitura, ou seja, a recorrência ao inconsciente, ao imaginário, à recursividade mítica e à *mythopoiésis*, enquanto ampliação do aparelho simbólico. Portanto, a cidade será lida na sua dimensão mítica e simbólica, necessária à sua construção e à manutenção física da sua realidade “palpável”; mesmo que trabalhemos, ou que enfatizemos o

polo latente, a cultura deverá ser compreendida como a trajetividade entre a indeterminação e a vivência das diferenças – entre o instituinte e o instituído.

A cidade sempre é mostrada como um refúgio; talvez, o refúgio último do ser humano, na sua aventura antropológica e cultural como sendo a proteção dos diferentes, dos bárbaros, dos perigos naturais, feras, intempéries e de tudo aquilo que causava medo ou morte. Estas circunstâncias, que provocaram o progresso da humanidade, transferiu-se para dentro do perímetro da cidade. Então, o que poderia haver para além dela? Qualquer outra possibilidade resultará sempre em aglomeração humana, que resultará em uma forma ambiente que repetirá estruturas já conhecidas do ambiente urbano. Então, quando a cidade poderá ser diferente da cidade já conhecida? Somente quando for estudada e analisada na sua dimensão simbólica; não para justificar o seu sentido de Refúgio, mas antes, para compreender seus actantes, seus mitemas, e, conseqüentemente, descobrir sua dimensão mítico-simbólica e seu(s) mito(s) reitor(es) (Durand, 1979; 1983; 1989).

Em muitas análises, a cidade, mesmo sendo um substantivo feminino, recebe atributos masculinos, como o falo – prédios, obeliscos, monumentos, torres, elementos que se erguem para além da altura dos telhados -, sendo denominada de cidade fálica; reduzindo o significado do falo, nesses relatos, tirando o aspecto da força criadora do *Lingam* – energia potencial do Deus Shiva, o Transformador. A masculinização da cidade, dada pelo aspecto físico do seu desenvolvimento, não permitiu que o seu significado transcendesse o seu próprio sentido, prendendo-a a uma significação reducionista e de uma leitura viciada de um machismo secular – a cidade é feminina, mas a evolução é masculina -; mesmo que a palavra “evolução” seja substituída por progresso ou desenvolvimento – substantivos masculinos – ainda assim, não justifica a masculinização da cidade. Esta masculinização da cidade escondeu e inibiu a presença da Deusa, que emprestou sua força e seus atributos para a fundação e a organização histórica dos primeiros agrupamentos humanos, que se transformaram nas grandes cidades da antiguidade, como Constantinopla e Roma, por exemplo.

É possível, aqui, recorrer ao conceito, de Jung (2000), de *animus*, a representação arquetípica da potência masculina no feminino – desta forma o feminino da cidade fica salvaguardado e a sua força simbólica, intensificada. A cidade evolui na sua dimensão feminina pela ação do *animus*, da potência masculina. Então, agora é possível dizer que a cidade – feminina – se desenvolve em *animus* – masculino -; há uma complementaridade que une os

opostos, dando sentido de unidade à cidade. Nesta união, a cidade se institui como um ambiente com um ecossistema definido e, em alguns locais, ampliando o ecossistema rural, numa estrutura rurbana – dando uma outra dinâmica tanto à área rural quanto à área urbana (mas isto é para um outro momento). Mas, o mais importante são as forças míticas que operam neste ecossistema/ambiente, chamado cidade.

Para justificar esta complementaridade, esta junção de oposto, demonstrada por Jung, é preciso buscar em Gilbert Durand (1921-2012) a base conceitual, sem querer fazer aqui um tratado, mas somente um devaneio, conforme Gaston Bachelard (1884-1962) – algo como perder-se em reflexões poéticas na análise de temas acadêmicos; poesia nas reflexões científicas e, nesse devaneio, pensar as Deusas, parte da Grande Mãe, geradoras de simbolismos sustentadores da ideia e conceito de cidade.

Considerando a antropologia do imaginário e suas estruturas, conforme Durand (1989) apresenta no seu trabalho sobre o tema, o conhecimento do “trajeto antropológico” é fundamental para a compreensão das dinâmicas simbólicas que fundam o urbano. Assim, os gestos do animal humano, dirigido ao meio natural e prolongados pelas dimensões tecnológicas e sociais são reversíveis, porque o meio natural induz a reações causadas pelos elementos naturais – gestos e matérias se fundam na imaginação dinâmica do objeto, lugar do símbolo, veículo do trajeto antropológico ou imaginário, no qual “a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, (...), as acomodações subjetivas se explicam ‘pelas acomodações anteriores do sujeito’ ao meio objetivo” (Durand, 1989, 30).

No seu estudo sobre os Regimes de Imagens – Diurno e Noturno -, os Microuniversos Míticos - Heroico, Místico e Sintético – são apontados como *schèmes* que estruturam o Imaginário do indivíduo ou do grupo, como um símbolo motor. Assim, é possível compreender o *schème* como um conceito que une “os gestos inconscientes da sensório-motricidade entre as dominantes reflexas e as representações” (Durand, 1989, 42) –, que se relacionam com o ambiente natural e social, determinando os grandes arquétipos. Numa aproximação rasteira, pode-se pensar nos *schèmes* como actantes (cf. Algirdas Julius Greimas; 1917-1992) - participante ativo em qualquer forma de narrativa; - entendendo com Yves Durand (1988), que os actantes são dados intermediários, com função dramática, que organizam o pano de fundo dos acontecimentos sociais, dos dramas sociais; portanto, organizam os motivos cênicos dos

acontecimentos, em relação a “um nó dramaturgicamente estruturado segundo as modalidades relevantes da criação do imaginário” (Durand, 1988, 253), assim “do mesmo modo que os componentes naturais adquirem uma significação arquetipal por meio de um sentido dado pelos *schèmes*, os componentes dramaturgicamente vividos e assimilados pelos *schèmes*, constituem os actantes” (idem, 254). Justificada a aproximação de *schème* e actante, pode-se buscar os mitemas - menor unidade semântica assinalada pela redundância no discurso – que desvelam o mito Fundador ou Reitor da narrativa; neste caso, as formas de ver e narrar a cidade.

Se a cidade se desenvolve em *animus*, conforme dito acima, pode-se compreender que na tripartição do Imaginário feita por Gilbert Durand (1989), a cidade se enquadra no Microuniverso Mítico Sintético, já que une as forças opostas em um mesmo espaço; na cidade o refúgio está garantido, mas as disputas e as contendas, também. O que une separa num eterno ciclo em busca do sossego e da paz... alcançada somente em uma cidade ideal, como as tantas descritas na literatura, e, talvez, na mais famosa, A Utopia de Thomas Morus, um não-lugar. Ou nas cidades arquetípicas, como a Jerusalém Celeste.

As Deusas fundadoras e seus mitemas

Antes de começarmos a falar nos mitemas das Deusas, faz-se necessário dizer que o plural é somente uma forma de apresentar os aspectos da Grande Mãe, a Deusa primordial – a origem de tudo e, também, da cidade. Os atributos das Deusas apontam para as características, regências, de cada uma, de tal forma que, todas as Deusas, representam a Grande Mãe, todas são a Grande Mãe, priorizando seus atributos mais básicos, que se complementam nos seus opostos, formando díades de Deusas (Woolger; Woolger, 2005) – Ártemis e Atena, Hera e Perséfone e, por fim, Deméter e Afrodite. Ficaremos com a díade mais apropriada para o que se pretende – Ártemis e Atena -, sem, no entanto, desconsiderar nenhuma outra, pois todos os atributos das Deusas são encontrados na cidade.

Atena tem como regência tudo o que se relaciona com a civilização; os aspectos da vida urbana, das cidades e da tecnologia, a ciência, as artes literárias, a educação e a dimensão intelectual da vida, cuidando das carreiras, da profissão e do relacionamento com o mundo patriarcal.

Ártemis rege a selva e os ermos, a natureza indomada, aproximando-se da vida natural e dos ciclos que regem o mundo humano e animal. Ártemis rege os instintos, cuidando mais do corpo do que da cabeça e priorizando a vida ao ar livre. O forte contraste no comportamento dessas Deusas, que têm características comuns, como o fato de serem conhecidas como as Deusas virgens (não casadas) e de portarem armas à maneira masculina permite defini-las como a *díade da independência* (Woolger; Woolger, 2005, 37). Com essa forte polarização, é perceptível o caráter de extroversão de Atena e a de introspecção de Ártemis. Podemos dizer que se Atena está nas ruas da cidade, regendo os fluxos de informações de trocas de pensamentos, de propostas intelectuais, enfim, todas as formas de eventos que movimentam a cidade; Ártemis está nos parques e praças, cuidando do que resta da natureza, ou de sua representação na cidade; cuidando da qualidade de vida para proteger o próprio ambiente de Atena; preservando um pouco do silêncio e da paz, em meio ao caos urbano. Talvez, nessas Deusas, o aspecto do *animus* seja muito mais forte e apareça com muito mais clareza. Ainda seguindo Woolger e Woolger (2005) é que encontramos Atena se relacionando com os homens, compartilhando ambições e metas profissionais, sendo atraída, também, por figuras paternas, nas instituições do patriarcado ou nos ideais espirituais, definindo a figura do herói companheiro e do pai como características da Deusa, ou seu *animus*. A energia masculina de Ártemis, por sua própria natureza, já lhe é suficiente como aspecto do masculino, o que a afasta da companhia dos homens, que não lhe interessam nem mesmo para disputas. Por ser muito discreta e acanhada, o seu *animus* é representado pela figura do irmão ou do amigo.

Atena, nascida pronta da cabeça do pai – daí sua preocupação com o intelecto -, a filha sem mãe, foi a representante máxima da sabedoria do pai, o que a fez conselheira dos heróis e guerreiros, e enquanto próxima a Zeus, a Donzela Guerreira teve erigido em sua homenagem um templo na cidade de Atenas, o Partenon (“*parthenos*”, virgem). Por consequência, representa ideais espirituais elevados e as criações do patriarcado grego (séc. V a.C.). Logicamente, seu mito é envolto em alegorias políticas, dada a sua preocupação com as questões intelectuais e os aconselhamentos que dava aos guerreiros e heróis, até por facilitar a passagem do matriarcado a um incipiente patriarcado, da Deusa para o poder nascente do Deus, permitindo que os homens assumissem poderes que não lhes pertenciam por direito, mas que eram assimilados lentamente, incorporando os aspectos do matriarcado. Com os aspectos da Deusa, Atenas passa de uma sociedade campesina a uma sociedade urbana, por

meio de seu poderio militar, muito mais do que seu poder agrícola. Os atenienses instituíram o festival Panatênico para celebrar a Deusa virgem, que demonstrava o deslocamento da consciência grega do campo para a cidade, a vida urbana. Atena era a Deusa da guerra, tendo a sua virgindade como símbolo para a impenetrabilidade e a espiritualidade da cidade e, em tempo de paz, “aconselhava as instituições sociais, artísticas e intelectuais, que tornaram Atenas a única no mundo antigo” (Woolger & Woolger, 2005, 49).

O poderio das cidades e dos Estados, que enfrentam e guerreiam com os poderes estabelecidos, como forma de afirmação de uma ideologia, que estabelecem procedimentos violentos contra outros povos, certamente se valem dos poderes de Atena, tanto para o bem, como para o mal. Para o bem, quando se trata de apaziguar estado de violência gratuita, ou daqueles que não aceitam a cultura de outros povos, ou diferentes das suas; para o mal, quando há um sentimento de vingança na ação. É preciso dizer que o lado negativo de Atena é, principalmente, a vingança; assim, como é para Ártemis. Se Atena parece ter sumido, ela só está adormecida, porque

Sempre que surgem cidades-estados poderosas e, conseqüentemente, a “civilização” (“*cives*” é aquele que habita a cidade), tende a haver um ressurgimento do espírito de Atena nos mitos e nas lendas ou, ainda, uma de suas raras encarnações.

(...) Sempre que a unidade nacional ou imperial se faz premente ou que sentimentos patrióticos precisam ser despertados, Atena aparecerá em canções propagandísticas (...) ou em cartazes políticos (...). (Woolger & Woolger, 2005, 49).

Pensando Ártemis, a Deusa complementar de Atena, sua díade, é preciso mostrar a sua oposição ao estado de espírito da irmã. A sua aversão ao mundo urbano, com seu ritmo acelerado, mostra claramente o seu elemento natural e o seu espaço de vida, a selva, florestas, os campos e os lugares mais afastados das cidades; locais onde ela pode se exercitar e agir livremente. Na cidade, Ártemis se torna tímida e solitária.

A presença de Ártemis, hoje, pode ser notada nos momentos de desbravamentos e conquistas de territórios, em que a energia corporal e a adaptação com o meio são mais requisitadas. São as mulheres pioneiras que enfrentam situações inesperadas e até violentas para conquistar o seu espaço e formar a sua comunidade. Podemos encontrar a presença de Ártemis nas mulheres que integram e dirigem movimentos sociais para resguardar seus

direitos à moradia e ao trabalho; mulheres que comandam grupos de pessoas que invadem terrenos vazios, para estabelecerem suas casas e criarem suas famílias.

A Deusa virginal, esguia e seminua, com seu arco e flecha e seus cães, não é tão frágil como aparenta ser. Essa Deusa da caça ensina aos seus seguidores o sentido da “participação mística”, uma integração total com o sentido do animal caçado e com os ciclos da natureza para que a ação seja eficiente. Na atualidade, podemos atribuir a essa consciência mística o sentido de territorialidade, um pertencimento psíquico e afetivo com o lugar, que possibilita uma consciência ecológica, que trata tanto do meio ambiente natural, quanto do construído.

Podemos compreender os lugares de Ártemis, na cidade, como sendo os parques, jardins, os espaços livres, onde prevalecem a flora e uma fauna fortuita. Ártemis se esconde nesses espaços, por um “amor intenso pela liberdade, pela independência e pela autonomia – um amor que também pode transparecer como agressão, pois ela sempre irá lutar para preservar a sua liberdade” (Woolger & Woolger, 2005, 86). Assim, devemos lembrar que o lado “negativo” de Ártemis, como o de sua irmã Atena, é a vingança.

A Deusa lunar, adorada e representada de várias formas, nas culturas antigas, regeu as formas de pensamento por muito tempo, nos seus desdobramentos e isomorfismos. Dessa maleabilidade da Deusa primordial, da Grande Mãe, é que surgem os mitemas, que podem ser representados pelas Deusas das díades, porque todas se complementam, todas repetem atributos, todas compartilham feitos; por conseguinte, as Deusas das díades, podem ser mitemas da Grande Mãe, ao mesmo tempo que as próprias Deusas têm seus mitemas identificadores, que mesmo se repetindo nas demais deusas, no conjunto definem aquela à qual se dirigem.

Os mitemas são elementos estruturais que se localizam no centro do mito, podendo ser de natureza arquetípica (Jung, 2000), *schématique* (Durand, 1989), ou actante (Souriau, 1993), pela sua força dinamizadora, que permite o desvelamento do mito diretor/reitor. As características das Deusas apontam os mitemas que as constituem; em Atena encontram-se as características que favorecem a civilização – a vida nas cidades e as questões urbanas, as profissões, a tecnologia, a literatura, a educação e as questões intelectuais, e um de seus desdobramentos é o seu animal mais representativo, a coruja. Talvez, possamos considerar esses elementos mais imediatos os mitemas de Atena. Para Ártemis, encontramos as características da natureza indomada, a selva, os lugares ermos; a vida natural e os ciclos da

natureza são as suas grandes características; a vida ao ar livre prioriza os instintos e o corpo; e a caçadora toma para si os cuidados dos pequenos animais e das crianças, sendo a Deusa chamada pelas parturientes, no momento do parto. As Deusas virgens – ambas guerreiras, indomadas e com um forte *animus* – tornaram-se as representantes dos espaços onde a humanidade vive, e de suas transformações – da selva à cidade e dos espaços vazios, em parques, etc. esses são os elementos arquetípicos das Deusas, as menores representações de seus mitos – mitemas – e actantes (agora apelando para Greimas, 1990), entendido como aquele ou o que define o ato. São esses elementos que demonstrarão as dinâmicas do feminino na fundação das cidades.

Os mitemas das Deusas na cidade

O que se percebe como mitemas são fragmentos de discursos recorrentes que apontam para a agressividade, a violência, a conquista a separação (Regime Diurno de Imagem) e, simultaneamente, para o descanso e o repouso, a comunhão, a união (Regime Noturno de Imagem), resultando uma complementaridade. No Regime diurno tem-se as forças do empreendedorismo, das mulheres que operam em *animus*. Simultaneamente, tem-se as mulheres que são as senhoras e gestoras do lar, que organizam o espaço e cuidam da família, protegendo-a. Essas mulheres são cerebrais como Atena, e se situam no Regime Diurno. Organizam seus espaços e muitas vezes são líderes natas de movimentos sociais que visam o bem-estar da comunidade, ou se organizam em grupos com propósitos de melhoria para áreas públicas esquecidas pelos gestores urbanos, ou mesmo pela melhoria das condições de mobilidade urbana – questão atual nas grandes cidades, principalmente. Ainda considerando a organização do espaço urbano, ao lado do ambiente construído, com grande densidade populacional, existem os espaços que imitam ou tentam recompor um pedaço da natureza – um resquício – as praças, os jardins, os parques, regidos pela Deusa Ártemis, que cuida da vida natural e mais prática, enfatizando as ações físicas, como as das mulheres que se dedicam ao esporte ao ar livre e ao cuidado do corpo, nas academias. Mulheres que consideram o exercício físico fundamental para uma boa vida, que antes ou após o trabalho praticam esporte. Com essas características encontramos as pessoas responsáveis pela paisagem da cidade, no que tange à natureza.

A essa cidade Diurna apresenta-se a sua complementaridade, a cidade Noturna, onde as forças do feminino operam com as mães, esposas e amantes que acolhem e protegem carinhosamente suas famílias com um sentido mais religioso – no que há crença nos valores morais da constituição da família, dos bons costumes e da convivência pacífica entre os homens. Deméter rege essas forças e essas mulheres, propiciando o sentido de Refúgio, de proteção e aconchego do lar, protegendo a maternidade no seu sentido mais amplo, essas mulheres são as protetoras da família e da alimentação; por extensão, Deméter é também conhecida como a Senhora das Plantas, dirigindo sua energia ao sustento dos bebês e crianças, ao crescimento orgânico do corpo.

Essas forças Noturnas ampliam-se nas mulheres dos prazeres, nas prostitutas, nas amantes, nas que protegem os homens e os homens de outras mulheres. Afrodite rege o amor, do erotismo e da eroticidade. Por estar vinculada à beleza, rege, também, as artes, em geral, e a arquitetura, e reina mais na intimidade dos salões de artes, mas isso não a faz introvertida. Estas duas Deusas, Deméter e Afrodite, usam o amor e seus corpos de formas diferentes. Para Deméter, o corpo é um receptáculo, e o amor reservado às crianças e aos filhos; para Afrodite, o amor não é um sentimento contido nela mesma e é voltado ao adulto. Na exacerbação do erotismo, Afrodite deixa-se levar para a intimidade dos encontros ocasionais e fortuitos, buscando a sua plenitude por meio de sua extroversão e no encontro dos corpos dos amantes.

Essas forças actanciais que organizam os cenários urbanos, também, criam sistemas de circulação e deslocamento das pessoas pela cidade, formando uma trama pouco conhecida na organização de espaços públicos. Os caminhos das mulheres que protegem suas famílias podem até se sobrepor aos caminhos das meretrizes (que também protegem suas famílias), mas não se reconhecem, dada a força simbólica que os diferenciam. E nesta força simbólica pode-se perceber mitemas que apontam para os mitos de Atena, a estadista – quando se trata da força feminina do empreendedorismo – ou da Virgem guerreira – nas batalhas mais agressivas que, em determinados momentos, ignoram as qualidades da polis -, em se tratando de um Regime Diurno de Imagem. Em se tratando de um Regime Noturno de Imagem, tem-se a presença de Deméter – a deusa do Lar, da vida doméstica, da família e do estado, e por outro lado Afrodite, a Deusa do Amor, a que desperta desejos eróticos; quando o desejo extrapola os limites do prazer, encaminhando-se para a perversão e o malefício, as ações criminosas,

poderá surgir Lilith, a Lua Negra, “profanadora da semente humana” (Brill, 1988). Não falaremos de Lilith, neste momento, por mais interessante que seja. A regência dessa Deusa merece um estudo a parte, para entender sua atuação no espaço urbano, e como o espaço se organiza em função de suas ações.

Portanto, agora podemos afirmar a característica de um Regime Noturno, de um Micro-Universo Mítico Sintético do tipo Duplo Universo Existencial Sincrônico (Durand, 1988), para classificar as forças do feminino na cidade. Esta denominação toda, porquê? Porque a cidade vive ao mesmo tempo a pacificidade e a combatividade, nas suas formas mais amplas, representando duas ações temáticas, simultaneamente; com seus actantes se ajustando a cada situação e criando seus cenários míticos, definindo a ação de seus habitantes, e escrevendo suas histórias de vidas. As deusas apontadas pelos mitemas apresentados para fundamentar a natureza do texto, revezam-se, em algumas situações e em outras atuam juntas; mas sempre formando e tecendo o Imaginário urbano. Em consequência, as cidades adquirem as suas formas para acolherem as suas funções; temos, então, as cidades comerciais, as cidades portuárias, as cidades administrativas, as cidades extrativistas, as cidades turísticas, as cidades históricas - tombadas por órgãos de preservação, que adquirem o caráter de museus -, etc. Cada uma destas cidades tem seus espaços e os trajetos dos cidadãos muito bem definidos. Os mapas sensíveis dos territórios urbanos são revestidos de ideias e ideais que mostram as forças actanciais que formam as cidades e que congregam seus cidadãos; assim, é facilmente perceptível os tipos dos cidadãos de cada cidade. Numa cidade comercial, onde as trocas são mais comuns, há, também, uma troca de sociabilidade maior do que numa cidade administrativa, onde os cidadãos são mais formais e menos sociáveis, no sentido de uma conversa mais espontânea. São imaginários diferentes, podemos dizer que uma cidade é permeada por um imaginário do consumo, das compras e vendas, dos olhares para as vitrines; um imaginário da troca e da pechincha, um imaginário da barganha e, portanto, da sagacidade, mas, acima de tudo, uma procura pela beleza, deixando as forças de Afrodite agirem e se desdobrarem em muitos aspectos. Quanto à cidade administrativa, temos a forma de um relacionamento mais cordial, mais impessoal, com a importância posta na carreira, na profissão e no desenvolvimento, gerando um imaginário mais heroico e tecnológico, procurando assegurar a conquista de seus cidadãos. Nesta cidade, o uso do terno e das roupas sociais é muito mais comum do que em qualquer outro tipo de cidade, há um padrão que

impregna o imaginário dos cidadãos, fazendo com que todos se pareçam com administradores, gestores ou diretores de alguma empresa. Nestas cidades, é muito mais provável o final de semana ser um momento de fuga e de relaxamento - os espaços arborizados são mais frequentados, como uma fuga bucólica para a natureza; uma necessidade para o equilíbrio de um imaginário da ordem. As influências de Atena são marcantes nestas cidades. Estes são exemplos de organizações urbanas influenciadas pelas Deusas, que com seus actantes definem o imaginário urbano e o comportamento dos seus cidadãos. Nas cidades turísticas, podemos pensar o imaginário da aventura, com a vontade de deslocamento e descoberta, e a regência de Ártemis; as cidades históricas, por mais que tenham Hera como representante da tradição, apoiam-se em Afrodite que preserva as artes, a arquitetura e a beleza.

Em um momento a Deusa será substituída pelo poder masculino, na organização do espaço urbano. Isso se deu quando as cidades se tornaram áreas de competição e conquistas, segregando as pessoas e se dividindo em locais de Aristocratas e reis e o local do populacho – a divisão entre ricos e pobres -, sobrepondo-se à organização da Deusa que permitia a junção indiferenciada de todos os espaços dos núcleos humanos. Os Deuses masculinos, mesmo tendo adquirido o poder da cidade, nunca conseguiram e nem conseguirão ultrapassar o poder do feminino, porque o aconchego é dado pela Deusa que deu forma ao agrupamento humano, semelhante a seu útero – um espaço fechado, acolhedor e unificador, que respeita as diferenças.

Essas diferenças não eram entendidas como são entendidas hoje. Eram, simplesmente, diferenças de oposição – noite/dia, quente/frio, homem/mulher. A Deusa regia a aldeia numa dimensão mítico-simbólica. Todas as funções e ações ampliavam-se em ações míticas que transcendiam a vigência imediata e em representações simbólicas, cujo princípio era unir a comunidade.

A organização feminina que permitia uma *participation mystique* (Lévy- Brühl, 2008) – indiferenciação entre o sujeito e a “coisa” (objeto, assunto) – e uma identificação projetiva com o lugar; hoje, tem um sentido de territorialidade e de pertencimento. Se o poder do masculino impõe a divisão das funções do homem e da mulher, definindo seus papéis sociais e seus lugares no espaço da cidade, às mulheres o espaço interno da casa e aos homens, o espaço externo, as ruas e a cidade, o sentido latente do urbano – por mais que os Deuses andem por seus espaços, - é feminino. A forma da cidade pode ter mudado, e se do

acolhimento, como princípio organizador, tenha surgido o trabalho, permitindo, com mais ênfase, a diferenciação e a particularização dos bens e do espaço da cidade – instaurando-se o urbanismo –, impondo a ordem racional na organização e na função do espaço urbano, transformou a confusão das funções em setorização e, conseqüentemente, fragmentou as relações sociais e trabalhistas. A setorização trouxe a exclusão de mão-de-obra não qualificada e uma conseqüente valorização de áreas da cidade. A unidade do espaço que mantinha um inter-relacionamento social e simbólico fragmentou-se em detrimento do poder da posse da terra urbana e de sua valorização – mais um pressuposto para o urbanismo organizador ou melhor, ordenador de espaços e funções.

Apesar de tudo, a cidade na sua potência feminina, continua a ser a *anima mundi*; por isso, é preciso ouvir a cidade para se poder entender qual o melhor tipo de urbanismo a ser pensado; isto é, qual a melhor racionalização afetiva (ou a afetividade racional) do espaço, para não se cindir mais a unidade simbólica da cidade – que, hoje, dificilmente, é percebida.

Quando se pensa a alma da cidade, ou quando se diz que é preciso restaurar a alma da cidade, o que se pretende dizer é que se deve restaurar a capacidade imaginativa por meio de sonhos, fantasias e festas (religiosas e profanas), que têm o poder de congregar seus cidadãos num ritual que anula as diferenças, restituindo sua característica primeira, da urobóros totalizadora e da “*participation mystique*”, numa ressimbolização do espaço urbano, numa transcendência para o imaginário (Durand, 1988), enquanto potência organizacional de uma outra ordem, que não a meramente racional. De uma ordem que desvela os segredos da cidade, a sua alma, nos elementos de sua arquitetura como o vidro, os espelhos d’água, as praças e jardins; ou os cantos e vazios, enquanto memória, como diz Assumpção (2018) –; para complementar, pode-se citar Hillman (1993), que diz: “*restauramos a alma quando restauramos a cidade em nossos corações individuais, a coragem, a imaginação e o amor que trazemos para a civilização*” (Hillman, 1993: 38).

Está claro, que a afetividade é o meio pelo qual a cidade se faz compreender. Mas, nem todos têm uma percepção tão apurada. No entanto, o que se queria dizer era isso, a cidade é feminina. Mesmo nos seus momentos de fúria, porque tudo o que foi racionalmente organizado (pelo urbanismo) é facilmente desorganizado pelos cidadãos que vivenciam intensamente a vida da cidade – nas greves e nas revoltas sociais, como nas festas populares, por exemplo, o carnaval -, ou por aqueles que são excluídos da ordem socioeconômica, como

os moradores de rua e os menos privilegiados. Nestes momentos, o feminino se enfurece, como as mães que protegem seus filhos, e requisita o afetivo, sobrepondo-o ao racional. Bachelard (1986) diz que só é possível sonhar em *anima*; então, podemos dizer que só é possível compreender e viver a cidade, este sonho da civilização, somente em *anima*... A parte feminina, no masculino; assim, a cidade se dá na feminilidade, mesmo que se disfarce quando adquire os aspectos de ordenação masculinizados no urbanismo e nas organizações práticas dos espaços, que nem sempre são tão eficazes nos seus desejos de ordem. Dessa forma, a leitura da cidade em sua dinâmica fundadora segue o estilo do mito, por ser simultaneamente metaléptica – sincronia presente, passado causal -, e metabólica – repetitiva e diferencial -, conforme apresenta Paula Carvalho; portanto, a cultura é um sistema simbólico que embasa todo e qualquer tipo de patrimônio, sendo a cidade o símbolo, que medeia o domínio idiográfico e o domínio arquetipológico.

Para finalizar, expõe-se a fala de um teórico do urbanismo, Lewis Mumford, que credita à mulher a criação da aldeia: “na forma, também, a aldeia é criação sua: não importa que outra função pudesse ter, era a aldeia o ninho coletivo para o cuidado e nutrição dos filhos” (1982, 19) e acentua ainda mais a importância e a presença da mulher, enquanto a criadora da casa, da aldeia, da cidade, quando faz uma leitura simbólica da segurança, da receptividade, da nutrição e da proteção como funções pertencentes à mulher. Assim, da casa à cidade o sentido de proteção e acolhimento - o refúgio -, e de todas as formas que se aproximam do redondo, é dado pela representação do útero (um espaço de proteção absoluta e sem mal algum), símbolo da intimidade repousante, demonstrando que a mulher e a força do feminino são as dinâmicas criadoras e formadoras do mundo; se for possível ampliar o sentido da expressão *Urbis et Orbis*, da cidade para o mundo, poder-se-á vislumbrar a ação da deusa, no processo de criação do mundo, numa integração arquetípica, num isomorfismo simbólico para a representação do refúgio.

Referências

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino. **Canto, vazio e memória: ontologia e território**. Campinas, SP: PUC Campinas, 2018.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1986.

BRILL, Jacques. **La Mère Obscure**. Paris: L'Esprit du Temps, 1988.

CARVALHO, José Carlos de Paula. **Antropologia das Organizações e Educação**: um ensaio holonômico. Rio de Janeiro: Imago, 1990

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. Lisboa: editorial Presença, 1989.

DURAND, Gilbert. **Figures Mythiques et Visages de l'Oeuvres**: de la mythocritique à la mythanalyse. Paris: Berg International, 1979.

DURAND, Gilbert. **Mito e Sociedade**: a mitanálise e a sociologia das profundezas. Tradução: Nuno Júdice. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983

DURAND, Yves. **L'Exploration de l'Imaginaire**: introduction à la modélisation des Univers Mythiques. Paris: L'Espace Bleu, 1988.

GREIMAS, A. J. y Courtes, J. Actante. In: **Semiótica. Dicionario razonado de la teoría del lenguaje**. Madrid: Gredos, 1990.

HILLMAN, James. **Cidade & Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

JUNG, Carl Gustave. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÉVY-BRUHL, Lucien. **A mentalidade primitiva**. São Paulo: Paulus, 2008

MORIN, Edgar. **Sociologia**: a sociologia do microsocial ao macroplanetário. Lisboa: Europa-América, 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982

SOURIAU, Etienne. **As Duzentas Mil Situações Dramáticas**. São Paulo: Ática, 1993

WOOLGER, J. B. & WOOLGER, R. J. **A Deusa Interior**: um guia sobre os eternos mitos femininos que moldam nossas vidas. São Paulo: Cultrix, 2005.

O PAPEL DO INVENTÁRIO ENQUANTO POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: reconhecimento, proteção e participação

THE ROLE OF INVENTORY AS A PRESERVATION POLICY: recognition, protection and participation

Daniele Behling Luckow¹
daniele.luckow@gmail.com

Resumo: Neste artigo o objetivo é refletir o inventário enquanto política de preservação a partir de três dimensões: o conhecimento, a proteção e a participação. Como referência principal se vale dos documentos oficiais do Brasil, mais especificamente a Constituição Federal e a Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A metodologia consiste em, tendo como referência os documentos citados, abordar as três dimensões de uso e aplicação dos inventários com suas inter-relações e particularidades. A estrutura se organiza a partir dos documentos de referência, da caracterização e trajetória de cada dimensão, e suas possibilidades e lacunas. Como resultado foi possível construir uma trajetória do inventário como instrumento de conhecimento, proteção e participação, a forma como estas se inter-relacionam. Assim, busca contribuir no entendimento da importância do inventário como um instrumento de reconhecimento, interpretação e proteção integrado, sistemático capaz de apreender a diversidade e representatividade do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Inventário de conhecimento; Inventário de proteção; Inventário participativo; políticas públicas.

Abstract: In this article, the objective is to reflect on inventory as a preservation policy based on three dimensions: knowledge, protection, and participation. The main reference relies on official documents from Brazil, specifically the Federal Constitution and the Cultural Heritage Policy of the National Institute of Historic and Artistic Heritage. The methodology consists of addressing the three dimensions of inventory use and application, based on the cited documents, along with their interrelations and peculiarities. The structure is organized around the reference documents, the characterization and trajectory of each dimension, and their possibilities and gaps. As a result, it was possible to construct a trajectory of inventory as an instrument of knowledge, protection, and participation, and how these dimensions interrelate. Thus, it seeks to contribute to the understanding of the importance of inventory as an integrated, systematic instrument of recognition, interpretation, and protection capable of capturing the diversity and representativeness of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage; Knowledge Inventory; Protection Inventory; Participatory Inventory; Public Policies.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2010). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em estudos e documentação da Arquitetura e Urbanismo.

1. Introdução

As políticas de preservação foram se transformando ao longo do tempo, fruto da ampliação da noção de patrimônio, principalmente a partir de dois aspectos: a abrangência do seu conceito e os valores atribuídos. O primeiro aspecto se refere ao acréscimo de bens passíveis de preservação, tipológica, cronológica e geograficamente, em uma composição mais complexa e diversa culturalmente. O segundo aspecto discute a transformação dos valores atribuídos, com questionamentos à legitimidade da atribuição dos sujeitos que podem e devem atribuí-los. (Motta; Rezende; 2016; Luckow, 2020) Resultando assim, em políticas que devam considerar uma nova percepção e compreensão do que vem a ser patrimônio cultural, na sua abrangência, nos processos capazes de salvaguarda e na descentralização do reconhecimento para além do discurso ocidental predominante.

Esse cada vez mais amplo e diverso universo de bens, composto de manifestações tangíveis e intangíveis, levanta-se a questão de como identificá-los e como preservá-los. Visto que para se preservar é necessário reconhecer o que é representativo e, principalmente, em uma visão mais inclusiva, como legitimar esse reconhecimento. Ligado ao reconhecimento e cadastro de bens desde a institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil, o inventário tem desenvolvido o seu papel como instrumento de proteção e de participação respondendo a uma demanda de novos processos de salvaguarda e vozes para construir o corpo de bens. Contudo caberia uma maior reflexão sobre a relação entre, como ele tem sido utilizado e como é reconhecido pelos documentos norteadores das políticas culturais nacionais.

Assim, neste artigo, o objetivo é discutir determinadas dimensões do inventário sob perspectiva de documentos oficiais do Brasil, mais especificamente a partir da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 215 (Brasil, 1988), e da Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018b). Estas trazem no seu corpo as possibilidades dos inventários nas políticas de preservação. A metodologia consiste em, tendo como referência os documentos citados, para abordar as três dimensões de uso e aplicação dos inventários; o reconhecimento, a proteção e a participação, suas inter-relações e particularidades. Desta forma, a estrutura do texto traz uma caracterização do inventário e para cada uma das dimensões, o documento de referência, breve panorama do uso sob essa dimensão e suas possibilidades e lacunas.

A questão que norteia o texto é: Qual o papel e a caracterização do inventário nas políticas de preservação do patrimônio no Brasil a partir de seus documentos oficiais? Como resultados, em um primeiro momento, busca-se identificar essas dimensões reconhecidas, ainda que em partes, pelas legislações reguladoras e de como elas podem se relacionar de forma a compor um instrumento completo para a preservação do patrimônio cultural. Para tanto, ao longo do artigo são apresentadas as três dimensões a partir das referências para a sua caracterização e os desafios e agilidades enquanto políticas públicas de cada uma.

2. O inventário e campo do patrimônio cultural

O termo patrimônio se relaciona na sua etimologia com a ideia de uma herança transmitida ao longo do tempo, como se fossem marcas do tempo no espaço (Fonseca, 2018). O termo inventário, do latim *inventarium*, nos dicionários geralmente está associado à herança de bens, ao ato de levantar e valorar itens que compõem um determinado patrimônio. Assim, patrimônio e inventário se relacionam pelo entendimento de um corpo de bens e do ato de identificá-los. Conforme destacam Motta e Rezende, “[...]na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural.” (2016, p.2)

É um instrumento que se faz presente desde a origem da constituição do patrimônio cultural, no século XVIII, e vem acompanhando as transformações de valores, de bens e de atores do processo. Na França, o Inventário Geral foi instituído pela lei do IV Plano de 1962, com a finalidade de identificar, estudar e classificar os bens relevantes e conscientizar a população, existe como ideia e proposta desde a institucionalização do patrimônio (Chastel, 1990). Ligado ao reconhecimento e cadastro de bens desde a institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil, o inventário tem desenvolvido o seu papel como instrumento de reconhecimento, de proteção e de participação respondendo a uma demanda de novos processos de salvaguarda e vozes para construir o corpo de bens.

Para uma caracterização dos tipos um agrupamento possível é pelo nível de seleção ou pelo objetivo, considerando que estas não são excludentes (Luckow, 2010). Pelo nível de seleção, pode-se tomar como referência o guia elaborado pelo Conselho da Europa (2009), classificando-os em quatro categorias: inventários seletivos, com o estabelecimento de critérios mais claros possíveis, a fim de minimizar erros de interpretação; inventários

exaustivos – com o registro completo de uma área, com um público específico e um propósito bem definido –; inventários topográficos, definidos pelo lugar, em profundidade ou seletivamente, considerando todos os tipos de patrimônio e inventários temáticos – definidos pelo tema, para fornecer uma base para uma análise detalhada e para processos de planejamento e proteção.

Pelo objetivo pode-se tomar como base a descrita pela historiadora Maria Tarcila Guedes (1987), considerando a classificação do arquiteto Guillermo Arango, que identifica três categorias: inventários de identificação, para efetuar o reconhecimento do patrimônio a ser listado, como sua localização, proprietário, época e autor; inventários de proteção – para reunir os elementos suficientes e necessários para identificar os bens e valores a serem salvaguardados e inventários científicos – para buscar e agrupar todas as informações necessárias ao conhecimento aprofundado dos bens culturais, com uma função principalmente acadêmica. Esta forma de classificação parece abarcar melhor o que representa o inventário. Nos anos de 1970 o Inventário do Patrimônio Cultural Europeu (IPCE) já adotava a classificação de inventários de proteção e científicos, modelo seguido Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC), ainda nos anos 1970 (Gazzola, 1970; Azevedo, 1998).

Nessa mesma linha, Gonzáles-Varas (2000) caracteriza-os como uma prática de conservação indireta, que possibilita o conhecimento e valoração dos bens culturais, seja de um país ou região, voltado à identificação e descrição deste e a sua inclusão supõe o seu reconhecimento como passível de tutela. Miranda (2008) traz uma definição semelhante com destaque para dois aspectos: a identificação a partir de critérios técnicos e objetivos, fundamentados em valores (históricos, artísticos, etnográficos etc.) e a proteção, com os efeitos jurídicos, almejando a preservação, proveniente do reconhecimento por parte do poder público, da importância cultural de determinados bens. Assim, na prática os inventários têm trabalhado com a dimensão do conhecimento e da proteção enquanto objetivo.

Em termos de processos institucionais de preservação do patrimônio material a PPCM, no seu art. 6º, alíneas 2 a 4 identifica as formas de patrimonialização, com a identificação, reconhecimento e proteção dos bens; as formas de vigilância, com a normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização, monitoramento e conservação; e as formas de interação com a interpretação, promoção e difusão (2018b). Neste âmbito o inventário enquanto um importante instrumento tem a sua caracterização como instrumento de

conhecimento e como participação, ligado à educação patrimonial, através de inventários participativos. Como instrumento de proteção, foi identificado pela Constituição Federal de 1988 e usado em alguns estados e municípios do país. Nesta interpretação, a partir da prática, como reconhecimento, proteção e participação que o texto vai discutir o papel do inventário nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

3. O inventário como política de reconhecimento

O inventário enquanto política de conhecimento ou reconhecimento é listado como instrumento de identificação dos bens culturais materiais pela PPCM, junto aos Estudos Temáticos ou Técnicos, os Dossiês de Candidatura, as Pesquisas Arqueológicas e o Cadastro de Bens Arqueológicos. Denominado de *inventário de conhecimento* é definido como: “Instrumento de documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais, com vistas a propiciar ao Estado e à sociedade o conhecimento e a visibilidade da diversidade cultural brasileira” (IPHAN, 2018b, p. 22).

Nos seus primórdios, nos anos de 1930, o IPHAN visava, essencialmente, fundamentar os bens materiais tombados ou a serem tombados, em síntese se limitava a reconhecer nos exemplares características já consagradas, representativas dos valores históricos e artísticos. Nos anos de 1970, a partir da descentralização do IPHAN e a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (INRC), um conceito mais amplo e diverso de patrimônio começa a tomar forma e capilariza a preservação para as esferas regionais. Contudo dentro do próprio IPHAN, não existe neste momento um fortalecimento do inventário para além do registro de bens a serem tombados. Ainda nesta década algumas iniciativas regionais apoiadas pelo O Programa de Cidades Históricas (PCH) como o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC), o do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Rio de Janeiro, e o da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FIDEM), em Pernambuco, começam a trabalhar uma sistemática de reconhecimento da diversidade cultural. (Motta; Rezende, 1998; 2016)

É a partir da década de 1980, que registros mais sistemáticos visando o reconhecimento de diferentes patrimônios passa a ser uma prática, tanto do IPHAN como de alguns estados brasileiros. Entre os anos de 1990 e 2000, com a criação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) e do Inventário de Configurações de

Espaços Urbanos (INCEU), que levam em conta a análise da paisagem, começa-se a trabalhar em um estudo mais científico a partir do instrumento do inventário, mas se concentravam basicamente nos sítios tombados. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, foram criados o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) e o Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU), que consistem basicamente no aprimoramento do processo, levando em conta a análise da paisagem, mas se concentram basicamente nos sítios tombados. Com a implementação da política de preservação do patrimônio imaterial, a partir do INRC e o Decreto nº 3551/2000 que institui o Registro de bens Culturais de Natureza Imaterial, o inventário se fortalece com um instrumento capaz de contemplar esse grupo de bens. O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) desenvolvido pelo IPHAN nos anos 2000, é atualmente uma base de dados organizada em Conhecimento, Gestão e Cadastro com o objetivo de reunir diferentes inventários em uma mesma plataforma (Motta; Rezende, 1998; 2016).

Ao longo da trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil, o inventário enquanto metodologia de conhecimento, transitou, considerando a classificação de Arango, entre objetivar a proteção, a partir de valores preestabelecidos, e objetivar o estudo mais científico, como base para reconhecimento e gestão dos bens e áreas consideradas passíveis de preservação. Segundo Castriota (2012), o uso do inventário, pode ser, para além de registro de bens culturais a serem protegidos, como uma ferramenta metodológica capaz de produzir um diagnóstico interdisciplinar e formas de análises e interpretação, como também pode ser um instrumento promissor de políticas públicas de planejamento consistente que respeita as particularidades locais.

Como política de reconhecimento, o inventário pode ser o primeiro passo para a conservação de um grupo de bens, uma vez que possibilita o seu reconhecimento aplicável em todas suas categorias, tanto o material como o imaterial. Tem efeitos tanto conscientizadores como legitimadores. Conscientizadores a partir de discussões sobre o valor cultural e na construção de materiais de referência de divulgação para a comunidade. Legitimadores para valores culturais ainda não oficialmente reconhecidos. (Azevedo, 1998; Luckow, 2010) Diversos documentos internacionais orientam a realização de estudos voltados ao reconhecimento amplo do patrimônio cultural. A Carta de Atenas (1931) já propõe a realização de inventários nacionais, a Carta de Washington (1986), que considera a salvaguarda na escala urbana parte

de uma política de desenvolvimento econômico e social e a Carta de Petrópolis (1987), inserindo o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão dos sítios históricos urbanos.

4. O inventário como política de proteção

O inventário enquanto política de proteção é listado como um dos instrumentos jurídicos de preservação do patrimônio cultural, pela Constituição Federal, em seu artigo 216, parágrafo 1º, junto ao tombamento, à desapropriação, aos registros, à vigilância e a outras formas de acautelamento. A PPCM, enquanto portaria reguladora, não apresenta o inventário como um dos instrumentos de proteção dos bens culturais materiais junto ao tombamento para bens materiais em geral, o cadastro para bens arqueológicos, a valoração para bens ferroviários e a proibição de exportação para obras de artes e ofício. Segundo a mesma PPCM os inventários de conhecimento podem gerar medidas de proteção, mas, não se configuram como instrumento de proteção em si, somente considerado assim através de legislação própria. (IPHAN, 2018b)

A discussão do inventário enquanto instrumento de proteção, tem saído da esfera acadêmica e alcançado a gestão do patrimônio cultural, conforme destaca Campos (2013). A Constituição Federal, como já citado, alça o inventário como uma das possibilidades jurídicas de proteção, sem resultar até o momento em uma regulamentação específica, como a do Tombamento, com o Decreto-Lei 25/1937, anterior ainda a própria Constituição, ou mesmo o Registro, para bens de natureza imaterial, regulamentados pelo Decreto 3551/2000. Contudo a falta de uma regulamentação nacional, não impede que estados e municípios, através de seus órgãos e instituições possam legislar sobre os seus bens culturais (Campos, 2013; Miranda, 2008), assim alguns estados e municípios têm desenvolvido legislações, a partir do inventário como o instrumento de proteção.

O processo de inventário tem sido tradicionalmente entendido e desenvolvido conforme reconhecido na PPCM, um processo de conhecimento que pode vir a resultar em uma proteção específica. Assim entende-se que coexistem duas dimensões: o conhecimento, com ampla e extensa trajetória, e a proteção, instituída pela Constituição. A partir dos estudos que abordam o inventário como conhecimento e proteção é possível perceber, em um primeiro momento, que se configuram duas interpretações em termos conceituais e jurídicos:

conhecimento e proteção como processos de um mesmo instrumento ou conhecimento e proteção como dois processos distintos, ainda que relacionados.

No entendimento de um processo único, Miranda (2008) aponta que existem efeitos jurídicos que advém do ato formal de inventariar, sendo que bens identificados ficam submetidos ao regime jurídico específico de bens culturais protegidos. Em outras palavras, a partir do momento de sua identificação está sob regime de proteção. No entanto, Campos (2013) aponta que essa leitura equipara o inventário ao tombamento, entendendo que desta forma se caracterizaria como um tombamento provisório, no conhecimento, e definitivo, na proteção e que traz uma série de restrições do próprio tombamento. Isso iria contra a natureza do inventário, que na sua essência preconiza o conhecer para proteger. Pode-se considerar que essa leitura também pode afastar o inventário de conhecimento da elaboração de propostas de preservação integradas com as políticas urbanas.

No entendimento como dois processos, como preconizado pela PPCM, o papel principal do inventário é o de conhecimento e a partir dele é construído outro instrumento, que pode vir a ser uma legislação de inventário. Olender ao refletir sobre os limites e problematizações do inventário enquanto instrumento de proteção chama atenção que:

Note-se que, toda vez que a figura do inventário aparece, em solo brasileiro, em alguma legislação com um significado diferente daquele tradicionalmente assumido, ela apresenta-se adjetivada (“de estruturação”, “de complementação”, “para a preservação”). Quando ela aparece com este significado já consolidado, aparece simplesmente denominada de “inventário”, ou então como “inventário de conhecimento”, “de identificação” ou “de proteção” (2010, sp).

Como exemplos de legislações de inventários têm-se os casos da Bahia e Rio Grande do Sul. Na Bahia, uma legislação estadual, a lei n. 8.895/2003, institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado, listando como um dos institutos de proteção o “Inventário para a Preservação” e no capítulo IV descreve todo o procedimento para a efetivar a proteção. No Rio Grande do Sul, pode ser citada a Lei Complementar de Porto Alegre, n. 601/2008, que dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município faz uma distinção entre edificações de estruturação e de compatibilização. Outro exemplo do Rio Grande do Sul é Pelotas, com a Lei 4568/2000, que declara área da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas (ZPPC) e Lista seus bens

integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Esta lei foi complementada pelo Plano Diretor Municipal (Lei 5502/2008) que regulamentou os níveis de preservação, criando 4 categorias.

O seu papel como instrumento de proteção carece de uma maior clareza e segurança para a sua aplicação. Na 88ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o Conselheiro Leonardo Barci Castriota, ao apresentar o seu parecer sobre o tombamento de Pelotas, reflete sobre o uso do inventário como um instrumento de proteção e não apenas de conhecimento, como acontece no município de Pelotas. Comenta que é uma visão polêmica, com o Ministério Público de Minas Gerais já com esse entendimento, como instrumento de proteção. Recorda ainda, o caso pioneiro do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, com o uso do inventário como proteção e como este foi sendo descaracterizado enquanto legislação ao longo dos últimos anos. (IPHAN, 2018a)

Para Campos (2013) a questão do inventário enquanto legislação como vem sendo trabalhada, não regulamenta um processo de inventário já presente na gestão do patrimônio cultural, mas acaba criando outro instrumento de proteção, que por vezes carrega as mesmas questões do tombamento, não se tornando uma ferramenta complementar a ele. Olender destaca que a possibilidade, em termos de caracterização se teriam duas opções:

[...]1) manter-se a denominação de inventário para aquela ação que se já encontra há mais tempo consolidada e criando-se outra denominação para o citado “tombamento flexível”; ou 2) adjetivar, sempre, os dois tipos de inventário aqui apresentados, denominando-se aquele inventário que entendemos já consolidado como “inventário de conhecimento”, “inventário de identificação” ou “inventário de proteção” e o segundo tipo de “inventário para a preservação” (como faz a legislação baiana), ou “inventário de estruturação e de complementação” (como faz a gaúcha), ou algum outro termo que o diferencie do anterior (2010, sp).

Pela sua trajetória ao longo da preservação do patrimônio no país, a capacidade produzir conhecimento e a gama de bens materiais e imateriais que pode contemplar, o inventário parece ser mais adequado a responder às necessidades de uma concepção mais ampliada e processual do patrimônio cultural, que necessita de mecanismos de preservação capazes de fazer frente a essa percepção. Castriota (2012) aponta que atuais instrumentos como o tombamento, parecem apresentar limitações quanto a sua capacidade de responder a essa ampliação. A construção de uma regulamentação própria que possa contribuir para uma

forma de proteção mais adequada à realidade do século XIX se faz necessária, cabendo englobar a participação de forma mais efetiva.

5. O inventário como política de participação

O inventário enquanto política de participação é listado como instrumento de educação patrimonial pela PPCM. Esta caracteriza os processos institucionais de preservação do patrimônio cultural, nos de educação patrimonial e os relacionados ao bem cultural material em si, a patrimonialização (através da identificação, reconhecimento e proteção) vigilância (através da normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização e conservação) e Interação (através da interpretação, promoção e difusão). Assim o inventário participativo seria um instrumento da educação patrimonial, que contribuiria para os demais processos, definido como aquele que “Considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural.” (2008b, p. 23)

O termo “educação patrimonial” começa a aparecer no Brasil no final dos anos 1980, mas somente na década de 1990 surgem instrumentos e o Guia Básico de Educação Patrimonial. Nos anos 2000 foi criado, dentro do IPHAN, um departamento específico e passaram a ser promovidos encontros e diferentes iniciativas (IPHAN, 2014). A educação patrimonial contribuiria para uma construção participativa da patrimonialização, da vigilância e da interação. Significa reconhecer e dar protagonismo às vozes dos detentores do patrimônio, os grupos formadores da identidade brasileira, como definido no artigo 216 da Constituição (BRASIL, 1988), deslocando a competência antes exclusiva dos estados com seus especialistas para definir o que é patrimônio, cabendo ao poder público apoiar. Contudo essa nova concepção mais ampla e representativa do patrimônio não repercutiu significativamente na prática centralizadora do IPHAN e demais órgãos de preservação no que diz respeito ao que proteger e como gerir o acervo (Sant’anna, 2018).

Cabe destacar que a faceta participativa do inventário parece ser a que melhor consegue responder e abordar as atuais concepções e valores e a descentralização e apropriação do patrimônio, ou seja, qual valor e o que preservar e quem define o que preservar. A partir de uma interpretação da organização da PPCM, o instrumento de identificação e reconhecimento que embasa a proteção é o inventário de reconhecimento, o

inventário participativo seria mais complementar. Assim como a proteção, a participação do inventário ainda é pouco incorporada ao papel do inventário.

6. Considerações finais

A partir do panorama traçado apresentando o inventário como instrumento de reconhecimento, de proteção e de participação podem-se destacar alguns pontos importantes.

O inventário tem uma longa trajetória dentro da preservação como instrumento de reconhecimento, incorporando atualmente leituras da paisagem, passando de mero cadastramento de bens, que foi seu papel principal durante bastante tempo, para instrumento de planejamento e até de gestão. Nesta faceta possibilita inclusive identificar aspectos materiais e imateriais. Está amparado pela PCCM que o define e estabelece alguns princípios.

Como instrumento de proteção, tem uma trajetória considerável no país, desde os anos de 1990 de forma mais efetiva, contudo bastante inconstante, com mais reconhecimento pelos estados e municípios nos seus órgãos de preservação e legislações específicas, do que dentro do próprio IPHAN. Está amparado pela Constituição Federal e algumas legislações estaduais e municipais. A possibilidade de uma regulamentação nacional não pode ser descartada, mas não parece que deva ser tratado da mesma forma que o tombamento ou formas de proteção centralizadoras, mas de uma forma que incorpore os aspectos, os valores reconhecidos nos estudos e a forma como a comunidade lida com estes aspectos e valores. Menos critérios e regras pré-estabelecidas e mais uma apropriação das realidades das diferentes regiões e comunidades.

Como instrumento participativo, tem um uso mais recente, muito impulsionado pela necessidade de reconhecimento das diferentes identidades formadoras do país a partir da base comunitária que se reconhece com uma identidade própria. Contudo, principalmente, a incorporação da preservação dos bens de natureza imaterial, exige outro tipo de tratamento, mais dinâmico e processual, como por exemplo, há uma participação em todo o processo desde a identificação até a salvaguarda dos chamados na detentores da cultura e memória das comunidades. Para os bens materiais a própria PPCM, insere o participativo, nas políticas de educação patrimonial.

Por fim, cabe ressaltar a visão mais segmentada, o conhecimento, a proteção e a participação como se fossem diferentes tipos de inventário pode e deve ser superada. São na

realidade faces do mesmo instrumento, como reconhecimento fornece a base para a proteção e a participação legítima e qualifica-os. Com o inventário é possível estudar uma realidade, de forma participativa que pode ter como objetivo uma política de preservação e gestão mais coerente e adequada ao cenário contemporâneo.

Referências

I SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS.

Carta de Petrópolis. Petrópolis. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Inventário como instrumento de proteção: A experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA e Lia; REZENDE, Maria Beatriz (Org). **Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. pp. 61-62.

BAHIA. **Lei nº 8.895**, de 16 de dezembro De 2003, institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, cria a Comissão de Espaços Preservados e dá outras providências. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/lei-8895.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Decreto Lei 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=E%20ART%C3%8DSTICO%20NACIONAL-,%20Art.,ou%20etnogr%C3%A1fico%2C%20bibliogr%C3%A1fico%20ou%20art%C3%ADstico. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **O Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte** – uma experiência metodológica. V Seminário de história da cidade e do urbanismo. Belo Horizonte: 2012.

CHASTEL, André. **A invenção do inventário.** Revue de l'Art. Paris: CNRS, nº 87, 1990. Tradução e notas João B. Serra. Disponível em: <www.cidadeimaginaria.org/pc/ChastellInventaire.pdf>. Acesso: 14 maio 2009.

CONSELHO DA EUROPA. **Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage.** Strasburgo: Council of Europe, 2009.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas.** Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações. 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Conferência: Uma breve trajetória do patrimônio cultural brasileiro: políticas, atores, perspectivas. in WEHLING, Arno. **Ciclo de Conferências “Patrimônio cultural brasileiro: abordagens, desafios, políticas”**, 2018.

GAZZOLA, Piero. **L'inventario di protezione del patrimonio culturale. Settori dei beni immobili.** IPCE. Scopo e norme di esecuzione. Verona, 1970.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales:** teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra, 2000.

GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional de bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 22, p.86-89, 1987.

ICOMOS. **Carta de Washington.** Carta Internacional para a Salvaguarda de cidades históricas 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

IPHAN. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

_____. **Portaria nº 375** de 19 de setembro de 2018. Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. 2018a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-%20SEI_IPHAN%20-%20200732090.pdf. Acesso em: 28 agosto 2023.

_____. - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Ata da 88ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** Brasília. 15 de maio de 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/atas-do-conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural/de-2011-ate-2020/88a-reuniao-ordinaria-do-conselho-consultivo-15-05-2018/@@download/file>. Acesso em: 31 ago. 2023.

LUCKOW, Daniele Behling. **Arquitetura urbana e inventário:** São Lourenço do Sul. 2010. 81f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

_____. As transformações no patrimônio Cultural: conceitos, valores e

práticas. In: OOSTERBEEK, Luiz, et al. **Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

MIRANDA, Marcos Paulo Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164>. Acesso em: 4 jan. 2024.
MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. 2016 Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>> Acesso: 29 mar. 2024.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. (Orgs.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

PELOTAS. **Lei 4.568, de 07 de julho de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: <[_____. **Lei No 5.502**, de 11 de setembro de 2008. Institui o plano diretor municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial do município de Pelotas e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/551/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008-institui-o-plano-diretor-municipal-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-ordenamento-e-desenvolvimento-territorial-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 abr. 2023.](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2000/457/4568/lei-ordinaria-n-4568-2000-declara-area-da-cidade-como-zonas-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-de-pelotas-zppcs-lista-seus-bens-integrantes-e-da-outras-providencias#:~:text=Art.,fruem%20ou%20acessam%20esse%20patrim%C3%B4nio.>>. Acesso em: 10 abr. 2023.</p></div><div data-bbox=)

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20601%2C%20de,de%20Bens%20Im%C3%B3veis%20do%20Munic%C3%ADpio>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANT'ANNA, Márcia, Conferência: Política Urbana e Patrimônio: monumento, documento e espetáculo in WEHLING, Arno, **Ciclo de Conferências “Patrimônio cultural brasileiro: abordagens, desafios, políticas”**, 2018.

**CENTRALIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E VISIBILIDADE:
o calçadão Arthur Bernardes em Viçosa (MG)**

CENTRALITY, PUBLIC SPACE AND VISIBILITY:
the Arthur Bernardes Pedestrian mall in Viçosa (MG)

Luiza Oliveira Pacheco¹
luiza.pacheco@ufv.br

Fábio Cabral Durso²
fabiodurso@outlook.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o Calçadão Arthur Bernardes como espaço público de Viçosa (MG), a fim de identificar aspectos que estimulem a discussão de sua relevância para o reordenamento da região central da cidade, entre as décadas de 1970 e 1980. Para isso, empreendeu-se uma investigação, associando a História Oral à análise documental, sobre a formação do centro da cidade de Viçosa, focalizando seus aspectos espaciais, buscando compreender as circunstâncias que levaram à construção do Calçadão. Foi encontrado que esta obra, por abrigar boa parte da atividade comercial municipal e ter em seu entorno parte do patrimônio cultural edificado da cidade, atua como elemento fundamental na organização de sua malha urbana central.

Palavras-chave: Espaço público. Centralidade. Trama locacional. Ruas de pedestres.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the Arthur Bernardes pedestrian mall as a public space in Viçosa (MG), in order to identify aspects that stimulate the discussion of the relevance of its construction for the reorganization of the central region of the city, between the 1970s and 1980s. In order to do so, an investigation was undertaken into the formation of downtown Viçosa, focusing on its spatial aspects, seeking to understand the circumstances that led to the construction of the pedestrian mall. It was found that this work, due to its relevance within commercial activity and because it has part of the city's built cultural heritage in its surroundings, acts as a fundamental element in the organization of the central urban fabric of Viçosa.

Keywords: Public space. Centrality. Urban location plot. Pedestrian malls.

1. Introdução

Este trabalho busca problematizar a constituição do Calçadão Arthur Bernardes como espaço público de Viçosa (MG), bem como sua importância para a constituição da centralidade urbana da cidade. A fim de elucidar essas questões, empreendeu-se uma investigação sobre a

¹ Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

² Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa

formação do centro urbano de Viçosa, focalizando a acumulação de diferentes temporalidades em seu espaço ao longo da história, buscando compreender as circunstâncias que levaram à construção do Calçadão e o papel dessa obra na composição da trama locacional central urbana, que também abriga parte do patrimônio cultural edificado viçosense.

O Calçadão Arthur Bernardes pode ser concebido como um modelo urbanístico que foi implantado no final da década de 1970 a fim de promover um espaço para o consumo de bens e serviços numa época em que o centro de Viçosa passava por importantes mudanças socioespaciais. A interlocução entre um grupo de arquitetos e professoras de uma instituição pública federal de ensino, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), denominado “Por uma Viçosa melhor”, e a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), levou à execução dessa obra, que passou a proporcionar um espaço público protegido dos automóveis para a livre circulação de pedestres.

O entendimento do espaço público e das vias urbanas que compõem o Calçadão Arthur Bernardes, identificando suas características de formação, permite problematizá-lo e compreender seu significado para a centralidade urbana de Viçosa, buscando responder às seguintes questões: Como a composição do centro urbano de Viçosa interferiu nas transformações empreendidas para a construção do Calçadão? Como a construção do Calçadão Arthur Bernardes atua na configuração socioespacial do centro urbano de Viçosa? Qual a importância desse espaço na constituição da centralidade urbana da cidade?

Na tentativa de responder às questões supracitadas para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário analisar o contexto urbano municipal anterior à época de construção do Calçadão Arthur Bernardes, bem como investigar as aspirações do grupo “Por uma Viçosa melhor” e dos comerciantes e moradores que estavam instalados ao longo da via quando ela ainda comportava o trânsito de veículos automotores, além de estabelecer uma perspectiva acerca da legislação urbanística da época.

Este artigo, fruto de uma dissertação³ defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, tornou-se possível por meio de alguns percursos e procedimentos metodológicos. Em um primeiro momento foi utilizada a análise documental de edições do periódico UFV Informa⁴, disponibilizadas em plataforma

³ Ver Pacheco (2023).

⁴ Era a publicação oficial da UFV, seguindo os anteriores Folha Rural (publicação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, editada durante o ano de 1935) e Informativo UREMG (periódico da

eletrônica da UFV (atom.ufv.br); de reportagens do Jornal Folha Integração (também chamado Folha de Viçosa/Ponte Nova até 1974 e atualmente Jornal Folha da Mata)⁵; de atas das reuniões da Câmara dos Vereadores; de leis e projetos de lei relacionados à execução de obras e demais posturas municipais, bem como de croquis feitos por arquitetos da UFV a fim de orientar a execução da obra. Em um segundo momento do caminho metodológico, fez-se uso de entrevistas apoiadas na História Oral, realizadas com ex-membros do grupo “Por uma Viçosa melhor”, ex-vereadores, comerciantes e ex-comerciantes instalados na rua Arthur Bernardes, além de moradores e ex-moradores desse logradouro. Segundo Merhy (1996), a História Oral é um recurso que pode ser empregado quando há preocupação com as versões individuais sobre cada fenômeno, justificando-se em razão da soma dos argumentos que caracterizam a experiência em conjunto.

As entrevistas foram orientadas por roteiros de perguntas direcionados a cada um dos públicos ouvidos. Ao todo foram realizadas nove entrevistas e os interlocutores estão identificados na pesquisa por suas iniciais⁶.

Este artigo está dividido em 4 partes. Na primeira, “Cidades, espaço público e centros urbanos”, são abordados os referenciais teóricos pertinentes à constituição dos centros urbanos e a composição do espaço público nesses locais. Na segunda parte, “Viçosa e seus espaços”, detalha-se a história da cidade de Viçosa com foco em seu crescimento urbano, analisando suas fases de expansão e como cada uma afetou a constituição de sua área central. Na terceira parte, “Calçadões – No Brasil, no mundo e no interior de Minas Gerais”, é analisada a origem das ruas de pedestres, popularmente conhecidas como calçadões. A partir daí apresenta-se o contexto da época de construção do Calçadão Arthur Bernardes em Viçosa. Na quarta e última parte, “Considerações finais”, retoma-se as principais discussões e apresenta-se as conclusões deste trabalho.

Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, editado entre 1962 e 1969). Após a federalização da instituição, em 1969, o jornal foi chamado de UFV Informa. Essas publicações contemplavam temas ligados ao regime didático da instituição, bem como sua organização e parcerias para projetos e pesquisas. Disponível em atom.ufv.br.

⁵ O jornal Folha de Viçosa foi fundado em 1963 pelo historiador Pélmio Simões de Carvalho, circulando semanalmente nas cidades de Viçosa, Ponte Nova, Raul Soares, Jequeri, Rio Casca, Ervália, Ubá, Teixeiras e Uruçânia. Foi denominado Jornal Integração até 1986, quando passou a se chamar Folha da Mata. Ver Coelho (2013).

⁶ O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa no dia 14/12/2021.

2. Cidades, espaço público e centros urbanos

A fim de descrever percursos conceituais que podem ser feitos para interpretar a cidade, Bresciani (1991) aborda a questão técnica, utilizada como instrumento de modificação do meio. As investigações voltadas para esse percurso procuravam elaborar soluções para questões de embelezamento e higiene, buscando formas de disciplinar e ordenar os espaços do meio urbano.

Choay (2006) trata da ordenação urbana ao versar sobre o surgimento da estrada de ferro e a invenção do telégrafo, no século XIX, que se combinavam a fim de organizar o território dos países. Além disso, o higienismo e o sanitarismo da época resultaram na construção do urbanismo como uma nova ciência, derivada da engenharia, voltada para a garantia do movimento e da salubridade às cidades, que deveriam ser ordenadas com ruas retificadas e pavimentadas (Torrão Filho, 2009).

Segundo Corrêa (1989), as relações espaciais dentro da cidade se manifestam por meio dos fluxos de pessoas e veículos associados à carga e descarga de mercadorias e aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e locais de trabalho. A articulação também se manifesta de modo menos visível, uma vez que, dentro do sistema econômico capitalista, as relações espaciais que a envolvem também englobam questões sobre a tomada de decisões sobre investimentos de capital. Estes são, para Cardoso (2022), os principais agentes que podem ser denominados donos da cidade, dada a pressão que exercem sobre o Estado acerca das formas de gestão e uso da terra, determinando o ordenamento do espaço das cidades.

Ainda segundo Cardoso (2022), também podemos identificar como donos da cidade os agentes imobiliários, representados por empresas comerciais e financeiras, e o Estado: enquanto os primeiros atuam na promoção imobiliária, no financiamento e na construção e comercialização de terras ou imóveis, o Estado atua na organização, na indústria e no consumo de espaços e propriedades fundiárias, por meio da regulação do uso do solo urbano. Ao privilegiar com suas políticas públicas e investimentos os meios de produção, o Estado contribui para gerar uma valorização desigual dos espaços da cidade, bem como uma apropriação desigual desses espaços por diferentes segmentos sociais (Ribeiro Filho, 1997).

Em Viçosa, por exemplo, Maria e Stephan (2014) discutem que há um processo intenso de adensamento e verticalização na área central da cidade, resultado da demanda gerada pela

recente ampliação de vagas da UFV, entre as décadas de 1980 e 2000, e outras duas grandes faculdades particulares na cidade. Para esses autores, Viçosa, ao longo de sua história, quase nunca dispôs de gestores do Poder Executivo interessados em buscar um planejamento urbano adequado às demandas da cidade, sobretudo no que tange às questões voltadas para a preservação da memória, identidade ou do patrimônio cultural local. A cidade vem aumentando sua atividade imobiliária em resposta às demandas geradas principalmente pela UFV, ao passo que seus gestores não se preocupam em criar e implementar políticas públicas necessárias para enfrentar os efeitos do acelerado processo de urbanização.

Nesse sentido, a atuação do Estado, por meio da edição de legislações urbanísticas de ordenamento de uso e ocupação do solo urbano em sintonia com as demandas do mercado, contribui para modificar o mapa de valores da terra urbana (Ribeiro Filho, 1997). Desta forma, na medida em que a cidade se torna um negócio para o capital, as leis de mercado passam a ditar as regras do ordenamento espacial urbano, fazendo com que os processos de valorização do espaço passem necessariamente pela mercantilização dos lugares. Assim, o espaço – e em particular o espaço central urbano – passa a ter cada vez mais importância para o capital (Botelho, 2007).

Em Viçosa, localiza-se no centro da cidade o conjunto arquitetônico do Balaústre, que corresponde a um grupo de sete bens patrimonializados, os quais se encontram na região imediatamente circunscrita ao Calçadão Arthur Bernardes⁷. Assim como em diversas cidades pequenas e médias que não possuem uma atividade turística intensa, é possível que o patrimônio arquitetônico seja visto como “resíduo”, ou seja, algo que pode ser apagado, uma vez que se vê destituído da importância que lhe era atribuída em outros momentos históricos. O termo “resíduos patrimoniais” é utilizado pelos pesquisadores Scifoni (2015) e Stephan (2021), que apontam que as sociedades deixam marcas por meio de suas construções em um espaço geográfico. A partir disso, há uma série de registros de atividades, costumes e a expressão de uma cultura. Em Viçosa, mesmo resistindo poucas dessas construções, tais remanescentes centrais que envolvem o entorno do Calçadão Arthur Bernardes exercem novas funções, sem, porém, a necessária preservação ou conservação.

⁷ Os bens patrimonializados são: Estação Ferroviária (Estação Hervé Cordovil), guarda-corpo ornamentado (Balaustrada), casa Arthur Bernardes, Escola Municipal Antônio da Silva Bernardes, fachada da Casa Sede do primeiro hospital de Viçosa, casa Cora Bolívar e Hospital São Sebastião. Para ampliar esta discussão, ver Durso & Pacheco (2023).



Figura 1: Parte do conjunto arquitetônico da Avenida Bueno Brandão (Balaústre), 2018. **Fonte:** Imagem retirada do site da Diretoria de Relações Internacionais da UFV (DRI/UFV).

Assim, os resíduos do patrimônio arquitetônico muitas vezes podem ser vistos como um impedimento aos novos processos e modelos de construção, moradia e loteamento urbano. O que Scifoni (2015) argumenta, e tal análise pode ser aplicada neste trabalho, é que os lotes sem o imóvel, ou seja, lotes vazios, valem bem mais em termos econômicos, do que aqueles que possuem um imóvel com relevância cultural ou histórica. O que acontece em Viçosa, mais especificamente na região do conjunto arquitetônico no entorno do Calçadão, tem mostrado uma maior intenção de demolição para gerar novas construções, num processo de verticalização com taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento maiores que o permitido⁸.

O comércio potencializa a valorização de um local, valendo-se das condições morfológicas do espaço urbano e da presença do público, dirigindo nosso olhar a fim de alcançar seu objetivo imediato, ou seja, vender. Espaços urbanos centrais, em especial espaços públicos, são sempre espaços de exposição, exercendo forte centralidade no imaginário da cidade, sendo por isso cobiçados por quem disputa reconhecimento e visibilidade (Gomes, 2013).

A consolidação de um território como central deve ser entendida como resultado de um processo que o transformou em centro, resultante de processos históricos e também de uma construção simbólica (Fonseca, 2012), uma vez que se tratam de lugares que ampliam a visibilidade, exercendo forte reconhecimento no imaginário da cidade e, por isso, sendo cobiçados por quem disputa reconhecimento e visibilidade. Certos logradouros concentram a

⁸ Sobre esta questão, ver Durso & Pacheco (2023).

atenção, atuando como cenários da vida urbana, um resumo das formas de sociabilidade, e constituindo um ingrediente fundamental na definição dos traços que caracterizam a cidade (GOMES, 2013). Desta maneira, interessa-nos abordar o espaço público para além de seu aspecto físico, compreendendo-o como um organizador da malha urbana (Ribeiro, 2016).

A rua, juntamente com as calçadas, é considerada o espaço público por excelência das cidades, atuando como objeto de reivindicação no direito à cidade (Cardoso, 2022). Essa disputa ocorre no espaço público e o reivindica das mais diversas formas, seja por meio da ação política, do acirramento da especulação imobiliária ou por manifestações de grupos sociais que nele possuem interesse.

O espaço público é, assim, a *mise-en-scène* da vida pública, no qual o lugar físico orienta as práticas e guia os comportamentos, os quais reafirmam o estatuto público desse espaço, que também atua como lugar de conflitos e problematização da vida social.

O atributo da visibilidade é ativado pela existência de espaços públicos e as dinâmicas que neles se desenrolam e se exibem para o público, que reúne a compreensão desses lugares a fim de construir um entendimento sobre a vida social urbana. O que constrói o espaço público é a tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação (Gomes, 2013).

3. Viçosa e seus espaços

O vilarejo que deu origem à cidade de Viçosa surgiu ainda no século XVIII, no auge do período da mineração em Minas Gerais, tornando-se uma das principais fontes de abastecimento de gêneros alimentícios para as populações de Vila Rica e Ribeirão do Carmo (hoje Ouro Preto e Mariana, respectivamente). Com o declínio da mineração no século XIX, a base econômica desse povoado, fundamentada na agricultura diversificada e na pecuária, começou a se transformar, encontrando na monocultura do café sua nova principal atividade econômica (Baêta, 2016).

Em 1884, a chegada da estrada de ferro “The Leopoldina Railway” trouxe a Viçosa um novo sentido mercantil, decorrente da necessidade de transporte da produção regional, principalmente de café (Maria, Faria & Stephan, 2014). A primeira estação da ferrovia que chegava a Viçosa estava localizada distante do centro urbano da cidade, mas, ainda assim, ajudou a dinamizar sua vida política, econômica e cultural (Honório, 2012). Para Maria, Faria e Stephan (2014), esse primeiro momento de urbanização de Viçosa foi impulsionado pelo

potencial da atividade agrícola, que se tornou um importante fator de atração para a população de outras cidades, bem como um catalisador para a chegada de novas ideias, como algumas ligadas ao urbanismo sanitário, que já era verificável em Viçosa na década de 1890, quando a Resolução n. 1, de 1º de outubro de 1892, autorizou o agente executivo municipal (cargo equivalente ao de prefeito atualmente) a realizar operações de crédito necessárias à canalização de água potável e esgoto na cidade (Ribeiro Filho, 1997).

Uma nova estação ferroviária, localizada na área central de Viçosa, foi inaugurada em março de 1914, causando grande impacto socioeconômico na cidade, com a criação de fábricas de tecidos, grande crescimento populacional e construção de vilas operárias (Bernardes, 2013). Já em 1920 a Lei n. 761, de 6 de setembro, marcava o ato legal de criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), instituição que surgia principalmente para impulsionar a política de diversificação produtiva por meio da modernização da agricultura. A Escola foi construída em uma área de topografia privilegiada, a cerca de um quilometro do centro da cidade (Bernardes, 2013). Segundo Mello (2002), o vale contíguo à área já ocupada da cidade, que passou a abrigar a ESAV, foi conseguido em virtude da compra e de desapropriações de terras, constituindo uma barreira à expansão urbana, que tomou, assim, outras direções.

Na inauguração oficial da Escola, em 28 de agosto de 1926, a ESAV era considerada a maior escola agrícola da América Latina, tendo suas atividades iniciadas em 1927 (UFV, 2022). O projeto de universidade que se planejou visava, sobretudo, que a instituição não dependesse de serviços da cidade, de forma que o campus conseguisse comportar serviços variados a fim de atender às pessoas envolvidas em atividades da ESAV (Andrade, 2015). A ESAV se expandiu com o passar dos anos e, com isso, a cidade de Viçosa viu sua população ligada à instituição aumentar. Em 1948, a Escola foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que trouxe mais recursos para a instituição e, conseqüentemente, aumentou o número de estudantes e funcionários, incrementando o afluxo de pessoas para a cidade (Ribeiro Filho, 1997).

Em 1948 também foi aprovado em Viçosa o Código de Posturas do Município, que, conforme Lopes (2011), não trazia nenhuma referência à política urbana. Apenas em 1956 é que passa a vigorar o primeiro Código de Obras da cidade, estabelecendo como os projetos

arquitetônicos deveriam ser apresentados para apreciação, buscando determinar um padrão de construção (Ribeiro Filho, 1997).

Na década de 1950, a área central da cidade se caracterizava pela diversidade de usos, com a predominância de residências, comércio e serviços. Já os bairros adjacentes ao centro se caracterizavam pelo predomínio do uso residencial, com insignificante comércio local em relação ao que existia no centro (Ribeiro Filho, 1997). Nessa época, a área central da cidade correspondia ainda ao eixo representado pela praça Silviano Brandão, onde se concentravam o comércio e as atividades sociais realizadas em espaços públicos, e a praça do Rosário, que se conecta à avenida P. H. Rolfs, que levava à UREMG. Entre as duas praças está localizada a rua Arthur Bernardes, que era caracterizada pelo uso misto (comercial e residencial). Tratava-se, assim, de uma via central, mas que ainda não possuía um sentido comercial tão pungente.

Em agosto de 1969, a UREMG tornou-se Universidade Federal de Viçosa (UFV). O crescimento da instituição se refletia na expansão urbana de Viçosa, que via também sua população aumentar: em 1960 a população da cidade era de 20.846 habitantes (Mello, 2002 apud Maria, Faria & Stephan, 2014), passando para 25.777 em 1970 (Silva, 2014). Em entrevista ao Jornal Folha de Viçosa/Ponte Nova, em fevereiro de 1974, o reitor recém-eleito Antônio Fagundes de Souza afirmou que “a vida da Universidade Federal de Viçosa e da nossa comunidade viçosense são uma só” (Jornal Folha de Viçosa/Ponte Nova, n. 249 e 250, ano 10. 17/02/1974 e 24/02/1979), dando indícios de que o relativo isolamento da UFV em relação à cidade de Viçosa ia se diluindo.

Em 1977, a UFV chegava a 21 cursos de graduação (Castro, 2015). Essa expansão era percebida na alteração dos polos de atração da cidade: áreas como a avenida P. H. Rolfs, que levava à UFV, ganharam importância no mercado imobiliário devido a sua proximidade com a instituição. O campus, que antes ficava afastado do núcleo central da cidade, tornou-se fator de atração e centralidade (Andrade, 2015).

Silva (2014) afirma que existia uma predominância de investimentos autônomos na construção civil na área central de Viçosa durante a década de 1970, ou seja, as iniciativas eram feitas a partir da atividade de pessoas físicas, agentes autônomos que tiveram grande importância na verticalização do centro, a qual se deu pela substituição dos casarões antigos por edifícios de apartamentos, já que Viçosa experimentava nessa época uma valorização urbana desconhecida até então, decorrente da atividade imobiliária.

Durante a década de 1970 foram realizados 23 novos procedimentos de parcelamento do solo em Viçosa (Ribeiro Filho, 1997). Foi quando o setor da construção civil se consolidou na cidade, representando seu setor mais dinâmico e maior empregador de mão de obra. Enquanto os mais ricos se estabeleciam nos bairros com infraestrutura já consolidada ao redor do centro, a Lei n. 609 de 31 dezembro de 1971 proibia a construção de casebres na mesma área de Viçosa. A fase de expansão em que se encontrava a UFV, fruto das políticas públicas do governo militar, proporcionou o crescimento das atividades urbanas de suporte na cidade de Viçosa, como a prestação de serviços e o comércio (Santos, 1991 apud Silva, 2014).

O aparato burocrático do poder público municipal não estava preparado para administrar tão rápido crescimento. Desta forma, serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos não eram suficientes para atender a população residente e a que viria a se instalar na cidade (Ribeiro Filho, 1997). O final da década de 1970 ficou caracterizado pela aprovação, na administração de César Sant'Anna Filho, de novas legislações urbanísticas. O novo Código de Posturas (Lei Municipal n. 308/1979) foi mais sucinto e não tratou de questões urbanísticas, que foram contempladas no Código de Obras, instituído pela Lei Municipal n. 312/1979.

O aumento substancial na frota de veículos automotores na cidade na época citada, consequência do aumento populacional, também passou a constituir um problema, uma vez que as ruas e calçadas não comportavam o fluxo de pedestres e de carros, devido a sua largura reduzida (Ribeiro Filho, 1997). Além disso, a permissividade do poder público levou a quantidade de espaços públicos, principalmente aqueles voltados para o lazer, a números insignificantes em relação aos espaços privados. Exceto por algumas ações pontuais, com implicação para o coletivo, que decorreram da demanda de alguns setores ligados à UFV, nas décadas de 1970 e 1980 a produção do espaço urbano de Viçosa decorreu de ações deliberadas por um grupo restrito de agentes da cidade, representado por empresários ligados ao mercado imobiliário.

Oportunizada pela série de mudanças pelas quais o centro de Viçosa passava no fim da década de 1970, a construção do Calçadão Arthur Bernardes era tratada como “a obra do século” nas páginas dos jornais (Reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana”. *Jornal Folha Integração*, ano 16, 17 jun. 1979, n. 499) e representava o advento de um sentido mercadológico mais acentuado para a área central da cidade, uma vez que fazia parte da agregação de externalidades positivas ao logradouro, a fim

de atrair investimentos imobiliários, os quais ameaçavam o patrimônio edificado da cidade, representado pelo conjunto arquitetônico do Balaústre, na região imediatamente circunscrita à rua Arthur Bernardes, central e caracterizada pelo uso comercial e residencial.

A construção do Calçadão Arthur Bernardes se insere na problemática de mudanças nas relações sociais e comerciais empreendidas em Viçosa na década de 1970, durante a qual a população urbana aumentou de 25.777 para 31.143 habitantes (Ribeiro Filho, 1997).

4. Calçadões – no Brasil, no mundo e no interior de Minas Gerais

O termo calçadão é utilizado como correspondência ao termo *pedestrian mall*, que designa vias constituídas para a circulação de pedestres, também conhecidas como ruas pedonais ou ruas de pedestres (Sandrini, 2021). Na Europa, o primeiro calçadão foi construído em Essen, na Alemanha, em 1928 (Fonseca, 2012), entretanto, apenas após a II Guerra Mundial foi que os calçadões passaram a ser implementados como estratégia de renovação urbana em distritos centrais (Sandrini, 2021), uma vez que o êxodo das classes médias dos centros das cidades fez com que esses núcleos deixassem de receber investimentos durante o conflito, perdendo vitalidade econômica (Fonseca, 2012).

Aliado a isso, as mudanças nos hábitos da população, atreladas a fatores como o congestionamento derivado do aumento da frota de veículos automotores, o aumento da sensação de insegurança e a diminuição de atividades de lazer, levaram a um desenvolvimento comercial na periferia das cidades e um conseqüente abandono das áreas centrais pela população, bem como uma queda das vendas do varejo acarretada pelo aparecimento de formatos comerciais como os *shopping centers* (Januzzi, 2006).

A criação dos calçadões, assim, se insere em um contexto de reorganização espacial das cidades a fim de atrair público e investimentos por meio da revitalização dos centros dessas localidades (Fonseca, 2012). O novo modelo de projeto urbano no qual a pedestrianização de ruas se insere buscava responder ao abandono e decadência de determinadas áreas das cidades, proporcionando a possibilidade de criação de uma nova imagem dos centros urbanos. Essa nova imagem é de extrema importância na medida em que traduz uma intenção arquitetônica e um conceito de espaço público, buscando a atração de novos capitais por meio de seus novos elementos estruturadores (Januzzi, 2006).

No Brasil, os calçadões começaram a ser implantados durante a década de 1970, seguindo a influência norte-americana, que já contava com esse tipo de estrutura desde o fim da década de 1950 (Fonseca, 2012). O primeiro município brasileiro a intervir em seu centro histórico a fim de aprimorar sua imagem foi a capital paranaense, Curitiba, que passava por uma expansão urbana acelerada e seus espaços públicos centrais encontravam-se deteriorados e com tráfego intenso de veículos (Sandrini, 2021). Após esse empreendimento na cidade, outras localidades brasileiras tiveram ruas de pedestres instaladas no centro urbano de cidades de diversos tamanhos, como São Paulo, Florianópolis, Londrina, Juiz de Fora, Bauru e Ponta Grossa, entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, os calçadões tornaram-se parte de um “modismo” e tiveram sua construção ligada muitas vezes à promoção política dos prefeitos de diversas localidades (Januzzi, 2006).

Ao compreendermos o espaço público como *mise-en-scène* da vida pública e associá-lo ao fenômeno da centralidade, entendemos que o lugar físico orienta as práticas e guia os comportamentos ali vividos, os quais reafirmam o estatuto público desse espaço (Gomes, 2002). Dentro da trama locacional das cidades, a posição das ruas constitui elemento fundamental, uma vez que há locais que são instituídos como lugares de visibilidade, nos quais uma determinada ordem espacial os constitui em áreas fundamentais para observar a cena pública, permitindo compreender a expressão da vida urbana. Assim, espaços públicos são lugares demonstrativos, nos quais se afirmam valores e comportamentos e onde se desenrolam interações e encontros (Gomes, 2013).

O comércio potencializa a visibilidade e se vale das condições morfológicas do espaço urbano e da presença do público a fim de alcançar seu objetivo imediato: vender. Além disso, em espaços públicos centrais é possível observar um resumo da vida urbana cotidiana, uma vez que são carregados de diversos enredos e personagens (Gomes, 2013).

Seguindo o período de intensas transformações no centro de Viçosa, como a construção do Centro Comercial Fuad Chequer⁹ e o calçamento da avenida P. H. Rolfs, em fevereiro de 1979, em entrevista ao Jornal Folha Integração, o então prefeito César Sant’Anna Filho declarou que, a fim de resolver o que chama de “problema do trânsito” na rua Arthur Bernardes, estudava a possibilidade de transformá-la em rua de pedestres. Em se tratando de

⁹ Trata-se de um empreendimento comercial de 11 andares, volumetria que desrespeitava a legislação urbanística vigente à época de sua construção, no fim da década de 1970. Ver mais em Pacheco (2023).

um logradouro central em Viçosa, que liga a avenida P. H. Rolfs, onde se encontra a UFV, à praça Silviano Brandão, seu reordenamento estava na agenda da administração municipal, por sua característica central e comercial.



Figura 2: A rua Arthur Bernardes em 1977. **Fonte:** UFV Informa n. 497, disponível no Arquivo Central e Histórico/ATOM-UFV.

Além disso, seguindo a realização de intervenções na praça Silviano Brandão¹⁰, a retubulação das redes de escoamento de água na rua Arthur Bernardes passou a ser discutida, tornando central o debate acerca de sua funcionalidade e centralidade, uma vez que passava a ser divulgada, em reportagens jornalísticas, a possibilidade de sua transformação em rua de pedestres (Reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana” do Jornal Folha Integração, n. 499, ano 16, 17/06/1979).

O apoio técnico de profissionais da UFV à realização das obras de escoamento das águas pluviais na rua Arthur Bernardes foi manifestado nas notas divulgadas no jornal Folha Integração pelo grupo “Por uma Viçosa melhor”, a fim de atrair o apoio popular e difundir outros ideais de organização espacial almejados por seus integrantes.

A respeito da formação do grupo, uma de suas ex-integrantes explica que se tratava de uma organização informal entre mulheres, mas que visava implementar transformações profundas na forma física da cidade:

Foi assim: a gente estava numa reunião numa casa, não é? Como se fosse chamado para tomar um vinho, uma coisa, e aí começamos a falar de Viçosa, aí surgiu a ideia. “Vamos fazer um trabalho, vamos fazer e tal”. Aí convidamos algumas pessoas e o negócio foi tomando pé, não é? E foi aí que

¹⁰ Durante a gestão do prefeito Geraldo Lopes Faria (1967 a 1970), foi construído na praça Silviano Brandão o monumento em homenagem ao ex-presidente Arthur Bernardes, além das obras de instalação de bancos durante a gestão de Moacir Dias de Andrade (1963 a 1966). Ver em Gomes (1997).

resolvemos chamar um arquiteto para fazer o planejamento, porque aquilo ali é, como eu disse, competência de um arquiteto, não é? Não, não era competência nossa. A gente tinha as ideias, mas não tinha, vamos dizer assim, o gabarito para executar, não é? Aí foi desenvolvendo, aí apareceu o problema [da coleta] do lixo. Aí nós começamos a fazer a campanha do lixo, conseguimos o primeiro caminhão basculante, não é, aquele que roda, não é? Para apanhar o lixo (Entrevista com M. E. L. M.).

Os princípios que orientavam o grupo eram o conforto, a segurança e a limpeza, evocando práticas urbanísticas que visavam “ensinar” as populações de grandes centros urbanos a se movimentarem com maior rapidez, permitindo fluxo intenso de pessoas e veículos. Além disso, buscava-se seguir princípios urbanísticos já observados no campus da UFV, com destaque para uma hierarquização das vias, sendo uma principal e as demais secundárias (Ribeiro Filho, 1997).

O primeiro anúncio do movimento foi veiculado no Jornal Folha Integração, em 24 de junho de 1979, demonstrando a preocupação de seus integrantes com questões como a coleta de lixo e o trânsito.



Figura 3: Recorte do Jornal Folha Integração com anúncio do grupo “Por uma Viçosa melhor”, sem assinatura. Jornal Folha Integração, n. 500, ano 16, 24 de junho de 1979. Foto da autora.

Na Câmara de Vereadores, a formação do grupo foi tratada, mas de forma lateral, uma vez que os membros do movimento buscaram o prefeito a fim de tratar sobre os projetos que possuíam, mas, inicialmente, sem diálogo com o legislativo. Verifica-se, entretanto, a anuência da administração municipal em atender esses agentes ligados à UFV.

[...] Informou ainda que estava sendo formado em Viçosa um movimento feminino em prol de uma Viçosa Melhor. O vereador Francisco Machado Filho disse que se tratava de movimento apartidário e que essas senhoras já haviam procurado o Prefeito e o Delegado se colocou à disposição deles para fazerem alguma coisa por Viçosa. O vereador Geraldo Eustáquio Reis disse que as pessoas estão prontas para fazerem críticas mas não apresentam soluções (Ata de reunião ordinária da Câmara Municipal de Viçosa, realizada no dia 18 de maio de 1979).

Além da preocupação com a coleta de lixo e a implementação do modelo urbanístico representado por uma rua de pedestres em uma das vias mais movimentadas da cidade, a construção de espaços públicos de lazer e de passagem era uma das bandeiras do movimento:

O projeto “Por uma Viçosa melhor” começou com a ideia de transformar aquela área onde hoje está o Shopping Viçosa [construído em 1988] em uma área de lazer, porque era [presente ali] uma vegetação muito boa, era um bosque, então nós queríamos ali criar uma área de lazer, e aí surgiu a ideia do “Por uma Viçosa melhor”. Certamente não era só isso, outras coisas estavam no contexto das conversas, mas era isso a conexão com a UFV, certo? E nessa história toda, surgiu o Calçadão (Entrevista com A. S. Z.).

[...] Era um grupo recém-chegado a Viçosa com alguns professores que voltavam dos EUA e a cidade era muito feia. A rodoviária era um pavor! Eu cheguei de carro e me assustei. Penso nos coitados dos alunos que chegavam pela primeira vez nesta rodoviária! Deviam ter vontade de pegar o ônibus de volta (Entrevista com C. M.).

Como vimos, o interesse do grupo perpassava a realização de diversas obras de reordenamento espacial na cidade, tema que também era tratado na administração pública municipal e na administração da UFV. Além disso, o enfrentamento à “feira” da cidade se fazia presente no discurso do “Por uma Viçosa melhor”, a fim de construir uma imagem de um centro que fosse, ao mesmo tempo, belo e funcional.

O movimento das obras de instalação da rede pluvial na rua Arthur Bernardes, iniciado em junho de 1979, foi seguido pela decisão de fechamento da via ao trânsito de veículos, demonstrando a ativa participação dos membros do “Por uma Viçosa melhor” no debate urbanístico da cidade (Jornal Folha Integração, n. 497, ano 16, 03 de junho de 1979).



Figura 4: Foto da reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana” (Jornal Folha Integração, edição n. 499, ano 16, 17/06/1979).

Além do croqui em formato de perspectiva, foi doada à PMV uma planta com descrições detalhadas do projeto, que previa a instalação de postes de iluminação e mobiliário urbano (bancos, floreiras, lixeiras e porta-cartazes), bem como a plantação de árvores. As unidades definidas como “praças” na planta são detalhadas no corte esquemático, evidenciando o projeto de constituição, com a construção do calçadão, de um espaço público para lazer e permanência.

A construção de uma rua exclusiva para o trânsito de pedestres no centro de Viçosa ia na contramão do crescimento da frota de veículos da cidade. Essa preocupação se refletiu no extenso tempo de execução da obra, que passou por meses de inconstâncias (Reportagem “Calçadão da rua Arthur Bernardes ainda indefinido” do jornal Folha Integração, n. 506, ano 16, de 05/08/1979).

Outras obras sendo executadas ao mesmo tempo buscavam desafogar o trânsito central, principalmente no trecho que liga a UFV ao centro da cidade:

Prefeito admite que houve atraso para o início da parte final da obra, e explica que ele foi causado pela grande mudança na estrutura urbanística central da cidade e que exigiu, para exames em termos definitivos, muito estudo junto ao Departamento de Obras da Prefeitura, constando da viabilidade econômico-financeira do projeto, aliado à grande transformação no setor viário central da cidade, em virtude do fechamento daquela via ao trânsito de veículos, definitivamente e suas consequências. Quanto ao problema trânsito, em virtude da mudança central, prefeito acha que até agora o trânsito desviado da Silviano Brandão para a Bueno Brandão vem funcionando a contento e, com a abertura da Ladeira dos Operários, brevemente, para escoamento no sentido centro-Universidade Federal de Viçosa, não haverá maiores obstáculos à fluência do tráfego central (Reportagem “Calçadão da Arthur Bernardes: o início na próxima semana”, do jornal Folha Integração, n. 510, de 02 set. 1979, ano 16).

Apesar da incerteza acerca do projeto a ser executado, após a definição de fechamento da rua Arthur Bernardes com a construção da rua de pedestres, as chamadas do grupo “Por uma Viçosa melhor” nas páginas do jornal Folha Integração foram suspensas. O último anúncio encontrado durante esta pesquisa data de 22 de julho de 1979.

Esse relativo afastamento do grupo refletiu-se na efetiva execução da obra a partir de outubro de 1979. Após a finalização da tubulação das redes pluviais na via, foi iniciada a colocação de pedras portuguesas, visando a diferenciação do piso das demais ruas da cidade, seguindo o exemplo do calçadão da rua XV de Novembro, em Curitiba. Apesar disso, o projeto que passou a orientar a obra não visava mais a colocação de mobiliário urbano, enfatizando seu caráter de espaço público de passagem e não de permanência.

Ao mesmo tempo em que obras de reordenamento espacial do centro de Viçosa eram realizadas, a Câmara Municipal discutia e aprovava o Código de Obras (Lei n. 312/1979), em setembro de 1979. No entanto, a legislação não foi cumprida em seus primeiros três anos de aplicação, os quais coincidiram com os três anos finais da gestão de César Sant’Anna à frente do Executivo municipal (Ribeiro Filho, 1997).

Faz-se necessário enfatizar que a execução da obra foi de responsabilidade exclusiva da PMV. Não foram encontrados registros de discussões ou legislações referentes à concessão de recursos para execução da obra nos arquivos da Secretaria de Obras da PMV e da Câmara Municipal de Viçosa. Além disso, não foram encontrados registros de quaisquer eventos de inauguração da rua de pedestres, que também não foram relatados pelos entrevistados.

O novo modelo urbanístico representado pelo Calçadão, que conecta o eixo comercial instalado na praça Silviano Brandão à praça do Rosário, que conduz à avenida P. H. Rolfs, onde fica a UFV, materializa uma nova escala de visibilidade que se forma no centro da cidade nessa época, com a atração de olhares e capitais para a via a partir da discussão de sua forma e de seu status público.

A configuração do espaço público não se dá somente pelos usos da forma física urbana, mas também pela incorporação de aspectos subjetivos, como os valores dos indivíduos, assim como as motivações e anseios da população como elemento não material da ocupação espacial (Cardoso, 2022). No caso do Calçadão Arthur Bernardes, sua configuração como espaço público transcende sua configuração morfológica devido a sua centralidade. Trata-se de uma via que resume as formas de sociabilidade existentes em Viçosa, bem como

concentra sua atividade comercial, a qual, por ter como objetivo final a obtenção de lucro por meio da venda de produtos e serviços, busca instalar-se em locais de grande visibilidade a fim de atrair o olhar de potenciais consumidores. Conforme demonstrado por Henry Lefebvre (1999), “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas da troca”. É nesse contexto que o espaço urbano não apenas reflete as relações sociais, mas também se apresenta como um ambiente onde diferentes estratégias são confrontadas, resultando na apropriação pelos indivíduos desses espaços como elementos essenciais de pertencimento e sociabilidade.

Desta maneira, o debate entre os projetos de espaço público apresentados pela PMV e pelo grupo “Por uma Viçosa melhor” refletia interesses de controlar a localização dentro do espaço urbano de Viçosa, mais especificamente de seu centro, devido a sua valorização simbólica e mercadológica. Ao mesmo tempo, no aspecto material, a via atua como organizadora da malha urbana de Viçosa ao atuar no direcionamento de usos da zona central para a atividade comercial. Por fazer a ligação entre dois importantes núcleos de sociabilidade da cidade, o Calçadão Arthur Bernardes tem sua visibilidade ampliada, atuando como um espaço de exposição, tendo os olhos voltados para ele e funcionando como uma espécie de cenário resumido da vida urbana viçosense, constituindo um ingrediente fundamental na definição dos traços que caracterizam a cidade, aspecto reforçado por sua localização central na cidade e por sua característica comercial.

O tensionamento entre o projeto doado pelo grupo “Por uma Viçosa melhor” e a pedestrianização da rua Arthur Bernardes executada pela PMV reforçam seu estatuto público, na medida em que constitui um espaço de conflitos e problematização da vida social. Trata-se também de um lugar sobre o qual atua uma escala de visibilidade que o torna um espaço de exposição, já que exerce forte centralidade sobre o imaginário da cidade, tornando-se alvo de disputas pelo reconhecimento de um projeto de ordenamento espacial (Gomes, 2013).

Com a vinda de novas populações para Viçosa, novos hábitos de lazer e de consumo eram transplantados para uma nova realidade, principalmente a partir da federalização da UREMG em 1969. Assim, a cidade outrora provinciana começava, na década de 1970, a se tornar uma cidade média, buscando atender esse novo filão de consumidores, atraindo investimentos em novos empreendimentos e acirrando a disputa entre os comerciantes já estabelecidos. O projeto do Calçadão apresentado pelos integrantes do “Por uma Viçosa

melhor” objetivava a criação de uma rua de lazer na cidade, materializando uma nova imagem da cidade, que deixava o status de provinciana.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, notou-se que a imagem da cidade a ser criada era relevante na medida em que, por parte do “Por uma Viçosa melhor”, buscava-se materializar o anseio do grupo dos “de fora” por meio do transplante de um modelo urbanístico que estimulasse a permanência da população no espaço urbano. Além desse projeto, estavam em discussão pelo grupo, juntamente com a PMV, a criação de um parque na rua Milton Bandeira, próxima à UFV, e a construção de uma rua de pedestres no condomínio fechado Parque do Ipê. Trata-se de empreendimentos que, para além da problemática da construção de vias públicas de circulação, visavam o embelezamento da cidade. Apesar da não realização das obras citadas, as proposições denotavam uma negociação em torno dos espaços públicos da cidade, na medida em que a especulação imobiliária se tornava mais acirrada em Viçosa, em função dos interesses habitacionais decorrentes do aumento populacional experimentado pela cidade durante a década de 1970.

Já em relação à PMV, estava em sua agenda a realização de obras que resultassem na dinamização do comércio e da atividade imobiliária, conforme exemplificado pela construção do Centro Comercial Fuad Chequer, em 1979, e pelas constantes mutilações sofridas pelas legislações urbanísticas municipais, que buscavam privilegiar um pequeno grupo de proprietários fundiários. A própria rua Arthur Bernardes foi alvo de promotores imobiliários durante as décadas de 1960 e 1970, devido a sua centralidade (Ribeiro Filho, 1997). Com isso, observa-se uma disputa entre os dois projetos, a qual se deve à valorização da rua Arthur Bernardes por seu posicionamento na trama locacional da cidade, que monopoliza a expressão da vida urbana, concentrando significações e exprimindo identidades (Gomes, 2013), uma vez que a cidade, que se configura como local de moradia e trabalho, abriga pessoas que querem atenção não só às suas necessidades de consumo imediato, mas também às suas identidades arquitetônicas, alimentares, musicais, políticas e econômicas (Cardoso, 2022).

O espaço público abrange diversas possibilidades, logo, sua existência prescinde do estabelecimento de relações entre seus usuários. Sua compreensão deve perpassar as disputas que envolvem suas diferentes formas de uso, bem como as formas de segregação urbana que esses usos podem acarretar (Cardoso, 2022). Diante dos dados apresentados, a construção do Calçadão Arthur Bernardes foi levada a cabo devido à discussão entre a PMV e o grupo “Por

uma Viçosa melhor”, mas sua constituição como espaço público atravessou diferentes grupos sociais, devido à centralidade da via. Esse papel de organizador da malha urbana em Viçosa evidencia sua importância na trama locacional da cidade.

Por concentrar a atenção, seja da administração pública, por sua centralidade, ou da população, por sua característica comercial e proximidade física com o patrimônio edificado municipal, o Calçadão Arthur Bernardes instaurou em Viçosa um regime de visibilidade atrelado ao uso mercantil do solo, que consolidou o centro como lugar dos negócios. Esse arranjo espacial evoca a concepção da cidade como mercadoria, tendo a indústria da construção civil como “carro-chefe” desse processo, na medida em que colabora para a dinamização do comércio, com a absorção de mão de obra e a construção de edifícios de uso misto (Coelho, 2016).

A busca pela materialização dos anseios arquitetônicos e urbanísticos de diferentes grupos sociais em uma via como o Calçadão Arthur Bernardes reitera sua importância na trama locacional da cidade de Viçosa, devido ao reforço de sua centralidade a partir da construção da obra, valorizando suas estruturas comerciais e consagrando o centro e, especificamente, aquele espaço, como lócus da atividade comercial. Projeta-se, com a implementação desse modelo urbanístico, a imagem de uma cidade que busca atrair novos investimentos a partir da transformação de suas estruturas, ainda que isso implique na derrubada de edifícios históricos, patrimonializados ou não.

Essa imagem é fundamental para a compreensão da importância simbólica dada ao centro da cidade como espaço do comércio e dos negócios. Sua valorização deriva, assim, não apenas de suas estruturas físicas, mas também da visibilidade que lhe é conferida. Essa visibilidade atua na configuração do centro e, mais especificamente, do Calçadão Arthur Bernardes, como espaço público, na medida em que esses locais se tornam espaços de exibição que resumem a vida urbana de Viçosa em si, ganhando prestígio social e mercantil.

A construção do Calçadão Arthur Bernardes, uma via central e movimentada de 700 metros de comprimento, acarretou grandes mudanças na forma física e na trama locacional de Viçosa, atrelando o centro à atividade comercial e reforçando o papel de agentes ligados à UFV no debate urbanístico da cidade e da própria instituição na transformação do espaço urbano.

4. Considerações finais

A constituição do Calçadão como espaço público se dá pelo debate público incitado em torno de sua construção e, posteriormente, de sua função, evidenciando o conflito territorial existente em Viçosa entre fins da década de 1970 e o início da década de 1980, que refletia o crescimento populacional ocorrido na época, que possui reflexos no espaço urbano da cidade até os dias atuais.

A construção dessa rua de pedestres, única na cidade de Viçosa e principal lócus de sua atividade comercial, por meio da interação entre agentes privados e públicos, reflete as transformações ocorridas no centro urbano da cidade durante a década de 1970, engendradas por uma intensificação da atividade imobiliária decorrente do aumento populacional. A transferência de diferentes vivências arquitetônicas, comerciais e sociais permitia uma dinamização dos processos construtivos, levada a cabo por agentes imobiliários e proprietários fundiários que privilegiavam a realização de empreendimentos privados em detrimento da preservação do patrimônio edificado da cidade.

A discussão de sua funcionalidade e morfologia reflete a agenda de ordenamento da cidade, materializada em legislações municipais que privilegiavam o centro como local do comércio em detrimento de pequenos empreendimentos de bairro, mas também a ação de agentes ligados à UFV, que buscavam implementar na cidade princípios urbanísticos orientados pela retomada das ruas pelos pedestres e pelo embelezamento das vias centrais.

A atuação desses agentes refletia uma agenda voltada para a humanização da rua, devolvendo-a aos pedestres e constituindo espaços de permanência, seguindo a ampliação do desenho urbano no Brasil, durante a década de 1970, que se firmava como um campo de atuação que buscava solucionar questões relacionadas ao planejamento das cidades. A discussão empreendida nesse contexto sobre a funcionalidade e a morfologia da rua Arthur Bernardes reforçam seu estatuto público, devido à interação entre diferentes segmentos sociais, que buscavam materializar naquele espaço seus projetos de visibilidade e espaço público.

Em conclusão, a composição do centro atrelando esse espaço da cidade de Viçosa à atividade comercial e à prestação de serviços serviu para reforçar o papel do Calçadão como lócus por excelência desse tipo de atividade, atraindo para ele a maior parte dos lojistas da cidade. O Calçadão, por ser um logradouro central de Viçosa e por possuir em seu entorno parte do patrimônio cultural edificado municipal, atua na em sua trama locacional como

organizador da malha urbana, atraindo, além de comerciantes e público consumidor, transeuntes que buscam, em seus 700 metros de extensão, refúgio dos veículos automotores. Além disso, por sua visibilidade, torna-se espaço de manifestações artísticas, políticas e culturais, sendo um espaço público que representa a cidade de Viçosa por resumir em si sua vida urbana.

Referências

ANDRADE, I. L. de. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG**. 2015. 75 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Geografia, 2015.

BAÊTA, O. V. **Estratégias como práticas sociodiscursivas em uma universidade pública: Uma abordagem crítica**. Lavras: UFLA, 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras.

BERNARDES, R. **Ampulheta urbana: Uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa - MG através das transformações no tempo e no espaço**. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Geografia, 2013.

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, n. 18, p. 16, 2007.

BRESCIANI, M. S. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**, n. 34, 1991.

CARDOSO, S. R. P. **Espaço público na metrópole contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2022.

CASTRO, M. G. **Ensino, pesquisa e extensão: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado, 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COELHO, D. D. **Da Fazenda ao Bairro: a construção de uma Nova Viçosa (1970-2000)**. 2013. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa.

COELHO, D. D. **O direito à moradia: uma análise da provisão habitacional em Viçosa (MG) entre 1964-1986**. 2016. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Editora Ática: São Paulo, 1989.

FONSECA, F. L. da. **Os calçadões e sua importância para a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOMES, E. C. **Percepção do ambiente construído**. São Paulo, 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. 1997.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: 2002, 304 p.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HONÓRIO, L. de M. **A produção do espaço em uma cidade universitária: O caso de Viçosa, MG**. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2012.

JANUZZI, D. de C. R. **Calçadões: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais**. 2006. 318 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

LOPES, V. S. **O Plano Diretor do município de Viçosa-MG e a política de ordenamento territorial: avanços e limitações nas localidades de João Braz, Liberdade e Silvestre (2000 a 2010)**. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa. 2011.

MARIA, A. C.; STEPHAN, I. I. C. **Especulação Imobiliária e Expansão Urbana: o caso do Paraíso, Viçosa (MG)**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória, ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES, 2014.

MARIA, A. C. de S., FARIA, T. C. de A., STEPHAN, I. I. C. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 3, n. 1, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELLO, F. A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. 103 f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Ciências Florestais. Universidade Federal de Viçosa. 2002.

PACHECO, L. O. **Calçadão Arthur Bernardes: Centralidade e espaço público em Viçosa (MG)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, Viçosa, 2023.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: Cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, T. G. **Paisagem e espaço público: As intervenções urbanas na avenida Barão do Rio Branco em Juiz de Fora/MG**. Juiz de Fora, 2016. 127f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SANDRINI, R. T. **Ruas de pedestres como espaços públicos em centros urbanos: um estudo sobre o calçadão de São Paulo**. 2021. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

SCIFONI, S. O patrimônio como negócio. *In*: ALVAREZ, I. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SILVA, M. L. da. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): A dinâmica centro-periferia**. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: Ufes, 2014.

STEPHAN, I. I. C. **Patrimônio em risco: o patrimônio arquitetônico na zona proibida / Ítalo Itamar Caixeiro Stephan**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

TORRÃO FILHO, A. Sete portas e uma chave: A constituição de saberes técnicos e teóricos sobre a cidade. **POLITEIA: História e Sociedade**. v. 9, n. 1, 2011.

INVENTÁRIOS DE CONHECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: entrevista com Luiz Fernando Rhoden

Vanessa Patzlaff Bosenbecker¹
vanessa.bosenbecker@riogrande.ifrs.edu.br

Gisele Dutra Quevedo²
gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Luiz Fernando Rhoden é arquiteto e urbanista formado pela UFRGS (1981), especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela UFBA (1984), mestre em História pela PUCRS (1996) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2005). Nesta entrevista, destacou-se o período em que Rhoden atuou no IPHAN (1983-2017), mais especificamente na época em que foi coordenador dos inventários de conhecimento do RS, na década de 1990.

Inicialmente, a entrevista tinha como objetivo a coleta de dados para as pesquisas acadêmicas das autoras. No entanto, a riqueza das informações obtidas motivou-as a compartilhar a contribuição de Rhoden com outros pesquisadores interessados nos tópicos abordados por ele. Dessa forma, foram selecionados excertos da entrevista para publicação, abrangendo conteúdos que se destacaram como potencialmente pertinentes aos leitores interessados.

O encontro virtual ocorreu em 22 de junho de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, sendo realizado pelo Google Meet, com entrevistadoras e entrevistado em suas respectivas residências. A conversa teve a duração de 1 hora e 13 minutos, sendo gravada e

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestre e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Rio Grande.

² Historiadora. Mestre e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Servidora na Universidade Federal de Pelotas.

transcrita pelas autoras. Com o propósito de produzir um texto de referência para outros pesquisadores, optou-se por realizar um processo de 'transcrição' (Meihy, 2005). Nesse processo, as informações fornecidas por Rhoden foram mantidas intactas; no entanto, as perguntas e o discurso falado, caracterizado por coloquialismos e pausas naturais, foram transformados em um texto formal, em conformidade com as regras gramaticais contemporâneas.

É relevante destacar que as informações fornecidas por Rhoden não foram confrontadas ou confirmadas e que cada indivíduo molda suas próprias escolhas de memória, optando por representar suas lembranças de maneira única. De acordo com Halbwachs (2006), o passado em si não existe; o que temos são as representações que construímos dele. Nesse contexto, o passado passa por um processo constante de ressignificação e reconstrução, influenciado pelo prisma do presente. Esta entrevista oferece a oportunidade de acessar as memórias de Rhoden a respeito de um momento de sua trajetória profissional.

ENTREVISTA

O projeto 'Inventário de Conhecimento do RS' surgiu de duas motivações principais: a falta de legislação municipal para preservação do patrimônio em todo o estado, identificada pelo IPHAN, e o interesse em atender às recomendações estabelecidas na Carta de Brasília, que indicavam a cooperação entre estados e municípios na preservação do patrimônio cultural.

Até os anos 1970, a maioria dos estados brasileiros carecia de leis de proteção ao patrimônio cultural, com a preservação sendo predominantemente responsabilidade do governo federal, o que estava em desacordo com as recomendações preconizadas pela Carta de Brasília. As leis estaduais começaram a surgir no final da década de 1970, enquanto as leis municipais estavam em estágio inicial de desenvolvimento. No RS, apenas cerca de 5% dos aproximadamente 400 municípios tinham legislação de proteção ao patrimônio, o que motivou a ideia de realizar um inventário patrimonial.

A Constituição de 1988 reconheceu os inventários como um meio de preservação do patrimônio cultural, integrando-os às práticas de salvaguarda estabelecidas por lei. Embora a ideia de conduzir inventários no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tenha raízes nos primeiros anos da instituição, essa proposta não foi formalizada por um longo período. Durante esse tempo, a realização de inventários foi rara,

com exceção de casos isolados, como o inventário da região italiana conduzido pela Universidade de Caxias e o inventário realizado pelo arquiteto Pozenato, que posteriormente foi publicado como um livro.

Em vista dessa lacuna, surgiu a ideia do projeto de inventário de conhecimento, inicialmente não direcionado à preservação, mas sim à identificação e compreensão do patrimônio. O projeto-piloto, denominado Projeto Caçapava, foi estabelecido em parceria com o município de Caçapava, onde uma equipe conjunta do IPHAN e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) trabalhou na elaboração das fichas de inventário. Durante a execução desse projeto, o objetivo era inventariar não apenas elementos arquitetônicos, mas todos os bens com relevância cultural para o município. Esse enfoque estava alinhado com as diretrizes da Constituição de 1988 em relação à preservação do patrimônio cultural.

Realizamos o projeto em Caçapava, no qual inventariamos os edifícios da cidade e das áreas rurais. Pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas naquela época, que, mesmo atualmente, seriam consideradas desafiadoras. Em 1989, a entrada nas sedes das fazendas no interior era particularmente complicada. Abordávamos os proprietários com um discurso elogioso sobre a beleza de suas fazendas e pedíamos permissão para tirar fotografias e coletar informações. Elaboramos várias fichas para explorar diferentes modelos, mas o modelo final evidencia que, naquela época, não tínhamos grandes pretensões. O inventário tinha como objetivo principal o conhecimento dos bens para, em um segundo momento, possibilitar a efetiva preservação, bem como a realização de pesquisas mais aprofundadas.

Posteriormente, transferimo-nos para Porto Alegre, onde finalizamos a ficha de inventário. Imprimimos várias cópias dessas fichas e armazenamos pilhas delas no IPHAN. Foi então que percebemos que o IPHAN não poderia realizar o inventário em todos os 400 municípios sozinho. O convênio inicial, vinculado ao Projeto Caçapava, foi oficializado como um acordo entre o IPHAN e o IPHAE. Ainda que tenhamos trabalhado separadamente, utilizamos a mesma metodologia e ficha de inventário. Estabelecemos convênios com alguns municípios, enquanto o IPHAE firmou parcerias com outros, a fim de ampliar o número de municípios envolvidos.

O convênio com os municípios era simples, com a cidade disponibilizando três funcionários: um motorista, um arquiteto e um fotógrafo. O motorista era responsável pelas

viagens, e o arquiteto, pelo inventário. Fornecíamos orientações detalhadas e enfatizávamos que o foco não estava apenas nos edifícios arquitetonicamente impressionantes, mas também nos de valor cultural.

O segundo passo, como mencionei no início, era estimular as administrações municipais a criar legislação de preservação do patrimônio. Conseguimos avanços significativos nesse aspecto, com vários municípios estabelecendo regulamentações para a preservação do patrimônio. A partir dos inventários de conhecimento, pôde-se então selecionar os elementos de maior importância para a história de cada município, que seriam candidatos ao tombamento. A ideia original não era tomar todos os bens inventariados, mas sim identificar, entre eles, quais deveriam ser efetivamente preservados.

Naquela época, não havia um padrão nacional para inventários no Brasil, e o IPHAN não tinha diretrizes unificadas. Diferentes metodologias eram apresentadas em seminários promovidos pelo IPHAN. Isso se deve ao fato de que a Constituição de 1988 havia sido promulgada recentemente, e tanto os inventários quanto os registros eram conceitos novos para o IPHAN. Cada pessoa estava desenvolvendo abordagens individuais, algumas visando tombamentos futuros e outras, como era o nosso caso, focadas em adquirir conhecimento por meio dos inventários.

Decidimos não fornecer orientações específicas para as equipes de inventário, a fim de abranger todo o patrimônio cultural. Evitamos direcioná-las para uma visão tradicional de preservação, que privilegiaria elementos visualmente marcantes em detrimento de aspectos culturalmente relevantes e de valor mais amplo. No entanto, durante nossas primeiras visitas aos municípios, no início do projeto, asseguramos que edifícios notáveis não fossem negligenciados, a fim de evitar distorções nos inventários. Era essencial adquirir conhecimento tanto dos elementos culturalmente significativos quanto dos que possuíam valor arquitetônico, abordando ambos de forma abrangente.

Do ponto de vista cultural, o valor arquitetônico é um aspecto significativo que não pode ser subestimado. Muitas vezes, os arquitetos locais não reconheciam as tipologias arquitetônicas típicas da região, e eu, com uma perspectiva externa, enfatizava a importância de incluí-las. Um exemplo em Bagé são as casas de esquina com entradas chanfradas, características marcantes que eu sugeri incluir. Havia outros exemplos típicos que recomendei, embora não me lembre de todos eles. Descobrimos edifícios de grande importância que

posteriormente foram tombados, como o magnífico Mercado Público de Itaqui, que passou por restauração e tombamento pelo IPHAE. Outro exemplo é a igreja protestante em Cachoeira do Sul, projetada por Theo Wiederpahn, da qual eu não tinha conhecimento, mas que atualmente é um edifício tombado. Houve vários exemplos notáveis que sugerimos ou indicamos para que não fossem omitidos nos inventários.

É fundamental contextualizar o inventário no seu período histórico. Embora 1989 pareça relativamente próximo, já se passaram quase quatro décadas. Isso é relevante para compreender como a noção de preservação e os conceitos evoluíram ao longo desse tempo. No entanto, é importante destacar que as mudanças mais significativas ocorreram a partir do final da década de 1990.

Inicialmente, nosso plano era continuar o processo de inventário em todos os 400 e poucos municípios do RS. No entanto, surgiu um problema por volta dos anos 1992 ou 1993, se não me engano, quando um procurador federal de Minas Gerais, durante um congresso do Ministério Público, propôs que todos os bens inventariados, independentemente do tipo de inventário, deveriam ser preservados. Isso causou um grande problema, pois o Ministério Público Federal adotou essa postura em todo o país.

Como consequência, os municípios que já haviam realizado inventários de conhecimento foram obrigados a preservar todos os bens inventariados. O resultado foi que nenhum município mais quis fazer inventários, o que causou um sério prejuízo à preservação do patrimônio. Até hoje, não temos um conhecimento abrangente do patrimônio do RS. Conhecemos apenas o que é óbvio, mas não temos um conhecimento completo.

Durante o inventário, concentrei-me em investigar áreas menos exploradas, como as regiões da Fronteira Sul e Oeste, que tinham informações limitadas sobre o patrimônio edificado. Visitamos municípios mais afastados de Porto Alegre, como Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Livramento e Bagé, onde nosso conhecimento era escasso. Sempre me incomodou o fato de que, embora o Rio Grande do Sul seja reconhecido nacionalmente como um estado agrícola e pastoril, a preservação do patrimônio rural fosse negligenciada, com apenas uma sede de fazenda tombada no estado. Mesmo cientes das dificuldades políticas, inventariamos algumas sedes de fazendas notáveis em Piratini e Caçapava do Sul que ainda não haviam sido protegidas. Essa é uma questão crítica na preservação do patrimônio, e até mesmo no âmbito municipal, não recebeu a devida atenção.

Uma questão importante é o inventário de cemitérios, que são locais de significativa importância arquitetônica e histórica. Muitas vezes, seu valor está mais relacionado à história do que à arquitetura. Destacamos a necessidade de visitar e documentar esses cemitérios, alguns dos quais são fascinantes. Por exemplo, o cemitério de Pelotas é um local que gostaria de explorar, embora nunca tenhamos tido a oportunidade de realizar seu inventário.

É importante reconhecer que a preservação do patrimônio só será possível com o envolvimento dos municípios. O IPHAN e o IPHAE estão com recursos e pessoal limitados, e seus principais focos não são na expansão da preservação, mas sim na manutenção do que já está protegido, embora isso também esteja sendo feito de maneira insuficiente.

Os municípios, por sua vez, têm uma presença variável no cenário da preservação. Grandes cidades como Pelotas, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul e algumas outras têm estruturas para cuidar do seu patrimônio e estão ativamente envolvidas na preservação. No entanto, a maioria dos municípios, especialmente os menores, muitas vezes carece de estrutura e de uma compreensão efetiva da importância da preservação do patrimônio.

Referências

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BUEIROS

Eduardo Affonso¹

eduardo@eduardoaffonso.com

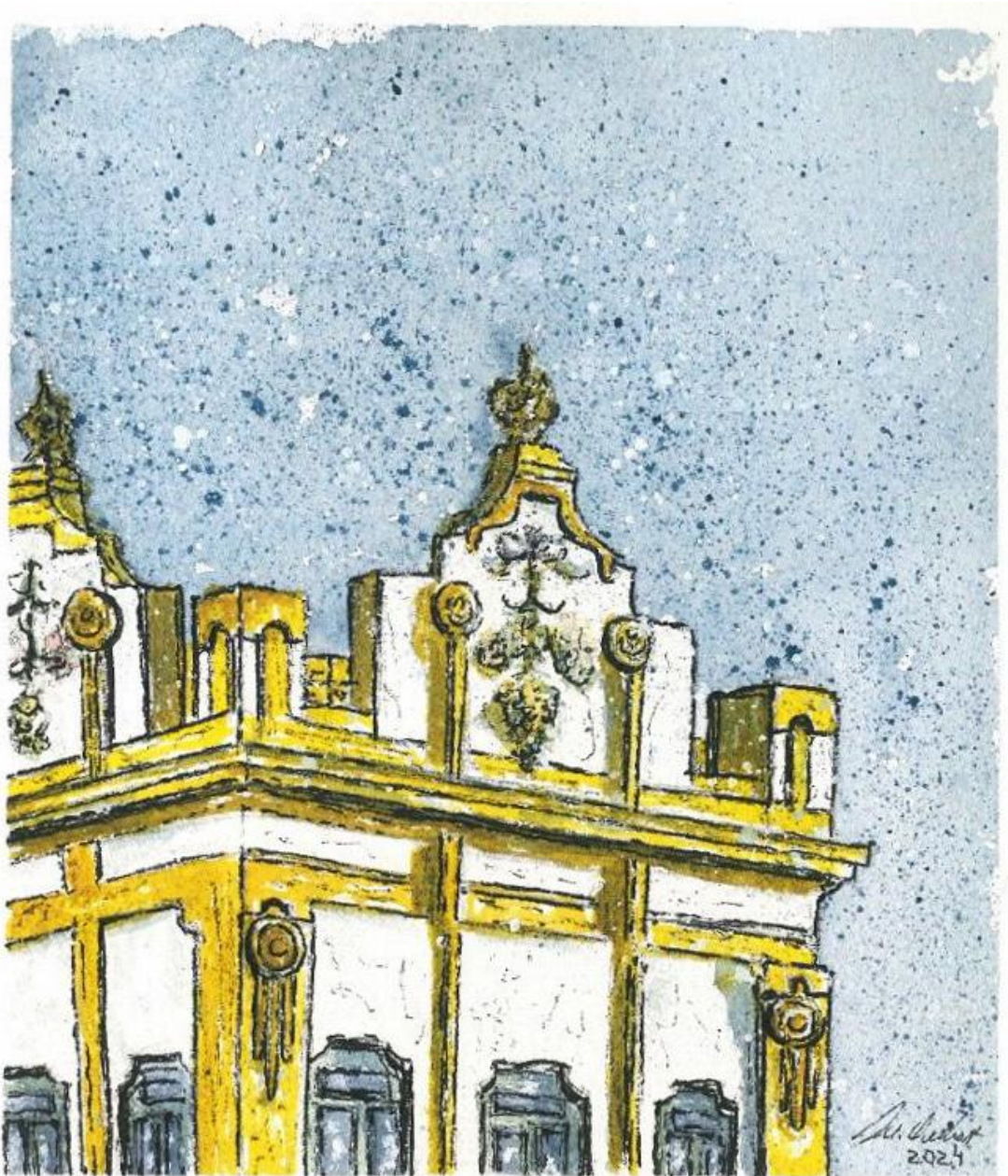
- Se já estão todas, todos e todes aí, podemos dar início a esta reunião extraordinária do Patrimônio Histórico e Cultural para decidir sobre os monumentos que merecem permanecer nos espaços públicos, os que vão para a reserva técnica dos museus e os que podem ser fundidos para fabricação de tampa de bueiro. Deixa eu ver minha lista aqui. Hmm... estátua equestre de Pedro I, na Praça Tiradentes.
- Misógino, macho tóxico e abandonou afetivamente os filhos.
- Bueiro?
- Bueiro. Mas podemos deixar o cavalo.
- Ok, a estátua equestre vira uma estátua equina. Estátua de Pedro II, na Quinta da Boa Vista.
- Escravocrata, gordofóbico...
- Gordofóbico?
- Já viu fotos da imperatriz, que ele trocou pela esbelta Condessa de Barral? Gordofobia raiz.
- Bueiro?
- Bueiro.
- Já que estamos na família imperial, temos a Princesa Isabel na avenida dela mesma. Essa fica, não é? Afinal, é mulher e...
- Sem chance. Vivia cercada de mucamas e se referia a uma de suas escravas, chamada Marta, como “negrinha de quarto”. Bueiro. E na Abolição, para aprender.
- Ok. Tiradentes, na Primeiro de Março, em frente ao palácio dele mesmo.
- Escravocrata. Perguntem pro Laurentino Gomes. Bueiro.
- Será que não vai escapar nem o Machado de Assis, ali em frente da Academia Brasileira de Letras?

¹Arquiteto, escritor e colunista do jornal O Globo.

- Nem pensar. Machado nunca assumiu sua negritude. Seus protagonistas são todos brancos. Capitu era quilombola? Brás Cubas era afrodescendente? Ele só tinha olhos para a burguesia da Rua do Ouvidor. Bueiro, e bem longe do Cosme Velho.
- Gente, vai faltar bueiro nesta cidade para tanta tampa! Para poupar tempo, melhor mandar fundir todas as estátuas de personalidades do século 19 para trás, não acham?
- Claro que não. Tem Zumbi dos Palmares, ali na Presidente Vargas. Essa fica.
- Mas Zumbi não tinha escravos? O Leandro Narloch levanta essa questão e....
- Nossa, quase quatro da tarde! Desculpe, mas marquei manicure e com essa agenda lotada que tenho tido ultimamente, não posso me atrasar. Semana que vem a gente retoma, tá? E podemos começar pelo Drummond, ali no calçadão de Copacabana.
- Ah, tão bom passar pela orla e encontrá-lo ali, no meio do caminho...
- Esquece. Ele colaborou com o Estado Novo. Fascista.
- Bueiro?
- Bueiro. Fui!

PATRIMÔNIO EM PULSAÇÃO

Wellington Müller Kruchadt¹
wellingtonkruchadt@hotmail.com



¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas.